



**HERNÁN VENEGAS MARCELO**

**PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO BRASIL EM PERSPECTIVA  
HISTÓRICA: ENCONTROS E DESENCONTROS NA CIDADE DE PARATY**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal Fluminense como requisito parcial  
para a obtenção do Grau de Doutor. Área de  
Concentração: História Social.**

**Orientador: Prof. Dr. PAULO KNAUSS DE MENDONÇA**

**Niterói**

**2011**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

V455 Venegas, Hernán

Patrimônio cultural e turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros na cidade de Paraty / Hernán Venegas. – 2011.

223 f. ; il.

Orientador: Paulo Knauss de Mendonça.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 199-223.

1. Patrimônio cultural. 2. Turismo. 3. Paraty (RJ). I. Mendonça, Paulo Knauss. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 363.69098153

**HERNÁN VENEGAS MARCELO**

**PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO NO BRASIL EM PERSPECTIVA  
HISTÓRICA: ENCONTROS E DESENCONTROS NA CIDADE DE PARATY**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para a obtenção do Grau  
de Doutor. Área de Concentração: História  
Social.

Aprovada em 22 de março de 2011.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. PAULO KNAUSS DE MENDONÇA – Orientador  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

---

Profa. Dra. ISMÊNIA DE LIMA MARTINS  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

---

Prof. Dr. AGUINALDO CESAR FRATUCCI  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

---

Prof. Dr. CELSO CASTRO  
CPDOC/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

---

Prof. Dr. VITOR ANDRADE DE MELO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

Profa. Dra. BIANÇA FREIRE-MEDEIROS  
CPDOC/FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

---

Prof. Dr. MARCELO DE BARROS TOMÉ MACHADO  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**NITERÓI  
2011**

## SUMÁRIO

<b>Dedicatória</b>	I
<b>Agradecimentos</b>	II
<b>Resumo</b>	III
<b>Abstract</b>	IV
<b>Introdução</b>	1
<b>Capítulo I: O PATRIMÔNIO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL</b>	
1.1. A alegoria do patrimônio na contemporaneidade	13-19
1.2. A primazia civilizatória do patrimônio no Brasil imperial	19-40
1.3. A primazia artística do patrimônio: as primeiras décadas do século XX	40-60
1.4. O patrimônio histórico-artístico e o poder público federal	60-74
<b>Capítulo II: O TURISMO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL</b>	
2.1. O turismo contemporâneo e seus antecedentes históricos	75-93
2.2. As antecipações do turismo no Brasil do século XIX: o Rio de Janeiro	93-112
2.3. A organização do turismo no Rio de Janeiro: primeiras décadas do século XX	112-125
2.4. Estâncias termais, turismo e poder público federal	125-140
<b>Capítulo III: PARATY: CIDADE DOCUMENTO, CIDADE MONUMENTO, CIDADE TURÍSTICA</b>	
3.1. Paraty entre os séculos XVIII e inícios do XX: memória e historiografia	141-155
3.2. A cidade documento e os primórdios da patrimonialização	155-159
3.3. A cidade monumento e a patrimonialização	159-168
3.4. A cidade monumento e a turistificação	168-177
3.5. A cidade turística: a Saint-Tropez fluminense?	177-188
3.6. Fatos e representações da patrimonialização/turistificação	188-193
<b>Considerações finais</b>	194-201
<b>Bibliografia</b>	202-227
<b>Anexos</b>	

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus avós Hernán, Nohemía, Toti e Eugenio,  
aos meus pais, Hernán e Carmen,  
a minha irmã, Ita.

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade Federal Fluminense,  
Ao Professor Doutor Paulo Knauss de Mendonça,  
À Professora Doutora Ismênia de Lima Martins e a Aloysio,  
Ao Professor Doutor Luiz Carlos Soares e a Marília,  
À família De Lima Martins,  
À Germana Reis de Andrade Guimarães,  
À Professora Miriam Reis de Andrade,  
À família Reis de Andrade,  
Ao Professor Doutor Luiz Eduardo Cata e a Elke,  
À Professora Valéria de Lima Guimarães,  
Aos amigos (as) e colegas,  
Aos funcionários das instituições de pesquisa cariocas e fluminenses.

## RESUMO

Este estudo se insere no campo da história do patrimônio cultural e do turismo. Para tanto, nos primeiros capítulos apresentamos um quadro da história do patrimônio cultural e do turismo no Brasil, desde as experiências do século XIX até a segunda metade do século XX. Neste sentido, a pesquisa evidencia a complexidade que caracteriza uma história do patrimônio cultural e do turismo relacionando ambos aos diferentes contextos históricos estudados. Dessa forma, relacionam-se elementos de caracterização anteriores à institucionalização moderna do patrimônio cultural e do turismo no Brasil com o quadro de sua afirmação institucional no século XX. No último capítulo, realizamos um estudo em torno da cidade de Paraty, visando observar a convergência e entrecruzamento das políticas do patrimônio cultural e o turismo no Brasil durante as décadas de sessenta e setenta que permitiram compreendê-la tal como cidade documento, cidade monumento e cidade turística. Partimos do entendimento de que o patrimônio cultural e o turismo foram construídos socialmente, ou seja, que ambos possuem uma natureza historicamente identificável como a resultante de práticas e representações dos homens, atendendo a determinadas aspirações sociais em circunstâncias históricas específicas. Ter relacionado diferentes contextos históricos e o patrimônio cultural e o turismo no Brasil, assim como o desenvolvimento das noções de patrimonialização e turistificação constituem as contribuições teóricas desta pesquisa historiográfica que se afirma no horizonte interdisciplinar entre a História, as ciências sociais e os estudos de turismo Brasil.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural, turismo, história, Paraty.

## **ABSTRACT**

This study inserts in the field of the history of the cultural heritage and the tourism. In such a way, in the early chapters we present a framework of history of the cultural heritage and tourism in Brazil, since the experiences of century XIX until the second half of century XX. In this direction, the research evidences a widened history of cultural heritage and the tourism when relating different historical contexts. Thus, characterization elements become related previous to the modern institutionalization of the cultural heritage and the tourism in Brazil with the framework of its institutional assertion in the twentieth century. In the last chapter we carry through a study around the city of Paraty, aiming to observe the convergence and intersection of the politics of the cultural heritage and the tourism in Brazil during the sixties and seventies which had allowed us to understand the study as a city document, as city monument and as a tourist city. We regard that the cultural heritage and the tourism had been constructed socially, in other words, they both have a historically identifiable nature as the result of practices and representations of men in society, taking care of the determined social aspirations in specific historical circumstances. To have referenced different historical contexts when dealing with the cultural heritage and the tourism in Brazil, as well as the development of the slight knowledge of patrimonialization and touristification they constitute the theoretical contributions of this historiographical research what is states in interdisciplinary horizon between History, social sciences and tourism studies Brazil.

**Keywords:** cultural patrimony, tourism, history, Paraty.



## **ABSTRACT**

This study inserts in the field of the history of the cultural heritage and the tourism. In such a way, in the early chapters we present a framework of history of the cultural heritage and tourism in Brazil, since the experiences of century XIX until the second half of century XX. In this direction, the research evidences a widened history of cultural heritage and the tourism when relating different historical contexts. Thus, characterization elements become related previous to the modern institutionalization of the cultural heritage and the tourism in Brazil with the framework of its institutional assertion in the twentieth century. In the last chapter we carry through a study around the city of Paraty, aiming to observe the convergence and intersection of the politics of the cultural heritage and the tourism in Brazil during the sixties and seventies which had allowed us to understand the study as a city document, as city monument and as a tourist city. We regard that the cultural heritage and the tourism had been constructed socially, in other words, they both have a historically identifiable nature as the result of practices and representations of men in society, taking care of the determined social aspirations in specific historical circumstances. To have referenced different historical contexts when dealing with the cultural heritage and the tourism in Brazil, as well as the development of the slight knowledge of patrimonialization and touristification they constitute the theoretical contributions of this historiographical research what is states in interdisciplinary horizon between History, social sciences and tourism studies Brazil.

**Keywords:** cultural patrimony, tourism, history, Paraty.

# **INTRODUÇÃO**

É inegável que o patrimônio cultural e o turismo caracterizam de modo eloquente a sociedade contemporânea. O patrimônio cultural tem abrangido um amplo horizonte de manifestações culturais materiais e imateriais, revestidas de um interesse sócio-cultural, uma vez que expressam elementos da identidade de diversos grupos sociais, étnicos e regionais e/ou nacionais. Ao mesmo tempo e, com mais força, a partir das últimas décadas do século passado, têm sido também objeto de consumo globalizado, o que converte em bens de mercado as manifestações materiais e imateriais que definem traços de identidade. Diversamente do patrimônio cultural, o turismo se aproveita de realidades que já existem para se manifestar. Essa característica se tornou mais evidente à medida que ele se reproduz em diferentes esferas da vida social, política, econômica e cultural contemporânea, ampliando suas fronteiras e universalizando seu olhar de forma imprevisível.

Porém, a capacidade do patrimônio cultural e do turismo de representarem contextos sócio-culturais atuais não é só um aspecto privativo de nossa contemporaneidade. Antes de se afirmarem como indústrias culturais e turísticas contemporâneas o patrimônio e o turismo fizeram parte da história dos séculos XVIII, XIX e XX e das transformações realizadas do ponto de vista político, social e econômico a um e outro lado do Oceano Atlântico. Do ponto de vista histórico, o caso do Brasil tem uma especificidade resultante do processo histórico que definiu as práticas e representações em torno do patrimônio e do turismo. Isso se adjudica à existência do regime Imperial dos Bragança e Orleans, afiançado e legitimado pela existência de uma cidade letrada, cujos representantes, em boa parte membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, elaboraram a história de uma jovem nação brasileira, nos trópicos, baseada nas tradições luso-cristãs sendo os monumentos históricos os representantes visíveis dessas tradições.

Ora com ênfase em valores históricos, ora enfatizando valores artísticos na história da jovem nação brasileira foi-se delineando uma linha de pensamento sobre o patrimônio, um século antes de sua institucionalização que terminou por vingar com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), em 1937. Essa repartição classificou, salvaguardou e valorizou em suas primeiras três décadas de existência, com um esforço heróico, um número significativo de monumentos históricos que reafirmaram a presença das tradições luso-cristãs no Brasil. Uma vez esgotado o modelo de preservação assumido durante as três primeiras décadas após a criação do SPHAN, já nos anos sessenta, o interesse público da preservação do patrimônio trouxe

uma nova orientação ao incorporar o potencial turístico dos conjuntos urbanos tombados de excepcional valor. Aliás, as políticas patrimoniais da década de sessenta e setenta, resultantes das novas orientações para a valorização turística dos monumentos históricos, entrecruzaram-se com os interesses turísticos da recém criada Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), já durante as décadas de 60 e 70 do século passado.

Por sua vez, a aparição do turismo no Brasil também se relaciona com aquela singularidade histórica do Brasil dos oitocentos, a existência de um regime monárquico e imperial que reproduziu, na sociedade, hábitos e costumes que, em um sentido *lato*, e socialmente reproduzidas e imitadas, qualificaram práticas turísticas. Se por um lado o Império do Brasil obstaculizou a aparição do turismo devido à existência da escravidão que não favoreceu a aparição de práticas de lazer inerentes à classe burguesa – expressada, fundamentalmente, em atividades mercantis e de serviço – de outro lado, suas antecipações – isto é, antecipações de sua organização – se identificam mais claramente, no último quartel do século XIX, sobretudo, na capital, Rio de Janeiro e, ocasionalmente, em Petrópolis.

Lugares como a floresta da Tijuca, o morro do Corcovado, o Jardim Botânico foram consagrados pelas recreações aristocráticas e lazeres burgueses que os tomaram como alvos de passeios e visitas até irem definindo uma vocação turística que se identifica pelos empreendimentos comerciais a eles associados e pelas possibilidades de acesso uma vez implantado o sistema de transporte por bondes durante a década dos sessenta do século XIX. Além das fronteiras do Rio de Janeiro imperial, já bem mais avançados nos oitocentos, identificam-se práticas turísticas em torno da cidade de Petrópolis, uma vez convertida em sítio de vilegiatura, tropical, como se comprova nos guias do viajante, publicados durante a década dos oitenta do XIX.

Ainda que a escravidão tenha sido o elemento que adiou a aparição do turismo de forma organizada, seus sedimentos estiveram associados aos hábitos e costumes aristocráticos tal e como aconteceu na Europa Ocidental do século XIX. Porém, não seria pertinente fazermos uma análise do Brasil à imagem e semelhança do que aconteceu na Europa. A diferença do que aconteceu em cidades com águas sulfurosas, ferruginosas e medicinais européias como por exemplo: Nice, Bath e Harrogate, onde as práticas do turismo se misturaram às do turismo, no Brasil, o binômio turismo/turismo se identifica nos anos trinta do século XX e, ainda mais, manifesta-se no contexto da moda dos cassinos. Todavia, a introdução do turismo na pauta do poder público federal

– durante o Estado Novo – surge como consequência da constatação das potencialidades do turismo em torno de uma estância hidromineral, a de Poços de Caldas.

Até os anos trinta do século XX, existiram algumas iniciativas que fomentaram o turismo no Brasil, fundamentalmente associadas a cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Petrópolis. No caso Rio de Janeiro, podemos mencionar como uma iniciativa importante o surgimento do *Touring Club*, depois convertida em Sociedade Brasileira de Turismo, mas sem a força necessária para se constituir como uma orientação política de alcance federal, mesmo com o intenso trabalho de propaganda e entendimento do turismo veiculado pelo seu órgão oficial, a Revista Brasileira de Turismo. A partir dos ditos anos trinta, o turismo continuou a ser inserido dentro e fora das estruturas do poder público. Do ponto de vista interno, assiste-se à inclusão do turismo na pauta do poder público, mas sem a prioridade necessária para se instituir como uma força para o desenvolvimento econômico do país, o que o levou a ser objeto de constantes remanejamentos institucionais.

De outro lado, as representações do turismo continuaram a ser publicadas não apenas pela *Revista Brasileira de Turismo*, mas por outras publicações periódicas como: a *Revista Brasil-Paiz de Turismo*; *Revista Brasil-Turismo*; a *Revista Travel in Brazil*, em diversos guias turísticos; entre outras. Já a partir da criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional do Turismo (CNTUR), em 1966, foi evidenciado um ritmo mais profissional, orgânico e diversificado no desenvolvimento do turismo no Brasil, qualitativamente superior se comparado com as experiências anteriores da relação entre turismo e o poder público federal. Em matéria de turismo, os anos setenta se caracterizaram por um intenso trabalho de propaganda do Brasil no exterior e pela paulatina adequação do aparelho institucional (EMBRATUR e CNTUR) à realidade do turismo no país.

Por último, no itinerário histórico brevemente esboçado nestas páginas, existiram relações entre as práticas e representações em torno do patrimônio cultural e do turismo. Uma vez inseridos nas agendas do poder público federal, essas relações continuariam a se manifestar, sobretudo, de forma mais nítida, em cidades coloniais, objeto da prática preservacionista do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sobretudo, a partir dos anos sessenta do século XX.

Termos feito uma apressada análise sobre o patrimônio cultural e o turismo no contexto da história brasileira instigou-nos a aprofundarmos mais o conhecimento sobre esses novos campos do conhecimento da História o que, teoricamente, tem sido possível

ao assumir duas hipóteses. A primeira delas é que tanto o patrimônio cultural quanto o turismo foram construídos socialmente, ou seja, que ambos possuem uma natureza historicamente identificável como a resultante de práticas e representações dos homens, atendendo a determinadas aspirações sociais em circunstâncias históricas específicas. A outra hipótese, derivada da primeira e também enquadrada no contexto da história brasileira, afirma que ao longo dos séculos XIX e XX essas construções sociais manifestaram elementos de continuidade e descontinuidade, diferenciação e convergência. Eis aqui as hipóteses centrais do presente tese de doutorado “Patrimônio cultural e turismo no Brasil em perspectiva histórica: encontros e desencontros em Paraty” e cujos limites temporais abrangem grande parte do século XIX até o fim da década de setenta do século XX, ou seja, das primeiras manifestações de uma e outra construção social até convergirem em políticas e/ou interesses públicos federais contemporâneos.

Para a análise histórica realizada nos dois primeiros capítulos tomamos como referência a antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty, no litoral sul fluminense. Pelos vínculos patrimoniais que possui com a história do passado, aliados à beleza natural que a caracteriza fez dela motivo de interesse dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio e pelo turismo no Brasil. Entre os anos de 1945 e o fim da década dos setenta do século passado, a outrora vila adquiriu os perfis de uma cidade documento, de uma cidade monumento e de uma cidade turística: caracterização essa que tem sido possível definir uma vez estudada, de ponto de vista patrimonial e turístico, a história da cidade no período aludido.

Do ponto de vista do ensino e da pesquisa universitária, podemos afirmar que o patrimônio cultural e o turismo foram recentemente incluídos como temas de estudo das disciplinas sociais e humanas, ministradas nas instituições brasileiras de ensino superior a partir dos anos noventa. Ainda que esses temas tenham conhecido uma significativa expansão nos últimos anos, continua a haver um vasto campo de investigação em aberto no Brasil e um público interessado no aprofundamento dos conhecimentos nesses domínios.

Nos últimos quinze anos têm sido publicados importantes trabalhos que tratam da perspectiva histórica do patrimônio cultural no século XX; dentre os mais importantes podemos enumerar *Os arquitetos da memória: a construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil - anos 30 e 40*, de Márcia Chuva; *O patrimônio*

*em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*”, de Maria Cecília Londres Fonseca; *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil: 1920-1970*, de Mariza Santos Veloso e *Da cidade monumento à cidade documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil: 1937-1990*, de Márcia Sant’Anna.

Mais recentemente, os seguintes trabalhos: *Imaginária urbana e poder simbólico: escultura pública no Rio de Janeiro e Niterói*, de Paulo Knauss de Mendonça; *Cultura é patrimônio* de Lúcia Lippi de Oliveira; *Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro. Rio de Janeiro (1903-1922)*, de Cláudia Thurler Ricci; “*Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*”, de Aline Montenegro Magalhães; *A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*, de Márcia Sant’Anna; *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*, de Julia Wagner Pereira e *Prototombos: o conceito de patrimônio cultural no século XX*, da autoria de Gustavo Rocha-Peixoto, renovaram os temas de pesquisa sobre o patrimônio cultural brasileiro, incluindo em seus trabalhos importantes reflexões. Contudo, a perspectiva histórica do patrimônio cultural poderia ser mais aprofundada, sobretudo, na etapa prévia ao surgimento do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou seja, nas primeiras décadas do século passado e durante boa parte do século XIX.

Do ponto de vista da pesquisa em história do turismo, podemos afirmar que os trabalhos existentes são pouco recentes e estão em vias de se consolidar do ponto de vista teórico e metodológico <sup>1</sup>. Nas últimas duas décadas, o tema da história do turismo tem sido incorporado aos objetos de pesquisa a partir de diferentes olhares científicos, o que nos faz afirmar que a interdisciplinaridade vêm caracterizando tais estudos no Brasil. Dentre esses últimos podemos enumerar: *Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes do século XIX*, de Mario Jorge Pires e a coletânea de trabalhos organizada por Miriam Rejowski intitulada *Turismo no Percurso do Tempo*. Existem também artigos que relacionam ao seu objeto a perspectiva histórica do turismo. Um exemplo disso é o trabalho, de Celso Castro, intitulado “Narrativas e imagens do

---

<sup>1</sup> Cf. SOLHA, Karina e REJOWSKI, Miriam. “Pesquisa turística no Brasil da óptica dos pesquisadores”. In: LAGE, Beatriz e Paulo César MILONE. (org.). *Turismo Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000, pp. 281-297. REJOWSKI, Miriam. “Ensino em turismo no Brasil: reflexões sobre a realidade do ensino de graduação de 1970 a 2000”. In: BARRETO, Margarita e Miriam REJOWSKI. *Turismo: interfaces, desafios e incertezas*. Caixas do Sul. EDUCS, 2001, pp. 47-56.

turismo no Rio de Janeiro”. Outros artigos publicados em revistas especializadas tratam da história institucional do turismo brasileiro; dentre os quais podemos citar o de Keila Brandão e Alberto Hora “Política de turismo no Brasil”, “O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda”, de João dos Santos Filhos; “*A Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)” e “A Legalização dos Cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, os dois últimos da autoria de Dario Dias Paixão.

Em relação a esses trabalhos e ainda que seus títulos sugiram ou relacionem a seus objetos o tratamento da perspectiva histórica do turismo no Brasil, podemos concluir que não se produz um estudo, *stritu sensu*, a partir da História. Neles, essa abordagem precisa ser mais afunilada, sobretudo, no sentido de repensar como o turismo, sejam quais forem os modos de se expressar, fez parte da história do Brasil desde o século XIX até os dias de hoje. Um esforço pioneiro e sólido nessa direção pertence ao historiador Haroldo Camargo. Ele aportou, com seu livro, *Uma pré-história do turismo no Brasil. Recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)* uma abordagem histórica, singular, ao estudo do turismo, ou melhor, de suas antecipações, tomando como período de estudo a primeira metade do século XIX.

A produção científica dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior cariocas e paulistas também merece destaque especial. Ela tem sido também, prolífica em matéria de história do turismo e/ou em temas relacionados a esse novo campo de conhecimento da História. Alguns dos exemplos mais importantes dessa produção são: “A participação societal das políticas públicas de turismo no Brasil”, de Cíntia Rejane Moller de Araújo; “Órgãos Públicos Estaduais e o Desenvolvimento do Turismo no Brasil”, de Karina Solha Toledo; “Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil”, de Aline Vieira de Carvalho; “Turismo e preservação de sítios históricos: o caso de Ouro Preto”, de Leila Aguiar Bianchi e, por último, mas não menos importante, o trabalho de André Daibert “História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930”<sup>2</sup>. Eles todos comprovam que existe um interesse em propiciar uma aproximação científica ao turismo a partir de um olhar histórico, inclusive, sem que sejam tais autores, a rigor, historiadores de profissão e formação.

---

<sup>2</sup> As referências bibliográficas dos trabalhos mencionados aparecem nas páginas correspondentes à bibliografia da presente tese de doutorado.



Mesmo que possamos perceber uma renovação nos estudos que tratam da perspectiva histórica do turismo, inclusive, incorporando à análise diferentes estudos de casos, ela não está, nem de longe, esgotada. A consulta de fontes documentais em instituições de pesquisa cariocas, ainda por serem identificadas, lidas e classificadas em sua totalidade, pode trazer novos olhares e potencializar o estudo da dimensão histórica do turismo no Brasil. A História, entendida aqui, em maiúscula, como uma disciplina do conhecimento, poderá contribuir renovando as leituras que esse tema da pesquisa sugere, sobretudo porque ela é uma disciplina fundamental para a abordagem e reflexão diacrônica do turismo e, também, do patrimônio cultural.

Segundo os pressupostos expostos nas páginas anteriores, foi assumido, como objetivo geral dessa pesquisa, o estudo, a partir da História da construção social do patrimônio e do turismo e do cenário que eles ajudaram a definir no Brasil no século XX, tendo em vista uma cidade histórica fluminense, a outrora vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Para operacionalizar essa questão central traçamos vários objetivos específicos que partem em sua análise do geral, o cenário contemporâneo em que o patrimônio e o turismo se integram, ao particular, as formas como se expressaram no Brasil e, particularmente, na antiga vila de Paraty. Dessa forma, poderemos decompor o todo em suas partes alcançar a consistência no trabalho de pesquisa realizado.

Tais objetivos de pesquisa visam a:

- Caracterizar as práticas e representações em torno do patrimônio e do turismo nos diferentes contextos históricos estudados no Brasil;
- Explicar a natureza das relações históricas que se estabeleceram entre o patrimônio e o turismo no Brasil nos séculos XIX e XX;
- Desenvolver as noções de patrimonialização e turistificação aplicadas ao caso de estudo cujos resultados permitiram caracterizá-la como uma cidade documento, como uma cidade monumento e como uma cidade turística;
- Demonstrar que a História, assim como outras disciplinas sociais e humanas, pode contribuir de forma esclarecedora para o estudo do patrimônio e do turismo, favorecendo a interdisciplinaridade que exige o estudo de tais construções sociais.

A consecução desses objetivos se revelou em um longo processo de pesquisa, com uma abordagem qualitativa, cuja lógica expomos na redação do trabalho, estruturada em três capítulos para melhor comprová-los. O primeiro capítulo da tese, *O*

*patrimônio como construção social*, fundamenta-se no diálogo estabelecido entre um conjunto de fontes escritas da época, que permitiram não apenas estudar a perspectiva diacrônica do patrimônio no Brasil, mas também trazer uma reflexão que permita acompanhar a história de suas representações e práticas em seu itinerário histórico pelos séculos XIX e XX. Os conteúdos correspondentes a esse estudo se estruturam em quatro itens, a saber: “A alegoria do patrimônio na contemporaneidade”; “A primazia civilizatória do patrimônio no Brasil imperial”; “A primazia artística do patrimônio: as primeiras décadas do século XX” e “O patrimônio histórico-artístico e o poder público federal”.

A novidade da abordagem desse capítulo é produto de leitura prévia e dirigida das fontes documentais e bibliográficas existentes em várias instituições de pesquisa do Rio de Janeiro. Assim, a contribuição historiográfica que essas informações podem trazer reside na caracterização original de uma história do patrimônio antes mesmo de sua institucionalização definitiva durante o século XX. Metaforicamente falando, caso seja permitida essa liberdade, pouco comum entre os historiadores, diríamos, uma história do patrimônio antes do patrimônio. As representações feitas sobre o patrimônio, ora mais históricas, ora mais artísticas foram estudadas na produção de intelectuais membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), nos tempos do Império do Brasil e, também, durante os anos da Primeira República, permitindo estruturar o raciocínio que norteou a redação do primeiro capítulo. A maior parte das fontes correspondentes a esse capítulo foi consultada na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por sua vez, as fontes relativas à introdução do patrimônio, na pauta do poder público, assim como a relação da UNESCO com o IPHAN foram consultadas no Arquivo e Biblioteca “Noronha Santos”, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Rio de Janeiro.

O segundo capítulo, *O turismo como construção social*, traz uma abordagem histórica do turismo na Europa Ocidental e no Brasil. O viés da análise desse capítulo vai ao encontro do passado depois de uma caracterização do turismo nas últimas décadas do século XX. Ele é encabeçado por um item: “O turismo contemporâneo e seus antecedentes históricos”, como seu título indica, visou relacionar as características que o turismo adquiriu durante as últimas décadas a seus antecedentes históricos. O segundo item desse capítulo “As antecipações do turismo no Brasil: o Rio de Janeiro” nos leva a indagar sobre as práticas e lugares através das quais o turismo se manifestou no Brasil Imperial, durante o século XIX. “A organização do turismo no Rio de Janeiro

nas primeiras décadas do século XX” é título do terceiro item do segundo capítulo. Assim como o item que o precede, e com o qual possui uma óbvia inter-relação, trata uma história do turismo no Brasil, com ênfase no Rio de Janeiro e num outro contexto histórico, o de começos do século passado. Seu relato questiona as afirmações mais recorrentes enunciadas pela literatura acadêmica existente sobre o tema. Há, ainda, um quarto item que encerra o segundo capítulo, o que trata das “Estâncias termiais, turismo e poder público federal”, o mesmo caracteriza as práticas e representações em torno do turismo dentro e fora das instâncias do poder público federal brasileiro entre os anos trinta e setenta do século passado.

As fontes que permitiram a elaboração do segundo capítulo foram consultadas na Biblioteca Nacional – Sala de Obras Raras, Sala de Periódicos e Iconografia –, no Arquivo Nacional, no Arquivo Técnico Administrativo do IPHAN/Rio de Janeiro e no Arquivo do Museu da República do Rio de Janeiro. No que se refere à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), dispõe de fontes históricas primárias e secundárias que foram consultadas na Biblioteca Nacional, no Arquivo Técnico Administrativo do IPHAN/Rio de Janeiro e no Centro de Estudos Turísticos (CET) da Universidade de Brasília (UnB). Lá, encontramos parte da documentação desse órgão turístico<sup>3</sup> depois de serem trasladadas da autarquia sediada na cidade do Rio de Janeiro. Ao todo, são um amplo e variado conjunto de fontes primárias que nos possibilitam colocar o turismo em perspectiva histórica para analisar sua construção social e sua introdução na pauta do poder público desde finais dos anos trinta até os anos setenta do século passado. A aparente dispersão das fontes primárias deste segundo capítulo permite, em boa medida, entender o porquê da inexistência de produção científica significativa na história do turismo no Brasil.

O terceiro e último capítulo dessa tese, *Paraty: cidade documento, cidade monumento, cidade turística* direciona o estudo em torno de uma cidade histórica fluminense ao analisar os processos de patrimonialização e turistificação, assim como as relações estabelecidas entre os campos do patrimônio – histórico e artístico – e o turismo através de um número significativo de fontes escritas. Os limites cronológicos selecionados para realizar tal trabalho abrangeram desde a declaração da antiga vila em

---

<sup>3</sup> Em prévia correspondência com os bibliotecários do Centro de Estudos Turísticos da Universidade de Brasília obtivemos a disponibilidade das fontes que permitem a redação da parte correspondente à institucionalização do turismo com a EMBRATUR, porém a listagem de fontes existentes que nos interessam foram, em sua generalidade, consultadas no Arquivo Técnico Administrativo do IPHAN do Rio de Janeiro e, particularmente, dentro de sub-séries que tratam do patrimônio e do turismo.

“Monumento Histórico do Estado”, em 1945, até o final da década dos anos setenta, por serem esses anos significativos do ponto de vista das relações estabelecidas entre o patrimônio e o turismo, dentro e fora do âmbito institucional. As características que a cidade assumiu durante esse período permitiram não apenas estudar aqueles processos, mas, as relações que se estabeleceram entre o patrimônio e o turismo, uma vez inseridos na pauta do poder público federal. O terceiro capítulo está composto de seis itens que permitem entender a trajetória da idéia de patrimônio e do turismo personificada pela antiga vila fluminense, num período de aproximadamente trinta e cinco anos, que a fez objeto do interesse preservacionista e turístico por parte de diferentes órgãos e por diferentes esferas do poder público no Brasil.

O primeiro deles, “Paraty entre os séculos XVIII e inícios do XX: memória e historiografia”; traz uma visão crítica sobre as relações entre os processos priorizados pela historiografia, o campo da memória e o patrimônio cultural da antiga vila. Mais do que mergulhar ou rever a história local, achamos importante realizar tal análise, sobretudo, porque nem sempre as teses priorizadas pela historiografia existente são coerentes na hora de tratar do patrimônio cultural. Por sua vez, “A cidade documento e os primórdios da patrimonialização”, o segundo item desse capítulo, analisa o poder de evocação do passado que a antiga vila documentou através de suas construções religiosas, domésticas, civis e militares desde sua declaração em Monumento Histórico do Estado até o tombamento iphaniano de 1958. A antiga Vila personificou os valores histórico-artísticos que caracterizaram a idéia de patrimônio construída pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em suas primeiras décadas de existência. Esses valores justificaram seu tombamento (1958) e sua declaração como Monumento Nacional (1967), os que unidos às novas concepções iphanianas e a assessoria da UNESCO em matéria de preservação constituem o eixo central da análise do terceiro item, “A cidade monumento e a patrimonialização”.

As relações entre o IPHAN e a UNESCO e da prática e organização do turismo na antiga vila são tratadas nos últimos três itens do capítulo terceiro, neles podemos constatar a natureza do processo de turistificação em Paraty. O quarto item, “A cidade monumento e a turistificação” comprova que ainda que a aparição do turismo em Paraty possa se adjudicar à chegada de turistas paulistas, certamente o binômio, IPHAN-UNESCO, foi um ator social importante no reconhecimento da tal realidade, mais especificamente, pelo entendimento do turismo como um incentivo para valorizar

turisticamente os bens culturais e pelo planejamento urbanístico da cidade que havia sido patrimonializada. Por sua vez, no quinto item do terceiro capítulo intitulado “A cidade turística: a Saint-Tropez Fluminense?”, o turismo é estudado como o principal fator de desenvolvimento que definiu a vocação sócio-econômica atual da antiga vila. Já o último e sexto item “Fatos e representações da patrimonialização/turistificação” trata, como seu título indica, dos fatos e representações dos processos de patrimonialização e turistificação fazendo uma espécie de balanço dos mesmos.

O estudo da patrimonialização e da turistificação da antiga vila se fundamenta no trabalho com diversas fontes documentais – entre elas; cartas, telegramas, artigos de jornais, pareceres, memorandos, relatórios, depoimentos, ofícios, declarações, planos urbanísticos e de aproveitamento turístico, convênios, acordos e correspondências interministerial – trabalhadas no Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP), no Arquivo e Biblioteca Central “Noronha Santos ” do IPHAN e na 6ª Superintendência do IPHAN, no Rio de Janeiro e na Biblioteca do Centro de Excelência Turística da Universidade de Brasília (UnB). Ao todo, um conjunto de fontes pertencentes aos últimos cinquenta anos do século XX permitiram analisar tais processos na antiga vila de Paraty.

Existe uma memória do patrimônio e do turismo que precisa ser mais explorada, isto é, identificada, classificada, lida e historicizada, não apenas para o interesse do pesquisador, mas para facilitar a formação de profissionais do turismo e do patrimônio, que possam mobilizar esses e outros tantos saberes e atuarem no mercado do trabalho, seja este acadêmico ou empresarial. A contribuição desta pesquisa historiográfica pretende reforçar tal afirmação no horizonte de uma abordagem interdisciplinar. Essa demanda chama a atenção dos historiadores para o preenchimento de lacunas de conhecimentos negligenciados por tendências hegemônicas da historiografia. Seria recomendável, na interdisciplinaridade aludida, e isto é válido para a pesquisa historiográfica, na área do patrimônio e do turismo, de ela não se ocupar dos objetos de outras disciplinas e, sim, do que ela tem a nos dizer sobre um objeto de estudo comum àquelas mais próximas como a Sociologia, a Psicologia, a Etnografia, a Etnologia e a Antropologia.<sup>4</sup> Ao final, a contribuição historiográfica desta pesquisa se relaciona, para

---

<sup>4</sup> Uma preocupação, do ponto de vista metodológico e a partir da História, aparece no artigo “As fundações historiográficas da turismologia”, do historiador Elio Chaves Flores publicado na Revista de História *Saeculum*, da Universidade Federal da Paraíba, No. 12, jan./-jul. 2005, pp. 142-163. De outro lado, uma intenção claramente interdisciplinar no estudo do patrimônio, aplicável também ao turismo, foi

além do seu viés científico, com a procura de narrativas do passado, úteis para orientar as experiências dos homens nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, este trabalho pretende dar uma demonstração de que a História e os historiadores, como afirma Daniel Muniz de Albuquerque,<sup>5</sup> continuam (os) sendo necessários.

---

um dos eixos temáticos da palestra ministrada pelo sociólogo francês Alain Bourdin “Patrimônio: passado e presente”, In: *Série Estudos*, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, No. 57, maio, 1987. [Transcrição de fita gravada de conferência realizada no IUPERJ, novembro de 1986].

<sup>5</sup> ALBUQUERQUE, Daniel Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007, p. 65

# **CAPÍTULO I**

**“O PATRIMÔNIO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL”**

## 1.1. A alegoria do patrimônio cultural na contemporaneidade

*La notion de patrimoine a toujours plusieurs dimensions. Elle comporte des variables, des vides et des fièvres qui peuvent étonner l'historien.*<sup>6</sup>

André Chastel & Pierre Babelon.

Há algumas décadas, a noção de patrimônio cultural apresenta um entendimento mais abrangente do que a de “*monumentofilia*” que o caracterizou durante mais de um século. Imerso num complexo processo de redefinição, o patrimônio extrapolou suas dimensões móveis e imóveis para abranger manifestações da cultura imaterial a partir da segunda metade do século XX. Essa evolução muito mais do que semântica tornou o patrimônio cultural mais heterogêneo e incorporou outras expressões culturais até então ausentes dos discursos legitimadores do Estado-Nação no plano da cultura. Entretanto, como todo processo histórico, ao longo do tempo, essa noção foi sendo construída. Assim, o patrimônio ultrapassou a fronteira tradicional dos objetos históricos e artísticos e se associou a inúmeros outros objetos, entre eles: o arqueológico, o industrial, o etnográfico, o paisagístico, o gastronômico, o natural, admitindo que todos se constituem também em expressões culturais significativas. Enfim, a noção do patrimônio, se ampliou a outros horizontes culturais, também, como resultado da repercussão que trouxe a revisão antropológica sobre a noção de cultura nas últimas décadas.

Outro fator que explica essa ressignificação da noção de patrimônio é a existência de uma crise de identidade nas sociedades contemporâneas, produto da globalização que questionou a idéia do nacional como um corpo fechado e homogêneo. A globalização, segundo Stuart Hall, tem um efeito “pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação tornando as identidades mais políticas, plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas”<sup>7</sup>. A pluralidade e a diversidade das identidades apontadas repercutiram, no entendimento do patrimônio cultural, uma vez que esse não se associaria unicamente à homogeneidade cultural, mas, igualmente, à sua heterogeneidade. A globalização também diminui a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentam a ilusão de identidades ahistóricas, o que fez questionar a relativa autonomia do Estado-Nação e sua legitimidade cultural. Isto fez com que os modelos de

---

<sup>6</sup> BABELON Jean-Pierre e André CHASTEL. “La notion de patrimoine”, In: *Revue de l'art*, No. 49, 1980. p. 25. A tradução para o português poderia ser a seguinte: “A noção de patrimônio possui várias dimensões; inclui variáveis, vazios e delírios que podem impressionar o historiador”.

<sup>7</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 87.



identificação com o passado – ou, o que eram entendidos como tal, sob a idéia de tradição perdessem o sentido de continuidade e os tempos pretéritos adquirissem uma natureza estranha, inóspita, distante, de um ‘país estrangeiro’. A idéia da perda de continuidade com o passado, unida aos efeitos da globalização, no plano das identidades culturais; à ampliação e garantia de direitos democráticos que condicionaram a afirmação de direitos culturais e a um entendimento mais antropológico da noção de cultura forçaram as sociedades contemporâneas a exigir a recuperação ou a reinvenção do seu patrimônio cultural.

O patrimônio se tornou cultural – deixou de ser unicamente histórico e artístico – e, em consequência, mais abrangente em seus domínios, atingindo outros horizontes fora da unicidade memorial que os projetos do Estado-Nação tinham definido a partir do século XIX. Assim, abriu-se um infinito patrimonializável de práticas, de saberes, de fazeres, de objetos, de edificações, de obras de arquitetura, de sítios, de paisagens, de natureza, de gastronomia, de lendas etc. Tal abrangência também foi estimulada pela expansão da economia turística que vê, no patrimônio cultural, um cenário ideal para suas práticas. Essa espécie de “complexo de Noé” em que praticamente todas as expressões culturais são patrimonializadas foi estudada por vários cientistas sociais. Esses recorreram a noções expressivas como “obsessão patrimonial”, “invenção do patrimônio”, “loucura patrimonial”, “paixão patrimonial” e “fúria preservacionista”<sup>8</sup> ao se referirem às novas fronteiras do patrimônio aqui enumeradas.

Essas denominações possuem algo em comum com o fato de que elas espelham o processo de atribuição de valor e simbolismo que o patrimônio cultural adquiriu nas últimas décadas do século XX: a patrimonialização. Esse processo é marca evidente dos tempos atuais, revela-se no confronto entre o patrimônio erudito e o patrimônio coloquial, mas também no confronto entre o patrimônio de construções vernáculas, com uma historicidade realçada, e um patrimônio constituído pelas testemunhas mais recentes da atividade humana com funções e finalidades diferentes servindo de intermediários entre o passado e o futuro. As duas dimensões anteriores se relacionam com mecanismos de afirmação e legitimação de identidades, o que não está isento de lutas, dialéticas e negociações. Finalmente, a patrimonialização se expressa no

---

<sup>8</sup> Respectivamente os termos acunhados pertencem aos seguintes autores: NORA, Pierre (org.) *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. GUILLAUME, Marc. *A política do patrimônio*. Porto, Ed. Campo das Letras, 2003 [1980]. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Ed. EDUSP, 2001. Henry-Pierre Jeudy (org.). *Patrimoines en folie*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme. 1990. LE GOFF, Jacques (dir.). *Patrimoine et passions identitaires*, Paris: Éditions du Patrimoine. 1998.

confronto entre o caráter material dos bens culturais e um patrimônio intangível “desmemoriado” que o processo legitima com um novo olhar sobre o passado, colocando a memória e o esquecimento em questão. Não obstante, como afirma Paulo Peixoto,

ao contrário de explicações que tendem a tornar-se dominantes, a patrimonialização não é apenas uma espécie de seguro contra o esquecimento, funcionando antes como instrumento de afirmação e de legitimação de determinados grupos sociais e como estratégia de captação de recursos e de transformação identitária de lugares que procuram tornar-se competitivos<sup>9</sup>.

Outros dois aspectos que revelam o caráter paradoxal dos processos de patrimonialização merecem ser destacados. Por um lado, a patrimonialização contradiz a dialética dos processos culturais uma vez que os efeitos produzidos pelo processo “congelam” as manifestações culturais no espaço e no tempo. Neste sentido, a patrimonialização dos bens culturais obstaculiza o caráter dinâmico e vivo das culturas. Mas não só isso; o outro lado que se relaciona com a natureza emaranhada da patrimonialização nem sempre vem associada ao resgate das identidades culturais, mas ao das ações econômicas, políticas, pedagógicas e turísticas. Ou seja, à nostalgia da patrimonialização pelas manifestações culturais dos tempos pretéritos se acrescentam as exigências do presente que esmaga o passado. O crescente desenraizamento das sociedades modernas explica de modo singular o processo da patrimonialização, uma vez que os cidadãos modernos procuram suas raízes em um passado que lhes pertence e, como constata François Furet “*cette demande sociale est un des éléments qui explique l’effort fait pour recontextualiser les oeuvres et les objets du passé*”<sup>10</sup>. Como consequência desse processo, o caráter mais social e identitário que o patrimônio possui, na atualidade, contrasta com a natureza aristocrática que já teve em outros tempos.

Mesmo ao se afirmar como “cultural”, o patrimônio continua sendo uma “construção social” resgatada de um *corpus* cultural heterogêneo para adquirir significação e valor, tal e como nos adverte Llorenç Prats<sup>11</sup>. Porém, a construção social do patrimônio não se produz espontaneamente sem a elaboração de um discurso

---

<sup>9</sup> PEIXOTO, Paulo. “As cidades e os processos de patrimonialização: a corrida ao estatuto do patrimônio mundial e a identidade simbólica das cidades”, In: PINHEIRO, Magda, et.al. *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*. Oeiras: Ed. Celta, 2001, pp. 171-179.

<sup>10</sup> FURET, François. “Conclusion des Entretiens”, in François Furet (org.), *Patrimoine, temps, espace-patrimoine en place, patrimoine déplacé*, Paris, Éditions du Patrimoine. 1996. p. 425. A tradução do francês é: “esta demanda social é um dos elementos que explica o esforço de re-contextualizar as obras e os objetos do passado” (Tradução própria, HVM).

<sup>11</sup> PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel 1997. p. 19.

prévio que se apoie numa continuidade histórica “construída” e que legitime, paralelamente, a existência de uma *comunidade imaginada* através de um conjunto de símbolos que a identificam <sup>12</sup>. Tal realidade se evidencia com o surgimento dos estados que precisaram remontar suas origens em um “passado nacional”. Nesse intuito, eles se justificaram em uma *mitologia retrospectiva*, que favoreceu a coesão social e legitimou suas instituições. Ora, a procura de uma herança cultural que responda a esse passado nacional “inventado” e à *comunidade imaginada* que o personifica nos conduz ao surgimento da noção moderna de patrimônio, “*une notion toute recente, qui couvre de façon nécessairement vague tous les biens, tous les `trésors´ du passe`*” <sup>13</sup>. A simbologia desse último iria garantir e perpetuar os interesses dos grupos no poder - cujas políticas patrimoniais engendram o interesse pelo passado e a necessidade de conservar e não ao contrário - daí que o patrimônio possa ser entendido, também, como a personificação de uma história ficcional e recriada. Dessa forma, a historicidade da noção de patrimônio se atrelou ao surgimento dos nacionalismos dos oitocentos e o passado nacional que se inventou para legitimar o Estado-Nação se materializou, respectivamente, em ações públicas de preservação e conservação a partir dos séculos XIX e XX no âmbito europeu e latino-americano. Partimos do entendimento que uma coisa é o surgimento da noção de patrimônio e outra suas políticas de preservação.

De acordo com isso, a França tem sido um modelo de referência na ação preservacionista que extrapolou as fronteiras européias para outros contextos histórico-culturais. Os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos se caracterizaram pela existência de mecanismos de preservação do patrimônio não centralizados totalmente pelo Estado, pela participação de agências privadas atuando entre o Estado e os proprietários e, também, por uma tardia subvenção estatal já bem avançado no século XX <sup>14</sup>. Levando em consideração a origem genealógica da noção de patrimônio, constata-se que na Inglaterra é utilizada a palavra *heritage* mais associada ao legado de bens culturais – em grande parte privados – que constituem o patrimônio cultural. Essa concepção está

---

<sup>12</sup> A formulação da noção de *comunidade imaginada* pertence ao historiador Benedict Anderson, *Imagined communities. Reflections on the origins and spread of nationalism*. 2ª Ed. London - New York: Verso, 1991.

<sup>13</sup> BABELON, Jean Pierre e André CHASTEL. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994. p. 11. A tradução para o português brasileiro poderia ser : uma noção muito recente que abrange, de modo vago, necessariamente todos os bens, todos os tesouros do passado.

<sup>14</sup> Um estudo histórico comparado das políticas de preservação do patrimônio pertence à autoria de Maria Lúcia Gouveia intitulado “Políticas de preservação do patrimônio: três experiências em confronto: Inglaterra, Estados Unidos e França”, In: MICELI, Sérgio e GOUVEIA, M. Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: Funarte, IDESP, 1985.

fortemente enraizada na vida social e pública dos ingleses. Enfim, a expressão anglo-saxônica se aproxima mais do que em francês se denomina como *l'héritage* que, por sua vez, designa os bens privados que são transmitidos de uma geração para a seguinte.

No caso da França, o “*patrimoine*», dont l'étymologie se approche de celle du terme «*patrie*», suggère une idée de biens collectifs, tandis qu'en anglais *heritage* évoque une idée de propriété privée”<sup>15</sup>, ou seja, que existe uma divergência semântica, que adquire sua especificidade com as práticas sociais e públicas e com as mudanças resultantes do fim das monarquias absolutas. Norteados por esse raciocínio, as fronteiras delimitadas pelos conceitos de ‘nação’ e de ‘pátria’ iriam repercutir no entendimento do que seria *le patrimoine* ou, simplesmente, *o patrimônio* e, por extensão, as políticas públicas preservacionistas que asseguraram a legitimidade dos estados durante séculos XIX e XX. Mas qual seria a alegoria, quer dizer, a representação, mais comum do “passado nacional” a ser preservado? Sem dúvida alguma o patrimônio edificado, especialmente os monumentos históricos consagrados desde o século XIX. Na concepção riegliana,

O monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial<sup>16</sup>.

A ideia do patrimônio – como invenção ocidental moderna da qual os monumentos históricos fazem parte constitutiva – surgiu atrelada a sua dimensão móvel e imóvel. No entanto, a herança cultural nem sempre se associou a essas dimensões do patrimônio, mas às manifestações da cultura imaterial. Além do consagrado espírito monumental que já personificava, o patrimônio incorporou recentemente a sua etimologia outras épocas históricas e expressões culturais diversas. Converteu-se em uma ‘palavra chave da consciência histórica contemporânea’, termo alcunhado pelo historiador Pierre Nora, que também acrescenta à passagem do patrimônio:

... de uma acepção quase notarial – que era ainda no final dos anos 60 e 70 – a uma definição muito assertiva e invasora: não já o bem que é herdado, mas o

---

<sup>15</sup> HEWISON, Robert. “La prise de conscience du patrimoine en Grande-Bretagne”, in Pierre Nora (org.), *Science et conscience du patrimoine*. Paris : Éditions du Patrimoine. 1997. p. 357. A tradução para o português brasileiro poderia ser : patrimônio cuja etimologia se aproxima mais do termo patria, sugere uma idéia de bens coletivos, enquanto a denominação em inglês se relaciona com a ideia de propriedade privada.

<sup>16</sup> RIEGL, Alois. *Lê Culte moderne des monuments*. Apud CHOAY, Françoise. *Op. Cit.* p. 25.

bem constitutivo da consciência coletiva de um grupo. Uma verdadeira reviravolta. Neste sentido, veio juntar-se, na mesma constelação passional às palavras memória e identidade”, das quais se tornou praticamente sinônimo, palavras que, aliás, também conheceram, em poucos anos, a mesma mudança devastadora<sup>17</sup>.

Em pouco menos de cinquenta anos, a noção de patrimônio sofreu uma mudança radical se redefinindo e interligando-se aos conceitos de memória e identidade, que são inseparáveis das discussões teóricas sobre o patrimônio hoje em dia. Assim, a memória e a identidade se constituem em terreno fértil de trabalho para os historiadores, os psicólogos, os antropólogos, os historiadores da arte e demais cientistas sociais no propósito de estudar o patrimônio cultural, ainda mais, se consequentes com o sentido dinâmico e processual enunciado pelo historiador francês. A ativação de memórias relegadas ao esquecimento também explica as dimensões que adquiriu a noção de patrimônio cultural na atualidade. Dessa forma, repensá-las constitui-se em um novo objeto de estudo do historiador contemporâneo interessado na pesquisa de patrimônio.

Outro clássico da historiografia francesa que também se destacou pelo trabalho com a área de memória foi Jacques Le Goff. Mesmo reconhecendo o caráter dinâmico que a memória possui, deu mais ênfase ao seu sentido cumulativo, quando diz que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”<sup>18</sup>. Enfim, sem memória não seria sequer possível pensar o patrimônio. Eles se complementam: o patrimônio pode ser entendido como o suporte e a externalização da memória social. Eis mais do que um motivo para não dissociarmos a memória do patrimônio<sup>19</sup>.

Quanto às relações entre a noção de patrimônio e a nação, o historiador brasileiro Afonso Carlos Marques dos Santos afirma que a História – no seu sentido de reconstrução sócio-existencial – serve como elemento de coesão das tradições reinventadas e essas se mostram na base do discurso legitimador da nação que inseriu o patrimônio no projeto de construção da identidade nacional ao longo do século XIX e durante boa parte do XX<sup>20</sup>. Segundo essa abordagem, pode-se refletir sobre o papel do

---

<sup>17</sup> NORA, Pierre. *Actes des Entretiens du Patrimoine*. Paris : Fayard, 1997, p.12.

<sup>18</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. p. 426.

<sup>19</sup> Anda mais se expressado diacronicamente sob diferentes “fatos” que foram definindo-o. Esses, para o contexto francês, foram estudados por André Chastel e Jean Pierre Babelon. Cf. BABELON, Jean Pierre e André CHASTEL. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.

<sup>20</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “Memória, história e patrimônio cultural: notas para um debate”, In: *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. pp. 81-106.

historiador no estudo do patrimônio cultural, o que lhe permite projetar-se intelectualmente em outro campo de estudo. Ora, o que dizer dos intelectuais brasileiros dos oitocentos e do começo dos novecentos? De qual memória esses se mostrariam herdeiros e quais foram os traços civilizatórios com que identificaram a jovem nação brasileira? A noção de patrimônio, no Brasil, teria as mesmas características que marcaram a sua construção na Europa?

## **1.2. A primazia civilizatória do patrimônio no Brasil imperial**

**Patrimônio** s. m. (...) **1.** herança familiar **2.** conjunto dos bens familiares **3.** fig. Grande abundância; riqueza; profusão (p. artístico) **4.** bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país, ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s) (...) **5.** JUR. Conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa (...)

*Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.p. 2151.

As variações polissêmicas, acima expostas, do substantivo patrimônio reforçam seu caráter inseparável da práxis humana, tanto num sentido individual quanto coletivo. E foi, precisamente, essa práxis de natureza social, econômica e política, na coletividade, que impôs e legitimou o Brasil dos oitocentos e foi gradualmente o definindo. Desvendar esse mistério da definição do patrimônio no Brasil é nosso objeto nesse item e para isso vamos pensar uma história do patrimônio antes da criação do órgão que o institucionalizou: o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Há outras leituras da produção historiográfica que foram legadas a serem feitas por nós e outras que aguardam a se tornarem pertinentes e necessárias e verossímeis. Enfim, “o discurso histórico não é senão uma cédula a mais numa moeda que se desvaloriza e não é mais do que papel”<sup>21</sup>. Enfim, a motivação aqui apresentada visa pensar, parafraseando Françoise Choay, na alegoria do patrimônio desde os tempos da colônia até, aproximadamente, a virada do século XIX, ou seja, um período longo e complexo que se abre a diferentes interpretações históricas.

As referências a Portugal, na sua condição de metrópole do Brasil, não podem ficar ausentes do balanço histórico que se quer conformar. E isso se justifica, historicamente, pela introdução no direito lusitano da proteção ao acervo de arte antiga e aos monumentos de valor histórico depois de um relatório apresentado ao Rei D. João V pelo Diretor da Academia Real da História Portuguesa. Nesse documento nos chamava

---

<sup>21</sup> CERTEAU, Michel de. “A história como mito”, In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000. p. 58.

a atenção o potencial existente de monumentos antigos pertencentes às culturas dos povos fenícios, dos gregos, dos romanos, dos godos e dos arábicos nos tempos em que esses exerceram seus domínios em terras portuguesas, assim como da sua importância histórica. Tomando ciência daquela situação, o Rei Dom João V decretou por alvará, de 28 de agosto de 1721, que:

daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado e, da mesma sorte, as estátuas, mármores e cipós e que estiveram esculpidos algumas figuras, ou tiveram letreiros fenícios, gregos, romanos, góticos e arábicos, ou lâminas, ou chapas de qualquer metal que contiveram os ditos letreiros ou caracteres; como outrossim medalhas ou moedas que mostrarem ser daqueles tempos até o Reinado do Senhor Dom Sebastião, nem encubram ou ocultem algumas das sobreditas cousas. Os infratores, sendo pessoas de qualidade, além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão também a demonstração que o caso pedir e merecer a sua desatenção, negligência ou malícia; e as pessoas inferiores de condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do Livro 5, título 12, art. 5º...<sup>22</sup>

Desde bem cedo – e com precedência de outras monarquias européias – o direito português introduziu disposições relativas à proteção do acervo cultural herdado, de todo vestígio de civilização anterior até o reinado de Dom Sebastião. Oitenta e três anos depois, o príncipe regente Dom João mandou novamente publicar o alvará, exatamente em quatro de agosto de 1802, reconhecendo assim sua importância na salvaguarda de todo remanescente de cultura precedente. Pelo conteúdo do mesmo, os domínios ultramarinos, entre esses o Brasil, ficavam fora do alcance de sua aplicação, portanto, tal precedente na legislação do Reino de Portugal e Algarves em nada alterou os mecanismos administrativos que regulavam a vida do Brasil no século XVIII. Talvez alguma repercussão houvesse, no Brasil, mas não de forma direta. Isso não constitui uma reflexão desacertada, se for levada em consideração que as referências políticas, culturais e jurídicas provinham de Portugal na sua condição de metrópole e que o Brasil era entendido como uma “extensão” do território português que espelhava as instituições bragantinas. Ora, o certo é que, 21 anos depois da promulgação do alvará de 1721, o Vice-Rei André de Melo e Castro, conde das Galveias, expediu uma carta endereçada a Luís Pereira Freire de Andrade, governador de Pernambuco<sup>23</sup>. A carta

---

<sup>22</sup> FUNDAÇÃO PRO-MEMÓRIA. “Patrimônio histórico e artístico”, In: *Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória. 1987, p. 66. A referência original pode ser consultada em um verbete publicado por Rodrigo de Melo Franco no *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*, vol. 36, pp. 186-189.

<sup>23</sup> D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias (1688-1753) foi Vice-Rei do Estado do Brasil no período de 1735 até 1749 com sede em Salvador. Henrique Luís Pereira Freire de Andrade foi governador de Pernambuco entre 1737 e 1746. João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679) cognominado "o

seria o primeiro documento administrativo que visava à proteção de uma edificação colonial no Brasil. Nela, o Vice-Rei André de Melo e Castro pediu ao Governador de Pernambuco para não ocupar o palácio das Duas Torres, que fora construído por Maurício de Nassau, príncipe holandês. Emitindo cuidados com a preservação da memória, assim se expressou:

Pelo que respeita aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, quem em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania<sup>24</sup>.

O aguçado sentido do Conde das Galveias não só tentou impedir a destruição do edifício, mas o valorizou historicamente. A carta em questão é importante pelo fato de constituir o primeiro documento do qual se tem notícia a respeito da preocupação com a preservação de uma edificação colonial e, também, pelas interpretações que dele se depreendem. Essas últimas partem da seguinte pergunta: poderíamos estabelecer este documento como o referencial histórico de outros projetos públicos para a restauração e conservação do patrimônio cultural brasileiro? Os conteúdos desse documento sugeririam uma linha evolutiva que nos conduziria até os projetos de preservação de monumentos das primeiras décadas do século XX? Não podemos descartar, entretanto, que os contextos são diferentes e as motivações são outras. Uma resposta a essa interrogação foi dada pelo historiador Haroldo Leitão Camargo ao argumentar que a existência desse documento histórico:

não deixaria de remeter à independência portuguesa da Coroa espanhola com a ascensão dos Bragança ao trono. Não seria demais acreditarmos isso de um aristocrata que antes dos cargos ocupados no Brasil, inclusive o de governador e capitão-general das Minas fora designado embaixador extraordinário por D. João V, em Roma, junto à Santa Sé. Por outro lado, um documento notável. O vice-rei, ao menos quanto a isso, parece dotado de uma percepção muito aguçada e de uma mentalidade ilustrada. Colocar-se-ia ao lado de eventuais antecedentes que poderíamos encontrar talvez, na Europa ocidental, muito antes que, mesmo lá, viessem a ser delineadas políticas de preservação. Sob este último ponto de vista, um documento absolutamente inócuo. O palácio não foi conservado, até porque não haveria sensibilidade e interesse social para a proposta. Uma curiosidade, fruto temporário de outras árvores, distintas daquelas que iriam propiciar aquela colheita futura. Pontual, ainda que interessante qualitativamente, não pode ser somado a outras iniciativas semelhantes, quantitativamente, logo, não se instala

---

Brasileiro" pelo domínio exercido em Pernambuco entre 1637-1644, foi conde e, após 1674 príncipe de Nassau-Siegen, um dos estados do Sacro-Império Romano-Germânico.

<sup>24</sup> MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília / Rio de Janeiro: Ed. MEC/SPHAN. 1980, p. 61.



como parte de um padrão que podemos recolher numa série de discursos análogos<sup>25</sup>.

Assim fica esclarecido o valor histórico da carta do Conde das Galveias e interpretada, singularmente, segundo o contexto histórico no qual foi gerado o documento. Poderíamos considerar que a carta em questão “visou proteger uma edificação do patrimônio cultural brasileiro”, no lugar de, “visando à proteção de uma edificação colonial no Brasil”? Não seria pertinente falar para o século XVIII de patrimônio cultural brasileiro, e sim da proteção de uma edificação colonial. O reconhecimento do patrimônio, ou melhor, da sua alegoria, é um fenômeno que se constata na produção escrita de importantes intelectuais dos oitocentos, podendo-se inferir, também, que essa forma de expressão é paralela ou decorrente à invenção do próprio conceito de Brasil.

Frente às contradições sócio-econômicas desse Brasil dos oitocentos, inventou-se uma nação com base nas tradições luso-cristãs. Mais do que aprofundarmos as diferenças e os contrastes da sociedade escravocrata brasileira devemos ficar cientes do efeito delas na hora de refletir sobre o êxito que teve um conceito tão abstrato como o da nação. Ainda mais, em meados do século XIX, quando essa sociedade se entendia, paradoxalmente, como não européia. Tal êxito, correndo o risco de fazer generalizações, deve-se ao fato das elites terem escolhido as tradições luso-cristãs como a base legítima sobre a qual deveria ocorrer a continuidade histórica para os projetos da monarquia bragançista empenhada em tornar civilizada a ex-colônia portuguesa. O Brasil que se “inventou” selecionou o passado que melhor se adaptou à sensação de movimento e mudança que imprimiu a presença dos Bragança e Orleans no empenho em tornar civilizada uma ex-colônia com muitos contrastes sociais<sup>26</sup> perante os olhos das nações civilizadas européias.

Na consecução desse objetivo e, do ponto de vista artístico, foi fundamental a chegada ao Brasil de um conjunto de artistas e artífices que conhecemos como a ‘Missão Francesa’. Dos motivos para os quais eles vieram, atendiam, segundo o próprio D. João VI, “ao bem comum, que provém aos meus fiéis vassallos, de se estabelecer no

---

<sup>25</sup> CAMARGO, Haroldo Leitão. “Conceitos de patrimônio: técnica ou ideologia?” In: *História e-história*, Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Estratégicos/Arqueologia da UNICAMP. Disponível em: [www.historiaehistoria.com.br](http://www.historiaehistoria.com.br) [Artigo publicado em CD e apresentado originalmente no VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: Patrimônio Histórico e Cultural: Identidade e Poder, Campo Grande, MS, 19-22 outubro de 2004.]

<sup>26</sup> Para um aprofundamento nas questões da construção nacional e os recenseamentos dos oitocentos, leia-se: BOTELHO, Tarcísio. “Censos e construção nacional no Brasil Imperial”, In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, Vol. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.

Brasil uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em que se promovava e difundia a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens (...) fazendo-se, portanto, necessário aos habitantes o estudo das Belas-Artes”<sup>27</sup>. Mesmo dando um impulso fundamental às artes e aos ofícios durante anos, a produção desses artistas não foi suficiente para que suas obras fossem reconhecidas pelo patrimônio luso-brasileiro como um sinônimo da produção artística brasileira da jovem civilização nos trópicos. O estilo neoclássico foi assumido como a expressão oficial da arquitetura em tempos da Regência, da Monarquia e do Império. Porém, a imagem oficial que legitimaria o Império também se consolidou com a visão civilizada do Brasil perante o mundo ocidental através da fotografia e, também, mediante a construção de uma memória que justificasse tal empreitada com o apoio fundamental do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), institucionalizando-a em torno da figura do Imperador.

Com a fotografia, consagrou-se a imagem de um Brasil civilizado e moderno. Através dela, se expandiu pelo mundo uma *mise-en-scène* da cidade imperial, o Rio de Janeiro, e universalizou-se a figura do Imperador Pedro II. Essa representação do Império difundiu-se, quando “a partir de 1862 a fotografia e os fotógrafos do Império participam das exposições universais e recebem vários prêmios (...). Era o retrato o que mais atraía a clientela já consolidada, na Corte, durante a década de 1860. Aliás, o século XIX, afora o fascínio causado pelas vistas estereoscópicas, foi dominado pela preeminência do retrato”<sup>28</sup>. Enfim, divulgou-se a imagem de um Brasil adequado aos padrões da cultura ocidental representado pela figura do Imperador.

Não havia espaço naqueles anos para registrar em imagens os monumentos históricos do Brasil, ao contrário do que acontecia em outros países. Por exemplo, na França, lá pelos anos 40 de século XIX Viollet-le-Duc encomendava daguerreótipos da igreja de *Notre-Dame* antes de iniciar sua restauração; no Brasil, importa mais consolidar e representar o Império dos Bragança mundo afora<sup>29</sup>. Segundo a historiadora Ana Maria Mauad, uma das fotos enviadas às exposições universais foi, precisamente,

---

<sup>27</sup> SCHWARCZ, Lillia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 208, Apud *Coleção das leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 77.

<sup>28</sup> MAUAD, Ana Maria. “Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado”, In: Fernando Novais e Laura de Mello e Souza (orgs.). *História da vida privada no Brasil. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 191

<sup>29</sup> Cf. LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge/New York. Cambridge University Press, 1988. - Tradução na Revista *Projeto História*. Nº 17. *Trabalhos da Memória*. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, novembro de 1998. p. 177.

um retrato de D. Pedro II “acompanhado por livros, pelo globo e por canetas tinteiras”<sup>30</sup>, nada mais culto e civilizado do que esses últimos atributos para representar o Estado Nacional do século XIX. Ficaram ausentes de toda imagem fotográfica do século XIX os tipos e os costumes que caracterizavam a diversidade, ou, o atraso e a barbárie, do Brasil Imperial.

Mas, o que a jovem nação brasileira inventada tem a dizer-nos sobre seu patrimônio cultural no século XIX? Do ponto de vista institucional não muito, ela não gerou um órgão que cuidasse pela proteção de edifícios religiosos, civis e militares que personificavam a história da dominação portuguesa. Contudo, na legislação do Império consta um antecedente importante quando, em 1830, foi publicada “uma Carta-Lei pela qual D. Pedro I mandou executar o Decreto da Assembléia Geral, sobre o Código Criminal do Império do Brasil – que, em seu capítulo IV, sob o título ‘Destruição ou danificação de construções, monumentos e bens públicos’ – o seguinte artigo 178: Destruir, abater, mutilar ou danificar monumentos, edificios, bens públicos ou quaisquer outros objetos destinados à utilidade, decoração ou recreio público, penas de prisão com trabalho por dois meses a quatro anos; e de multa de cinco a vinte por cento do valor do dano causado”<sup>31</sup>. Não obstante, o fato de ter-se legislado sobre tal assunto em tempos de D. Pedro I não significa que tenha existido um esforço consciente e sistematizado na proteção dos monumentos históricos, naqueles anos, apenas uma medida legal, severa, para impedir que o vandalismo atentasse contra as expressões visíveis do poder imperial dos Bragança no Brasil. Daí até uma preocupação regular que vingasse na criação de um órgão público que zelasse pelos monumentos, mas isso teria que esperar quase um século.

O outro exemplo importante, na história do patrimônio no Brasil, relacionado ao projeto de constituição de monumentos pode ser constatado, em 30 de junho de 1839, e diz sobre a intenção de levantar um monumento em memória do primeiro Imperador do Brasil, D. Pedro I, e ao seu Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva. E nesse sentido se reconhecia que:

A história das nações consagra com os devidos louvores, aquellos homens que, por seus engenhos ou por ações heroicas, se tornarão credores da veneração de seus concidadãos e da humanidade; os rovos agradecidos os transmitem de pai a filhos, com o devido acatamento. Porém, como andar dos tempos, a história se altera e corrompe, e a tradição vacilante e escurecida pelos séculos, chega a

---

<sup>30</sup> MAUAD, Ana Maria. *Op.cit.* p. 197.

<sup>31</sup> SOEIRO, Renato de Azevedo. “Arquitetura”, In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC-CFC-FENAME. 1ª. Edição, 1972, p. 267.

apagarse de todo na lembrança dos homens quando não são socorridos pelas medalhas, lapidas, estatuas e outros monumentos filhos das bellas-artes (...) agora é tempo que se levante hum padrão de glória ao fundador do Imperio, o Senhor D. Pedro I, e a seu digno ministro, o Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, padrão que leve a mais remota posteridade a memória destes dous varões insignes, e com ella a do reconhecimento nacional por tão eminente serviço <sup>32</sup>. [sic]

No entanto, a estátua equestre que ter-se-ia de levantar para perpetuar a memória desses personagens históricos teve que esperar até 1862 para ser construída. Importa sublinhar o fato de ter-se nomeado para tal empresa o Sr. Manoel Araújo Porto Alegre como Inspetor de Monumentos que se incumbiria de “dirigir todos os trabalhos necessários para a execução da empresa, tendo huma severa inspecção tanto sobre o pessoal, como sobre os materiais que houverem de ser empregados [sic.]” <sup>33</sup>, um artista e intelectual cuja produção artística que fez parte importante da história do patrimônio no Brasil. Com a citação anterior constatamos a existência de uma reflexão importante sobre os monumentos intencionados no Brasil, antes mesmo das representações que sobre o patrimônio se identificassem, com mais força e transparência, na segunda metade do século XIX.

Mas para refletirmos sobre uma história do patrimônio no Brasil do século XIX, além dos exemplos anteriores, teremos que procurar, nas entrelinhas da produção escrita que trouxe à luz memórias históricas do Rio de Janeiro, os traços civilizatórios – visíveis e monumentais – da jovem nação brasileira, assim como em outros livros que contribuíram para a definição de uma identidade do Império, associada quase sempre à da cidade do Rio de Janeiro. Verificamos que essa precisava de símbolos, como: monumentos, igrejas, conventos, praças, personalidades, ruas, para se tornar visível, palpável e descoberta em sua grandeza.

É claro, tal produção não ficou alheia ao processo de consolidação das instituições imperiais, o que foi ainda reforçado pelos moldes do projeto escriturário da história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tal empreitada foi caracterizada por uma leitura da história:

(...) marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e

---

<sup>32</sup> BRASIL. Leis-Decretos. Regência (1831-1840). *Subscrição para os dous monumentos que se tem de levantar na capital do império em memória do senhor D. Pedro I, e de seu ministro e conselheiro José Bonifácio de De Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: 1839, p. 1.

<sup>33</sup> *Op. Cit.*, p. 2.

européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo <sup>34</sup>.

Quanto a essas intenções, não seria o patrimônio cultural o centro das preocupações e, sim, os documentos históricos – verdadeiros “monumentos” do II Reinado – que apontaram para a unidade nacional pretendida pela jovem nação brasileira. Esses foram coletados, classificados e publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seguindo o pressuposto de que “a nação brasileira data de 1822, pois a Portugal pertencem os seis anos do Brasil-Reino (1816-1822) e os 316 sob o domínio colonial (1500-1816)” <sup>35</sup>. O regime monárquico teria de enobrecer seu passado em terras da América e limpar das suas origens todo vestígio de atraso e barbárie, afinal tinha um representante dos Bragança ocupando um trono de Ultramar o que foi possível graças à atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o lugar onde gravitou uma parte importante da vida intelectual brasileira dos oitocentos e responsável por um projeto histórico que visava unificar a nação através das páginas do seu órgão oficial, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Ao se referir aos conteúdos dos primeiros exemplares dessa publicação, o primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Manoel Macedo, argumentou que “a coleção de nossas revistas se têm tornado em um cofre precioso, onde se guardam em depósito tesouros importantíssimos; e a leitura delas será muitas vezes frutuosa para o ministro, e legislador e o diplomata, e em uma palavra para todos aqueles que não olham com indiferença para as coisas da pátria” <sup>36</sup>. Sem querer minimizar a importância que merecem os aspectos relacionados com a escrita da história e com o mito da nação <sup>37</sup>, durante o século XIX, o que desejamos ressaltar é que houve preocupações mais imediatas direcionadas a tornar o Brasil do Segundo Reinado (1839-1888) civilizado, deixando em segundo plano a institucionalização do seu patrimônio cultural. Antes ele precisava ser representado enquanto suporte da jovem nação brasileira.

---

<sup>34</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: e o projeto da escrita de uma história nacional”, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, No. 1, 1988. p. 8.

<sup>35</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 61, Parte II, 1898, p. 9.

<sup>36</sup> Relatório do primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Joaquim Manoel de Macedo, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 15(8): 480-512. Out./Dez. 1851.

<sup>37</sup> CERTEAU, Michel de. “A história como mito”, In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000. pp. 54-65.

O Brasil imaginado precisava da coesão que no mundo das idéias trazia o discurso historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro elaborado “de acordo com os postulados típicos de uma história comprometida com o desvendamento do processo de gênese da nação”<sup>38</sup>. Ainda que essa intenção fosse uma constante, na segunda metade do século XIX, houve espaço para os assuntos relativos à herança civilizatória luso-cristã no Brasil mais visível: os monumentos. No século XIX até o fim do Império, identificamos três formas de pensar o patrimônio: duas delas dos intelectuais membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todas elas dentro dos moldes que assumiu a conformação da cidade letrada no Brasil Imperial. A primeira delas, correspondente ao período prévio a criação do IHGB, se caracteriza pelo resgate de memórias históricas da Igreja Católica no Brasil da qual o Monsenhor José de Souza Pizarro e Araújo (1753-1830) é seu representante.

Uma segunda forma de pensar o patrimônio, mais artística do que histórica, a identificamos com os artigos de Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879). A ele se adjudicam as primeiras ideias teóricas sobre a arte no Brasil e, também, a intenção de encontrar as raízes genuínas dela em tempos de domínio colonial lusitano. Há ainda uma terceira maneira na construção do patrimônio relacionada com o resgate memorialístico da cidade do Rio de Janeiro. Através de crônicas publicadas em jornais da época, escritas por Joaquim Manoel Macedo (1820-1882) e por Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903), o Rio de Janeiro descobria-se histórica e monumental para os cariocas. Existe um ponto em comum entre essas três vertentes: os monumentos históricos. Eles foram o centro das reflexões e, ao mesmo tempo, os traços visíveis da herança civilizatória luso-cristã em terras brasileiras.

Araújo Porto-Alegre, Macedo e Moreira de Azevedo foram representantes da cidade letrada que fixou as instituições que mantinham a ordem estabelecida pelo poder imperial no Brasil. Além disso, boa parte desses letrados foram membros ativos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas pesquisas foram publicadas pelo seu órgão oficial. Por último, afirmamos, e isso é válido para todo o século XIX, que há em suas obras, uma relação entre a produção do conhecimento histórico desde os tempos joaninos até o fim do Império (1889) e o reclamo ou reconhecimento de elementos de identidade e civilizatórios na *architectura* legada pela presença lusitana no Brasil, quase sempre associados com a cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>38</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op.cit.* p. 6.

Em 1820, “na *Impressão Regia e com licença de Sua Magestade*”, foram publicadas as “*Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI, por José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. Natural do Rio de Janeiro, Bacharel Formado em Canones, do Conselho de Sua Magestade, Monsenhor/Arcipreste da Capella Real, Procurador Geral das três Ordens Militares*”. O título dessas *Memórias* espelha as características do que Ángel Rama denomina como cidade letrada. É que, na América Latina, a cidade teve um papel decisivo na montagem do sistema colonial com o ordenamento e a hierarquização das relações sociais. Segundo ele, “foi evidente que a cidade das letras arremedou a majestade do Poder, apesar de que este regeu as operações letradas, inspirando seus princípios de concentração, elitismo e hierarquização”<sup>39</sup>. Para o caso do Brasil, diferente dos domínios coloniais hispânicos, tal tarefa foi reforçada com o traslado da Corte dos Bragança o que trouxe consigo a constituição de uma elite política que tinha o monopólio das letras em um meio desguarnecido delas, considerando-se, por isso, responsável pela missão civilizadora da construção do Império Brasileiro.

As *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, o título abreviado de outras edições da obra do Monsenhor Pizarro e Araújo (1753-1830) comprovam o argumento anterior. O autor pesquisou, coletou e classificou documentos em numerosos arquivos eclesiásticos e civis não só circunscritos ao Rio de Janeiro, mas a outras cidades do Brasil e até Lisboa resgatando-os da escuridão em que jaziam. Essa obra de Pizarro e Araújo se insere nos esforços primários da constituição da cidade das letras em tempos da regência do príncipe D. João VI. Assim o fez sentir-se, quando disse “que, dignando-se Vossa Magestade, de aceitar benigno a produção primeira das minhas aplicações, se excitam mais utilmente na República Literária os talentos dos meus concidadãos em proveito público”<sup>40</sup>. Como um fiel cronista do período joanino, Pizarro e Araújo, em seu livro, teceu comentários historiográficos sobre a interiorização imposta pela metrópole. Podemos supor que não falem nele referências às memórias históricas da Igreja Católica, já que essa era um pilar do poder real. Entretanto, não se encontram apuradas descrições estéticas das construções religiosas, pois lhe importavam mais a

---

<sup>39</sup> RAMA, Ángel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. p. 54.

<sup>40</sup> PIZARRO e ARAUJO, Monsenhor José de Souza Duarte. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 7

sistematização e o registro de memórias do que breves descrições como a que se refere à Igreja Nossa Senhora da Candelária:

Este edifício é verdadeiramente nobre e levantado com soberbia magnificiência, pode sem duvida servir de modelo a outros semelhantes que se houverem de fundar, para construção dos quais e do culto divino, concorre com franqueza assaz, notável a piedade e religião do povo do Rio de Janeiro <sup>41</sup>.

Não há mais do que isso, relatos da origem da fundação da Província do Rio de Janeiro, dados históricos dos prelados, matrizes e governadores, narrações detalhadas dos desmembramentos de paróquias e outro tipo de informações históricas em um estilo simples e com uma sistematização que colocou Pizarro e Araújo como referência para outras pesquisas históricas no decorrer do século. Também, independente da motivação de Pizarro e Araújo, suas “*Memórias...*” se tornaram um inventário detalhado e descritivo dos monumentos de tipo religiosos na diocese do Rio de Janeiro: evidência da presença civilizatória luso-cristã. As primeiras reflexões teóricas sobre a arte, em específico, a religiosa, seriam motivos de outros artigos duas décadas depois da aparição das *Memórias* de Monsenhor Pizarro e Araújo e foram da autoria de Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), por um dos mais importantes letrados oitocentistas. Esse homem de vasta experiência e erudição se destacou no mundo das artes <sup>42</sup>, no seu sentido mais amplo, e sua percepção delas merece especial atenção uma vez que em seus escritos existe uma clara intenção em pensar teoricamente diversas questões artísticas no Brasil.

As reflexões de Porto-Alegre desenvolvidas no artigo “Fragmentos de notas de viagem de hum artista brasileiro” <sup>43</sup> expressam essa última preocupação ao analisar as relações entre arquitetura gótica e o sentimento religioso do homem. Segundo ele, sem a religião cristã o homem não teria produzido os monumentos prodigiosos que nos deixaram traços de civilização. Para este intelectual “a matéria he o thermometro do desenvolvimento de huma nação, he o promontório que ensina a nota de suas idéas, he o monumento topographico de todas as gerações (...) sem a crença dos homens na religião cristã não ter-se-iam produzido os monumentos prodigiosos que marcam na superfície da terra sua existência, a sua crença e entusiasmo debaixo das formas variáveis da

---

<sup>41</sup> *Idem.* p. 188.

<sup>42</sup> A Academia Imperial das Belas Artes, criada em 1826, foi o seio de muitos artistas durante o século XIX e iria contribuir na hora de pensar questões artísticas e estéticas no Brasil dos oitocentos. Porto-Alegre foi membro da AIBA produzindo um incessante trabalho de crítica e reflexão teórica.

<sup>43</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Fragmentos de notas de viagem de hum artista brasileiro”, In: *Revista Minerva Brasiliense*. No. 2, 15 de Novembro de 1843. pp. 71-73



materia”<sup>44</sup>. Esta última sempre teria vindo a verificar a tradição de um povo que teve civilização.

Porto-Alegre não perde de vista o Brasil, se há reflexões teóricas produto dessas viagens feitas pela Europa em sua mocidade, também há a inevitável ponte com o Brasil que se quer civilizado. No mesmo artigo, ele fez uma referência indireta à arte brasileira quando afirma que “toda architectura que for despejada de seus ornatos e reduzida à sua mais simples expressão, e que nesta conserva hum caracter peculiar, essa he huma nova architectura”<sup>45</sup>. Ou seja, há um reclamo, por trás dessas reflexões, à autenticidade da arte brasileira. Essas reclamações de autenticidade são retomados num outro documento histórico, inclusive, reconhecendo que o apogeu da arte brasileira só seria possível quando o Brasil fosse tão consciente da história da sua arte como a Europa. Segundo Porto-Alegre, uma vez que o Brasil atingisse aquela consciência, a arte se ergueria e vingaria com a autoctonia semelhante à alcançada por Fonseca e Silva, José Maurício e Caldas no espírito de “uma mocidade inteligente e corajosa”<sup>46</sup>. A essa altura não existem dúvidas que nesses artigos aparecem as primeiras reflexões teóricas sobre a arte, sem se desgrudar da vontade civilizatória para a qual o país se empenhava. Também se evidencia o reclamo por uma arte autóctone que retomasse o espírito dos mestres da colônia e, por último, fica demonstrada sua preferência pelos monumentos religiosos como um sinal visível de civilização.

Para Porto-Alegre, houve uma vocação genuína das artes nos tempos coloniais. E isso foi sublinhado constantemente ao elevar os artífices do século XVIII à condição de artistas e, nem apenas isso, em reiteradas ocasiões colocou no mesmo patamar dos artistas europeus a figuras como o Mestre Valentim, a José de Oliveira e a José Maurício. Um dos artigos de Porto-Alegre afirmava que “Valentim elevou a arte borromínica a um ponto tal, que rivaliza com as maravilhas de Versailles e a Capela Real de Dresda. (...) José de Oliveira é o Pozzo brasileiro (...) José Maurício foi o homem que nasceu como Dante em uma época bárbara para a música”<sup>47</sup>. O que isso significa para a construção da noção de patrimônio na época? Ter um passado artístico

---

<sup>44</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. Op. Cit., p. 72.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

<sup>46</sup> Apud ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. “Prototombos: o conceito de patrimônio cultural no século XX”, In: RODRIGUES DE CARVALHO, Cláudia S., et.al. (org.) *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. pp. 109-118.

<sup>47</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. “Santa Cruz dos militares”. In: *Ostensor Brasileiro: jornal literário pictorial*, Rio de Janeiro, Ano 1, N. 1, Tomo 1, 1845, p. 241-248.

glorioso poderia ser o começo de uma arte tipicamente brasileira antes da chegada da Missão Francesa no início dos oitocentos.

Outros artigos, também publicados na revista *Minerva Brasiliense*, trataram da arquitetura religiosa no Rio de Janeiro, especificamente, das igrejas de Nossa Senhora da Candelária, a de Santa Cruz e a de Santa Luzia. Além de ter reconhecido traços civilizatórios no estilo da construção dessas igrejas, existem outras reflexões importantes nos escritos de Porto-Alegre. Para ele essas construções eram “grandes documentos porque eles são o livro que narra um suplemento à história”<sup>48</sup>, ou seja, uma interessante concepção de uma leitura histórica na qual o simbólico monumental tinha um papel importante. Outro dos textos importantes da autoria desse letrado foi o intitulado “*Memória sobre a Antiga Escola Fluminense de Pintura*”, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>49</sup>. Os estudiosos do patrimônio, no Brasil, têm catalogado esse trabalho como a primeira vez que um intelectual brasileiro reconhecia a qualidade da arte produzida no Brasil antes da chegada da Corte Portuguesa e da Missão Francesa. Porém, Rodrigo de Melo Franco e Andrade considera que o texto mais antigo sobre a história das artes plásticas no Brasil é:

um fragmento da memória sobre os fastos notáveis da Capitania de Minas Gerais, composto em 1790 por Joaquim José da Silva, Vereador da 2ª. Câmara de Mariana, contendo uma resenha histórica e crítica da evolução das formas da arquitetura e escultura ocorridas naquela região, com referências numerosas à autoria das obras de arte que menciona. Utilizada e transcrita, parcialmente, na biografia de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, publicada em 1858 por José Ferreira Bretas, a memória aludida incluía por certo resenha equivalente a respeito da evolução da pintura mineira, bem como talvez ainda outros informes de inestimável valor, mas o respectivo original perdeu-se. (...) O cronista teria deixado informes insupríveis acerca dos pintores do século XVIII em Minas Gerais, sua formação e suas obras. (...) Embora, porém, reduzida a um fragmento de pouco mais de 800 palavras, a memória escrita pelo vereador Joaquim José da Silveira é não só a pedra angular de tudo que se apurou e escreveu a respeito do Aleijadinho, mas também das obras arquitetônicas e escultóricas mineiras e os respectivos autores.

Menos importante e luminosa que a do cronista das artes plásticas de Minas Gerais no período colonial, a *Memória sobre a antiga escola fluminense de pintura*, publicada em 1841 por Manuel de Araújo Porto-Alegre, tem, entretanto, merecimento excepcional, gerando maior número de escritos sobre a matéria que o trabalho deixado pelo vereador setecentista (...) ele foi, de fato, o pioneiro dos estudos sobre a história da arte no Brasil, pois a memória de 1790 de Joaquim José da Silva só veio a ser publicada, como se adiantou, longos anos depois de impressa a sua acerca da antiga escola fluminense de pintura<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Fragmentos de notas de viagem de hum artista brasileiro”, In: *Revista Minerva Brasiliense*. No. 2, 15 de Novembro de 1843. p. 73.

<sup>49</sup> PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. “Memória sobre a antiga escola fluminense de pintura”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, Vol. 3, pp. 547-557, 1841.

<sup>50</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Bibliografia geral, publicações oficiais e privadas referentes ao patrimônio histórico e artístico do Brasil na fase anterior à descoberta do país e durante os períodos colonial e moderno”, In: *Brasil. Monumentos Históricos e arqueológicos*. México, Distrito Federal:

Fora essas precisões historiográficas, retomando a análise dos textos de Pizarro e Araújo e de Porto-Alegre, podemos afirmar que com eles se encerram as duas primeiras propostas de construção teórica do patrimônio – chamo a atenção de que essa palavra não se explicita nos documentos estudados – e sim a de monumentos e arte, no sentido geral, vistos como sinônimos de civilização. A terceira análise da produção escrita, no século XIX, ao pensar o patrimônio teve uma ampliação no entendimento dos monumentos. Agora não seriam unicamente os de tipo religiosos, mas de tipo civil, militar que personificavam o Brasil Imperial e que, ao mesmo tempo, constituíam amostras de civilização visíveis na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, tal produção escrita se empenhou em reconhecer os monumentos – e para isso abriu mão das tradicionais fontes documentais – em seu conjunto como o todo integrante de uma identidade, a da então capital do Império. Os outros dois autores que iremos analisar e que são os principais representantes dessa forma de pensar o patrimônio foram Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) e Manoel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903), também membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os edifícios do Rio de Janeiro seriam pretexto em Joaquim Manoel Macedo para andar a cidade e convidar os leitores do jornal “O Commércio” a descobri-la. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* foi o título das crônicas de Macedo publicadas em formato de livro *sui generis* pela estrutura, pelas motivações e pelo estilo narrativo presente<sup>51</sup>. Mais ameno no que se refere à leitura do livro, se comparado com os livros e artigos anteriormente analisados, inclusive com o de seu contemporâneo Moreira de Azevedo, o interesse de Macedo fica logo esclarecido nas páginas primeiras do livro ao afirmar que:

(...) não era das províncias centrais e longínquas que pretendo falar. Dessas temos notícia de que fosforizam as suas eleições periodicamente, e é o que basta. Quanto ao mais, representam um mundo que ainda está à espera do seu Colombo; e não admira que assim exista ignorado, quanto é certo que nem conhecemos bem a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Note-se que esta incúria seria escusável ao montanhês de Minas, ao guasca do Sul, ao caipira do Paraná; o que, porém, muito mais surpreende é que os próprios cariocas não estejam ao fato da história e das crônicas da capital, de que tanto se ufanam.<sup>52</sup>

---

Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1952, p. 130-132. p. 129-165. Cf. SMITH, Robert C. “Arte”, In: *Manuel bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Sousa, 1949, pp. 7-100.

<sup>51</sup> As crônicas de Joaquim Manoel Macedo foram publicadas numa coluna do *Jornal do Commercio* sob o título de “Um passeio” e foram editadas no livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jose Gomes Brandão/ Livreiro-editor. 1ª. Ed. 1862.

<sup>52</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005 [1862], p. 20.

Para Joaquim Manoel Macedo existia uma cidade mais que morfológica, mais que funcional, há uma cidade cuja história e identidade se expõe de forma invisível em seus monumentos históricos e que foi a verdadeira interlocutora dos passeios realizados com os leitores da época (**Figura 1**). Esses monumentos históricos precisavam ser interpretados, decodificados em sua significância histórica e identitária, para o qual Macedo fazia deter seus leitores nos lugares depositários de lendas e tradições e da história do Rio de Janeiro, por exemplo, quando situa o leitor frente ao Palácio Imperial e pede que “paremos agora um pouco e conversemos por dez minutos. É justo que estudemos com interesse a história do Palácio Imperial”<sup>53</sup>. Com um tom descontraído que amenizava o relato histórico dos monumentos cariocas, assim Joaquim Manoel Macedo passeia pela cidade do Rio de Janeiro, visitando o Palácio Imperial, o Passeio Público, o Convento de Santa Teresa, o Convento de Santo Antônio, a Igreja de São Pedro, o Colégio de Pedro II, a Capela Imperial e a Santa Sé do Rio de Janeiro.

Ao todo, nesse livro de Joaquim Manoel Macedo há cinco edifícios de tipos religioso e três de tipos civil, todos guardiões da história do Rio de Janeiro. Essas edificações foram a testemunha de um passado de três séculos e meio onde se misturaram a tradição católica e a presença dos Bragança, por sinal, um passado pouco conhecido, na época, devido à preferência de alguns cariocas em conhecer mais as montanhas da Suíça e os jardins e palácios de Paris e Londres do que a cidade do Rio de Janeiro. Diga-se de passagem, e segundo as próprias palavras de Macedo, que na época era mais fácil viajar a Portugal do que realizar uma excursão ao Corcovado.<sup>54</sup>



---

<sup>53</sup> *Op.cit.* p. 31.

<sup>54</sup> *Op.cit.* p. 20.

**Figura 1.** Praça D. Pedro II (atual praça XV de Novembro). Fotografia de Marc Ferrez, 1895. Acervo Digital do Instituto Moreira Sales, Rio de Janeiro.

Na reflexão que traz Joaquim Manoel Macedo em suas crônicas, não existe um aprofundamento nos valores artísticos das edificações do Rio de Janeiro. Esses iriam obstaculizar a dinâmica e o ritmo dos recorridos, inclusive, o próprio autor o reconhece quando trata do Passeio Público, por isso pede ao leitor “um pouco de favor da virtude da paciência. Trata-se agora da descrição”<sup>55</sup>. Ou seja, Macedo intercala descrições físicas e artísticas das edificações visitadas; breves descrições se comparadas com as narrações históricas, dados de personagens históricos, lendas e imaginário carioca em que se apoia para construir a narração que o caracteriza. Nas edificações visitadas, o predomínio de valores históricos por sobre os artísticos também caracteriza a reflexão desse autor. Aliás, o estado de conservação de alguma delas, como a do Convento de Santa Teresa, lhe fez afirmar que no Brasil ainda não se tinha começado a

demonstrar-se verdadeiro empenho em conservar igrejas, capelas, simples casas ou simples objetos que se recomendem por algumas recordações históricas. Destruímos esses tesouros do passado sem dó nem piedade, e quando os não destruímos, deixamos que o tempo os destruía sem nos lembrarmos de que há uma espécie de indiferença que um pouco se aproxima do vandalismo<sup>56</sup>.

Segundo essa epígrafe, a preocupação de Joaquim Manoel Macedo na conservação das edificações religiosas, domésticas ou de “simples objetos” deveria se focar mais no valor histórico delas do que em aspectos artísticos. Importa mais o resgate da história da cidade do Rio de Janeiro – reiteradamente chamada de Sebastianópolis em clara alusão à tradição que se esconde nas histórias de seus monumentos históricos. E, para isso, para incentivar o amor dos cariocas pela cidade o autor recorre a elementos narrativos inovadores, não importava “que o sobrenatural se misturasse nesta tradição com os fatos registrados na História. Todos os povos amam e guardam zelosos suas tradições com todos os milagres que as exaltam, e vêem nelas um encanto e a poesia do seu passado. Aproveitemos o pouco que temos em uma curtíssima vida de três séculos e meio<sup>57</sup>. Existe aqui um claro reconhecimento do imaginário e inverossímil nos fatos registrados na história da jovem nação brasileira por Macedo tratadas, no *Passeio pelo Rio de Janeiro*, que acompanharam a história das edificações.

Não podemos perder de vista que esse texto é a recompilação de um conjunto de crônicas onde Joaquim Manoel Macedo escreveu “o que sabia sobre a historia e

---

<sup>55</sup> *Op.cit.* p. 36.

<sup>56</sup> *Idem.* p. 148.

<sup>57</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005 [1862]. p. 531.

tradições de alguns edifícios, estabelecimentos e instituições da cidade do Rio de Janeiro, abundando quanto pudesse em informações relativas aos homens notáveis e aos usos e costumes do passado”<sup>58</sup>. O estilo narrativo de Macedo leva seus leitores da época, e ainda os atuais, a acompanhá-lo em suas andanças pela cidade. No entanto, seu livro não traz apenas uma descrição do ponto de vista das características físicas e históricas dos edifícios selecionados. Aliás, a seleção destas não responde a uma hierarquia, senão a uma intenção que visa construir a representação do Rio de Janeiro imperial através do resgate do conjunto de elementos que integram seu espaço e neste são inegáveis os monumentos históricos (**Figura 2**).

O fato de se deter nos passeios que fez pela cidade implica para Macedo o reconhecimento de que a cidade não conta seu passado. Pelo contrário, oferece-lhe o que ele conseguiu passar para seus contemporâneos: uma identidade cidadina que não é, exatamente, a cópia fiel da cidade física senão sua representação. As crônicas de Joaquim Manoel Macedo, mais um representante da cidade letrada dos oitocentos, perseguem auto-representar a cidade, significá-la e para isso tem de recorrer ora a documentos históricos, ora a tradição oral. Eis aqui a principal contribuição de Macedo: significar a cidade através do que os edifícios por ele selecionados teriam a nos contar, ainda hoje.

Também histórica e monumental se descobre a cidade do Rio de Janeiro nas reflexões de Manuel Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903) através de suas construções religiosas, civis e militares. Entre umas e outras matérias o autor inseriu esboços biográficos de homens notáveis, repetindo dessa forma um padrão da época ao escrever a história. *Grosso modo*, é essa a proposta de Moreira de Azevedo contida no livro *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*.<sup>59</sup> Em 1877, Baptiste Louis Garnier, livreiro-editor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e figura importante para o desenvolvimento das letras brasileiras do século XIX, referindo-se à primeira edição da obra de Moreira de Azevedo *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e costumes* escreveu que “há annos publicaram o mesmo trabalho e por não parecer-nos apropriado trocámos pelo actual. Havia na primeira edição omissões, repetições de factos, falta de ordem na

---

<sup>58</sup> *Op.cit.* p. 23.

<sup>59</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. *O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e costumes*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier, Livreiro-editor do Instituto Historico Brasileiro, 1877, 2. Vol.

distribuição das matérias, e muito descuido no estylo, por ser a primeira obra de folego que escrevemos”<sup>60</sup>. O trabalho a que se refere Garnier seria o *Pequeno panorama ou descrição dos principais edificios da cidade do Rio de Janeiro*, publicada originalmente em 1861<sup>61</sup>.

Finalmente, a edição de 1877 foi condensada em dois volumes com 32 matérias dedicadas às edificações do Rio de Janeiro sempre intercalando entre as matérias o inevitável traço da escrita da história no século XIX: as biografias dos homens notáveis do Rio de Janeiro. De modo geral, nas reflexões de Moreira de Azevedo sobre as construções civis são comuns as valorações de tipo estético, por sinal, bastantes críticas, ele trouxe um debate interessante e rico no sentido de despertar, nos cidadãos cariocas, o gosto pelas artes, o que se comprova, por exemplo, ao fazer um chamado aos artistas brasileiros para construírem um digno palácio do Imperador e também do próprio país<sup>62</sup>. Moreira de Azevedo – juntamente com Manoel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manoel Macedo – fez parte daquela cidade letrada que se bem no começo do século fixou com rigidez a ordem nova da Corte, já para os anos setenta testemunhou uma ampliação do seu circuito letrado mais rico em opções e questionamentos, é claro, ainda legitimando a ordem monárquica.



**Figura 2.** Largo do Paço Imperial e Rua da Direita. Fotografia Marc Ferrez, 1894. Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional

---

<sup>60</sup> Leia-se a nota à segunda edição de *O Rio de Janeiro: sua historia, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier/Livreiro-editor do Instituto Histórico Brasileiro. 1877. 2 vol.

<sup>61</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. *Pequeno panorama ou descrição dos principais edificios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paulo Brito, 1861. 5 vol.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 14.

Depois de tratar de tantos edifícios erguidos sem gosto e arte presentes no *Rio de Janeiro...*, Moreira de Azevedo situa ao leitor frente “de um palácio bello, nobre, regular e magestoso, em que se reispetaram as regras da arte”, o Palácio de Belas Artes. Nessa construção combinam-se a arquitetura e o gosto artístico segundo os juízos do autor <sup>63</sup>. É precisamente na matéria que ele dedica à Academia de Belas Artes onde aproveita para fazer uma valoração do progresso das artes no Império afirmando que:

As artes entre nós ainda não caminham em estrada aberta; não há gosto artístico, influencia da multidão, animação do povo, estudo dos princípios artísticos que devem ser considerados como um elemento essencial para a educação dos homens (...) Ignora-se sua influencia na industria e em todos os elementos materiaes da civilização (...) Ainda não se inoculou no paiz o gosto artístico (...) enquanto não haver proteção,, amor pelos artistas, educação artística, em quanto não se difundir pelo povo o gosto, o ensino das artes liberaes, em quanto não se nacionalizar a arte, imprimir-lhe um caráter pátrio, nacional (...) não teremos artistas nem o povo que se possa chamar de industrioso e civilisado <sup>64</sup>.

Civilização, educação, artes liberais, sentimento nacional fazem parte dos reclamos de Moreira de Azevedo: uma crítica aguda que encontraria, segundo seu entender, a solução dentro da sociedade brasileira da época. Outras críticas e interessantes idéias parecem quando Moreira de Azevedo trata do Chafariz da Carioca de “*monumental, o maior da cidade, porem sem belleza de construção e sem arte; parece uma parede de pedra nua, uma rocha lavrada*”.<sup>65</sup> Na reflexão deste autor sobre o Chafariz da Carioca, não é apenas suficiente a arquitetura, mas a beleza e elegância que faz da arquitetura civil um sinônimo de civilização que o Brasil poderia mostrar ao mundo ocidental. O estilo descontraído de Moreira de Azevedo é recorrente nesta edição. Sua reflexão sobre os monumentos históricos transgride o monumental das construções e a história contida nelas. Para ele a civilização que os monumentos históricos deveriam espelhar vai acompanhada, também, da dimensão estética, do gosto construtivo regular, sendo necessário que os edifícios da capital do Império deveriam pertencer a uma ordem regular de arquitetura e não ao gosto e capricho de seus construtores <sup>66</sup>.

Outro aspecto de interesse na reflexão que sobre os monumentos históricos aportou Moreira de Azevedo tratou das estátuas construídas durante o Império, dedicadas aos beneméritos da história da nação (**Figura 3**). Dessa forma, os monumentos que fixavam a memória da nação brasileira do Império – por exemplo, a

---

<sup>63</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “Academia das Bellas-Artes”, In: *Op. Cit.* Vol. I, p. 193.

<sup>64</sup> *Idem*; pp. 198-199.

<sup>65</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “Aqueducto da Carioca”, In: *Op. Cit.* Vol. I, p. 442.

<sup>66</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “Convento do Carmo, In: *Op. Cit.* Vol. I, p. 87.



estátua equestre de D. Pedro I ou ao se referir à negativa da irmandade Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro de colocar no seu átrio uma estátua colossal do Marques de Paraná <sup>67</sup> – também se incluíam como uma testemunha latente da história do Brasil. Todavia, há mais um aspecto que deveria ser ressaltado no livro, já mencionado, de Moreira de Azevedo: a questão das fontes, especificamente, o relacionado com a tradição oral. Por exemplo, ao tratar da Igreja de São Pedro comenta que não se sabia com certeza “o nome do architecto deste edificio, mas diz a tradição ter sido o Tenente Coronel José Cardoso Ramalho” <sup>68</sup>. Note-se aqui que, a diferença, dos livros de Pizarro e Araújo, e dos trabalhos de Porto-Alegre aqui analisados, a importância das fontes orais que para além dos arquivos e do “cabelal de antigualhas que colhemos nas livrarias dos conventos, [foram também importantes os depoimentos, HVM ] de muitos indivíduos de avançada idade, testemunhas dos factos que nos referirão, ou conhecedores delles pelas tradições conservadas em família” <sup>69</sup>.

Importa mais para Moreira de Azevedo o registro de memórias históricas de edifícios, de irmandades, de personalidades notáveis que marcaram a história do Rio de Janeiro antes do que se deter em descrições estéticas dos monumentos de tipo religioso e civil. Ainda que essas últimas não caracterizem de forma geral a obra aqui analisada de Moreira de Azevedo e até que possamos discordar de suas reflexões, importa sublinhar que, no seu pensamento, haveria civilização nas construções não apenas pelas dimensões e história, mas pela união dessas com um apurado e vernáculo gosto estético. É o primeiro que ele quer ressaltar e para isso se apoiou em fontes não tão convencionais para construir sua narração. A reflexão sobre o patrimônio que nele encontramos emerge, igual a de Joaquim Manoel Macedo, desse resgate do passado visível nos monumentos do Rio de Janeiro.

---

<sup>67</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”, In: *Op. Cit.* Vol. I, p. 297.

<sup>68</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. “Igreja de São Pedro”, In: *Pequeno panorama ou descrição dos principais edificios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paulo Brito, 1861. Vol. I, p. 246.

<sup>69</sup> MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. *Pequeno panorama ou descrição dos principais edificios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paulo Brito, 1861. Vol. V, p. 271.



**Figura 3.** Estátua eqüestre de D. Pedro I. Praça da Constituição. Fotografia de Henry Klumb, 1861. Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Digital do Instituto Moreira Sales.

Abrangendo os tempos da Colônia até o fim da hegemonia dos Bragança e Orleans temos colocado sob perspectiva histórica as origens da noção do patrimônio no Brasil. A testemunha física dos traços de civilidade da jovem nação brasileira foram os monumentos históricos, os que de fato foram, na época, a alegoria do patrimônio em tempos do Império do Brasil <sup>70</sup> e de cujas representações cuidaram os letrados aqui estudados. Esses letrados reforçaram o caráter histórico e civilizatório dos monumentos históricos. No entanto, também procuraram estabelecer a origem histórica de uma arte genuína em tempos da colônia, geralmente associada com a cidade do Rio de Janeiro. Mais do que procurar continuidades no que se refere à institucionalização de um órgão que cuidasse da proteção dos monumentos, e esse não existiu durante a etapa em estudo, preferimos nos colocar no presente daqueles passados para melhor entendermos como foi construído socialmente o patrimônio. A proteção dos monumentos históricos brasileiros viria a se institucionalizar algumas décadas depois do fim do II Reinado

---

<sup>70</sup> Tal alegoria, sobretudo, faz ênfase nos monumentos históricos da então Capital do Império. Mas, no mesmo século e com um nível teórico menos elaborado pode-se achar os indícios de uma história do patrimônio em outras províncias brasileiras como a de São Paulo e a do Espírito Santo. Cf. MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. “Resumo estatístico e histórico da Província de São Paulo e alguns artigos sobre edifícios da capital”. In: MARQUEZ, Joaquim Roberto de Azevedo. (Eds.) *Memorial Paulistano para o anno de 1866*. São Paulo, Typ. Imparcial de J. .R. A. Marques, 1866. Anexos, pp. 1-23. RIBEIRO DE MIRANDA, M. F. “Convento de São Francisco”, In: *Op. Cit.*, pp. 24-31. PESSANHA POVOA. “Convento do Carmo”, In: *Op. Cit.*, pp. 33-43. SOUSA FILHO, Clemente Falcão. “Seminário Episcopal”, In: *Op. Cit.*, pp. 45-53. DUARTE DE AZEVEDO, M. A. “Casa Correccional em São Paulo”, In: *Op. Cit.*, pp. 55-64. No caso do Espírito Santo pode-se consultar: VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio sobre a Historia e Estatistica da provincia do Espirito Santo, contendo, além de muitos documentos curiosos, e interessantes, a historia da fundação, povoação, governo, monumentos, guerras, desde o descobrimento de cada municipio até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, productos, etc., etc.* Victoria : Typ. de P. A. D’Azevedo, 1858. 254 p.

(1839-1888) e como consequência da reflexão teórica que, em torno deles, foi protagonizada por outros membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante as primeiras décadas do século XX.

### **1.3. A primazia artística do patrimônio: as primeiras décadas do século XX**

O reconhecimento do caráter histórico e civilizatório foi a tendência que dominou as representações do patrimônio durante boa parte dos oitocentos. Durante esses anos, o patrimônio teve sua alegoria nos monumentos históricos que testemunharam a existência de uma civilização nos trópicos de cuja invenção cuidaram os letrados oitocentistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ainda que nas idéias sobre os monumentos desses intelectuais tenha prevalecido uma orientação mais histórica do que artística, também houve espaço para as primeiras reflexões em torno da história e da crítica da arte brasileira <sup>71</sup>. Mas não foi essa a característica principal dos textos até aqui analisados e sim sua dimensão histórica e civilizatória. Mas, a dimensão histórica e civilizatória que caracterizou a reflexão teórica nos tempos do Império cedeu lugar, desde fins do século XIX e durante as primeiras décadas do XX, a uma reflexão intelectual mais focada em aspectos artísticos e mais abrangentes quanto a suas manifestações e a seus limites geográficos.

O predomínio da dimensão histórica e civilizatória por sobre a dimensão artística, e vice-versa, nas representações do que hoje denominamos como o patrimônio cultural brasileiro reforça a idéia de Alois Riegl que afirma que as fronteiras entre monumento histórico e artístico são inexatas <sup>72</sup>, precisamente porque “não é sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos” <sup>73</sup>. No caso brasileiro, e acompanhando as transformações modernas que a transição do século impunha, a dimensão artística no estudo do patrimônio esteve presente na reflexão de vários integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Eles foram: Antônio da Cunha Barboza (1853-1907), Ernesto da Cunha Araujo Viana (1852-1920) e José Vieira Fazenda (1847-1917) e seus trabalhos foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* entre 1898 e 1926.

---

<sup>71</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. “Algumas idéias sobre as Belas Artes e a Indústria no Império do Brasil”. *Revista Guanabara*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, fev. 1850; “Sobre a antiga escola de pintura fluminense”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo III, 1841 e “Iconografia brasileira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 19, n.º 23. RJ, 1856.

<sup>72</sup> Cf. RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid. Ed. Visor, 1997. p. 23.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 43.

Dentre os autores anteriores, o primeiro estudo a ser analisado corresponde a Antônio da Cunha Barboza e foi publicado na Revista do IHGB, em 1898. Esse médico nos legou um trabalho singular e abrangente de 63 páginas, salpicado de apreciações históricas, sobre a arte brasileira que cujos limites cronológicos vão desde os tempos coloniais até a regência do príncipe D. João VI. Seu título, *Aspecto da arte brasileira colonial*, é a expressão das novas preocupações no reconhecimento do patrimônio brasileiro em fins do século XIX e, ao mesmo tempo, uma primeira tentativa por compilar o que se tinha escrito sobre a arte brasileira. Isso tudo, é claro, com as limitações de um intelectual que não foi nem um teórico da história da arte e nem um historiador de ofício, e, sim, “médico e não artista, certamente não vimos fazer a crítica das artes (...) exporemos apenas o que houve nesse sentido nos tempos coloniais do Brasil, outrossim, apenas ligeiras apreciações”<sup>74</sup>.

As pretensões de Antônio da Cunha Barboza abrangem todo o Brasil e esse ‘aspecto’ da arte colonial brasileira que nos deixou se apoia na leitura de importantes autores como: Manoel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Duarte Moreira de Azevedo e Luiz Gonzaga Duque Estrada. Para se adentrar no extenso território do Brasil, o autor se apoia nos depoimentos de viajantes como Auguste de Saint-Hilaire - “o único que periodicamente em suas obras refere-se às artes com certa minudência”<sup>75</sup>, no estudo “Bellas Artes em Pernambuco”, de F. A. Pereira da Costa. Ademais, Cunha Barboza também se apoia, nas descrições de jornais europeus, como o *Nouveau voyage ou tour du Monde*, de 1747, e nas impressões de viajantes como o inglês John Luccock; entre outros. O uso dessa bibliografia, no trabalho de Antônio da Cunha Barboza, nos dá a ideia dos limites geográficos alcançados – para além das fronteiras do Rio de Janeiro – o que constitui um elemento de diferenciação se comparado com as reflexões sobre os monumentos históricos em tempos do Império.

A pintura fluminense foi um dos temas tratados, no entanto, Cunha Barboza não foi mais além das reflexões e periodizações feitas por Manuel de Araújo e Porto-Alegre cinquenta anos antes<sup>76</sup>. O estudo de Cunha Barboza enumerou os edifícios que personificaram a Escola de Pintura Fluminense se destacando entre eles os de tipos religiosos. Ao final, e como disse em uma de suas ‘ligeiras apreciações’ recomenda para

---

<sup>74</sup> BARBOZA, Antônio da Cunha. “Aspecto da arte brasileira colonial”, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No. 61, 1898, p. 96.

<sup>75</sup> *Idem*. p. 124.

<sup>76</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. “Sobre a antiga escola de pintura fluminense”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo III, 1841.

aquele que estudasse “o movimento artístico colonial do Brazil terá forçosamente necessidade de visitar os monumentos dos Jesuítas e das ordens religiosas”<sup>77</sup>. Depois de se deter na pintura fluminense, ele destaca a importância da obra de Augusto Taunay na Academia das Belas Artes, qualificando essa edificação como “um dos estabelecimentos mais notáveis criados desde a instalação da família real portuguesa quando raiou para ao Brasil uma época de progresso e liberdade”<sup>78</sup>.

O trabalho artístico de Valentim da Fonseca e Silva, o Mestre Valentin, ganhou destaque especial no trabalho de Cunha Barboza, sobretudo as obras destinadas à decoração do convento de São Bento, à igreja do Carmo e à igreja de Santa Rita. A escultura, juntamente com a pintura, as duas manifestações artísticas de mais peso no estudo de Cunha Barboza, também se expressaram em obras reconhecidas pelo autor nos acervos das igrejas de São Jose, de São Bento, da Cruz dos Militares e de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro. É importante sublinharmos que o critério para a enumeração dos edifícios religiosos e de outros tipos que segue Cunha Barboza é de tipo artístico. Também que o predomínio de tal critério no reconhecimento dos edifícios expoentes da arte brasileira é um elemento diferenciador se comparado com os trabalhos escritos por colegas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante o Império. Na arte que reconhece Cunha Barboza, primam a pintura e a escultura as que se refere, por exemplo, quando trata da igreja da Candelária como:

um primor artistico, no qual são admirados os bellissimos painéis do talentoso artista Zeferino Costa; os prophetas, de tamanho natural, pintados com um tom fresco especial, de um colorido tão expressivo, que parecem ter sido copiados do original (...)” Os paineis do tecto do corpo da igreja, dos retabuelos lateraes e tantas composições que enaltecem devéras esse magestuoso templo. Si da pintura passamos a estudar a sua rica esculptura, é merecedor dos maiores encômios o operosso e distincto engenheiro Dr. A. de Paulo Freitas. Todos os altares revestidos de mármore de variadas cores, de um estylo elegante e mixto, correspondem certamente às actuaes bellissimas pinturas e esculpturas, à riqueza e gosto de sua antiga architectura exterior. O conjuncto desses primeores artísticos contribue para tornar esse sumptuoso templo o primeiro e mais importante da America do Sul. Essa igreja começou a ser edificada em 1775, segundo os planos do general Roscio<sup>79</sup>.

Resulta interessante a hierarquia das reflexões em Antônio da Cunha Barboza. Em último lugar de sua descrição, aparece só uma notícia da origem histórica da construção da igreja da Candelária e nenhuma alusão desmedida às personalidades da história do Rio de Janeiro. Esses foram alguns dos elementos – e não os mais

---

<sup>77</sup> BARBOZA, Antônio da Cunha. “Aspecto da arte brasileira colonial”, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, No. 61, 1898, p. 96. .

<sup>78</sup> *Idem*. p. 141.

<sup>79</sup> *Idem*. pp. 114-115.

significativos – presentes nos trabalhos de seus colegas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro algumas décadas antes da publicação do *Aspecto da arte brasileira*, em 1898. Não é esse o espírito que guia o trabalho de Antônio da Cunha Barbosa e, sim, um no qual a pintura e a escultura sobressaem dentre as demais manifestações artísticas, inclusive, na hora de se referir à arte em outras regiões do Brasil.

Segundo esse autor, com a pintura e escultura

e demais artes progrediu também no Rio de Janeiro a architectura (...) as ermidas de pau e pique foram pouco a pouco sendo substituidas por bellas igrejas como a Cruz dos Militares, que se distingue pela linha exterior da mais bella architectura, e de S. Bento, em que se admiram interiormente verdadeiros primores artístico do estylo barroco<sup>80</sup>.

Desses progressos ‘architectonicos’, no Rio de Janeiro, foram expoentes a igreja da Santa Cruz dos Militares, o Aqueduto que ligava os morros de Santa Teresa e Santo Antônio e a igreja da Candelária. Contudo, o Rio de Janeiro não foi um cenário exclusivo para o cultivo das artes, “na Bahia foram também ellas representadas com certo brilhantismo”; “a arte mineira não correspondeu ao valor da obras inestimaveis das suas lettras, apesar das ricas igrejas construidas pelos Jesuitas, magnificamente douradas e decoradas com estatuas polychromas”; no Pará, Cunha Barboza corria “pressuroso a essa imponente igreja, para depois fazer minhas orações, admirar o bom gosto artístico desse sumptuoso templo”; “o Rio Grande do Sul apresentando em diversas cidades templos de elegantes trabalhos architectural e escuptural também cultivou a arte dos bordados”<sup>81</sup>. Já as manifestações artísticas que enumerou Antônio da Cunha Barboza, em Minas Gerais, São Paulo e em Goiás o fez se apoiando nos relatos de viajantes como Auguste de Saint Hilaire e John Lucock.

Outra vez e, como fez quando se deteve no estudo das artes no Rio de Janeiro, Antônio da Cunha Barboza fez na Bahia e, especificamente em Salvador, uma longa enumeração de edifícios religiosos: símbolos de manifestações artísticas. Sem dúvida, ele visitou a Bahia e o Pará o que expressa com propriedade, quando disse com relação a Salvador de Bahia que “si da Cathedral formos a Sé, aos conventos de São Bento, do Carmo e de São Francisco, encontraremos igualmente pressiocidades artisticas de um valor inestimavel (...). A igreja do convento de S. Francisco é um dos mais magestuosos templos na Bahia. A sua bella e elegante architectura externa previne logo ao

---

<sup>80</sup> *Idem.* p. 114.

<sup>81</sup> *Idem.* pp. 115, 122, 139 e 137.

expectador o gosto e o luxo das suas riquíssimas pinturas e trabalhos esculpturaes internos”<sup>82</sup>. As enumerações continuam em seu trabalho, em menor medida e profundidade, para Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco.

A visão que consegue nos transmitir Antônio da Cunha Barboza das artes no Brasil se apoia na compilação de diversos estudos existentes e que lhe fez concluir que “nos tempos coloniais a arte foi exclusivamente cultivada pelas ordens religiosas que enriqueceram o interior das igrejas com bellissimas ornamentações douradas”<sup>83</sup>. O trabalho de compilação bibliográfica feito pelo autor do *Aspecto da arte brasileira colonial* lhe permitiu se deter na importância para a história da arte colonial do domínio holandês nos estados do norte; fazer referência aos trabalhos de arquitetura e escultura, a arte dos bordados e do crivo no Rio Grande do Sul. A música, a litografia, a ourivesaria e a marcenaria, as cuias, a cerâmica também são vistas como manifestações artísticas, mas sem maiores esclarecimentos. O trabalho desse intelectual do fim de século não poderia ir mais longe se levarmos em consideração a sua formação profissional e a falta de especialização no campo da arte. Porém, esse estudo vê com admiração a arte brasileira dos tempos coloniais, destacando sua originalidade e afirmando-a no âmbito das ordens religiosas. Antônio Cunha Barboza ao fazer a compilação sobre o que se tinha escrito de arte colonial do Brasil, estendeu a arte para além das fronteiras da cidade do Rio de Janeiro.

Um estudo mais sólido do ponto de vista teórico e conceitual sobre a arte brasileira pertence a outro membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Ernesto da Cunha e Araujo Viana (1852-1920). *Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular*, foi o título do artigo publicado em 1915 e, também, foi o do curso ministrado em cinco lições no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>84</sup>. Nos argumentos de Araújo Viana, igual ao que nos deu seu colega Antônio da Cunha Barbosa, o reconhecimento do patrimônio tem um sentido mais artístico do que histórico. Porém, em Araújo Viana, há uma reflexão teórica mais aprofundada, classificações das ‘bellas artes’, descrições e opiniões estéticas que superam as ‘ligeiras apreciações’ de seu colega médico. Há, também, um estudo pormenorizado do ornato e da planta na arquitetura nos edifícios religiosos do Rio de

---

<sup>82</sup> *Idem.* p. 120.

<sup>83</sup> *Idem.* P. 126.

<sup>84</sup> ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha. “Das artes plásticas no Brasil em geral e na cidade do Rio de Janeiro em particular”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. No. 78, 1915, pp. 505-608.

Janeiro e do interior do Brasil. Além disso, ele não circunscreve sua análise só ao período colonial – mesmo que ele seja o de mais peso nas reflexões – e durante a regência de D. João VI. As lições ministradas também trataram do estado das artes e seu ensino, durante o reinado de D. Pedro II, inclusive, das relações entre aquelas e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>85</sup>. Araújo Viana é um conhecedor das ‘bellas artes’ cujo entendimento se estende a todo o pitoresco, nos enveredando por trechos inesperados para esmiuçá-las.

Aborda não somente os edifícios religiosos e civis, mas os frontispícios de casas, oratórios, frades de pedra, também, as festividades, as carruagens, as repercussões da moda e as artes gráficas dos jornais, os mosaicos de conchas, as rendas de birlo e a doçaria dos conventos, entre outros. Interessa destacar a importância que merece em Araújo Viana a reflexão teórica da história da arte brasileira. As ideias desenvolvidas por ele envolvem, hoje em dia, boa parte do que definimos como patrimônio cultural. Ele foi um historiador da arte, disso não tinha dúvidas ao afirmar, na primeira lição do curso, que

o historiador das artes plásticas deve conhecer e tomar por base de sua narração simples ou philosophica, a evolução do ornato, estudado em suas formas geométrica e sentimental (...). Não se comprehende historiar artes plásticas sem aquella exigência para não reduzir a Historia a enumerações, relações cronológicas ou descripções de monumentos, de estatuas ou de quadras, precedendo-as ou intercalando-as de comentários encomiastico<sup>86</sup>.

Há, sem dúvida, uma diferença que se estabelece entre o estudo de Araujo Viana e outras tentativas para estudar as artes, no Brasil, que lhe foram contemporâneas. Com ele, também, iniciou-se uma nova disciplina – a História da Arte – da qual se tornaria uma referência obrigatória. Essa arte, o objeto principal do estudo de quase toda a vida dele, ao serviço da história da qual ele é partidário esclarece e glorifica o passado artístico colonial, tal e como fez em seus trabalhos Manoel de Araújo Porto-Alegre em meados do século XIX. Para melhor estudar esse passado Araujo Viana classificou as ‘bellas artes’ em duas categorias: as artes estáticas ou plásticas e as artes dramáticas ou de movimento. Segundo ele, as da primeira categoria seriam:

---

<sup>85</sup> As cinco lições ministradas por Araújo Viana foram: “Generalidades relativas às artes plásticas no Brasil”; “Das artes plásticas na cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro Colonial-Período dos Vice-Reis”; “Ainda as artes com os vice-reis, com o Rei- o Rio de Janeiro Imperial, durante o Primeiro Reinado”; “Continuação das artes no Primeiro Reinado-Período da Regência-As artes e artistas no Reinado do Sr. D. Pedro II” e, por último, “As artes plásticas até 1890-Nova organização dada ao ensino artístico-As Bellas Artes e o Instituto Histórico”.

<sup>86</sup> ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha. *Op.cit*; p. 509.



a Architectura, a Escultura e a Pintura, as respectivas derivadas, subordinadas e annexas. Pertencem à segunda categoria: a Poesia, a Musica e a Eloquencia. A dança impressiona pela vista e pelo ouvido, houve quem a considerasse Arte plástica animada, a estatuaria viva e movimentada (...). As Bellas-Artes da primeira categoria farão consequentemente o objecto do nosso curso. A Architectura, ao mesmo tempo arte e sciencia, subordina a matéria inorgânica às formas rigorosamente geométricas, e se rege pela lei da estabilidade e da ornamentação. São suas annexas: a arte dos jardins, a mobiliaria, as artes decorativas ou artes menores, e, também, a Esculptura, a Pintura; enfim todas as artes plásticas. A Architectura é arte independente por excellencia; é uma arte de Estado. A Esculptura imprime na matéria lenhosa, na matéria morta, na matéria inorgânica, as formas da vida. As mais importantes das suas subordinadas são a Glyptica (gravura de medalhas), a Numismática, a Ourivesaria, a Ceramica, a Vidraria e Panóplia e a Indumentaria. A Cerâmica e a Crystalaria auxiliam também a Pintura. A Pintura é a Bella-Arte que, por meio de linhas, cores e matrizes simula em uma mesma superfície plana, as trez dimensões do espaço. Della se derivam: a Agua Forte, a Tapeçaria, o Mosaico, o Esmalte, a Paleografia, a Caligrafia, a Diplomatica, a Miniatura e a Heraldica. Consideram hoje subordinadas á Pintura as artes menores: a Litographia, a Photographia, o papel de forrar muros e os tecidos de toda sorte <sup>87</sup>.

Essa concepção abrangente da arte e a panorâmica que dela fez, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas nos outros estados do Brasil, o colocam como o principal teórico e historiador da arte no começo do século XX. Já do ponto de vista diacrônico, Araujo Viana dividiu a história das artes plásticas no Brasil em dois ‘aspectos’: o pré-histórico ou oriental e o histórico ou ocidental. Porém, se concentra mais dentro desse último no ‘Brasil portuguez’ e no ‘Brasil independente’, situando Portugal como a matriz da vernaculidade artística brasileira por sobre o domínio holandês. Esse o cataloga como interessante, porém, sem influências sobre as artes plásticas no Brasil e, também, sob o domínio da história política.

A arte que reconhece Araujo Viana como vernácula e nacional é a que contém os traços civilizatórios portugueses dos séculos XVII e XVIII, a do “estyllo decorativo, do produto sincero e uniforme do sentimento nacional, reflexo artístico dos séculos XVII e XVIII da metrópole: longe estava anarchia do século XIX!”. Quanto às linhas vernáculas do ‘Brasil portuguez’ na arquitetura exterior de alguns edifícios religiosos indica a influência das “formas jesuíticas e a de outros tantos as linhas do rococó e no interior a sumptuaria de Borromini na talha mural, nos altares, nas balaustradas, nas arcades, nos bancos, nos púlpitos, nas banquetas dos altares, na ourivesaria de prata, lâmpadas, lampadarias e em outros objectos de culto” <sup>88</sup>. É estranha a ausência de uma reflexão mais profunda ao Barroco como um estilo autóctone brasileiro nos estudos de

---

<sup>87</sup> *Idem.* pp. 508-509.

<sup>88</sup> *Idem.* p. 513.

Araújo Viana e nisso tampouco supera seu predecessor: Manoel de Araújo Porto-Alegre

89.

Da arte colonial brasileira foram expoentes não só as edificações religiosas jesuítas – e nisso encontra-se um ponto em comum com as ideias de Antônio da Cunha Barbosa. No juízo de Araújo Viana, não só essa ordem religiosa deixou traços artísticos de importância nas belas artes (**Figura 4**). As velhas igrejas franciscanas constituíram

verdadeiros museus de archeologia artística (...) S. Francisco, na cidade de São Salvador, S. Francisco em Ouro Preto, S. Francisco em S. João d'El-Rei; S. Francisco na Parahiba do Norte; algumas igrejas do Recife, Olinda; de Alagôas, do Maranhão e outros estados; S. Bento, S. Francisco de Paula e outras da cidade do Rio de Janeiro, possuem trabalhos inestimáveis em Escultura de ornatos, em Estatuaria, mesmo em Pintura, em Ourivesaria, em Miniaturas, em documentos paleographicos e em Archeologia campanaria <sup>90</sup>.

Os gênios artísticos do Brasil Colônia, segundo Araújo Viana são, na Bahia, a figura de Chagas (o Cabra); em Minas Gerais, Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho) e discípulos e no Rio de Janeiro, o Mestre Valentim e seus discípulos. Além de se deter no estudo das artes estáticas ou plásticas, Araújo Viana também tratou das artes menores. Segundo o pesquisador, artes menores ou aplicadas sobressaíram pela originalidade e, entre elas mencionou, a arte catarinense, a joalheria e os tetos rústicos de Minas Gerais, as indumentárias rio-grandenses e baianas e as rendas do Norte. Enfim, um entendimento abrangente das artes e do ornato tal qual a classificação que ele propôs em suas primeiras lições.

Seria extenso demais enumerar aqui os edifícios que Araújo Viana reconheceu como representantes da arte colonial; eles – em sua maioria de tipo religiosos – foram os primeiros a receber os influxos coincidentes com a colonização portuguesa, especificamente com o que denomina como “modos e estylos do barroco” na arquitetura, na escultura, na pintura e nas artes aplicadas. Araújo Viana, inclusive, classificou as igrejas do Rio de Janeiro segundo os estilos que adotaram; assim reconheceu o jesuítico da escola italiana – nos conventos de S. Bento, Santo Antônio e Santa Teresa, nas igrejas da Santa Cruz dos Militares, a da Conceição e Boa Morte e as igrejas do Morro do Castelo – o da escola francesa – na igreja da Misericórdia – e o tipo rococó presente nas fachadas da igreja do Carmo, da Candelária (embora de zimbório mais moderno fosse do Renascimento), na de São Francisco de Paula, na da Mãe dos

---

<sup>89</sup> Para um estudo mais detalhado sobre o barroco, leia-se: SIMÕES, Guilherme. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento nas artes e nas letras no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Coleção Ensaios de Cultura, 1998.

<sup>90</sup> ARAUJO VIANA, Ernesto da Cunha. *Op.cit*; p. 513.

Homens, a de Santa Ifigênia, na do Bom Jesus do Calvário, na de Santa Luzia, na de São José e em outras.

Os critérios classificatórios do autor sobre o passado artístico do Brasil Colônia também deram ênfase à forma das plantas retangulares, poligonais, curvilíneas, em forma de cruz latina das antigas igrejas do Rio de Janeiro. Os estilos decorativos e a forma das plantas lhe permitiram o conhecimento mais a fundo da arte dos séculos XVII e XVIII, quando as igrejas cariocas eram ricos museus e “aquelles recintos seculares de S. Bento eram para admirar; os primeiros aspectos da pintura a óleo em nossa cidade, os modos da talha brasileira com originalidade de aplicação e desenvolvimento floral, o espírito subtil e paciente do artista na delicada execução de curvaturas e minucias da mobiliaria e, finalmente, um programma de solidez architectonica que, no systema, no Rio de Janeiro, não possuimos superior”<sup>91</sup>. Historicizar as artes, no Rio de Janeiro, o motivo principal das lições ministradas, significou para Araujo Viana se deter também no estudo das edificações civis.



**Figura 4.** Mercado e Igreja de São Francisco de Aleijadinho, Ouro Preto, 1882. Fotografia de Marc Ferrez. Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

Entre essas últimas sobressaíram os chafarizes, porque, segundo opinião do autor, a arquitetura civil tinha ficado restringida à modalidade administrativa palaciana da qual foi exemplo o Paço Imperial. Mas os chafarizes personificaram as diferentes etapas do serviço público de água, no Rio de Janeiro, durante os tempos dos vice-reis, do rei, do Império atingindo perfeição e constituindo mais uma representação das artes plásticas como o do Largo da Carioca, o do Largo do Paço Imperial (Praça Quinze de

---

<sup>91</sup> *Idem.* p. 527.

Novembro), o das Marrecas (com planos e execução do mestre Valentim), o da Rua da Glória, entre outros. Até as inscrições em latim ou em português – gravadas com apurada ornamentação – desses chafarizes foram objeto da atenção de Araújo Viana, que nelas observou exemplos de boa arte.

Outro aspecto que merece ser destacado, no estudo de Araújo Viana, é a originalidade que reconhece, nas artes plásticas, no Brasil, pós- independência. E, nisso, ele foi enfático ao afirmar que antes da chegada da missão artística francesa e do rei fundar o ensino oficial de Belas Artes já se cuidava com esmero das artes plásticas no Rio de Janeiro, na Bahia, em Minas Gerais, na Paraíba, em Pernambuco e em outros estados; sobretudo, na arte ornamental das arquiteturas religiosas jesuítas e franciscanas. Não obstante, observou que a singularidade que caracterizou as artes plásticas durante os tempos da colônia foi ameaçada pela “picareta do progresso material” que fez desaparecer – e isso foi pronunciado, em 1915, logo após as transformações trazidas pela reforma urbana feita no Rio de Janeiro – quarteirões inteiros de casas pertencentes a diferentes épocas com seus frontispícios, vãos característicos, oratórios e frades de pedra, entre outros acessórios de ruas.

Na verdade, depreendemos da leitura pormenorizada do trabalho de Araújo Viana, que houve uma independência artística prévia à independência política. Ainda assim, e durante os anos da Regência e do Império, destacamos que as belas artes encontraram proteção na figura do D. João VI, de D. Pedro I e de D. Pedro II. Esse aspecto também foi enfatizado por Araújo Viana em suas lições. Nesses períodos, ele se deteve no estudo da pintura mural, a paisagística, a de cavalete, da história da Academia de Belas Artes, na influência do neoclássico na arquitetura assim como nos artistas mais representativos durante esses anos. Apegado ao tradicionalismo da arquitetura civil e religiosa dos séculos XVII e XVIII, Araújo Viana vê esse estilo como um elemento perturbador ao caráter florescente de tais edificações, sobretudo, com o prestígio oficial de Grandjean de Montigny quando “não tardou no Rio de Janeiro que os imitadores aparecessem, mas os imitadores sem estudos fundamentais”<sup>92</sup>. Também não fogem ao olhar abrangente das artes plásticas em Araújo Viana as caricaturas, desenhos críticos e jocosos ao serviço do jornalismo da época como os do jornal “O Commercio” e do “Brasil Ilustrado” em meados do século XIX.

---

<sup>92</sup> *Idem.* p. 597.

As artes plásticas – a pintura, a gravura, o desenho a lápis, a litografia, os trabalhos em miniatura de marfim, as heráldicas, as obras de ourivesaria, a pintura e a gravura – também foram objeto de análise nas lições de Araújo Viana. Também as exposições de Belas Artes e dos prêmios periódicos foram comentadas por ele. Já ao se referir à Estátua Equestre de D. Pedro I não deu ênfase aos valores artísticos, mas ao valor histórico e comemorativo, catalogando-a como “o mais importante monumento civil de escultura e simbolismo do Brasil”<sup>93</sup>. A presença desse juízo, mesmo que de menos peso se comparado com o peso do juízo artístico no trabalho de Araújo Viana, é algo a sublinhar no pensamento desse historiador e crítico da arte. A arte nos tempos do Império precisava ser consagrada e nada melhor que legitimar seu símbolo, na escultura, foi isso o que talvez pensou. Ao final, o tradicionalismo em Araújo Viana, o apega mais às artes plásticas dos séculos XVII e XVIII do que à arte dos oitocentos.

Com Araújo Viana, abriu-se uma linha, no pensamento intelectual, sobre a natureza da arte no Brasil. O sentido abrangente de sua classificação das artes plásticas lhe permitiu historicizar o ornato e os elementos decorativos das edificações religiosas, civis, públicas e das artes menores nas diversas regiões do Brasil. Essa intenção não priorizou a dimensão histórico-civilizatória dos monumentos históricos, isso já tinha sido tratado pelos seus colegas algumas décadas antes. Importava mais, uma vez estabelecida a legitimidade da civilização luso-brasileira nos trópicos, pensá-la, artisticamente, sobretudo depois que boa parte da herança colonial e escravocrata tinha sido removida, definitivamente, da paisagem carioca com a reforma urbanística do prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913).

Entre os pares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que fazem parte da reflexão sobre o patrimônio cultural nas primeiras décadas do século XX, também podemos citar José Viera Fazenda (1847-1917). Bibliotecário e incansável cronista da história do Rio de Janeiro, os inúmeros artigos e crônicas publicadas nas colunas dos jornais dessa cidade foram editados em cinco volumes e publicados pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* entre 1919 e 1926<sup>94</sup>. Suas matérias de tratam de “assumptos históricos e usos e costumes, monumentos e tradições do Rio de Janeiro (...) e foram o resultado do affecto desvelado e constante na consulta meticulosa de arquivos e de velhos documentos mal conhecidos, que fizeram o encanto

---

<sup>93</sup> *Idem.* p. 588.

<sup>94</sup> FAZENDA, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1919/26, 5 vols.

e a grande preocupação de toda sua vida”<sup>95</sup>. Vieira Fazenda não foi um crítico nem um historiador da arte, mas foi imbuído de um espírito esclarecedor da história de sua cidade, a do Rio de Janeiro. Suas “antiquilhas e memórias” salpicam inúmeros aspectos da vida e do cotidiano, desde os tempos da colonização portuguesa até o próprio começo do século XX, momento em que foram escritas tais crônicas. Existiu, na intenção do ex-bibliotecário do Instituto Histórico, um espírito de valorização de memórias históricas da cidade que volta a ser percorrida com um olhar detalhista resgatada, nas crônicas, que sublinhavam sua importância secular.

Os monumentos históricos são objetos das matérias de Viera Fazenda, mas não em um sentido próximo da crítica da arte ou de sua historicidade; ele foi bem explícito nesse sentido ao referenciar para maiores esclarecimentos as obras de Joaquim Manoel Macedo, Moreira de Azevedo e Araújo Viana. As reflexões do ex-bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro retomam parte das características das obras de alguns dos ‘letrados dos oitocentos’. O caso de Monsenhor Pizarro e Araújo foi um exemplo. Preocupou-se mais em legitimar a história e traços de civilidade das instituições religiosas católicas no Rio de Janeiro; para isso mergulhou no resgate de memórias históricas das edificações e dos homens notáveis que as representaram. Um pouco disso há nos artigos de Viera Fazenda. No entanto, ele não legitimou as bases do poder do Estado, mas a identidade da cidade nativa, indo além daqueles símbolos arquitetônicos e de sucessões de prelados e governadores para atingir o Rio de Janeiro até em seus usos e costumes. Talvez a reação intelectual da salvaguarda de um registro memorial, perante as transformações urbanas de uma cidade que para ser moderna e alterar suas funções precisava se redefinir em seu urbanismo.

É sintomático que seja uma expressão das transformações urbanas precisamente o tema da primeira matéria publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título “Sancta Teresa. A nova linha”<sup>96</sup>. Nessa publicação, Viera Fazenda vem-nos a entreter “com algumas cousas antigas que vêm de molde em dia de tantas galas, quando o foguetório e as bombas de dynamite rebentam com sacrifício das posturas municipais e dos ouvidos do próximo”<sup>97</sup>. Isso tudo dentro de um tom dialógico

---

<sup>95</sup> FAZENDA, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 86, Vol. 140, 1919. p. 7.

<sup>96</sup> FAZENDA, José Vieira. “Sancta Teresa. A nova linha”, In: “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 86, Vol. 140, 1919. pp.9-15.

<sup>97</sup> *Idem*; p. 9.

com o alvo eleito para verter suas histórias, o cidadão do Rio de Janeiro. Esse senta-se em um dos bancos dos carros elétricos do bonde de Santa Teresa, recebe o conselho de acender um charuto para ouvi-lo narrar uma viagem que o remonta aos séculos XVII e XVIII.

O trajeto da nova linha do ferro-carril carioca <sup>98</sup> serviu a Vieira Fazenda para reconstruir a paisagem arquitetônica da cidade, olhando para os dois lados. É assim que descreve, pormenorizadamente, a cidade:

Ao nosso lado direito, onde mais tarde foi edificada a Carioca foi cemitério de escravos que por cristã caridade eram sepultados pelos Franciscanos (...). Aqui fica este imenso casarão de pedra chamado a Carioca, obra monumental, sem elegância, que substitui o pequeno chafariz, construído em tempo de Aires de Saldanha, fonte que podes vêr pintada nas obras de Debret ou no *Ostentor Brasileiro*. (...) Por baixo de uma ponte de madeira dá volta o bonde, e nós vamos rodando em direção às ruínas da ermida de Sancta Barbara e Sancta Catarina, muito sympathica ao coronel dr. Santos, diretor da ferro Carril, que na ilha da referida Sancta Barbara fez brilhaturas, curando varíola ou bexiga os míseros mortaes, e que por uma coincidência veio encontrar aqui em ruínas a capella da advogada das trovoadas. (...) Olhando par ao lado oposito, ahi tens a vasta frontaria da egreja da Penitência, em cujo tecto o Drindle fez brilhaturas, restaurando o magnífico painel do artista brasileiro Jose de Oliveira; a do convento de Sancto Antonio, em cuja portaria lá está a lanterna, que desde 1710 se acende em louvor do Sancto (...) aquele lance do Convento que se salienta em direção á rua da Guarda Velha era a enfermaria dos monges, theatro da caridade mais evangélica, posta em prática por um simples leigo que morreu com fama de sancticidade e que curava moléstias de olhos com a água de um velho moringue, quando a Ophthalmologia não estava descuberta no Rio de Janeiro (...) Olha: alli está, o portentoso original, que viste reproduzido pelo Vitor Meirelles no seu primeiro panorama. Ahi tens a magnífica Guanabara, com todos os seus contornos. Alli a praia de sancta Cecília, ou de Martim Affonso, onde está o Hospicio dos Alienados, monumento erguido por José Clemente. Lá a Glória, com sua capella toda garrida, que nos faz lembrar o Alencar no primeiro capítulo da sua *Luciola*. Eis nos chegando ao clou da situação: a passagem do bonde por cima dos arcos do Bobadella, erguidos em 1750. Não tenhas algum tremelique. Os arcos, construídos sobre terreno de uma lagoa, destinados a ligar Sancto Antonio a Sancta Teresa, podem supportar perfeitamente o trafego da Ferro Carril (...) Olha acolá a casa de vivenda da grande chácara das mangueiras, alli no começo da ladeira do Desterro, tal qual como era em 1752! Nesse ponto um frade de nome Francisco Santos á frente de duzentos apisanos, deu pancada de cego nos Franceses commandados por Duclerc (...). Vê aqui os fundos do hospital do Carmo, com seus magníficos jardins e a sua monumental caixa d'agua".<sup>99</sup>

Notícias históricas das edificações religiosas, civis e domésticas fazem parte da narração de Viera Fazenda, datas e personagens históricos da cidade do Rio de Janeiro, referências diversas que vão desde informações curiosas até breves comentários estéticos para animar o tom didático que acompanha a quem faz esse primeiro passeio

---

<sup>98</sup> A Companhia Ferro-Carril Carioca introduziu o serviço de bondes no bairro na década de 1870 e posteriormente, em 1896, eletrificou as linhas sendo esse um dos feitos mais notáveis do aproveitamento do antigo aqueduto colonial como via de acesso ao bairro de Santa Teresa.

<sup>99</sup> *Idem*. pp.10-13.

do bonde, em 1896. É nas entrelinhas dessa descrição que aparece o que reconhecemos como o patrimônio da cidade, no entender de Viera Fazenda, um tipo de geografia que possui uma historicidade da qual são parte integrante as edificações. Elas, conjuntamente com figuras importantes da história carioca, a baía de Guanabara, os morros de Santa Teresa e Santo Antônio, ruas, avenidas, largos, fatos memoráveis etc. configuram a identidade que tenta resgatar em suas *Antiquilhas e memórias*.... Existe, também, uma interlocução que tem a intenção de apegar mais o carioca à sua identidade: é esse o desejo que predomina nas crônicas escritas por Vieira Fazenda desde os últimos anos do século XIX até o começo do XX.

A igreja da Penitência, a Candelária, o Jardim da Praça da República, o Passeio Público, a Cadeia Velha, o chafariz das Saracuras, a Rua do Cotovelo, a casa da Ópera, o forte de São Januario, o Colégio dos Jesuítas, o chafariz da Rua do Riachuelo, a igreja de Copacabana, a fortaleza da Conceição, o Muro da Cidade e o Palácio da Conceição e outras tantas são as edificações objeto de crônicas junto às histórias das festividades religiosas, de santos padroeiros fluminenses, de próceres e do surgimento de bairros na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, essa enumeração das edificações e a abordagem que traz Viera Fazenda não se inserem, *strictu sensu*, na dimensão artística que caracteriza o reconhecimento do patrimônio presente nos seus colegas Antônio da Cunha Barbosa e Ernesto da Cunha Araújo Viana.

As matérias de Viera Fazenda não apuram como os colegas que lhe foram contemporâneos – já analisados aqui – a literatura sobre a arte ou sua crítica. Há mais nele as notícias históricas, as pequenas histórias, as memórias de festividades que caracterizadas pelo estilo de crônicas, e unidas às edificações de que trata, fazem parte da identidade que Viera Fazenda reclama para a cidade do Rio de Janeiro. Não há mais motivação do que essa, no ex-bibliotecário do IHGB, aliás, já manifestada anos antes em Joaquim Manoel Macedo e em Moreira de Azevedo. Essa trilogia foi chamada por Araújo Viana “cronistas” da cidade do Rio de Janeiro, deixando-lhes qualquer assunto de esclarecimento histórico e reconhecendo-os como autoridades nesse aspecto.

O anterior se pode constatar, quando o autor das *Antiquilhas e Memórias*.. se refere à igreja da Candelária, juntando à descrição estética, sem juízos que demonstrem um estudo apurado das artes, os comentários cuidadosos sobre as fontes pesquisadas



durante a vida toda<sup>100</sup>. É claro, no raciocínio de Viera Fazenda, também encontrarem-se matérias nas quais se misturam esse interesse pelo resgate de memórias históricas que o caracteriza e a descrição artística. Importa mais ao ex-bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o resgate de traços de identidade do Rio de Janeiro, ainda que os símbolos que a personificavam não existissem mais. A matéria que ele dedica ao Chafariz das Marrecas – que ele chamou das Saracuras – ilustra bem isso, especificamente quando Viera Fazenda comenta:

cabendo-me a gloria de ter sido o primeiro a fallar dessa obra d'arte occulta aos olhos dos profanos, a qual leva sem duvida vantagem ás pesadas e enferrujadas fontes públicas, inauguradas, há poucos annos, em nossas praças, - fontes que primam pela ausência do precioso liquido tão decantado pelo poeta Silva Alvarenga nos versos dedicados a Luiz de Vasconcellos! (...) Jaz por terra o célebre chafariz das Marrecas, transformado em portão do quartel da brigada policial. A carioca tristonha pode dizer 'eu era assim' (quando de suas 36 torneiras jorrava água em profusão) e 'eu estou ficando assim' (servindo de pouso a vagabundos). Que pelo menos fique perpetuamente guardada pelo cuidado das religiosas da ajuda a fonte das Saracuras, salvo se alguma desapropriação por utilidade pública não vier arrancar o braço do conde de Rezende (...) Essa é a opinião do paciente investigador dos archivos da Sancta Casa de Misericordia<sup>101</sup>.

Viera Fazenda mergulha, na cidade, abrangendo-a através do resgate de memórias históricas de instituições religiosas, de festividades religiosas, de assuntos geográficos, de personalidades, de ruas tradicionais. A palavra patrimônio em sua obra seria um bom indicador da acepção utilizada na época. No segundo volume das “*Antiquilhas...*”, aparecem várias matérias dedicadas ao Mosteiro de São Bento e à municipalidade do Rio de Janeiro onde, entre aspas, a palavra “patrimônio” encabeça os títulos<sup>102</sup>. A acepção que possui a palavra patrimônio nos anos em que foi publicado o trabalho de Viera Fazenda ainda possui um sentido notarial. Ela se refere aos bens e riquezas acumulados, historicamente, pela Congregação dos Beneditinos e pelo governo da cidade do Rio de Janeiro.

Fora do âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também houve outros intelectuais cariocas envolvidos com o debate e a crítica da arte brasileira. Talvez o caso mais representativo seja o de Luiz Gonzaga Duque Estrada (1863-1911) e isso pela intervenção dele no cenário cultural carioca da virada do século. Suas publicações

---

<sup>100</sup> FAZENDA, José Vieira. “A Candelária”, In: “*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*”. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 86, Vol. 140, 1919. pp. 20-23.

<sup>101</sup> FAZENDA, José Vieira. “O chafariz das Saracuras”, In: “*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*”. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo. 86, Vol. 140, 1919. pp. 44-45.

<sup>102</sup> Leia-se FAZENDA, José Vieira. “*Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*”. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo. 88, Vol. 142, 1920. pp. 99-188.

em jornais e revista da época, como *O Jornal do Comércio* e a revista *Kosmos*, fizeram uma crítica das artes no Brasil – desde os pintores brasileiros contemporâneos até as obras de modernização da cidade do Rio de Janeiro. Também trataram das raízes da cultura brasileira; preocupação essa igualmente presente em Antônio da Cunha Barbosa e em Ernesto da Cunha Araújo Viana. Os reclamos por uma modernização onde a arquitetura civil harmonizasse na paisagem citadina, o reconhecimento da herança civilizatória luso-cristã nas artes que critica até 1890 e as valorações teóricas sobre a escultura monumentalista foram características do pensamento de Gonzaga Duque que o aproximam do ofício de um crítico e historiador da arte. Partindo do estudo específico da estatua do Marechal Floriano<sup>103</sup> afirmou que:

a escultura monumentalista, que é uma arte de conjuncto, isto é, de alta composição em que dominam as linhas gerais (...) o que se lhe deve exigir é que tenha grandiosidade no seu conjuncto, que impressione ao primeiro golpe de vista pela beleza da sua forma integral e commova pela expressão allegorica; é este o seu intento. Nem outro poderia ser. O que traz glorificação à praça pública, o que o põe em evidencia ao olhar contemplador das multidões, revivendo na memória das gerações futuras, é o acto superior da sua vida, que o fez maior entre seus semelhantes pelo benefício prestado à cultura dos homens, á liberdade de uma raça ou a unificação nacional. (...) As estátuas da praça, essas são homenagens prestados pelo consenso de toda uma população (...) As massas populares, modelam-as pela sua phantasia, envolvem-as na sua lenda, vêem-nas pelo prisma de suas admiração<sup>104</sup>.

Até a arte que lhe foi contemporânea fez parte das valorações em Gonzaga Duque, nesse caso, e através dos monumentos construídos em praças públicas. Dessa forma, a estatuária pública, inclui-se na reflexão sobre as artes em tempos da República Velha. Esse é um elemento a considerar dentro do pensamento sobre a arte brasileira da virada do século e inícios dos noventa no Brasil. No entanto, a dimensão artística que caracteriza a etapa aludida no pensamento brasileiro não se esgota com Gonzaga Duque, nem se limita ao contexto carioca. Longe desse e fora do âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro as artes, sua crítica e suas raízes foram assumidos criticamente por outros dois intelectuais no cenário cultural paulistano: Ricardo Severo (1869-1940) e Mário de Andrade (1893-1945). Eles foram duas figuras representativas que corroboraram com a preocupação de se pensar a arte brasileira nas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>103</sup> GONZAGA DUQUE, Luiz. “Estatua do Marechal Floriano por Eduardo de Sá”, In: *Contemporâneos. (Pintores e esculptores)*. Rio de Janeiro: Typ. de Benedicto de Souza, 1929. pp. 197-206.

<sup>104</sup> *Idem.* pp. 199-200.

Às valorações dos autores anteriormente estudados se acrescenta as reflexões sobre a arte brasileira do mestre português e do jovem Mário de Andrade. No caso de Ricardo Severo, é importante ressaltar a campanha de arte tradicional que protagonizou e cujo princípio fundamental defendia que a autoctonia da arte brasileira se remontava a Portugal. Segundo ele, a retomada de uma arquitetura própria e nacional – que se opusera ao universalismo da arte sem pátria – dependeria do retorno à tradição arquitetônica dos tempos da colônia vistos como a continuidade histórica da arte da metrópole <sup>105</sup>. A campanha pela arte tradicional que Ricardo Severo havia começado em torno da revista *Portugalia*, entre os anos de 1897 e 1908, o inspirou a um similar propósito em terras brasileiras. Nessa campanha, se reforçava a base constitucional portuguesa da tradição étnica e histórica da arte colonial ao outro lado do Atlântico, sobretudo, para que não se destruísse naqueles períodos de renovação e demolição a essência da nacionalidade brasileira <sup>106</sup>.

Segundo as idéias de Severo haveria que se procurar no passado colonial a chave de tradição nacional portuguesa, ou melhor, luso-cristã. Um dos estilos analisados em seus artigos foi o barroco, mas Severo não viu nele as características que o separavam da sua variante portuguesa, pelo contrário, “no Brasil, a arte do mestre Valentim e do Aleijadinho deu ao barroco portuguez um novo character que o distingue de todas as matrizes européias” <sup>107</sup>. Ou seja, reforçavam a continuidade histórica e evolutiva de um Portugal que abrangia os domínios ultramarinhos, no caso: o Brasil. A autoctonia da arte brasileira vinha sendo defendida meio século antes. Nisso, sem dúvidas, as reflexões de Araújo e Porto Alegre foram fundamentais. Elas acharam sua continuidade, décadas depois, com os trabalhos de Cunha Barbosa e, sobretudo, com as lições de Ernesto Araújo Viana já para o início dos noventa.

Também, no ambiente intelectual paulista daqueles anos, Mario de Andrade tratou das raízes da arte brasileira e, nesse aspecto, se bem no começo de sua fecunda produção escrita simpatizou com as ideias tradicionalistas de Ricardo Severo, Mário de Andrade conseguiu se distanciar delas. É claro, sob o perigo de ele ser tomado como um patriota exaltado ou de padecer de vesânia devido à intenção nele de encontrar obras

---

<sup>105</sup> SEVERO, Ricardo. “Da architectura colonial no Brasil. Archeologia e arte”, In: *O Estado de S. Paulo*. 7 de setembro de 1922. p. 17.

<sup>106</sup> *Idem.* p. 17.

<sup>107</sup> *Idem.* p. 17.

genuínas de arte brasileira em tempos coloniais <sup>108</sup>. Mário de Andrade equiparou, como fez Araújo e Porto Alegre, o gênio dos artistas brasileiros coloniais aos da arte clássica; com isso, pretendia outorgar à arte brasileira traços nacionais. Logo de uma viagem feita a Minas Gerais, em 1919, comentou que:

Em Minas, se me permitirdes o arrojo da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas construídas por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provavelmente, com o Alejadinho, tomaram um caráter, mas bem determinado e, poderíamos dizer muito mais nacional. (...) Ora, na arquitetura religiosa de Minas a orientação barroca - que é o amor da linha curva, dos elementos contorcidos e inesperados - passa da decoração para o próprio plano do edifício. Ai os elementos decorativos não residem só na decoração posterior, mas também no risco e na projeção das fachadas, no perfil das colunas, na forma das naves. Com esse caráter assume a proporção dum verdadeiro estilo, equiparando-se, sob o ponto de vista histórico, ao egípcio, ao grego, ao gótico. E é para nós um motivo de orgulho bem fundado que isso se tenha dado no Brasil <sup>109</sup>.

Reclamos de uma arte nacional e tipicamente brasileira acompanham as concepções sobre a arte colonial brasileira que inspiraria, segundo o mesmo Andrade, muitos artistas que lhe foram contemporâneos. Importa também sublinhar em Mário de Andrade a preocupação não só pela arte religiosa, mas por outras expressões da cultura em tempos da colônia como foram as festividades católicas. A pompa dessas festividades foi descrita assim:

Do Brasil português, a importância de certas festas é lendária (...). As heranças acumulavam-se em ouro, e largas datas de chão: e as capelas suspendiam-se donairosas, alindadas pela ajuda das artes; os Te Deums reboavam pelas naves; os sermões traziam a lembrança da altura àquelas gentes tão apegadas ao pó. As referências a estas solenidades, feitas pelos viajantes que naquelas épocas passaram pelo Brasil, concordam todas sobre esse brilho (...) e tantos outros [viajantes, HVM] concordam sobre esse esplendor dos festejos católicos em S. Salvador. E não só lá, mas no Recife, e, com a mudança do habitáculo dos vice-reis, no Rio de Janeiro, de pois de 1762, nas Minas Geraes, com os solitários do Tijuco e o ouro dos ribeirões e das minas, as comemorações religiosas tiveram uma gala hoje apenas presentida. O que foi a nossa procissão eucarística, de tão comovida lembrança par aos paulistanos, senão uma escualida saudade junto do Triunfo Eucarístico de 1733<sup>110</sup>.

Na produção intelectual de Mário de Andrade, surgiu a preocupação com as manifestações artísticas não materiais. O Brasil precisava ser redescoberto. Essa foi uma motivação dos modernos durante a década dos vinte. Naqueles anos, era importante a preocupação em discutir a identidade e os rumos da nação brasileira e para isso se revisaram nossas heranças culturais, as consequências da colonização, a mestiçagem e a escravatura. Importa, nessa redescoberta, a procura do tipo local brasileiro e essa preocupação etnográfica também fez parte das reflexões de Mário de Andrade quem,

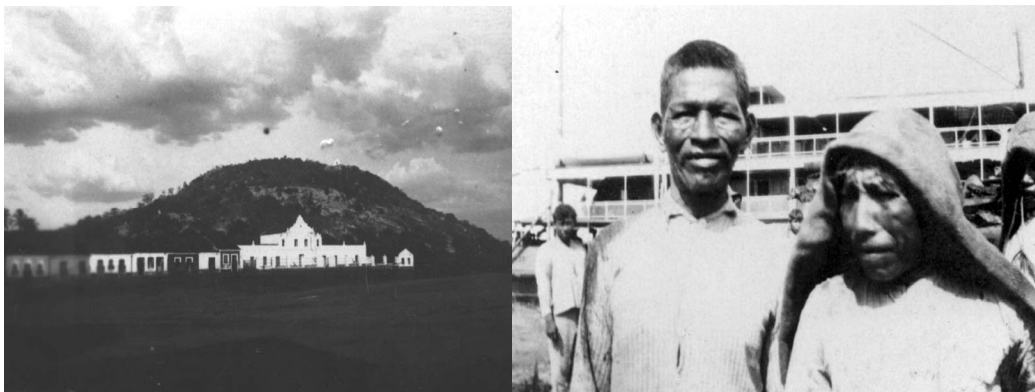
<sup>108</sup> ANDRADE, Mário. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Experimento Giordano, 1993 [1920]. p. 87.

<sup>109</sup> *Op. Cit.* pp. 79-80.

<sup>110</sup> *Idem*; pp. 32.

conjuntamente com Oswald de Andrade (1890-1954) e Manuel Bandeira (1886-1968), foram figuras representativas do Modernismo dos anos vinte, digamos de passagem, heróico, no sentido do resgate e descobrimento das raízes culturais do Brasil

Esse sentido, mais artístico e etnográfico ao pensar a cultura brasileira, o constatamos nas viagens feitas por Mário de Andrade pelo Brasil adentro, em 1927 e entre 1928-1929, percorrendo os estados do Amazonas e do Pará chegando a Porto Velho, a Iquitos, ao Peru e à fronteira com a Bolívia. Já, na segunda viagem, visitou estados do nordeste brasileiro: Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Suas impressões, acompanhadas de inúmeras imagens capturadas pela sua câmara fotográfica, foram publicadas sob o título “O turista aprendiz”. É curioso que o avô de Mário de Andrade, o Dr. J. A. Leite Moraes tenha publicado, em 1883, um conjunto de reflexões produto de uma viagem realizada, também, pelo interior do Brasil sob o título *Apontamentos de viagem de São Paulo à capital de Goyaz, desta à do Pará, pelos rios Araguaya e Tocantins, e do Pará à Corte - Considerações administrativas e políticas*<sup>111</sup>. Poderíamos dizer que o título do livro do neto parodia o livro do avô. No entanto, *O turista aprendiz...* é mais do que um livro. É um diário de viagem moderna, não foi uma viagem de lazer organizada – isso estaria totalmente fora de contexto – senão o produto de reflexões que se expressam através da fotografia, desempenhando um papel fundamental do Brasil em que mergulha, tal e como mostram as imagens capturadas feitas por Mário de Andrade (**Figuras 5 e 6**).



**Figura 5.** Catolé do Rocha, 1929. Fotografia de Mário de Andrade. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. In: ANCONA, Telê. “O turista aprendiz na Amazônia: a invenção do texto e da imagem”, *Annais do Museu Paulista*. São Paulo. V. 13. No. 2, julho-dezembro, 2005. pp. 135-164.

<sup>111</sup> ANCONA, Telê Porto. “O turista aprendiz na Amazônia: a invenção do texto e da imagem”, In: *Annais do Museu Paulista*. São Paulo. Vol. 13. No. 2, julho-dezembro, 2005. pp. 135-164.

**Figura 6.** “Assacaio/ 17-VI-27/ Fotografia de Mário de Andrade. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. In: ANCONA, Telê. “O turista aprendiz na Amazônia: a invenção do texto e da imagem”, *Annais do Museu Paulista*. São Paulo. V. 13. No. 2, julho-dezembro, 2005. pp. 135-164.

Mário de Andrade foi um turista aprendiz pelas experiências acumuladas nas viagens feitas em companhia de um grupo de amigos para conhecer os diferentes “brasis” até o ponto de se questionar até onde o país possuía cultura e civilização próprias <sup>112</sup>. De modo geral, as viagens dos intelectuais pelo interior do Brasil, na década dos anos vinte, seria algo comum <sup>113</sup>. A nação inventada precisava ser redescoberta, culturalmente, sendo a viagem a via de se adentrar nas raízes culturais do país. Mais do que alcançar o apelo de “turista”, há, nas viagens feitas por Mário de Andrade, a descoberta de um Brasil mais etnográfico, uma busca pela autenticidade que se personifica nos costumes, na gastronomia, na arquitetura e na geografia dos lugares visitados.

A dimensão artística na construção do patrimônio presente nos intelectuais cariocas da virada e começo do século que vimos estudando, enriqueceu-se com a orientação tradicionalista nas reflexões de Ricardo Severo e com os reclamos vernáculos de uma arte que ia além das expressões monumentais presentes nos textos de Mário de Andrade. As ideias analisadas reforçam e enriquecem a afirmação de que a construção do patrimônio de finais dos oitocentos e princípios dos novecentos se caracterizaram por uma primazia do artístico, sobre o histórico. Se juntarmos a dimensão histórica e artística, desde Araújo e Porto-Alegre até os intelectuais dos cenários carioca e paulista analisados, poderíamos constatar que boa parte das bases constitutivas do que por muito tempo foi denominado de patrimônio histórico e artístico se definiram com eles.

#### **1.4. O patrimônio histórico-artístico e o poder público federal**

A par das preocupações de índole intelectual dos anos vinte em torno do patrimônio apareceram as primeiras tentativas legais na proteção da herança cultural do Brasil. O patrimônio cultural, ou melhor, sua alegoria, vinha sendo definido no *ethos*

---

<sup>112</sup> Telê Ancona, *op.cit.* Apud ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. Estabelecimento do texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria de Cultura, Esportes e Tecnologia, 1976. p. 60.

<sup>113</sup> A historiadora Helena Maria Bousquet Bomeny se refere à década dos anos vinte como a “década dos viajantes” e dentre esses, os modernistas na busca pela autenticidade nacional e pelas raízes originais da cultura brasileira, os profissionais da ciência e os educadores buscando os novos cidadãos. Leia-se: BOMENY, Helena Maria Bousquet. “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores da política educacional”, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 6, No. 11, 1993, pp. 24-39.

histórico e artístico da jovem nação brasileira, mas precisava se legitimar em uma instituição que o salvaguardasse. As primeiras tentativas por institucionalizá-lo pertencem às décadas dos anos vinte e trinta, aliás, as mais fecundas em projetos de preservação durante a primeira metade do século XX. Essas tentativas foram: o anteprojeto de 1923 para a criação de uma Inspetoria de Monumentos Públicos, do deputado pernambucano Luís Cedro; o anteprojeto de lei federal visando à organização da proteção do patrimônio histórico e artístico do jurista Jair Lins e o anteprojeto do deputado federal baiano Jose Wanderley de Araújo e Pinho, de 1930 <sup>114</sup>. Esses três esforços, além de marcarem o início do período objeto de estudo deste item, podem se situar como os antecedentes legais ao surgimento do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936, o órgão que sistematizou a proteção do patrimônio histórico artístico pela primeira vez de modo hegemônico durante grande parte do século XX cujo itinerário histórico, até o fim da gestão do arquiteto Renato Soeiro, iremos estudar neste item.

Os anteprojeto dos anos vinte comprovam que existiu uma história da política patrimonial no Brasil antes da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – esse órgão não foi o marco zero na preservação oficial do patrimônio pelo Estado – e ainda que essa história não tenha sido homogênea. Aos antecedentes legais mencionados podemos somar as valorações do pesquisador Mário Ferreira de Pragmácio Telles, quando afirma que aquelas tentativas legais contribuíram e influenciaram no decreto-lei 25/37 que deu surgimento ao SPHAN <sup>115</sup>. Ele fez uma interessante comparação, sob critérios jurídicos, entre as semelhanças dos projetos supracitados e o decreto-lei que deu surgimento ao SPHAN.

Assim, no anteprojeto do deputado Luís Cedro para a criação da Inspetoria de Monumentos Históricos, Pragmácio Telles sublinha a importância do tripé histórico-artístico-nacional e, inclusive, há outras valorações que apontam na direção de uma

---

<sup>114</sup> “Projeto do Deputado Luís Cedro”; “Esboço do anteprojeto de lei federal elaborado pelo jurista Jair Lins” e “Projeto do Deputado José Wanderley de Araújo Pinho” In: FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (org.) *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória*. 1981. Anexos II e III, pp. 63-79. Comumente cita-se a idéia do SPHAN como o marco zero da preservação oficial do Estado, olvidando-se da importante atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e do Museu Histórico Nacional. Sobre o assunto, *vide* ORIÁ, Ricardo. “A proteção jurídica ao patrimônio cultural no Brasil: uma análise histórico-antropológica”. In: RODRIGUES, Francisco Luciano Lima (org.) *Estudos de direito constitucional e urbanístico em homenagem à profª Magnólia Guerra*. São Paulo: RCS Editora, 2007, p. 489-508.

<sup>115</sup> PRAGMÁCIO TELLES, Mário Ferreira de. *Entre a lei e as salsichas: análise dos antecedentes do Decreto-Lei 25/37*. Comunicação apresentada no V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

possível inspiração para a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional <sup>116</sup>. O dito tripé estaria presente em quase todas as propostas legislativas da década dos anos vinte e trinta, e inclusive, na do próprio Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como o mesmo nome sugere. No artigo primeiro do anteprojeto se explicitava que ficava “criada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, a “Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil”, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional” <sup>117</sup>.

Continuando com a análise desse autor, também foram várias as contribuições do jurista mineiro Jair Lins, na história da proteção do patrimônio cultural brasileiro. Seu anteprojeto foi criado inicialmente para atuar, no marco estadual de Minas Gerais, mas perante a inexistência de um âmbito jurídico estadual na preservação do patrimônio atingiu uma dimensão nacional. Entre as principais inovações da proposta desse jurista, estão o direito de preferência, a exclusão dos bens estrangeiros da catalogação, os tipos de catalogação, a exigência de registro no Registro Geral das Hipotecas e a proibição de construções novas no entorno do bem catalogado: outro aporte no anteprojeto do jurista mineiro.

Por sua vez, a proposta do deputado José Wanderlei Pinho e Araújo compilou e aprofundou os institutos dos anteprojetos de Luís Cedro e de Jair Lins. Ao fazer uma comparação entre o artigo primeiro do projeto do deputado baiano e similares artigos referentes a criação do SPHAN encontraríamos interessantes semelhanças. Por exemplo, no artigo primeiro do anteprojeto de Wanderlei Pinho se considerava patrimônio histórico-artístico nacional:

todas as coisas imóveis e móveis, a que deva estender a sua proteção o Estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza, quer pertencer à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, a coletividade ou a particulares.

Já o artigo primeiro do decreto-lei 25/37 afirmava que constituía:

o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico <sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> PRAGMÁCIO TELLES, Mário Ferreira de. *Op. Cit.*

<sup>117</sup> Projeto do Deputado Luís Cedro. *Op. Cit.* Anexo II, p. 63.

<sup>118</sup> *Idem.*



São inegáveis as semelhanças entre um e outro.<sup>119</sup> Além disso, o anteprojeto de Wanderley Pinho continha a previsão de um Conselho Deliberativo e Consultivo da Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional, no seu artigo 22, que é correspondente ao artigo 14 do decreto-lei 25 de 1937. Mas a comparação a que nos remete o advogado nordestino considera somente aspectos jurídicos presentes no corpo legal das três propostas legislativas dos deputados na década de vinte e trinta.

Não haveria alguma relação entre o discurso que se estabeleceu por aqueles deputados e as reflexões teóricas sobre as manifestações artísticas da virada do século e do começo dos novecentos? Sem dúvida, devem ter existido, embora não o possamos afirmar categoricamente por falta de documentos. Porém, é curioso o emprego de termos como o histórico o artístico e o nacional e poucas referências às expressões imateriais da cultura no corpo dos anteprojetos elencados. Os monumentos históricos e, dentro deles, em menor número, os bens móveis, representaram esses valores e os intelectuais brasileiros daqueles anos foram os que motivaram o interesse pelo resgate e preservação do passado histórico-artístico e nacional.

Faltaria constatar como esse tripé, histórico-artístico-nacional se articularia na prática protecionista o que resulta impossível devido a que tais anteprojetos não foram aprovados pelo Congresso da República. Tal fracasso se deve, em grande parte, à questão do direito de propriedade “até hoje - considerado intocável, e que constituiu um dos maiores empecilhos a serem enfrentados, na criação efetiva de instrumentos de preservação. O fracasso das iniciativas da década de 1920 se deve em boa parte a esse entrave jurídico, que começou a ser contornado com a inclusão, na Constituição de 1934, da defesa do patrimônio histórico e artístico entre os deveres do Estado”<sup>120</sup>. Além das primeiras iniciativas legais para a proteção do patrimônio, existe outro documento a considerarmos dentro dos antecedentes nos primórdios da proteção do patrimônio no Brasil.

Ele pertence à autoria de Blaise Cendrars, poeta e romancista suíço, e tal documento foi a minuta do estatuto da “Sociedade de Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil”. Ela foi redigida após a viagem conjunta feita a Minas Gerais pelo

---

<sup>119</sup> No artigo de Pragmácio Telles aparece um quadro comparativo que ilustra bem as semelhanças e diferenças entre os anteprojetos da década de vinte e o de Mário de Andrade questionando assim a originalidade e única autoria do célebre documento que deu origem ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

<sup>120</sup> BRESSAN PINHEIRO, Maria Lucia. “Origens da noção de preservação do patrimônio no Brasil”, In: *Risco*, Revista do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP. Vol. 3, No. 2, 2006. p. 8.

viajante suíço em companhia de Mário de Andrade, Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade, em 1924. No conteúdo desse documento – cujo original se encontra na Biblioteca Nacional de Berna e que foi transcrito e traduzido pelo pesquisador Carlos Augusto Calil – se evidenciam ideias que foram além de pensar uma lei que iria classificar, inventariar e propor medidas de conservação para o patrimônio histórico e artístico. Segundo seu conteúdo, as manifestações artísticas a serem protegidas se estendiam não só aos monumentos históricos, mas à música, à culinária, às festas pagãs e católicas, inclusive, a vestígios da arte popular indígena e às manifestações artísticas dos escravos africanos<sup>121</sup>. Ou seja, havia toda uma renovação nas idéias sobre o que fazia parte do patrimônio cultural e da sua preservação até então.

Outro antecedente importante, na história da preservação do patrimônio cultural brasileiro, foi a “Inspetoria de Monumentos Nacionais”. Ela foi criada em 1934, sob chefia de Gustavo Barroso e funcionou até 1937. Graças às pesquisas de Aline Montenegro Magalhães<sup>122</sup>, pudemos entender mais a fundo esse outro degrau na história das políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Segundo ela, “Barroso tinha uma relação romântica com o passado, incompatível com a história de uma nação indefinida ou inacabada. As inquietações de seu tempo levaram-no a olhar para o passado visualizando o que seria ideal – mais sistemático e menos conturbado – a ser resgatado por meio de vestígios antigos<sup>123</sup>. O passado deveria ser cultuado e as jovens gerações teriam que o conhecer, ele foi organizado de tal modo que,

entre os 2.486 objetos que o Museu possuía 1.402 foram oriundos de repartições como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Museu de Artilharia. As outras 1.084 peças foram doadas por familiares de personagens históricos e membros da elite, comprados de colecionadores particulares, assim como recolhidos em ruínas da cidade do Rio de Janeiro e de outras regiões brasileiras, antes que desaparecessem com as reformas e destruições. Tendo em vista a escrita da história do Estado, as instituições públicas eram as mais confiáveis para guardar objetos autênticos, capazes de comprovar o passado, pois estavam menos sujeitas a falsificações. Por isso, os objetos oriundos destas constituíram a maior parte do acervo do Museu Histórico Nacional. Uma vez comprovada a autenticidade dos objetos, formavam-se as coleções que ficariam expostas ao visitante<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> Leia-se, CALIL, Carlos Augusto Machado. “Sob o signo do Aleijadinho – Blaise Cendrars precursor do patrimônio histórico” Sob o signo do Aleijadinho: Blaise Cendrars, precursor do patrimônio histórico”, In: Faria, J. F.; Areas, V.; Aguiar, F. (orgs.) *Décio de Almeida : um homem de teatro*. São Paulo : FAPESP/EDUSP, 1997, pp. 319-333.

<sup>122</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

<sup>123</sup> MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Op. Cit.* p. 36.

<sup>124</sup> *Idem.* p. 38.

Esse passado também serviu como fonte de informações para tecer a história nacional. O interesse de Gustavo Barroso, na cidade de Ouro Preto, cuja fisionomia deveria remeter à visão do passado a ser cultuado, nos remete à definição riegliana de monumentos históricos uma vez que eles se constituíram em objeto do saber da História. Vale lembrar que a antiga Vila Rica de Albuquerque, elevada à condição de Monumento Nacional pelo decreto federal 22. 928 de 12 de julho de 1933, garantiu a projeção nacional dos trabalhos de Gustavo Barroso na *Inspetoria de Monumentos*. O caráter “nacional” na denominação do órgão colecionador de relíquias do passado podemos explicar por intermédio daquele ato legal de alcance federal que constituiu um importante precedente nas políticas de preservação do patrimônio no Brasil.

A década dos anos trinta alcançava resultados mais consistentes do que a anterior no que se refere às iniciativas na preservação do patrimônio. Não obstante, o caminho até a institucionalização estava começando a ser trilhado. A diferença da Inspetoria de Monumentos Nacionais, uma concepção mais abrangente da arte que além de valores históricos se apoiasse em uma concepção estética herdada dos intelectuais que contribuíram em sua construção social vingou com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional <sup>125</sup>, em 1937, sendo sua atuação regulamentada pelo Decreto-Lei 25/37 redigido pelo primeiro diretor, Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1898-1969).

A esse documento lhe são apontadas influências do anteprojeto de Mário de Andrade que privilegia aspectos conceituais do patrimônio o estendendo até manifestações da cultura popular postas em prática durante seu desempenho como diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, entre 1935 e 1938. Foi esse espaço o marco legal no qual ele pôs em prática suas ideias sobre a cultura e a arte resultantes da militância dos movimentos intelectuais modernos no Brasil. A própria estrutura do Departamento de Cultura do município de São Paulo foi inovadora, cinco divisões a integraram: a de Expansão Cultural, a de Educação e Recreio, a de Documentação Histórica e Social, a de Bibliotecas e a de Turismo e Divertimentos Públicos. Isso tudo com o propósito da “busca do homem brasileiro, de um ser colectivo que persista

---

<sup>125</sup> O órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, inicialmente, denominado de Serviço (SPHAN). Depois, Departamento (DPHAN), Secretaria, Subsecretaria (SPHAN) e Instituto (IPHAN).

dentro de todos nós e reja nossa unidade nacional”<sup>126</sup>. Antes de se tornar assistente técnico da 6ª. região administrativa do SPHAN, em 1937, Mário de Andrade viu a possibilidade do seu Departamento de Cultura representar os interesses do novo órgão. Assim, tornou ciente Rodrigo de Melo Franco, perguntado se era possível que para isso o SPHAN designasse ao Departamento de Cultura, o próprio Mario de Andrade,

Orientaria tudo, as diversas divisões possíveis para o caso como a de Expansão Cultural a de Documentação Histórica e Social e a de Turismo fariam o que se pode fazer daqui da Capital, e o ordenado seria destinado a contratar pesquisadores que iriam a tal e a tal lugar do Estado, estudar, fotografar e relatar tal monumento tombável. Creio que é caso de se experimentar (...). Digo francamente e sem modéstias a você que este me parece o meio mais expedito e mais possível de alcançar o que Capanema, você e eu desejamos <sup>127</sup>.

Choque de interesses ou, talvez, de concepções sobre a cultura e o patrimônio, o certo foi que a proposta do intelectual paulista inseria a proteção do patrimônio dentro de um projeto maior e mais abrangente do que os aspectos legais e jurídicos priorizados no documento que deu origem ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. De outro lado, os aspectos jurídicos presentes, no projeto redigido por Rodrigo Melo Franco que levou à constituição definitiva do SPHAN, encontram seus antecedentes nos anteprojetos de preservação de monumentos históricos dos anos vinte. Segundo o próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o documento que deu surgimento ao SHPAN foi inspirado em concepções do jurista mineiro Jair Lins, “um texto em que se basearam as disposições principais do sistema atual de defesa e conservação dos bens culturais do nosso país, do Decreto-Lei n°25, de 30 de novembro de 1937” <sup>128</sup>. Contudo e ainda que a ampliação do debate sobre o patrimônio que trouxe o anteprojeto de Mário de Andrade não fosse assumido em toda sua extensão, a orientação mais jurídica presente no decreto-lei 25 de 1937 foi inovadora.

Nisso, tem destaque o tombamento. Aparecido pela primeira vez no anteprojeto de Mário de Andrade, ele foi uma das medidas mais importantes na institucionalização do patrimônio no Brasil. Sua instituição teve respaldo legal, na Constituição de 1934, sob o tema da “função social da propriedade” permitindo que o SPHAN pudesse ter amparo legal na instrumentação das políticas de preservação do patrimônio cultural

---

<sup>126</sup> *O Estado de São Paulo*, “O Departamento de Cultura de São Paulo. Entrevista com Mário de Andrade”, 21 de fevereiro de 1936, p. 3.

<sup>127</sup> FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA. *Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, 1981, pp. 64-65.

<sup>128</sup> CAMPOFIORITO, Ítalo. “Muda o mundo do patrimônio. Notas para um balanço crítico”, *Revista Brasil*, Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Ciência e Cultura: Rio de Janeiro, s/d. Apud FRANCO DE ANDRADE, Rodrigo Melo. Conferência publicada na *Revista do IPHAN* n° 17, Edição MEC. Rio de Janeiro, 1969.

sintetizadas em um órgão. Mas qual patrimônio histórico e artístico nacional seria preservado através do tombamento?

Uma boa aproximação a essa resposta a oferece o historiador social da arquitetura Gustavo Rocha-Peixoto. Ele fez uma interessante comparação entre a lista dos bens tombados no Rio de Janeiro pelo SPHAN, no ano de 1938, e as edificações objeto de crônicas no Rio de Janeiro de Moreira de Azevedo. No ano inicial dos tombamentos no Brasil o SPHAN selecionou 52 imóveis; por sua parte, Moreira de Azevedo tratou de 51 edificações no último terço do século XIX. Nas duas listas há 20 edifícios de tipo religioso, 28 edifícios de arquitetura civil e oficial e dois edifícios militares. No século XVI Moreira de Azevedo supera por um imóvel os dois bens tombados pelos sphanianos; já o século XVIII ganhou destaque especial nos tombamentos do ano de 1938 com um total de 22, superando em seis os referenciados por Moreira de Azevedo. Não existe nada que nos indique a Moreira de Azevedo como uma referência intelectual para Rodrigo Melo Franco <sup>129</sup>. Outrossim, a ênfase dos sphanianos no século XVIII e nas edificações religiosas e civis e oficiais nos sugere o interesse obsessivo pelos monumentos históricos que personificaram a tradição luso-cristã no Brasil.

É interessante e aparentemente paradoxal que o uso de um substantivo que nos remete ao âmbito da produção escrita e memorialística, “o tombamento”, tenha sido utilizado como o instrumento legal para a preservação dos monumentos históricos. Do ponto de vista semântico, a palavra ‘tombamento’ é portuguesa, provém do verbo ‘tombar’ e dentre suas acepções está: “arrolar”, “inventariar”, “registrar” <sup>130</sup>. Também nos remete até a Torre de Tombo, a sede secular de grande parte do acervo memorialístico da história lusitana. Levando em consideração esses dois argumentos podemos afirmar que na execução das políticas preservacionistas sphanianas, existiu a intenção de “registrar” os documentos da nação brasileira que fossem, além de nacionais, históricos e artísticos. Os monumentos históricos foram, antes de tudo e na visão sphaniana, os “documentos” que testemunharam a existência de traços civilizatórios no Brasil. A dimensão histórica e artística dos monumentos históricos tinha sido objeto de reflexão pelos intelectuais, aqui estudados, do Instituto Histórico e

---

<sup>129</sup> ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. “Prototombos: o conceito de patrimônio cultural no século XX”, In: RODRIGUES DE CARVALHO, Claudia S., et.al. (org.) *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. pp. 109-118.

<sup>130</sup> BUARQUE de HOLANDA, Aurélio. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, S.A. 1975, p. 1386.

Geográfico Brasileiro nos séculos XIX e XX, entretanto, o “nacional” se inseria nos interesses do Estado Novo: o regime sob o qual surge o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional <sup>131</sup>.

Criado dentro da estrutura do Ministério de Educação e Saúde, sob direção de Gustavo Capanema, o SPHAN foi encarregado de preservar o legado histórico da nação <sup>132</sup>. Assim, o artigo primeiro do decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937 que o instituiu legalmente afirmava que constituía “o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país, cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” <sup>133</sup>. **(Anexo I)** Do “excepcional valor” a que fez referência esse decreto-lei, cuidou o grupo de modernistas próximos ao ministro Capanema. Eles nortearam a seleção dos bens tombados, procurando de modo unidirecional uma continuidade histórico-civilizatória com Portugal.

Assim, a nação brasileira que documentou os tombamentos das primeiras décadas de existência do SPHAN foi composta por “quatro séculos de história, extremamente católico [a], guardado [a] por canhões, patriarcal, latifundiário [a], ordenado [a] por casas de câmara e cadeia, e habitado [a] por personagens ilustres” <sup>134</sup>. Os tombamentos eram registrados em quatro livros de tombo: o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Histórico; o das Belas Artes e o das Artes Aplicadas. Sob a

---

<sup>131</sup> O patrimônio histórico e artístico nacional institucionalizado pelo IPHAN não deteve as reflexões em torno do patrimônio. Ele continuou a ser representado e pensado como o evidenciam os seguintes livros: COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965. COSTA, Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957, 5 vols. CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1965, 2 vols. GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Livraria Brasileira Editora, Coleção Vieira Fazenda, 1965. LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1967, 8vols. MAURÍCIO, Augusto. *Templos Históricos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1964. Outrossim, dentro do IPHAN e ainda que tenha prevalecido uma visão do patrimônio histórico artístico da nação existiram interessantes reflexões que ampliaram seu entendimento como as de CARDOSO, Joaquim. “Um tipo de casa rural do Distrito Federal”. *Revista do SPHAN* nº 7, 1943; SAIA, Luiz. “Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século”. *Revista do SPHAN* nº 8, 1944; BARRETO, Paulo Thedim. “Casas de Câmara e Cadeia”. *Revista do SPHAN* nº 10, 1946; COSTA, Lúcio. “Arquitetura jesuítica no Brasil”. *Revista do SPHAN* nº 5, 1941.

<sup>132</sup> O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional passou a fazer parte do Ministério de Educação e Saúde com a Lei No. 378, de 13 de setembro de 1937.

<sup>133</sup> Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Apud FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.

<sup>134</sup> RUBINO, Silvana. “O Mapa do Brasil Passado”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. No. 24, 1996. p. 98.

gestão de Rodrigo Melo Franco (1937-1967) esses tombamentos priorizaram os aspectos históricos e artísticos dos monumentos históricos que personificavam a nação brasileira tão necessária aos projetos político-ideológicos de construção da nacionalidade durante a Era Vargas. Essa é a abordagem da pesquisadora Julia Wagner Pereira, com a qual concordamos, já que entende o tombamento como um processo de construção de narrativas nacionais<sup>135</sup>. Enfim, a construção de uma narrativa nacional, através do tombamento, marcou a história institucional do órgão preservacionista federal cujas primeiras três décadas se inserem na chamada fase “heróica” estudada pela pesquisadora Maria Cecília Londres Fonseca<sup>136</sup>. Nesses anos, sobretudo os de 1930 e 1940, prevaleceu a ideia da autenticidade das expressões artísticas que se associaram com os monumentos históricos (de “pedra e cal”) e que remetiam aos fatos memoráveis da nação brasileira.

Para se ter uma ideia, “até o final de 1969 foram tombados 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais”<sup>137</sup>. O que há de heróico na primeira fase analisada por Londres Fonseca nos remete ao trabalho de preservação do SPHAN nas três primeiras décadas de existência. Como se constatou, esse órgão concentrou um grande esforço de resgate dos monumentos históricos que testemunharam a existência da tradição luso-cristã no Brasil e, principalmente, na “barroquização”<sup>138</sup> do patrimônio histórico e artístico nacional, ou seja, nos monumentos que atestavam essa origem mítica da nacionalidade brasileira. A prática protecionista até aqueles anos se resumia na manutenção das características formais dos conjuntos arquitetônicos. Tal esforço deve-se à equipe de trabalho de Rodrigo de Melo Franco que conseguiu manter longe do alcance da política abrangente do Estado Novo os princípios desse projeto, viabilizando o esforço, heróico, de preservação cultural naquelas décadas.

Entretanto, essa autoautarquização que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional alcançou, ao mesmo tempo, trouxe seu isolamento e afastamento da

---

<sup>135</sup> PEREIRA, Júlia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2009.

<sup>136</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

<sup>137</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. *Op. Cit.* p. 125.

<sup>138</sup> CHUVA, Márcia. “Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado”, In: *Revista de História TOPOI*, Vol. 4, No. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.

sociedade, reforçando a imagem do órgão que mantinha uma política preservacionista fechada e antipluralista. O isolamento do órgão, já convertido administrativamente em diretoria – DPHAN – desde 1946, resultante do modelo de preservação assumido na fase heróica se agravou com a falta de recursos que enfrentava o órgão <sup>139</sup>. A esses fatores veio-se somar outro de tipo econômico, a participação da economia brasileira, no processo de internacionalização do capital, também deu sinais de desgaste no modelo de preservação assumido durante as primeiras décadas de existência do SPHAN.

Como conciliar o impacto desenvolvimentista dos anos 50/60 – leia-se industrialização, urbanização, especulação imobiliária, valorização do espaço urbano, migração para as cidades – com a política sphaniana de preservação que se apoiava na tradição e na continuidade histórica? Esse crescimento acelerado da economia unido à pressão demográfica, nas grandes cidades, nos centros históricos e o aumento do fluxo turístico, entre outros fatores, obstaculizaram a prática preservacionista iphaniana e fizeram o carismático diretor solicitar a ajuda técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1965. Foi essa a resposta do órgão frente às mudanças sócio-econômicas dos anos sessenta e setenta que trouxe uma inovadora reformulação na natureza das relações que se estabeleceram com o patrimônio, dessa vez o valorizando turisticamente com a assessoria da UNESCO. Por sua vez, esse órgão internacional inseriu o Brasil, no debate mundial sobre o patrimônio e, também, no circuito mundial do turismo cultural.

Mas a presença da UNESCO, no Brasil, especificamente, na esfera cultural, teve um antecedente importante na visita do Diretor do Real Instituto para o Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico da Bélgica, Paul Coremans. Suas impressões foram publicadas no relatório “*Brésil: La préservation du patrimoine culturel*”, de 1964 <sup>140</sup> em que o técnico belga, Paul Coremans, reflete sobre os monumentos históricos visitados, sobre seu estado de conservação, sobre a necessária reestruturação do IPHAN; entre outros assuntos. No entanto, nas ideias desse representante da UNESCO, o turismo ainda não fazia parte da necessária renovação do trabalho do então Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

---

<sup>139</sup> Outra mudança na nomenclatura administrativa do órgão que cuidou das políticas preservacionistas se deu em 1970, dessa vez, o DPHAN mudou seu nome para IPHAN, ou seja, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

<sup>140</sup> Missão de Paul Coremans ao Brasil. *Brésil: La préservation du patrimoine culturel*. 1964. In: Arquivo Central do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro. Sub-Série Relações UNESCO-IPHAN. Caixa 27, Módulo 34, Pasta 94.



A assessoria técnica da UNESCO foi a porta de entrada para o Brasil apropriar-se das novas concepções prevalecentes no debate internacional sobre a proteção do patrimônio. Alguns anos depois, relacionou-se o aproveitamento econômico ao fomento do turismo, após as visitas realizadas ao Brasil de peritos da UNESCO, provenientes da França, de Portugal, da Bélgica e da Inglaterra. No entanto e apesar das conquistas relatadas, ainda não havia sido estruturado um órgão que incluísse essa demanda social como política pública no Brasil. O turismo não foi até o final dos anos 60 uma prioridade nacional nas políticas econômicas brasileiras, diferente do que acontecia no cenário internacional cujo interlocutor era precisamente a UNESCO e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Entretanto, esses órgãos internacionais declararam o ano de 1967 como o “Ano Internacional do Turismo”, coincidentemente, um ano depois da declaração da antiga Vila de Paraty como Monumento Nacional e, também, um ano depois de ter sido criada a Empresa Brasileira do Turismo (EMBRATUR).

Os anos que transcorrem desde finais da década de sessenta e durante os anos setenta representaram para o IPHAN mais do que uma etapa de transição entre as fases (‘heróica’ e ‘moderna’) estudadas por Cecília Londres Fonseca e, vale dizer também, que foram mais as mudanças na estrutura econômica do que os relacionados com a política do país que levaram o IPHAN a repensar a atuação marcadamente cultural, que caracterizaram o trabalho do órgão durante as três primeiras décadas de história. Já entre os anos de 1967 e 1979 o órgão encarregado da proteção do acervo cultural, no Brasil, a partir de 1970 denominado como Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) esteve sob a direção do arquiteto Renato Soeiro Menezes. É oportuno lembrar que por aqueles anos e, sobretudo, a partir do golpe cívico-militar de 1964, a ditadura instaurada pelos militares (1964-1985)

além da censura, medo repressões, torturas, assassinatos, exílios inerentes a todo e qualquer regime autoritário, realizaram uma intervenção potente no campo cultural e tal atuação visava instrumentalizar a cultura; domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários, buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário da nacionalidade. Esta maior atenção significou enorme riscos para a cultura. Mas, de modo contraditório, a “valorização” [sic] também acabou criando uma dinâmica cultural e de políticas culturais que trilhou as fronteiras possíveis das ditaduras, quando não extrapolou esses limites.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> RUBIM, Antônio Canelas. “Políticas culturais do governo Lula/Gil”, In: RUBIM, Antonio A Canelas e Rubens BAYARDO. *Políticas culturais em Ibero-América*. Salvador da Bahia. EDUFBA, 2008, pp. 54-55.

Segundo o especialista em políticas culturais, Antonio Albino Canelas Rubim, o golpe de 1964 reafirmou a triste tradição de relacionamento da cultura com o autoritarismo, porém, também interveio e criou inúmeros organismos no campo da cultura, por exemplo: o Conselho Federal de Cultura (1966); o Instituto Nacional de Cinema (1966); a Empresa Brasileira de Filme – EMBRAFILME (1969); A Fundação nacional das Artes – FUNARTE (1975); o Centro Nacional de Referência Cultural (1975); a RADIOBRÁS (1975); o Conselho Nacional de Cinema (1976) etc <sup>142</sup>. De modo geral e, como afirma Lia Calabre, entre as décadas de 1960 e 1970, as questões da cultura ganharam maior importância dentro da área de planejamento público e passaram a ser incluídas no rol daquelas ligadas à problemática do desenvolvimento. Foi nesse contexto onde se enquadra a gestão de Renato Soeiro a frente do IPHAN, que vinha acumulando experiência de trabalho com o turismo, constatando sua participação, nas reuniões da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), durante o começo da década de 1960. Porém, a participação de Renato Soeiro como membro do Conselho Consultivo da COMBRATUR não constituiu uma diretriz de trabalho do IPHAN durante o começo da década de 60, embora tenha acumulado uma experiência que lhe seria útil durante os anos de sua gestão, entre 1967 e 1979.

Os anos correspondentes a gestão de Renato Soeiro representaram mais do que uma fase intermediária na história das políticas de proteção do patrimônio pelo IPHAN. A fase moderna que este último inaugurou, na história das políticas patrimoniais do IPHAN, reforça a tese da capacidade regenerativa do órgão frente à desenfreada urbanização, à especulação imobiliária e ao aumento do turismo de massas em meados do século XX. Sob sua gestão, moderna, destacaram-se vários aspectos, entre eles: a alteração da fisionomia do acervo protegido <sup>143</sup> nas primeiras décadas de existência do IPHAN, “as propostas de aliança da preservação do patrimônio ao desenvolvimento local, a recuperação econômica de áreas abandonadas através do turismo, os grandes investimentos da indústria do turismo, o incentivo à formação de Casas de Cultura Popular para a venda de produtos artesanais locais, dentre outros” <sup>144</sup>.

---

<sup>142</sup> Para aprofundar no estudo das políticas culturais no Brasil, leia-se, também, do mesmo autor “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios”, In: RUBIM, Antonio A Canelas e Alexandre BARBALHO (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador da Bahia: EDUFBA, 2007.

<sup>143</sup> Tomei emprestada essa frase da colega historiadora Julia Wagner Pereira, especificamente, da sua pesquisa intitulada “O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação”. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Março de 2009.

<sup>144</sup> PEREIRA, Julia Wagner. “O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação”. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Março de 2009, p. 6.

Do ponto de vista jurídico, os Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971) foram ações importantes que repercutiram nos anos em que Renato Soeiro esteve à frente do IPHAN. Como consequência destas reuniões, que estabeleceram um compromisso de solidariedade com o Governo Federal na preservação do patrimônio cultural, a maior parte dos estados e municípios criou fundações e órgãos preservacionistas que executaram, com relativa autonomia, as políticas que melhor refletissem as suas aspirações. A UNESCO continuou a ter um papel importante na valorização turística do patrimônio – posição também compartilhada pela Organização de Estados Americanos (OEA) – e com sua assessoria técnica foram elaborados planos de salvaguarda do patrimônio, que incluíam a alternativa do desenvolvimento turístico como solução fundamental, para cidades históricas como Ouro Preto (Minas Gerais), São Luis e Alcântara (Maranhão) – elaborados pelo arquiteto português Alfredo Evangelista Viana de Lima; Paraty (Rio de Janeiro), de autoria do arquiteto belga Frederic de Limburg Stirum e também a cidade de Salvador, capital da Bahia foi objeto de um plano para seu centro histórico elaborado pelo urbanista inglês Graeme Shankland.

Contudo, na atenção que prestou o IPHAN aos centros históricos, durante a gestão de Renato Soeiro, uma das ações mais importantes naqueles anos foi a criação do Programa Integrado da Reconstrução das Cidades Históricas (PCH). Este inicialmente incluiu a região do Nordeste do Brasil, um dos territórios menos desenvolvidos no país, embora de significativa riqueza cultural e grande potencial turístico. Também financiava projetos de preservação apresentados pelas fundações estaduais, por exemplo, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, ou municipais. O Programa das Cidades Históricas teve sucesso e foi estendido à região Centro-Sul, em 1977, especificamente aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro “mas os recursos dos quais dispunha tal programa não foram ampliados proporcionalmente<sup>145</sup>, o que comprometeu sua eficiência.

Segundo Márcia Sant’Anna, o Programa das Cidades Históricas financiou 193 projetos, entre os quais 10 intervenções em conjuntos urbanos e 15 planos urbanísticos e de desenvolvimento urbano, vale a pena dizer que as ações do PCH, no Estado do Rio de Janeiro, chegaram até a Vila Histórica de Mambucaba. Segundo essa autora, dos

---

<sup>145</sup> AZEVEDO, Pablo. “Evolución de las políticas referentes a los centros históricos em Brasil”, In: TORAL, Hernán Crespo e Maria Alexandra SILVA. *Rehabilitación integral em áreas o sítios históricos latinoamericanos*, Roma: 1ª. Edição. Instituto Italo-Latino Americano, 1994. pp. 57-63.

planos diretores financiados pelo Programa, poucos foram implementados, por falta de articulação com os municípios e também por falta de uma legislação que obrigasse à sua execução. Pode-se creditar ao PCH a recuperação do Largo do Pelourinho, em Salvador da Bahia, diversas restaurações em Olinda, a restauração do Forte dos Reis Magos, em Natal; o início dos trabalhos nos sobrados de São Luís, a restauração do Teatro José de Alencar (Fortaleza), a restauração do Teatro 4 de Setembro, em Teresina; a transformação dos antigos presídios de Recife, Natal e Fortaleza em Casas de Cultura<sup>146</sup>.

Como temos constatado, brevemente, os anos correspondentes à gestão, moderna<sup>147</sup>, de Renato Soeiro no Instituto Histórico de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram profícuos, no que concerne às mudanças nas políticas patrimoniais, em específico, as relações dessas com o turismo. Mas, para um melhor entendimento de tais relações, antes teríamos que estudar como o turismo se manifestou historicamente no Brasil para, depois, analisar a natureza das relações que estabeleceu com o patrimônio, especificamente, em uma cidade histórica fluminense, Paraty, alvo da prática preservacionista iphaniana durante as fases heróica e a fase moderna.

---

<sup>146</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura e patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 125. SANT'ANA, Márcia. "A preservação dos sítios histórico no Brasil". Disponível em: <http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/SirchalQ/marcia.htm>. Acessado em 10 de Março de 2008.

<sup>147</sup> Se falarmos em fase moderna do IPHAN, inevitavelmente ter-se-ia que pensar em Aloísio Magalhães e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) cujo estudo foge aos objetivos desta pesquisa. Entre 1975 e 1981 o CNRC desenvolveu uma política cultural em busca de um desenvolvimento autenticamente brasileiro. O CNRC teve como idealizadores Aloísio Magalhães e outros artistas e intelectuais da época. Sob a gestão de Aloísio Magalhães foi realizada a reforma institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que se fundiu ao CNRC e ao PCH, e, por fim, se desmembrou em duas instituições: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória, que passaram a operar sob a sigla de SPHAN/Pró-Memória. Cf. LEITE, João de Souza. "Aloísio Magalhães, aventura paradoxal no design brasileiro. Ou, o design como instrumento civilizador?" *Tese de Doutorado*, PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

## **CAPÍTULO II**

**“O TURISMO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL”**

## 2.1. O turismo contemporâneo e seus antecedentes históricos

*En parlant de l'âge du tourisme, j'entends surtout le tourisme organisé, ce tourisme de série qui est devenu l'un des aspects les plus typiques de notre siècle. C'est un fils de la vitesse et de la démocratie, qui s'intègre étroitement dans l'évolution industrielle, dont il a exactement suivi les étapes: on y distingue en effet une période artisanale, une période mécanique, la période administrative enfin dans laquelle il est pleinement engagé aujourd'hui...*<sup>148</sup>

SIEGFRIED, A. *Les aspects du XXe. Siècle*, Hachette, 1999 [1955]. p. 107.

A afirmação anterior do sociólogo, historiador e geógrafo André Siegfried sublinha a importância do turismo como um dos aspectos mais típicos do século XX. Precisamente, os anos da década de cinquenta, quando foi escrito o livro do professor suíço, marca o começo do *boom* do turismo em nível mundial, favorecido por uma ideologia que destacou os resultados positivos, que do ponto de vista social, cultural e econômico, o turismo poderia trazer. Esses efeitos desejados nem sempre se materializaram nos modelos turísticos implantados, sobretudo, nos países em desenvolvimento que acharam no fomento do turismo uma sorte de *deus ex machina* que iria dar solução aos problemas sócio-econômicos aparentemente insolúveis.

O incremento do número de turistas, em grande escala, correspondeu ao crescimento da classe média que foi o público alvo desse turismo de massa. O aumento do número de turistas, na Europa do pós-guerra, foi facilitado pela disponibilidade dos meios de transporte e, acima de tudo, pela quantidade de pessoas que ganharam o direito de ter férias remuneradas. Os alvos preferidos pelos turistas foram os *resorts* de veraneio da França, da Itália e da Espanha unido ao sucesso dos *campings* no litoral francês e às preferências pelas montanhas da Suíça<sup>149</sup>. Já, as consequências decorrentes desse *boom* turístico foram definindo um período de crescimento, fordista, assim denominado em clara alusão à estandardização dos destinos turísticos de baixos preços, o que unido à transformação mercantil da paisagem, às relações assimétricas entre turistas e residentes locais, à deterioração ambiental dos destinos turísticos e aos baixos níveis de profissionalização dos agentes envolvidos no fomento do turismo, constituem suas características principais.

---

<sup>148</sup> Falando sobre a situação do turismo, entendo principalmente o turismo organizado, este turismo de série que se tornou um dos aspectos mais típicos do nosso século. Filho da velocidade e da democracia integra-se intimamente à evolução industrial a qual seguiu exatamente as etapas que o distinguiram: o período artesanal, um período mecânico e, enfim, um período administrativo ao qual está plenamente ajustado hoje-em-dia.

<sup>149</sup> DONAIRE, José A. “La reconstrucción de los espacios turísticos. La geografía del turismo después del fordismo”, In: *Revista Sociedade e Território*, Ministério de Cultura de Portugal. No. 28. pp 2-34. 1998.

Na prática, e durante os anos iniciais do período fordista, o turismo foi favorecido por uma ideologia de moda nos anos sessenta cujos principais representantes foram o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O fato que possibilitou o surgimento dessas instituições, no cenário turístico de metade do século, fez com que os processos de institucionalização do turismo dos países ocidentais perdessem, consideravelmente, sua autonomia e singularidade para serem internacionalizados pelos interesses dessas instituições, por sinal, atreladas à reconstrução dos anos do pós-guerra na Europa. Vale dizer que a ideologia que acompanhou a eclosão do turismo, em meados do século XX, trouxe efeitos desfavoráveis que se deve debitar à fase fordista do turismo contemporâneo, que se fecha entre finais dos anos oitenta e começo dos noventa.

Tal ideologia ainda se viu favorecida pela declaração do ano de 1967 ter sido considerado: o “Ano Internacional do Turismo”. Essa determinação contribuiu para a expansão do turismo em escala mundial. Assim, as repercussões desse expansionismo permitiram que a ideologia do turismo que acompanhou a fase fordista, não fosse privativa da Europa e que ecoasse nas Américas anos depois. Vários foram os pronunciamentos de chefes de estado em relação ao turismo naqueles anos. Por exemplo, em saudação ao Congresso da *American Society of Travel Agents* (ASTA), Gerald Ford, Presidente dos Estados Unidos, qualificou o turismo como uma força econômica de grande importância para o mundo inteiro, dizendo que contribuía poderosamente para a paz internacional “ao encorajar o estabelecimento de uma melhor compreensão entre os povos e favorecer a instauração da paz mundial e o desenvolvimento social, cultural e econômico de todos os países”<sup>150</sup>. No mesmo evento, realizado em Montreal, Canadá, no ano de 1974, o Primeiro Ministro de Canadá, Pierre Trudeau, fez questão de juntar uma nota pessoal ao seu depoimento perante o Congresso da ASTA no qual afirmava que:

no decurso de minhas viagens – tanto a título particular como oficial – reforçou-se a minha opinião de que as viagens internacionais podem exercer uma profunda influência sobre o bom relacionamento mundial. O turismo tem enormes incidências internacionais tanto do ponto de vista da cultura como da economia, mas, na realidade, seu fator último deve ser a amizade entre os povos<sup>151</sup>.

---

<sup>150</sup> EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. “Turismo, ator de paz” [Mensagem do Papa Paulo VI, do Pdte. Ernesto Geisel, do Pdte. Gerald Ford e do Premier Pierre Elliot Trudeau, In: *Revista EMBRATUR*. Ano I, No. 5. Junho-Julho-Agosto, 1975, p. 20.

<sup>151</sup> *Op. Cit.*, p. 20.

Os exemplos anteriores dão a dimensão da importância mundial do turismo que, em sua expansão, fez-se acompanhar de “quatro mitos” recorrentes no discurso do Banco Mundial e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico assumido por não poucos países subdesenvolvidos <sup>152</sup>. O turismo como fonte de emprego e riqueza; como um caminho para produzir mudanças sociais positivas; como a garantia de conservação das belezas do mundo e como mecanismo de intercâmbio cultural foram os quatro mitos que ajudaram a fomentar o turismo durante aqueles anos. Entretanto foram prontamente desmitificados pela literatura acadêmica <sup>153</sup> voltada para essa área.

Quanto ao primeiro mito, o turismo como fonte de emprego e riqueza, poderíamos dizer que essa atividade se tornou uma fonte de emprego para as comunidades anfitriãs, mas ao mesmo tempo, não existia um nível de qualificação razoável para os residentes locais desempenharem os novos “ofícios” que exigiam a prática turística. Assim, foram organizadas campanhas instrutivas e educativas para os cidadãos com o objetivo de garantir as “hordas douradas” – denominação dos antropólogos para se referirem aos turistas <sup>154</sup> – atenções especiais, segundo os padrões culturais dos países de origem. Além disso, o fomento do turismo a partir da década de sessenta fez desaparecer setores tradicionais de produção como a agricultura, deixando as populações nativas desprovidas de uma fonte de emprego fixa e tornando-as, exclusivamente, vendedoras da força de trabalho tal como aconteceu na ilha de Montserrat, no Caribe e em algumas comunidades do México <sup>155</sup>. As considerações anteriores são suficientes para duvidar da afirmação de que o turismo e a distribuição de

---

<sup>152</sup> Cf. ARRONES, Francisco Jurdao. *Los mitos del turismo*. Madrid: Ediciones Endymion, 1992. p. 26.

<sup>153</sup> Cf. ARRONES, Francisco Jurdao. *Op. Cit.*, p. 27. Ante as adversas conseqüências resultantes do fomento do turismo, turística, alguns anos depois, surgiram pesquisas científicas iconoclastas como: TURNER Louis e ASH, John. *La horda dorada*. Ed. Endymion, Madrid, (1991) [1976]. SMITH, Valene (org.). *Anfitriones e invitados*. Madrid, Endymion, (1992) [1977]. PEARCE, Philipp. *The social psychology of tourism behavior*. Pergamon, New York, 1982. KADT, Enmanuel de (org.). *Turismo. ¿pasaporte al desarrollo?* Ed. Endymion, Madrid, 1991 [1979]. URRY, John. *The tourist gaze, leisure and travel in contemporary societies*. Sage, Londres, 1990. MATHIESON, Aliston. e WALL, Geoffrey. *Turismo: repercusiones económicas, físicas y sociales*. Editorial Trillas, México, 1990 [1982]. JURDAO ARRONES, Francisco (org.). *Los mitos del turismo*. Ed. Endymion, Madrid, 1992. BOISSEVAIN, Jeremy (org.). *Coping with tourist: european reactions to mass tourism*. Providence. USA, Berghahn, 1996. SANTANA, Agustín. *Antropología y turismo: ¿nuevas hordas, viejas culturas?* Editorial Ariel Antropología, Madrid, 1997. Todas elas contribuíram para o estudo acadêmico do turismo desde posições acadêmicas das ciências e disciplinas sociais.

<sup>154</sup> A ‘horda dourada’ foi o apelativo com o qual os antropólogos Louis Turner e John Ash se referem aos turistas na contemporaneidade. Leia-se: TURNER Louis e ASH, John. *La horda dorada*. Madrid: Ediciones Endymion, 1991.

<sup>155</sup> Cf. MONREAL, Pedro e PADILLA Cristina. *¿Al demonio con el paraíso? Repensando la cultura y el turismo en el Caribe insular*”, *Revista Temas*, Ministério de Cultura de Cuba, nº 43, 2005. julio-septiembre:, pp. 13-26.



riquezas geradas nas sociedades locais eram diretamente proporcionais. Podemos nos questionar se o turismo trouxe, a partir dos anos sessenta, do século XX, mudanças sociais significativas.

Segundo o economista Francisco Jurdao Arrones, durante a etapa fordista, chegou-se ao absurdo de acreditar que a prática do turismo, no continente africano, iria resolver problemas sociais seculares. Nesse caso, caiu por terra o segundo mito: o turismo como um caminho para produzir mudanças sociais positivas. As intenções em transformar um país como a Gâmbia em pequenas comunidades turísticas, no estilo do habitat de Tarzan e o incremento da prostituição em países como a Tailândia – com mais de 200 mil prostitutas em meados dos anos oitenta <sup>156</sup>, denunciam que, longe de solucionar problemas sociais, o turismo empobreceu ainda mais as realidades das nações subdesenvolvidas. Conservaria o turismo as belezas do mundo? Para responder a anterior pergunta poderíamos nos remeter a uma oração da Igreja Ortodoxa Grega, na década dos anos setenta do século XX, que diz textualmente:

Señor Jesucristo, Hijo de Dios, ten piedad de las ciudades, las islas y los pueblos de esta patria Ortodoxa, así como de los Santos Monasterios que están siendo azotados por la ola turística mundial. Concédenos la gracia de una solución a este dramático problema y protege a nuestros hermanos sometidos a una dura prueba por el espíritu modernista de estos invasores occidentales contemporáneos <sup>157</sup>.

Tendo em vista o conteúdo da oração que recomendava aos fieis ortodoxos gregos rezarem diante do perigo evidente que significava o turismo para um país com um legado cultural milenar, como o da Grécia, percebemos que a prática do turismo, não levou em consideração, também, as preocupações relativas à proteção do meio ambiente. Desse modo, o terceiro mito: o turismo como a garantia de conservação das belezas do mundo mostrou a sua fragilidade, pois as populações locais temeram que os turistas prejudicassem a conservação dos monumentos e da natureza local. Quanto ao último mito, o turismo como mecanismo de intercâmbio cultural, as consequências dos modelos turísticos impostos demonstrou o contrário. O turismo trouxe uma deformação cultural das identidades locais, produzindo um reducionismo fetichista bem distante da

---

<sup>156</sup> ARRONES, Francisco Jurdao. Op. Cit., p.30.

<sup>157</sup> SMITH, Melanie e TURNER, Louis. "Some Aspects of the Sociology of Tourism. In: *Society and Leisure*," n. 5. 1973, pp. 55-71 Apud CRICK, Malcolm. "Representaciones del turismo internacional en las ciencias sociales: sol, sexo, paisajes, ahorros y servilismos". In: ARRONES, Jurdao. *Los mitos del turismo*. Madrid: Endymión. 1992, pp. 339-403. A tradução para o português seria assim: "Senhor Jesus Cristo, tenha misericórdia das cidades, e das ilhas e dos povoados desta pátria Ortodoxa, assim como dos Santos Mosteiros que estão sob o flagelo da onda de turismo mundial. Nós dê uma saída a esse problema dramático e protege os nossos irmãos que estão submetidos a uma prova difícil pelo espírito modernista desses invasores ocidentais contemporâneos".

autenticidade cultural desejada. Isso pode ser constatado com o caso da celebração *ex-professo* das danças rituais nas reservas indígenas dos Estados Unidos com o único propósito de agradar aos turistas, ou como o exemplo da Tunísia onde as cerimônias tradicionais de núpcias fazem parte dos pacotes turísticos <sup>158</sup>. Os exemplos citados questionam claramente a ideologia que acompanhou a massificação do turismo a partir de meados do século XX.

As situações acima referidas, além de contribuírem para questionar os quatro mitos expostos, também ilustram as características que o turismo adquiriu desde meados do século XX até os anos de 1980 e 1990, ou seja, durante o dito período fordista. O crescimento do turismo, nessa etapa, foi, sem dúvida, acelerado. Porém, mostrou sintomas de esgotamento em suas estruturas tradicionais nucleadas, basicamente, em torno do produto turístico “sol” e “praia”. De acordo com o geógrafo Jose Antonio Donaire, a partir da década dos anos oitenta, assistimos a uma nova organização das estruturas do turismo que, além de se imporem ao fordismo, o transformaram como a crise da standardização, a irrupção do turismo em esferas sociais, lúdicas, esportivas e recreativas, a redefinição da autenticidade, a renovação tecnológica e a universalização do olhar turístico. A primeira delas é, sem dúvida, a característica fundamental da etapa pós-fordista e se expressa na substituição parcial de alguns produtos turísticos tradicionais por outros em função de responder as motivações de novos segmentos de mercado <sup>159</sup>. Ou seja, deixa-se a um lado a produção em série típica desse modelo e se tentou resgatar a imagem romântica da viagem expressando assim uma forte repulsa à homogeneização do turismo de massa durante o fordismo.

A irrupção do turismo, nas referidas esferas, se expressou ao assumir diferentes atividades de tipo social, lúdica, recreativa e esportiva. Tal capilaridade fez com que o turismo ampliasse suas fronteiras tradicionais. Se durante a etapa fordista o turismo se circunscrevia às práticas standardizadas, associadas ao clássico produto turístico das três “S” (*sand, sea & sun*) com o pós-fordismo atingiu os grandes eventos esportivos, os grandes centros comerciais, a cultura (com a valorização turística do patrimônio cultural ou com a criação de espaços de ócio em torno de suas expressões), os megaeventos – leiam-se as exposições universais, os jogos olímpicos, as grandes citas esportivas, as

---

<sup>158</sup> UNESCO. “Turismo y cultura, compañeros de ruta”. Revista *Correo de la UNESCO*, jul.-ago. 1999. pp. 21-56.

<sup>159</sup> Para um aprofundamento nas características das duas etapas do turismo contemporâneo leia-se: DONAIRE, José A. “La reconstrucción de los espacios turísticos. La geografía del turismo después del fordismo”, In: *Revista Sociedade e Território*, Ministério de Cultura de Portugal. No. 28, pp 2-34. 1998.

atividades culturais, os congressos e incentivos do turismo <sup>160</sup>. Quanto à redefinição da autenticidade, a prática do turismo, em fins do século XX e começos do XXI, parece ter superado a tensão cultural entre anfitriões e hóspedes própria do modelo da autenticidade teatral proposto por Dean McCannell<sup>161</sup>.

Esse antropólogo sugeriu a categoria de autenticidade teatral para definir o resultado de diferentes intenções; de um lado, a intromissão do olhar turístico nos destinos; e de outro lado, a vontade da população local em preservar um espaço de relações longe do alcance do turismo. Como consequência desse choque de intenções no fordismo – excludentes entre si – foram banalizadas as manifestações culturais. Com o pós-fordismo, e continuando com a análise do geógrafo José Donaire <sup>162</sup>, as relações estabelecidas entre anfitriões e turistas têm adquirido dois caminhos contrapostos. Por um lado, essas relações enfatizam a inautenticidade e, por outro lado, reivindicam as identidades locais. Paragens artificiais construídas como Las Vegas ou Disneyworld são alguns exemplos das expressões inautênticas elencadas. De outro lado, a prática do turismo contemporâneo em sua variante pós-fordista também tem se associado com a especificidade dos destinos turísticos e com a identidade cultural do espaço de acolhida.

Nas últimas décadas, as empresas turísticas incorporam os avanços tecnológicos e da gestão da informação, informatizando a maioria dos processos como o denominado *e-marketing* e os sistemas de reservas *on-line* que facilitam acessar aos mais recônditos destinos turísticos do planeta. Dessa forma, a inovação tecnológica adquire importância, na substituição dos pacotes turísticos tradicionais, por outros novos mais sensíveis ao mercado, superando, assim, a limitada oferta própria do fordismo. Um outro elemento que caracteriza o pós-fordismo é a universalização do olhar turístico, o que se traduz pela globalização do consumo de espaços turísticos: uma postura diametralmente oposta ao fordismo que concentrava a oferta turística em espaços pré-determinados, em uma periferia do lazer e do prazer associada aos espaços litorâneos e de montanha.

Esse crescimento do mercado turístico mundial, característico do fordismo e do pósfordismo, tem sido acompanhado pela existência de um processo *in crescendo* de apropriação do território pelo turismo definido como a turistificação, sendo seu estudo abordado, fundamentalmente, pela geografia – em sua vertente humana e fisiográfica.

---

<sup>160</sup> Cf. DONAIRE, José A. *Op. Cit.* pp 2-34. 1998.

<sup>161</sup> McCANNELL, Dean. *The tourist. A new theory of the leisure class.* Nueva York, Schokne Books, 1976.

<sup>162</sup> Cf. DONAIRE, José A. *Op. Cit.* pp 2-34. 1998.

Grande parte dos especialistas, no assunto, coincide em destacar o predomínio de funções turísticas no território, ou seja, sublinham a dimensão econômica do processo o que somado aos fatores subjetivos dão uma visão holística ao processo. Talvez a referência mais autorizada para os estudos sobre a turistificação sejam as idéias de Remy Knafou <sup>163</sup>. Segundo ele, existem três lógicas bem diferentes de criação de turismo e de lugares turísticos, sinônimo que utiliza esse geógrafo francês ao se referir ao processo.

A primeira delas são os turistas, cujas práticas estão na origem do turismo e não os produtos turísticos como frequentemente é aceito por parte da produção acadêmica em matéria de turismo. Seguindo o raciocínio de Remy Knafou, uma segunda fonte de turistificação é o mercado, sendo um dos exemplos mais representativos a criação *ex-nihilo* de estações de inverno nos Alpes Franceses. Essa segunda forma de turistificação, é a principal hoje em dia. E, por último, uma terceira fonte de turistificação advém dos planejadores e promotores territoriais quase sempre distantes do lugar escolhido para torná-lo turístico <sup>164</sup>. A importância do estudo de Remy Knafou reside não apenas nas lógicas de turistificação enunciadas, mas na reflexão que produz em torno de cada uma delas, o que leva a refletir, também, sobre a dimensão histórica desse processo ao incorporar as práticas que estiveram na origem do turismo. Nesse sentido, encontramos uma ponte com o estudo histórico do turismo.

Para o caso do Brasil <sup>165</sup> e, especificamente, no estudo da turistificação, o geógrafo Ireleno Benevides defende uma posição teórica que abrange mais do que a produção turística da paisagem natural e urbana presente em outras definições mais tradicionais, ou seja, leva em consideração as três lógicas que segundo Remy Knafou definem a criação de turismo e de lugares turísticos. Segundo Benevides, a turistificação é “o processo de criação de uma ampla ambiência apropriada às práticas turísticas para,

---

<sup>163</sup> Cf. KNAFOU, Remy. “Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, Adyr. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Editora Hucitec. 2ª Edição, 1999, pp. 62-74.

<sup>164</sup> KNAFOU, Remy. *Op. Cit.*, p. 70-71.

<sup>165</sup> Segundo a geógrafa Adyr Rodrigues Balestieri, os estudos que tratam da relação geografia e turismo se acentuaram a partir da década dos anos sessenta e setenta respondendo ao acelerado desenvolvimento do turismo, ligado à prosperidade econômica que marcou o período do pós-guerra nos países centrais do capitalismo. A professora Adyr Rodrigues é uma das geógrafas pioneiras a se preocupar com o tema no Brasil, seus trabalhos são de fundamental importância para a realização de pesquisas na área de turismo, desde sua tese de doutorado, “Águas de São Pedro: estância paulista”. Uma contribuição à Geografia da recreação, defendida em 1985, na Universidade de São Paulo – USP, aos trabalhos mais recentes publicados em periódicos e revistas nacionais e internacionais. Cf. RODRIGUES, Adyr B. “Geografia e turismo – notas introdutórias”. In: *Revista do Departamento de Geografia*. No. 6. São Paulo: USP/Departamento de Geografia, 1992, p. 71-82.

com isso, abranger os contextos objetivos e as representações subjetivas que motivam deslocamentos espaciais e existenciais”<sup>166</sup>. De acordo com seu estudo, existem duas formas de turistificação do espaço. A primeira delas se associa ao reaproveitamento de recursos produtivos, arquitetônicos, culturais, ambientais, culinários, fisiográficos e paisagísticos existentes em um lugar e, passíveis de serem inventariados para sua conversão em produtos do consumo turístico. Outra situação, a segunda, ocorre em lugares onde praticamente se urbaniza, prevendo e desejando o uso turístico<sup>167</sup>. Muitos destinos turísticos personificam tanto uma quanto a outra forma da turistificação.

A primeira forma é claramente nítida em cidades histórico-artísticas que redefiniram seu perfil para se inserir nos circuitos turísticos mundiais e/ou intra-regionais, tais como: Amsterdã (Holanda), Toledo (Espanha), Bruxelas (Bélgica), Florença e Veneza (Itália), Oxford (Inglaterra) e Ouro Preto, Salvador e Parati, no Brasil etc. O cenário dessas resulta ainda mais complexo devido a que tais cidades também têm sido patrimonializadas pelos órgãos responsáveis pela sua conservação se juntando em um cenário só os dois processos: a turistificação e a patrimonialização<sup>168</sup>. Para o caso da segunda forma da turistificação, talvez o exemplo mais clássico seja *Las Vegas*, um destino turístico *ex-novo* que se planejou com um objetivo bem definido, o de incentivar o cassinismo e o turismo de negócios. Outros exemplos poderíamos registrar, no entanto, desejamos sublinhar o fato que a geografia, definida por esses destinos turísticos, espelhou as mudanças econômicas, sociais e culturais que caracterizaram o turismo desde meados do século XX. Esse, apesar de ter mudado consideravelmente sua natureza, manteve boa parte de sua essência. Quer dizer, as práticas turísticas institucionalizadas a partir de meados do século XX são, em parte, aquelas já socialmente construídas e consagradas durante os oitocentos e, nas primeiras décadas dos noventa, em tempos de turismo aristocrático.

Assim, como existiu uma história do patrimônio antes do patrimônio, com o turismo acontece uma situação similar. Há uma história do turismo antes da aparição do

---

<sup>166</sup> BENEVIDES, Ireleno. “O amalgama componente dos destinos turísticos como construção viabilizadora dessa prática sócio-espacial”, em: *Revista Espaço e Tempo*, São Paulo. No. 21, 2007. pp. 85-102.

<sup>167</sup> BENEVIDES, Ireleno. *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>168</sup> Para aprofundar no estudo das repercussões do turismo nas cidades com um elevado inventário de recursos culturais, leia-se: PAOLO RUSSO, Antonio. “The vicious circle of tourism development in heritage cities”, In: *Annals of Tourism Research*. Oxford. Great Britain. Vol. 29, No. 1, 2002. pp. 165-182. Borg, Jean van der; Costa, Paolo; Gotti, Giuseppe. “Tourism in european heritage cities”, In: *Annals of Tourism Research*. Vol. 23 No. 1. 1996. pp 314-315.

turismo de massa, em meados do século XX. Ele foi socialmente construído e evoluiu, conjuntamente, com as mudanças sociais, econômicas e políticas das sociedades dos séculos XVIII e XIX. Um viés de análise similar que nos inspira do ponto de vista teórico é o do historiador francês Marc Boyer ao afirmar que o turismo foi inventado <sup>169</sup>, em outras palavras, não é um dado da natureza. Segundo ele, as primeiras antecipações do turismo datam do século XVI com alguns viajantes humanistas interessados pela Itália e pela Antiguidade, em sentido geral. Porém, as grandes descobertas do turismo podem ser datadas no século XVIII, quando foi estabelecido o amor pelo campo, o uso das águas no termalismo mundano – estendido até os balneários oceânicos, o gosto pelas geleiras do *Mont Blanc*, pelo alpinismo e pela longa temporada de inverno no sul da França. Tais descobertas caracterizam o que Marc Boyer denomina de “Revolução Turística” quem, também, adjudica aos ingleses o berço do turismo, já que estimava-se em 40 mil o número de ingleses <sup>170</sup> que viajaram pela Europa para finais do XVIII.

*The Tour* foi também uma invenção inglesa do século XVIII e não uma prática nascida na França. Os ingleses, particularmente, os:

aristocratas, os rendeiros da terra, que concentravam as honras, ameaçados de perder uma parte de seu poder em proveito da burguesia ascendente, entenderam distinguir-se ao exaltar os valores da gratuidade: a riqueza ociosa, uma cultura greco-romana, jogos e esportes com regras complexas, viagens sem obrigação e para os jovens educados nos melhores colégios, a educação recebia seu acabamento com *The Tour*. Acompanhado de seus preceptores, munidos de Guias, eles faziam o *tour* da Europa Ocidental. Na volta, eram *gentlemen*; eles tinham o espírito cosmopolita, eram desprovidos de preconceitos, como sublinha a Grande Enciclopédia (...) Se confirmam a preponderância de Roma, ponto final obrigatório, de Paris, a superioridade das Antiguidades greco-romanas. A partir da época romântica, os viajantes acrescentaram a Suíça, a Grécia, a Espanha e o Egito <sup>171</sup>.

Assim, *The Tour* ou como também se lhe conhece, *The Grand Tour*, uma vez ampliado o circuito dos lugares a serem visitados – além dos já citados, Veneza, Florença, Nápoles – possui em sua essência relações com a arte no sentido geral daqueles cidades históricas européias. Ou seja, na raiz do surgimento do turismo, encontramos relações com o campo da cultura e, mais do que isso, no findar do século

---

<sup>169</sup> Ao referimos aos termos invenção e construção social indistintamente o fazemos pensando que os objetos de estudo, nesta teses, o patrimônio e o turismo, preexistem aos discursos da historiografia, digamos, tradicional e que estando ocultos é precisamente o discurso do historiador que o revela. Para aprofundar mais nestas idéias, leia-se: ALBURQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007.

<sup>170</sup> YASOSHIMA, Roberto e OLIVEIRA, Nagda da Silva. “Antecedentes das viagens e do turismo”, In: REJOWSKI, Mirian (org.) *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo, Editora ALEPH, 2002, p 34. Apud SIGAUX, Gilbert. *History of Tourism*. Londres: Leisure Arts, 1967.

<sup>171</sup> BOYER, Marc. *Op. Cit*, p. 40.

XVIII, na França, temos evidências de que tais relações adquiriram outra dimensão. Por estranho que pareça, na conjuntura da Revolução Francesa, podemos encontrar documentos históricos que testemunham as relações entre patrimônio e turismo.

Num documento histórico da época, o *Premier Rapport* do Abade Grégoire, sacerdote e político revolucionário francês, reclamam para a República Jacobina o destino final das obras de arte da secular Itália. No século XVIII, as cidades italianas faziam parte do itinerário do *Grand Tour* e atraíam um número considerável dos viajantes da época. A riqueza cultural de cidades como Roma, Florença, Veneza, Nápoles; entre outras, justificavam as viagens dos gentis homens de sangue azul. Ciente da utilidade econômica do patrimônio histórico, o polêmico personagem, Grégoire, argumentou que este, e não outro deveria ser o motivo da conquista das tropas francesas na Itália <sup>172</sup>. Ou seja, os revolucionários franceses reconheceram não só o valor cognitivo dos monumentos, mas sua utilidade prática, ainda mais se lembrarmos que o bloqueio imposto à França Tricolor pelas demais monarquias europeias deixavam o jovem estado em uma situação financeira desesperadora. Como resposta a essa urgência, o patrimônio surgiu como um recurso lucrativo de primeira ordem e como um antecedente importante no intuito de historicizar as relações turismo e patrimônio. Contudo, não foram essas últimas relações as que, de forma principal, caracterizaram a aparição do turismo no século XVIII e XIX e, sim, as descobertas das quais fala Marc Boyer.

Às já enumeradas se pode acrescentar o uso das águas termais. No começo do século XVIII “tomar as águas” se tornou um prazer mundano, sobretudo, na cidade inglesa de Bath, na Inglaterra. Os médicos do século XVIII atestavam o valor das águas. Assim banhos, duchas e bebidas foram recomendados e o tratamento medicinal recomendado tinha uma duração de aproximadamente vinte e um dias. Nessas três semanas, os tratamentos se acompanhavam de divertimentos e de jogos de azar. A hierarquia das estações balneárias ir-se-ia modificando durante o século XIX, Spa, na Bélgica ocupou o lugar de Bath, as Baden germânicas se juntaram às estações dos Pirineus (Cauterests, França), Aix-en-Savoie (França), Montecatini (Itália) <sup>173</sup>. A

---

<sup>172</sup> Cf. CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: editora UNESP, 2001. p 118. As referências originais da autora foram extraídas do livro de Lorde Ashbourne, *Gregorie and the French Revolution*. Londres: Sans & Co, 1910.

<sup>173</sup> *Idem.*, p. 19.

presença de membros de famílias reais, nos séculos XIX e XX, contribuiu para o sucesso dessas estações balneárias.

A Revolução Turística do século XVIII, defendida por Marc Boyer, também encontrou um lugar importante na montanha. Segundo ele, os ingleses e os suíços a descobriram. A montanha era, na imaginação, como o oceano: um território pavoroso e povoado por dragões e terríveis criaturas. Para meados dos setecentos, a montanha deixou de ser horrível para se tornar sublime e motivo de curiosidade e, mais adiante, atração turística como o caso dos Alpes Suíços e dos Pirineus. Inclusive, nas próprias montanhas suíças, os ingleses acrescentaram outra imagem, a dos esportes de inverno de descida. Segundo Alain Corbin, foi-se, paulatinamente, perdendo “o medo do vazio” que o mar produzia nas pessoas, sendo que entre os anos de 1750 e 1840 os europeus descobriram o mar como uma fonte de emoções, factível de banhos, viagens de lazer e tratamento medicinais <sup>174</sup>, como resultado, cidades como Brighton (Inglaterra), Nice (Suíça), Hyères (França), Baden-Baden (Alemanha) e Cannes (França) ganharam reconhecimento como lugares alvo de viagens das elites durante os séculos XVIII e XIX.

Durante a segunda metade do XVIII e começos do XIX, iam-se estabelecendo as hierarquias dessas cidades o que foi reforçado, ainda, com a publicação dos primeiros guias de viagens ingleses, franceses e germânicos. Para se ter uma idéia, em 1836, foi editado o primeiro *Handbook Murray* ao que se seguiu a publicação do *Itinéraire de la Suisse*, de Ad. Joanne, em 1841 e dos “Guias” do alemão Karl Baedeker<sup>175</sup>. De modo geral, tais guias se ofereciam aos turistas da época dicas de como viajar, o que ver e onde ficar e, sobretudo, incentivavam a vinda dos turistas “anunciavam desde o título, uma finalidade terapêutica; eles se denominavam *Guia médico, Guia do banhista em..., Informático topográfico e médico, Informativo clomoterapêutico sobre..., Sobre o bom uso do inverno no Sul de França*” <sup>176</sup>. Assim, com a introdução de um discurso terapêutico em um século de grandes epidemias como o foi o XIX, estações como Bath (Inglaterra) ou Spa (Bélgica), ou a longa temporada do inverno em Nice ou Cannes (França) experimentaram um aumento significativo do número de turistas, ao mesmo tempo, motivados pelo jogo.

---

<sup>174</sup> Cf. COURBIN, Alain. *Território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das Letras, 1989.

<sup>175</sup> BOYER, Marc. *Histórica do turismo de massa*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 26.

<sup>176</sup> BOYER, Marc. *Op.cit.* p. 50.



Além dessas informações, os guias publicados proviam o turista – e esse termo tinha sido introduzido, no francês, por Henri-Marie Beyle (Stendhal) em suas *Mémoires d'un turiste* de 1838 – de todas as informações práticas necessárias a quem viajava não deixando nada ao acaso. O incremento do número de ingleses que realizavam o *tour* ao continente, por volta de 1830, trouxe outra mudança semântica significativa: eles começaram a ser chamados de *tourists*. Enfim, esses turistas foram o público principal dos guias ingleses, franceses e alemães que acompanhavam o exotismo dos privilegiados do século XIX até nos mais ínfimos detalhes<sup>177</sup>. Ainda que o termo *tourist* tenha sido generalizado pelos franceses, sua primeira aparição foi registrada, no *The Shorter Oxford Dictionary*, em 1800, posteriormente, em 1811, foi introduzida a palavra *tourism*, no mesmo dicionário, para diferenciar um reduzido número de viajantes com motivações que os diferenciavam de outros tipos de viajantes<sup>178</sup>. Ou seja, a incorporação semântica desses substantivos nas línguas inglesa e francesa pressupõe o reconhecimento do fenômeno, inclusive, antes que pessoas de longa visão percebessem suas potencialidades em meados de século XIX.

Precisamente, na década dos anos quarenta, do século XIX, tiveram início as primeiras viagens organizadas pelo inglês Thomas Cook (1808-1892), uns dos grandes ícones, na história do turismo. Aliás, esse inglês é considerado o pai do turismo moderno, segundo Luis Fernández Fúster<sup>179</sup>. E isso pelas inovações que trouxe, na prática, e, na organização, do turismo. Por exemplo, em 1841, alugou um trem, juntou 570 pessoas, comprou e revendeu os bilhetes, configurando a primeira viagem agenciada. Em 1846, realizou uma viagem similar com 350 pessoas, utilizando os serviços de guias turísticos. Essa foi uma “excursão organizada”, precursora do que atualmente denominamos “pacote”. Em 1851, levou 165 mil excursionistas de Yorkshire até a famosa feira industrial de Londres para conhecê-la. Cinco anos depois, em 1856, levou um grupo à Europa continental. Vale acrescentar que, antes de 1860, as vias férreas não formavam redes, na maior parte da Europa ocidental, com exceção de Inglaterra, Bélgica e parte de Alemanha. Já na década de 1870, foi iniciada a construção de um bloco ferroviário do oeste europeu, ao norte dos Pirineus, dos Apeninos e dos

---

<sup>177</sup> BOYER, Marc. *Op.cit.* pp. 25-27.

<sup>178</sup> Cf. PADILLA, Óscar de la Torre. *El turismo: fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica. 1994.

<sup>179</sup> FUSTER, Luis Fernández. *Teoría y técnica del turismo*. Madrid: Editora Nacional. 1971, p. 47.

Alpes Orientais que integrou a Itália do Norte<sup>180</sup>. Sem dúvida, as novas estradas de ferro consagraram os lugares descobertos previamente pelos *tourists* ingleses durante o século XIX.

Mas não apenas as viagens organizadas pelos inglês Thomas Cook tinham como destino a Europa. Por exemplo, em 1866 ele realizou seu primeiro *tour* pelos Estados Unidos, em 1867, instituiu o *voucher* hoteleiro. Dois anos depois, em 1869, levou pela primeira vez um grupo ao Egito e à Terra Santa e, em 1872, levou um grupo de jovens aristocratas para dar a volta ao mundo, demorando 222 dias<sup>181</sup>. Outras figuras que contribuíram à organização do turismo moderno foram os editores John Murray (1808-1892) e Karl Baedeker (1801-1859)<sup>182</sup>, britânico e alemão, respectivamente. O primeiro deles, britânico, escreveu vários guias de viagens e editou livros de Charles Darwin, David Livingstone e George Borrow que em muito ampliaram as fronteiras e dimensões do mundo conhecido na época. Por sua vez, o editor alemão publicou vários guias de viagens e, inclusive, viajou incógnito para certificar os conteúdos dos seus guias. Essas figuras, junto a Thomas Cook, mudaram a face do turismo praticado até então, mais preso a empreendimentos individuais e insuficientemente estruturados.

Nos anos em que Thomas Cook organizava suas viagens, sobretudo durante o último terço do século XIX, a Revolução Industrial atinge uma fase mais agressiva. Essa fase se caracterizou por um ritmo mais acelerado do processo da industrialização envolvendo os mais diversos setores da economia com a difusão do uso do aço, a modernização do sistema de comunicações e a descoberta de novas fontes energéticas como a eletricidade e o petróleo. Ainda que esses tenham sido elementos importantes da Revolução Industrial e que repercutiram na organização do turismo na época, existe outro fator a considerar: a difusão do relógio. Não somente bastava a modernização dos sistemas de comunicações para o turismo aparecer. Para o historiador inglês Edward P. Thompson a difusão do relógio transformou a noção de tempo existente nas sociedades pré-industriais e adaptou os homens ao sistema fabril, surtindo um efeito

---

<sup>180</sup> Cf. PIRES, Mário Jorge. *Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX*. Barueri, SP: Editora Manole, p. 10. Apud SHNERB, Robert. “O século XIX”, In: CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. Tomo VI. Vol 13, p. 158.

<sup>181</sup> Cf. FUSTER, Luis Fernández. *Op. Cit.*, p. 47. Apud PIRES, Mário Jorge. *Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX*. Barueri, SP: Editora Manole, pp. 18-19.

<sup>182</sup> MALKIN, Roi. “Os pioneiros”, In: *Correo da UNESCO*, agosto-setembro, 1999, pp. 24-25.

disciplinador<sup>183</sup>. O historiador paulista Haroldo Leitão Camargo, adequando essa abordagem à história do turismo, defende a idéia de que

independente da locomoção a vapor, terrestre ou marítima, ser um dos símbolos mais notórios da Revolução Industrial, o aspecto organizacional baseado em medidas de tempo presumíveis e controláveis em relação aos meios, que em certas condições, já se verificam com atração animal, é, de fato, o elemento fundamental para a articulação do turismo<sup>184</sup>.

As excursões e viagens turísticas organizadas por Thomas Cook provam a afirmação anterior, isso está fora de qualquer cogitação, mas como afirma o próprio Haroldo Camargo, nem o progresso dos meios de viagem da Revolução Industrial e nem as medidas de tempo presumíveis e controláveis criaram lugares de turismo ou formas para ele se expressar<sup>185</sup>. Ele ganhou em definição e consistência graças a esses avanços, porém não foi produto deles. O que é certo é que as inovações de Thomas Cook trouxeram uma nova face ao turismo, praticado até então. Seu sistema de viagens abriu a possibilidade de que outras camadas sociais não aristocráticas, nem pertencentes à alta burguesia, mas médias, pudessem viajar.

Isso ocorreu, porque Thomas Cook utilizou as vantagens dos meios de transporte, na Inglaterra do XIX, e o fizeram também outros ingleses invernistas em meados dos oitocentos, ao popularizar, no continente europeu, os esportes. Assim, o tênis, o golfe, as regatas, as corridas de cavalo, a caça à raposa, o arco e flecha foram, e ainda são, na atualidade, esportes que distinguiram as práticas dos *tourists* britânicos e que, rapidamente, se difundiram pela Europa Ocidental. Assim, “Pau teve o primeiro campo de golfe francês (1841) e o primeiro *steeple-chase* – circuito de obstáculos para cavalos – em 1856. Em Cannes, foi criada a primeira quadra de tênis da França; nas luxuosas estações climáticas de altitude suíças foram inventados o esqui alpino, o *bobsleigh* e a maior parte de outros esportes de inverno” em Davos e em Saint-Moritz<sup>186</sup>. No entanto, a apropriação que o turismo faz dos lugares, das práticas sociais, dos esportes, dos mitos em torno dos Alpes suíços e dos Pireneus, não explica sua difusão

---

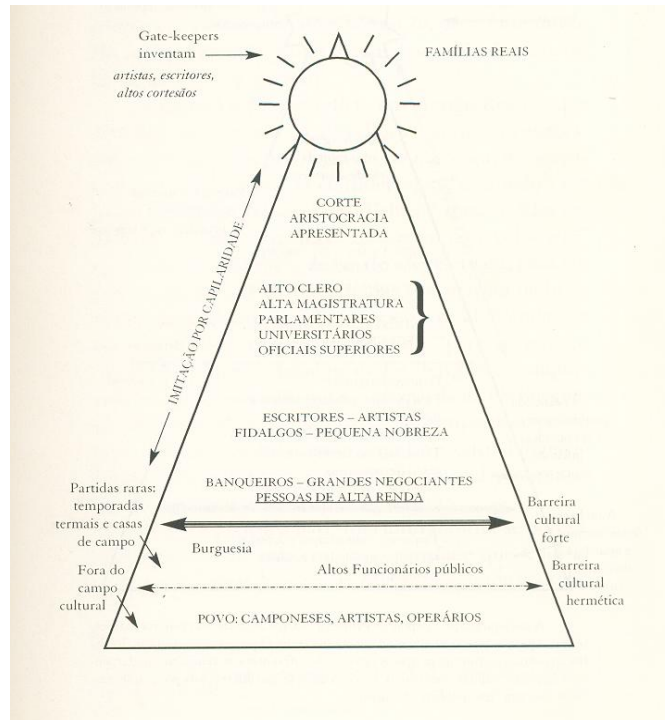
<sup>183</sup> THOMPSON, Edward. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 267-304.

<sup>184</sup> CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo, Ed. Aleph, 2007. p. 317.

<sup>185</sup> CAMARGO, Haroldo Leitão. *Op. Cit.*, p. 318.

<sup>186</sup> BOYER, Marc. *Op. Cit.* p. 45. O *bobsleigh* ou *bobsled* é um esporte de inverno no qual equipes de duas ou quatro pessoas realizam, por meio de um trenó, descidas cronometradas em uma pista de gelo sinuosa e estreita especialmente construída para a competição. O trenó é movido pela força da gravidade, e pode atingir velocidades de até 100 km/h.

durante os séculos XVIII e XIX. Seriam, de acordo com Marc Boyer <sup>187</sup>, a distinção e difusão pela imitação que explicam a apropriação do turismo de lugares, modas, mitos e esportes durante os séculos XVIII, XIX e inícios do XX. (Figura 7)



**Figura 7.** Pirâmide sociocultural do turismo: séculos XVIII, XIX e início do XX. In: BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. São Paulo, EDUSP, p. 35.

São essas duas categorias sociológicas, segundo Marc Boyer, a distinção e a difusão pela imitação que explicam, diacronicamente, a construção social do turismo. Durante os dois séculos de turismo elitista – entenda-se também, aristocrático ou ostentatório – o fato de ser turista conferia *status*. As pessoas de alta renda se valorizavam socialmente pelas viagens que faziam nas estações de moda. Ainda no século XIX e até o começo da Primeira Guerra Mundial, esse turismo ostentatório era usufruído por um grupo social privilegiado, aproximadamente, um décimo da população dos países industrializados que sabia viver sem trabalhar e manter sua posição social, passando temporadas em regiões onde a vida era mais barata. De acordo com as fontes que cita o historiador Marc Boyer:

eles eram em 80 % pessoas que viviam de rendas; 15 % tinham uma condição que fazia deles homens da justiça ou militares Seu número aumentou prodigiosamente. Nice tinha, antes de 1789, 150 famílias inglesas de invernistas; em 1914, recebia durante seis meses 20 mil invernistas, e para

<sup>187</sup> Cf. BOYER, Marc. *Op. Cit.* pp. 46-49

Esses turistas conheciam, como afirma Marc Boyer, as “boas maneiras, o *savoir-vivre* ensinado pela Baronesa de Staafe; eles efetuam, para seu prazer, viagens caras, temporadas em estações de luxo, despensas ostentatórias (...) a diferença dos burgueses, diferenciavam-se pelo desperdício que acompanhavam seus modos de vida”<sup>189</sup>. A anterior pirâmide sociocultural caracteriza o turismo elitista. Nela, as práticas e escolhas do turismo se difundem de forma assimétrica, do alto para baixo sem atingir a base da população, é claro, a dos países europeus<sup>190</sup>. A burguesia, durante esses dois séculos de turismo elitista, ficou relativamente distante do turismo, não transgredindo a barreira cultural que limitou as práticas turísticas dela e de outros setores sociais como os operários, os camponeses, a pequena e média burguesia. Essa barreira cultural se tornou mais flexível nas sociedades européias como consequência das mudanças socioeconômicas no Velho Continente acontecidas após as guerras mundiais. Desde então, e como consequência de tais mudanças, não seriam unicamente os membros das famílias reais, os príncipes de nascença e a alta aristocracia os que iriam praticar o turismo, realidade essa que nos remete a outra pirâmide sociocultural do turismo, portanto, a um outro capítulo da história do turismo na Europa.

O que resulta mais interessante, nessa pirâmide sociocultural do turismo (**Figura 8**) é a possibilidade de outras camadas sociais o praticarem durante o século XX. Segundo interpretamos dela, à alta burguesia das capitais e à alta aristocracia se juntaram os profissionais liberais, os funcionários públicos de nível elevado, os industriais e homens de negócios, a mediana e pequena burguesia, camadas médias de funcionários públicos e aposentados, os trabalhadores de *status* privilegiado e a elite operária. Os lugares outrora construídos socialmente pelo turismo como Nice, Deauville, Saint Gervais, Chamonix – já acessados por ferrovias desde os anos finais do século XIX e inícios do XX – seriam consagrados, no século XX, como uma das regiões

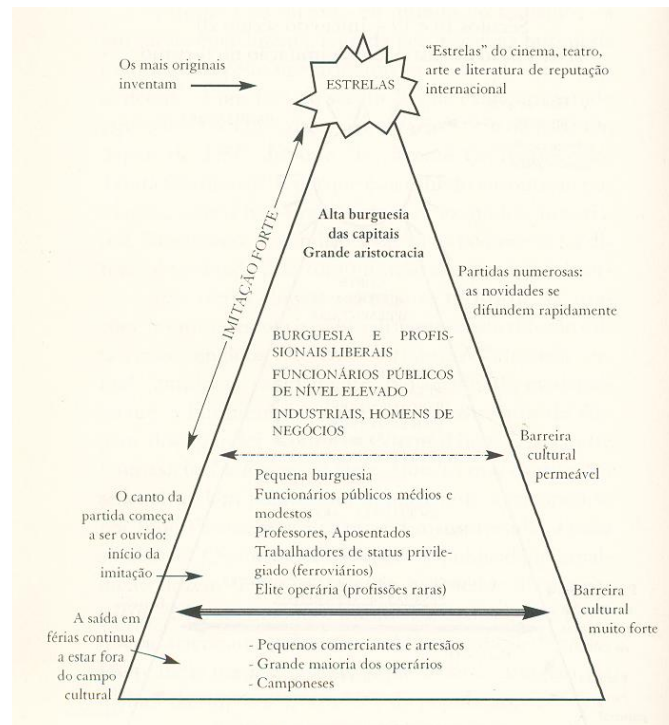
---

<sup>188</sup> *Idem.* p. 33.

<sup>189</sup> *Idem.* p. 37.

<sup>190</sup> Os *gate-keepers* que menciona Marc Boyer para os dois séculos de turismo elitista seriam, durante o século XX, as estrelas do cinema, das artes plásticas e da literatura de renome internacional. Por exemplo, integrantes da chamada “geração perdida”, integrada por escritores norte-americanos –Francis Scott Fitzgerald, John Dos Passos, William Faulkner, Ernest Hemingway, Sherwood Anderson, John Steinbeck – puseram de moda lugares como Juan-les-Pins na *Côte D’Azur* francesa. Coco Chanel, importante estilista francesa e mulher à frente do seu tempo, contribuiu a tornar prazeroso o banho de mar – uma prática que no findar do século XIX era ainda terapêutica – ao bronzear seu corpo já nos anos vinte. Brigitte Bardot, o grande símbolo sexual francês dos anos sessenta e setenta popularizou Saint Tropez, também localizado na Costa Azul francesa e, diga-se de passagem, fez o mesmo com Búzios, balneário situado no litoral norte fluminense do Brasil.

turísticas mais importantes no mundo: a Costa Azul Francesa. As histórias individuais que estiveram na base constitutiva do turismo elitista, por mais de dois séculos, tornar-se-iam plurais a outras camadas sociais, sobretudo a partir de meados do século passado, com a aparição do turismo de massa.



**Figura 8.** Pirâmide sócio-cultural do turismo no século XX: 1920-2000. In: BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 36.

Essa forma de turismo marcou grande parte do século XX, aquele que foi definido por Arthur Siegfried como: “*l’age du tourisme, surtout le tourisme organisé, ce tourisme de série qui est devenu l’un des aspects les plus typiques de notre siècle*”<sup>191</sup>. Porém, na prática do turismo do século XX, ao qual se refere o historiador suíço, sobretudo, em sua estrutura e organização, participou o Estado que tinha permanecido sem intervir nesse setor durante mais de dois séculos. Essa participação do estado tem sido, frequentemente, associada pelos turismólogos e, em geral por outros acadêmicos, com a eclosão do turismo de massa a partir de meados do século passado<sup>192</sup>, o que não é

<sup>191</sup> SIEGFRIED, André. *Les aspects du XXe. Siècle*, Paris: Hachette, 1999 [1955]. p. 107.

<sup>192</sup> Os primeiros organismos de turismo na Europa foram: na França, a *Office National du Tourisme* (1910); na Espanha, a *Comisaría Regia de Turismo* (1911); na Suíça a *Officie National Suisse du Tourisme* (1917); na Itália o *Ente Nazionale per le Industrie Turistiche* (1921) e no Reino Unido, a *Travel Association of Great Britain and Ireland* (1927). Cf. KHATCHIKIAN, Manuel. *Historia del turismo*. Peru: Universidad San Martin de Porres, 2000, p. 207. Apud REJOWSKI, Miriam e Karina SOLHA, Karina. “Turismo em cenário de mudanças”, In: REJOWSKI, Miriam (Org.) *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo, Editora ALEPH, 2002.

totalmente errôneo, mas tais posições omitem a intervenção do Estado com antecedência ao *boom* turístico das formas fordista e pós-fordista do turismo contemporâneo.

No período de entre guerras, 1919 a 1939, se produz a conquista dos direitos operários das férias remuneradas, o que seria um importante antecedente do turismo de massa, inclusive, até podemos falar em um grande avanço do ponto de vista legislativo em tal sentido, por exemplo:

A URSS, em 1922, inscreveu o direito às férias remuneradas em seu Código de Trabalho; a Itália fascista fez o mesmo em 1927 com a Carta do Trabalho. Desde o seu nascimento, a República Espanhola, em 1931, votou uma lei sobre as férias remuneradas. Entre 1935 e 1939, houve uma cascata de leis inovadoras: França, países da Europa Central, Escandinávia, Portugal, Brasil, Chile e Venezuela concederam férias pagas. Os Estados Unidos foram o único grande país em atraso: nenhuma lei, mas convenções coletivas que em 1939, beneficiavam um quarto dos trabalhadores. O salto operou-se durante a guerra; em 1944, 85 % dos assalariados americanos tinham férias remuneradas através das convenções<sup>193</sup>.

Sem dúvida, a conquista das férias remuneradas foi um importante precedente, na organização de práticas de lazer e turísticas. Esse benefício facilitou o incremento das viagens para setores sociais como o dos trabalhadores que, por longo tempo, estiveram longe de realizar qualquer prática turística. A isso, podemos acrescentar a disponibilidade dos meios de transporte individuais e coletivos que favoreceram a realização das viagens turísticas intra e inter-regionais. No período entre guerras, o turismo internacional europeu como vinha sendo fomentado perde forças, ao passo que Alemanha, França e Itália promovem o turismo social<sup>194</sup>. Esses anos se caracterizaram pela adoção de medidas sociais que favoreceram o turismo nacional, pelas restrições impostas aos turistas para viajar fora das fronteiras nacionais e pelas primeiras tomadas de consciência dos governos sobre os efeitos econômicos do turismo<sup>195</sup>. Graças às mudanças na indústria do automobilismo, da eletricidade, da rádio e do cinema, especialmente depois da I Guerra Mundial, o turismo foi democratizado. Ele deixou de ser um privilégio das classes cultas e ricas e, ao se estender às demais classes sociais, aumentou sua importância econômica o que fez com que muitos Estados assumissem, eles mesmos, a direção e propaganda do turismo.

---

<sup>193</sup> *Idem.* p. 105.

<sup>194</sup> BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. São Paulo: Papirus, 2000. 8ª. Edição, p. 53.

<sup>195</sup> ESTEVE SECALL, Rafael. *Turismo, ¿democratización o imperialismo?* Málaga, Espanha: Universidad de Málaga, 1983, p. 82.

Depois da II Guerra Mundial o turismo entrou na era do avião o que trouxe como consequência uma elevada produção em massa de pacotes turísticos por parte dos organizadores de viagens, cujas agências aumentaram em consequência do crescimento das companhias aéreas e, já, para os anos 50 e 60, vendiam 75% das passagens aéreas<sup>196</sup>. Tais números não fazem concluir que o turismo aéreo começou a ser preferido ao turismo de cruzeiro. Naqueles anos, o turismo começou a ser planejado formalmente, como nos casos da Espanha e da França, o que representou uma mudança de paradigmas em relação ao reconhecimento da importância econômica do turismo para as nações européias.

Os organizadores de viagens passaram a ter uma maior preocupação com as organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para desenvolverem, internacionalmente, o turismo. Contudo, e sem ânimos de minimizar as diversas transformações que aconteceram com o turismo em meados do século passado, seria pertinente perguntarmos<sup>197</sup> o que mudou, essencialmente, com o turismo a partir de meados do século XX? Ainda que tenha aumentado, consideravelmente, o número de turistas, sobretudo, ocidentais, a sua essência não foi alterada. Em síntese, mantiveram-se no olhar do turista boa parte das práticas e lugares consagrados pelo turismo elitista dos séculos XVIII e XIX.

## **2.2. As antecipações do turismo no Brasil**

As primeiras antecipações, anteriores à estruturação e organização do turismo no Brasil, surgiram como consequência da ocidentalização e reprodução das aspirações, dos hábitos e dos costumes introduzidos a partir da chegada da Família Real, da Corte Portuguesa e dos grupos comerciais estrangeiros instalados no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, durante o século XIX. É essa a tese que defende o historiador paulista Haroldo Camargo para pensar uma “pré-história do turismo, no Brasil”, na primeira metade do século XIX. É nessa direção que nos posicionamos teoricamente<sup>198</sup>. Segundo ele, o turismo no Brasil foi o resultado da ordem econômica e

---

<sup>196</sup> BARRETO Margarita. *Op. Cit.*, pp. 54-55.

<sup>197</sup> Na realidade é a mesma interrogante que se fez Marc Boyer em seus estudos sobre a história do turismo de massa cuja resposta direciona nosso olhar para a historicidade dessa construção social, o turismo.

<sup>198</sup> CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo, Ed. Aleph, 2007. Como sugestão para incentivar a leitura do



social – monárquica e escravista – que obstaculizou a consolidação do turismo no Brasil. Contudo, não seria pertinente falarmos de uma “pré-história” do turismo extensível a todo o século XIX. Ao afirmarmos isso, não estaríamos negando as primeiras manifestações do turismo, ou seja, antecipações à sua consolidação, organização e estruturação, ou, por outra parte, identificando-o, apenas, com a institucionalização do século passado? Eis aqui um aparente paradoxo a ser esclarecido cuja solução norteia a presente análise.

Também não seria pertinente utilizarmos uma abordagem teórica ao caso do Brasil exatamente como a que corresponde ao berço do turismo, a Inglaterra e, por extensão à Europa Ocidental. A construção social do turismo, no Velho Continente, decorre das revoluções industriais burguesas ou é paralela a elas. No Brasil do século XIX, esses processos não aconteceram, pelo contrário, foram retardados devido à existência da escravidão durante boa parte dessa centúria o que retardou a estruturação de práticas turísticas com fins de lucro e comerciais. Diferente dos outros domínios hispânicos de Ultramar, aqui existiu um regime monárquico e imperial, o que singularizou ao Brasil do ponto de vista histórico, inclusive, quando se trata da construção social do turismo.

Porém, existe um elemento comum que nos ajuda a pensar uma história do turismo tanto, na Europa Ocidental, quanto, no Brasil: as práticas sociais que o construíram socialmente. Na primeira metade do século XIX, e durante boa parte dessa centúria, o regime monárquico e imperial trouxe consigo a reprodução de hábitos e de costumes aristocráticos europeus, com mais força, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Nas recreações aristocráticas da Família Real e da Corte Portuguesa, junto a uma minoria européia que participava dos rituais próprios da realeza – diplomatas, religiosos e militares de alta hierarquia instalados na capital do Império, identificamos a ocidentalização daquela sociedade e, com ela, a existência de elementos embrionários que qualificariam práticas turísticas. As recreações praticadas por uma sociabilidade restrita, aristocrática e elitista fizeram moldar as antecipações do turismo, identificadas, com mais nitidez, nas últimas décadas do século XIX, operadas nos meios de transporte e de comunicação; assim como nos avanços tecnológicos, fazendo parte das transformações modernas do Império.

Antes de nos determos, no último quartel dos oitocentos, deveríamos perguntar

se os lugares frequentados ou aqueles estabelecidos como residências da Família Real se converteram em sítios de vilegiaturas e se nelas encontraríamos, amalgamadas, às práticas do turismo elitista e aristocrático no Brasil. Vale acrescentar que a vilegiatura se associa com o espaço e tempo de recreio, de cura, de ócio passado no campo distante da cidade. Também seria oportuno pensarmos se a presença e prestígio da Família Imperial fez de lugares, com predomínio de funções terapêuticas, um motivo de atração de viagens que pudessem ser catalogadas como turísticas. Essas duas questões podem nos ajudar a pensar as antecipações do turismo no Brasil.

Os lugares mais frequentados pelos Bragança e Orleans, inclusive, com funções residenciais foram: o Paço Imperial, a Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, e a Real Fazenda de Santa Cruz, um pouco mais afastada da cidade. Essas construções não foram originalmente pensadas para esses fins mas, sim, adaptações de imóveis que foram construídos antes da chegada dos Bragança ao Brasil. Um depoimento da época referente ao aniversário de D. Pedro II nos informa sobre os aposentos do Paço Imperial que “tinham acabado de ser construídos (...). As janelas, porém, creio eu, nunca tinham sido limpas desde a construção do prédio, e os vidros opacos e sujos, rachados e quebrados em alguns lugares, não condiziam com o luxo e o esplendor do restante”.<sup>199</sup> De acordo com o anterior depoimento, não seria o Paço da Cidade um lugar propriamente destinado para as recreações aristocráticas da Família Real e do corpo diplomático sediado no Rio de Janeiro que justificasse a existência de formas embrionárias de turismo na época. Outro lugar frequentado pelos Bragança foi a Quinta da Boa Vista ou o Paço de São Cristóvão, como também se lhe conhecia. **(Figura 9)**.

Afastado do centro da cidade, a Família Real fez dele sua residência, durante a maior parte do século XIX. Ele poderia nos induzir a acreditar que fosse um sítio de vilegiatura e que, ao mesmo tempo, acharíamos práticas recreativas e cerimoniais que socialmente construídas e reproduzidas pela elite da sociedade se tornariam turísticas. Mas devido à relativa proximidade da cidade não existiam grandes alterações nas condições climáticas, o que é um elemento importante para justificar a existência de um sítio de vilegiatura, ou seja, a presença de uma residência no campo. Não seria a Quinta da Boa Vista, o lugar idôneo para fugir do calor insuportável e dos mosquitos durante o estio. Até a princesa Leopoldina, em uma carta datada de 1818, o constatou assim que conheceu a residência de São Cristóvão. Suas impressões foram bem explícitas, quando

---

<sup>199</sup> WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985. V. 1. pp. 218-219.

escreveu que “a América Portuguesa seria um paraíso terrestre se não houvesse um calor insuportável e os inúmeros mosquitos que são um verdadeiro tormento”<sup>200</sup>. Além das condições adversas para mudar de ares, o certo foi que a Quinta da Boa Vista foi a residência oficial da Família Imperial durante a maior parte do século XIX. Ao assumir essa função residencial, descarta-se qualquer possibilidade de catalogá-la como um sítio de vilegiatura, ou seja, como um espaço ou tempo de recreio, de ócio, passado no campo distante da cidade, e com isso não ter sido a origem de formas embrionárias do turismo nos trópicos.



**Fig. 9.** São Cristóvão. Litografia do Barão Robert Karl Planitz (1835-1840), In: FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro - Catálogo Analítico 1530-1890*. Rio de Janeiro: Editorial Casa Jorge, 2000, 2 Vol.

Sendo as condições climáticas e a distância, no Brasil, essenciais para a existência de sítios de vilegiaturas – e com essas uma possível aparição do turismo – o mais próximo daquelas foi, na primeira metade do XIX, a Real ou Imperial Fazenda de Santa Cruz (**Figura 10**). Segundo Haroldo Camargo, Santa Cruz permitia outras condições climáticas, ligeiramente mais agradáveis do que o calor do Rio de Janeiro. Ela se converteu, até a construção de Petrópolis, na residência oficial de recreio durante o verão. Porém, não há evidências escritas de práticas turísticas embrionárias que tenham surgido em torno dela, mesmo levando em consideração o poder de atração da Família Real uma vez ali instalada<sup>201</sup>. Até meados do século XIX, as duas residências, a de São Cristóvão e a Real Fazenda de Santa Cruz não foram lugares que qualificaram práticas turísticas. Para o turismo aparecer, desde que associado com a vilegiatura,

<sup>200</sup> São Cristóvão: 24/01/1818, carta dirigida pela Imperatriz Leopoldina à Grã Duquesa da Toscana. Apud CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo: Ed. Aleph, 2007. p. 222.

<sup>201</sup> CAMARGO, Haroldo Leitão. *Op. Cit.*, p. 223.

precisava-se de uma mudança de ares como a que oferecia Petrópolis; mas isso aconteceu mais tarde no desenrolar do século XIX



**Fig. 10.** Fazenda de Santa Cruz. Aquarela de Jean-Baptiste Debret, 1834, In: FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro - Catálogo Analítico 1530-1890*. Rio de Janeiro: Ed. Casa Jorge, 2000, 2 Vol.

Nas prescrições de viagens relacionadas à saúde dos Bragança e Orleans, identificamos os antecedentes do curismo, ou seja, práticas relacionadas com o tratamento de doenças através de banhos terapêuticos e da ingestão de águas sulfurosas<sup>202</sup>. Em centros de curismo, as práticas terapêuticas, desde que acompanhadas de outros serviços, veiculados pela imprensa, e convertidos em centros de afluência de seletos grupos sociais em um início, poderia o turismo se expressar. Porém, no Brasil, durante a primeira metade do século XIX, não se construíram grandes centros terapêuticos onde a Família Real cuidasse de doenças e males herdados.

Houve, sim, notícias de lugares com fontes de águas sulfurosas e ferruginosas legadas por viajantes como o reverendo Robert Walsh e prescrições como a do médico pernambucano José Correia Picanço. Este, junto a outros colegas de profissão recomendou à princesa Carlota Joaquina, em 1814, que continuasse “em seu restabelecimento no uso da Água de Caldas (...) e que tendo algum vigor mais, pratique a equitação moderada; e que sendo conjuntura, e estação favorável, é de necessidade que passe a viver algum tempo no Sítio da Serra; cuja temperatura tem bastante

---

<sup>202</sup> A origem semântica da palavra curista deriva do termo alemão *kure* que se usou em Portugal para definir àquele que fazia uso dos tratamentos termais. Cf. QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (Suplemento 1), pp. 239-260, 2004. Apud WALLON, Armand. *La vie quotidienne dans les Villes D'Eaux (1850-1914)*. Paris: Ed. Hachette, 1981.

semelhança com a saudável Europa<sup>203</sup>. Não obstante, Carlota Joaquina, separada de D. João VI, preferiu sempre a paisagem da enseada de Botafogo – onde também residiram diplomatas europeus, aristocratas, comerciantes enriquecidos que a elegeram como lugar de residência, relativamente distante da cidade, ao longo do século XIX. (**Figura 12**).

Durante todo o século XIX, apesar da descoberta de locais propícios para as práticas terapêuticas como as águas sulfurosas em Cubatão – na atual Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina – e das fontes de águas medicinais de Caldas de Goiás não se constata nada além do curismo. Ainda que viajantes estrangeiros como o inglês John Luccock, em meados do século, tenham visto nelas, especificamente, em Santo Amaro da Imperatriz, “o Harrogate do Brasil Meridional”<sup>204</sup>. A visão do inglês Luccock passava pela ótica das cidades inglesas como Harrogate e Bath muito frequentadas em finais do século XVIII e ao longo de todo o século XIX. Por existirem ótimas condições naturais, Luccock enxergou o potencial terapêutico e recreativo de cidades balneárias britânicas de finais do XVIII. Por outro lado, a visão dos Bragança de tais lugares considerava, mais do que qualquer outro motivo de ordem recreativa, a construção de hospitais para a recuperação de combalidos ou paralíticos, inclusive, regidos pelos estatutos de Caldas da Rainha, um dos primeiros hospitais termais construídos, na Europa, aliás, em Portugal, devido às propriedades de suas águas sulfurosas<sup>205</sup>. Somente a partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da química e da medicina, apareceram no Brasil notícias sobre águas minerais, sublinhando suas propriedades terapêuticas.

Segundo a historiadora portuguesa Maria Manuela Quintela<sup>206</sup>, várias foram as teses de medicina que trataram das águas minerais. A *Revista Brasiliense*, periódico da Academia Real de Medicina, aponta como a mais completa, a do médico Antônio Miranda de Castro, datada em 1841. Nessa tese o autor falava das potencialidades das águas no Brasil e da importância de investir nesse campo tomando como referência a

---

<sup>203</sup> Cf. WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 2000. AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 328. Apud CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo, Ed. Aleph, 2007. p. 243.

<sup>204</sup> LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP. p. 374, Apud CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo: Ed. Aleph, 2007. p. 257.

<sup>205</sup> CAMARGO, Haroldo. *Op. Cit.* p. 259.

<sup>206</sup> QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (Suplemento 1), pp. 239-260, 2004.

Europa. Segundo o próprio Miranda de Castro,

O Brasil, esta feliz e abençoada porção de terra que nos tocou em partilha, também encerrando em seu seio com profusão águas minerais de diversas naturezas, não necessita de mendigar ao estrangeiro as suas águas gasosas de Vichy, Montedouro, Selters, as ferruginosas de Spa, Piemont, Forges, as sulfurosas de Barrèges, etc. que artificiais ou naturais, nunca jamais a nossa primorosa água gasosa da Vila de Campanha, as ferruginosas de Andaraí, a Matacavalos, as sulfurosas da Vila de Caldas em Minas gerais, e da Vila de Itapicuru na Bahia, as termas de Santas Catarina e de Goiás as quais podem ser usadas nas mesmas fontes: circunstância que é de maior importância para seu bom êxito <sup>207</sup>.

Assim, o uso das águas minerais era assumido por este autor como fator de desenvolvimento econômico potencial, porém, precisava-se antes conhecer as fontes minerais e desenvolver a hidrologia médica, ou seja, a ciência que tratava desses aspectos. Os médicos detinham o saber científico e possuíam autoridade para prescreverem aqueles que necessitassem delas, daí o século XIX ter sido denominado como o período científico do termalismo no Brasil, ou seja, o período das descobertas das águas minerais e de suas propriedades terapêuticas aplicadas em estabelecimentos termais como o de Caldas de Cubatão e Caxambu, construídos durante a segunda metade dos oitocentos.

De modo geral, o período científico do termalismo, com seu nome indica, não gerou empreendimentos turísticos. Aliás, o turista não é a figura que frequentava estabelecimentos termais como os já mencionados e, sim, os “aquáticos”, o nome dado aos doentes que, tiveram tratamentos prescritos pelos médicos da época, tendo como base do seu receituário essas águas. Como consequência do poder curativo, descoberto nas águas minero-medicinais do Brasil, “foram abatidas as mattas que cobriam as fontes mineraes, desapropriados os terrenos, expellidos os lázaros e construídos alguns predios” <sup>208</sup>, nada que se aproximasse a algum empreendimento turístico na época. A viagem dificultava o acesso às estações de cura e foi isso precisamente o que motivou o médico brasileiro José Maximino Serzedelo a publicar um guia de viagem “que servisse aos que, como eu, para ali se dirigem desconhecendo o lugar” <sup>209</sup>. No Brasil, continua o médico José Maximino Serzedelo,

(...) é tudo ao contrario; nada se faz, e nem se de fará, e como diz o ditado a

---

<sup>207</sup> CASTRO, Antônio Maria Miranda. *As águas mineraes brasileiras e em particular as do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Escola Médica do Rio de Janeiro, 1841, p. 5.

<sup>208</sup> SILVEIRA, Uria Antonio da (Dr.). *Memória sobre as aguas mineraes de Caxambú*. Barra Mansa: Typographia de João Zoroastro Bittencourt, 1884, p. 6.

<sup>209</sup> SERZEDELO, Jose Maximino. *Guia de viagem para as águas mineraes de Caxambú, Caldas, Lamabray, Contendas e Cambuquira na Província de Minas Geraes contendo todas as informações a respeito daquelles lugares; das suas águas medicamentosas, etc.* Rio de Janeiro. Typ. de Augusto dos Santos, 1884, p. 19.

*quem doe o dente é que vai ao dentista*; possuímos em diversas localidades do sul da província de Minas excellentes águas mineraes, e que longe terem a importância devida são até em parte pouco concorridas, cujo preço quase se aproxima do de uma passagem em paquete para Europa. Dahi a causa de muita gente preferir, a águas estrangeiras, em nada superiores ás nossas, pelos incommodos da viagem e pela quasi absoluta falta de recursos (...) os enfermos que em circunstancias especiais, não podem sugeitar ás difficuldades das penosas viagens que são precisas fazer, para ir, supponhamos, até o Caxambú <sup>210</sup>.

Quanto aos banhos de mar, sua existência também teve basicamente um caráter terapêutico. Findando o século XIX, mantendo essa função, acha-se a evidência de um comércio organizado em torno de algumas praias como a do Flamengo e a de Santa Luzia, no Rio de Janeiro. *O Guia do viajante no Rio de Janeiro* nos informa que:

os banhos de mar avulsos custavam 200rs ainda com lavagem e conservação de roupas por um valor de 2 \$ e também alugando-se gabinetes e vestimentas. Já com café e bebidas na entrada de estabelecimentos como o da Rua Santa Luzia havia um palácio flutuante com um tanque de natação que abria às 4 horas e 30 minutos da manhã cujo acesso era feito desde o cais do Pharaoux <sup>211</sup>.

Contudo, no Brasil, não existiram, ao menos durante grande parte do XIX, condições objetivas para o desenvolvimento do turismo em torno de estâncias hidroclimáticas e balneárias. Quer dizer, não houve uma oferta estruturada e demanda em torno desses lugares, além de considerarmos que as vias de acesso eram praticamente inexistentes e não se adentravam no agreste território “dos brasis”, por sinal, onde se localizavam boa parte das fontes de águas medicinais para os tratamentos terapêuticos. Importa frisarmos que, durante a primeira metade do século XIX, além de eventuais visitas da Família Real fora do Rio de Janeiro, não se firmaram lugares para a prática do curismo, pelos quais, o turismo pudesse se manifestar. No entanto, e como afirma o historiador Mario Jorge Pires, com a chegada ao Brasil de fluxos migratórios europeus cada vez maiores, também chegaram novos costumes como manter ou recuperar a saúde ao tomar banhos em águas de mar ou termas. Isso explica a presença de curistas que frequentaram lugares como Caxambu e Poços de Caldas, em Minas Gerais; Campos do Jordão, em São Paulo; Santo Amaro e Caldas da Imperatriz, em Santa Catarina <sup>212</sup>. Contudo, a transição do curismo ao turismo, ou sua adesão foi um fenômeno próprio da primeira metade do século vinte, quando, ao redor dessas e outras estâncias hidroclimáticas e balneárias foram construídos numerosos cassinos e hotéis

---

<sup>210</sup> SERZEDELO, Jose Maximino. *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>211</sup> CABRAL, Alfredo do Vale e Hilário PEIXOTO. *Guia do viajante no Rio de Janeiro, Acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos*. Rio de Janeiro, Typografia da Gazeta de Notícias, 1882., pp. 40-44.

<sup>212</sup> Cf. PIRES, Mario Jorge. *Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX*. São Paulo: Ed. Manole, 2002.

<sup>213</sup>, e não próprio do século XIX. Ainda durante o século XIX, as recreações aristocráticas e lazeres burgueses tomaram como alvos atrativos naturais mais valorizadas do ponto de vista paisagístico e não muito distantes do centro da cidade do Rio de Janeiro. Esses atrativos foram: a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico e o Corcovado.

Tais atrativos foram antes de se tornarem lugar de práticas recreativas e espaço do lazer urbano, consagrados pela presença de membros da Família Real, pelos aristocratas, militares, grandes comerciantes, diplomatas radicados, no Rio de Janeiro, e pelos testemunhos dos viajantes europeus cujas memórias se editavam, na Europa, contribuindo a despertar a curiosidade pelo Brasil. O Jardim Botânico denominado originalmente de Horto Real, invenção do monarca D. João VI, e caracterizado pela vegetação exótica cultivada e pelo entorno singular, atraiu os olhares de vários viajantes estrangeiros da época, uma vez aberto ao público em 1821. Desses lugares, nos deixaram testemunhos, vários viajantes como Maria Graham, George Gardner e Thomas Ewbank <sup>214</sup>. Esse último norte-americano, que já se auto-intitulava turista, contou, em 1846, que “era difícil descrever as agradáveis e estranhas sensações que provoca esse lugar tão refrescante”<sup>215</sup>. Quer dizer que, em um depoimento de meados de século, se reafirma a preferência pelo Jardim Botânico como um sítio para realizar excursões, inclusive, contando com a existência de transportes que facilitavam seu acesso.

O *Almanak Laemmert*, de 1846, traz abundantes informações sobre os horários de transporte e dias destinados às recreações no Rio de Janeiro e, entre eles, referentes ao Jardim Botânico. A ele se destinavam ônibus “apenas aos domingos e dia santos de guarda, e com um único horário: saindo às cinco horas da manhã, retornava às 6 ½ da tarde”<sup>216</sup>. Inclusive, algumas décadas depois, em 1893, publicou-se o livro *Hortus fluminensis ou breve noticia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de*

---

<sup>213</sup> Cf. MOURÃO, Benedictus Mário. *Medicina hidrológica: moderna terapêutica das águas minerais e estâncias de cura*. Poços de Caldas: Prisma, 1992.

<sup>214</sup> EWBank, Thomas. *A vida no Brasil, ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Martins: EDUSP, 1990.

<sup>215</sup> EWBank, Thomas. *Vida no Brasil*. Washington DC, 1855, p. 21. Apud CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo, Ed. Aleph, 2007. p. 254.

<sup>216</sup> LAEMMERT, Eduardo (org.) *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846. Terceiro Anno*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1845. pp. 201-202.



*Janeiro para servir de guia aos visitantes*<sup>217</sup> cujo título nos leva a reafirmar a vocação recreativa desse estabelecimento no Rio de Janeiro. Ainda que a ênfase do texto desse mais prioridades aos aspectos naturais das famílias de plantas existentes na época, houve espaço para regular o policiamento interno do Jardim Botânico em um documento, “affixado á entrada do Jardim e impresso em tres columnas, nas línguas nacional, ingleza e franceza onde facilmente possa ser lido”<sup>218</sup>. Ou seja, uma vez consagrado o atrativo natural pela presença imperial e, logo, pelos depoimentos escritos e gráficos dos viajantes estrangeiros que o visitaram seria o momento dos empreendimentos comerciais que facilitaram o acesso a tal lugar.

Por sua vez, esses empreendimentos contribuíram para afirmar a vocação recreativas, instrutiva e, inclusive, turística desde que assumidos com um olhar distante como o caso de turistas norte-americanos que, ao longo da década de 1880, já realizavam viagens marítimas de verão “*to the winter of tropics*” recomendando, uma vez no Rio de Janeiro, a visita ao Jardim Botânico, ao Corcovado e à Tijuca<sup>219</sup>. Igualmente o Jardim Botânico, o Corcovado e a Floresta da Tijuca também se afirmaram como sítios naturais para as recreações e excursões em dias festivos dos brasileiros, como comprovado pelas aquarelas de Thomas Ender e os desenhos de Maria Graham, entre outros.

O Corcovado, relativamente afastado do velho centro urbano do Rio de Janeiro e a uma altura de aproximadamente 600 metros se tornou um atrativo para as recreações aristocráticas e burguesas no decorrer do século. Isso explica a existência de empreendimentos comerciais e hoteleiros que em torno deles surgiram, por exemplo, a construção de uma estrada de ferro no Cosme Velho que facilitou o acesso ao lugar já na última década do Império<sup>220</sup>. A floresta da Tijuca também foi valorizada socialmente como sítio de refúgio durante o verão carioca e, por conseguinte, das frequentes epidemias estivais.

O missionário metodista norte-americano Daniel Kidder afirmou em finais da década de 1830 que a floresta da Tijuca era muito procurada graças a sua proximidade

---

<sup>217</sup> RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou Breve noticia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro para servir de guia aos visitantes*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1894.

<sup>218</sup> RODRIGUES, João Barbosa. *Op. Cit.*, pp. 36-37.

<sup>219</sup> Cf. United States & Brazil Mail Steam Ship Company. *Journal of the United States & Brazil Mail SteamShip*. New York: Vol. 1. No. 1, January, 1884, p. 4.

<sup>220</sup> STIEL, Waldemar Correia. *História do Transporte Urbano no Brasil: história dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram*. Brasília: Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos ; São Paulo: Editora Pini Ltda, 1984, pp. 361-367.

da capital do Império, principalmente na estação estival, “nessa época todas as casas são alugadas, em geral para famílias estrangeiras. Muitos estrangeiros, que em seus países de origem, ou no Rio, exigiram não apenas conforto, mas ainda luxo, aprenderam a se acomodar em casas desprovidas de soalho, de janelas e de outros requisitos não menos desejáveis [pois] o ar dessas montanhas, é frio, puro, revigorante, sendo às vezes suficiente para restituir a saúde a pessoas debilitadas ou vítimas de enfermidades comuns na cidade”<sup>221</sup>. Ou seja, a floresta da Tijuca era procurada pela existência de um clima mais adequado o que foi aproveitado ao serem organizados passeios e excursões aos domingos, atraindo parte da população carioca, havendo para esse destino os bondes de tração animal que tinham sido introduzidos, na capital do Império, em fins da década de sessenta. Eles trafegavam em diferentes horários: nos dias úteis, nos domingos e nos dias santos. Por exemplo, em 1882, a “Companhia de São Christovão” tinha em tráfego linhas que comunicavam a cidade com a Tijuca separadas por intervalos de aproximadamente 30 minutos durante o dia todo até meia-noite<sup>222</sup>.

Tanto a procura por um clima mais adequado, como os lugares de recreio dos cariocas e viajantes estrangeiros, em torno da Floresta da Tijuca, estimulou a implantação de hotéis em meados do século, como o Bennett, localizado “na descida para o rio da Cachoeira, depois de passar a Boa Vista”<sup>223</sup> com um propósito marcado, o do veraneio, ante a falta de melhores opções na época. Para a década dos oitenta, a Floresta da Tijuca possuía dois “excellentes hotéis, O White e o Jourdain passando-lhe junctinho o rio da Cachoeira (...) Entre os portões da entrada de ambos fazem o seu ponto final as diligencias da serra”<sup>224</sup>. Contudo, as atrações das paisagens naturais de montanha não foram as únicas existentes durante a segunda metade do século XIX.

Por exemplo, dois hotéis situados em Copacabana, zona ainda não incorporada à tessitura urbana da cidade, mantinham meios de transportes regulares para atrair e conduzir os hóspedes. Dessa forma, o Hotel do Leme, inaugurado em março de 1879, se valia de uma linha de bondes que circulava nas descidas da Rua da Real Grandeza ou da Ladeira do Leme. Já, o Hotel da Copacabana despachava várias diligências de manhã e

---

<sup>221</sup> KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1972, p. 130. Apud CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo, Ed. Aleph, 2007. p. 271.

<sup>222</sup> CABRAL, Alfredo do Vale e Hilário PEIXOTO. *Guia do viajante no Rio de Janeiro, Acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos*. Rio de Janeiro, Typografia da Gazeta de Notícias, 1882., pp. 40-44.

<sup>223</sup> Cf. Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses. (1808-1850)*. São Paulo: Ed. Aleph, 2007. p. 270.

<sup>224</sup> Cabral, Alfredo do Vale e Hilário Peixoto. *Op. Cit.* p. 354.

de tarde até o fim da Praia de Botafogo, em busca de passageiros, no ponto terminal da companhia de bondes *Botanic Garden* <sup>225</sup>. Ainda que a regularização de horários e itinerários tenha contribuído para moldar a vocação turística do Jardim Botânico, da Floresta da Tijuca e, com ela, do Corcovado, as viagens turísticas pelo Brasil não eram, na época, um elemento que caracterizava o conjunto da sociedade. Um depoimento dos anos sessenta, pertencente a um importante intelectual carioca do século XIX, Joaquim Manoel Macedo nos diz que era

(...) mais comum encontrar um fluminense que nos descreva as montanhas da Suíça e os jardins e palácios de Paris e Londres do que um outro que tenha perfeito conhecimento da história de algum dos nossos pobres edifícios, da crônica dos nossos conventos e de algumas das nossas romanescas igrejas solitárias, e até mesmo que nos fale com verdadeiro interesse dos sítios encantadores e das eminências majestosas que enchem de sublime poesia a capital do Brasil. Hoje em dia uma viagem a Lisboa é coisa mais simples do que um passeio ao Corcovado <sup>226</sup>.

Portanto, temos aqui o contraste de visões desde diferentes pontos de vista: o do estrangeiro que visita a cidade e que em casos específicos, com o de Thomas Ewbank assume a condição de turista, mesmo ante a inexistência de condições reais de oferta e demanda estruturada que o permitissem e, de outro lado, a tendência de um reduzido número de brasileiros de viajar. Thomas Ewbank se sente na condição de turista uma vez no Brasil. Mas isso é o depoimento de um turista, neste caso, norte-americano, não brasileiro. O termo turista, ainda menos o de turismo, não tinha sido introduzido nos guias de viagens consultados, nem ainda na língua portuguesa. Não existiu no Brasil uma prática racionalmente estruturada do turismo durante boa parte do século XIX, melhor é procurar suas antecipações através, por exemplo, das viagens feitas por brasileiros e pelas informações que nos legaram os guias de viagem publicados no findar do século XIX.

Nos últimos vinte e cinco anos do século XIX, aumentou o fluxo de brasileiros a visitarem Europa, sobretudo, as gerações descendentes dos latifundiários cafeeiros do oeste paulista,

havia costume de se levar para a Europa toda a família, criadagem e até animais (...) A bagagem era imensa. Em Paris, o Conselheiro (Antônio Prado) alugava um 'hotel particular' (sic) nos *Champs Elysés*. O velho Elias Chaves também levava toda a família entre filhos e genros, noras e netos, além de criados. Uma

---

<sup>225</sup> BELCHYOR, Elysio de Oliveira e Ramon POYARES. *Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 1987, pp. 86-87.

<sup>226</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005 [1862], p. 20.

vez alugou um andar inteiro do *Hotel Majestic* para acomodar todos <sup>227</sup>.

Outros, como o Conde de Pinhal, seus dez filhos, o genro, a neta, mais os empregados de confiança freqüentavam a Europa, tomavam as águas em Baden-Baden, visitavam as capitais européias e adquiriam artigos de luxo que o Brasil de fins de século XIX ainda não conhecia <sup>228</sup>. Com a elite fazendeira fluminense e do oeste paulista do findar dos oitocentos temos a definição mais clara de viagens realizadas por brasileiros à Europa, mas não encontramos evidências escritas que nos levassem a chamá-los de turistas e, até onde sabemos, nem eles mesmos se identificaram com esse outro tipo de viajante moderno.

No entanto, grande parte da população brasileira da época não tinha condições objetivas para realizar viagens a Europa e, se acrescentarmos à viagem, o adjetivo turística o leque se fecharia bem mais. Entretanto, o Brasil, na década dos oitenta, já se vendia para os conterrâneos de Thomas Ewbank como “*the most attractive voyage known (...) fresh field for the tourist*” pelo órgão oficial do *United States & Brazil Mail Steam Ship Company* <sup>229</sup>. Incentivavam a viagem turística dos norte-americanos em um itinerário cujos pontos de origem e destino eram Nova Iorque e Rio de Janeiro, e vice-versa, passando pela ilha de Saint Thomas no Caribe Oriental, e navegando pelas costas brasileiras. Essa viagem marítima fazia escalas no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, na Bahia e, por último, no Rio de Janeiro. Uma vez, no Rio de Janeiro, eram aconselhadas as visitas a atrativos naturais como “*the ever-present Sugar Loaf and Tijuca, the Corcovado and Finger of God, which seem to be before you at every, either on ship board, crossing the ferry, or in the cars, or take a drive to the Botanic Garden*” <sup>230</sup>. Os atrativos naturais cariocas ganharam destaque, na viagem turística dos norte-americanos, ao Brasil.

Para aqueles que, nas últimas décadas do século XIX, decidissem conhecer a Capital do Império ou empreender uma viagem pelo interior do país, podiam dispor dos guias de viagens. Eles informavam, detalhadamente, sobre serviços como: a

---

<sup>227</sup> PIRES, Mário Jorge. *Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX*. Barueri, SP: Editora Manole, p. 204. Apud PRADO, Maria Cecília Naclério Homem. *Op. Cit.* p. 121.

<sup>228</sup> PIRES, Mário Jorge. *Op. Cit.*, p. 201.

<sup>229</sup> United States & Brazil Mail Steam Ship Company. *Journal of the United States & Brazil Mail SteamShip*. New York: Vol. 1. No. 1, January, 1884, p. 5. A tradução para o português desse slogan publicitário é: “a mais atrativa viagem conhecida (...) uma paisagem virgem para o turista” [tradução própria, HVM]

<sup>230</sup> *Idem*, p. 4. A tradução para o português é: “Sempre presente o Pão de Açúcar e da Tijuca, o Corcovado e Dedo de Deus, que surgem frente a você, a bordo do navio, atravessando de balsa a Baía, nos carros, ou dando um passeio ao Jardim Botânico”. (Tradução própria, HVM)

hospedagem, os transportes, os restaurantes e seus horários acompanhando sempre a narração detalhada do exótico e do pitoresco da geografia brasileira, com destaque especial, para o Rio de Janeiro. O conteúdo dos guias de viajantes publicados naqueles anos ajuda a refletir sobre as condições reais que possibilitavam a viagem ao Rio de Janeiro e pelo interior do Brasil e, com essas viagens, a existência ou não de condições reais para o turismo se manifestar <sup>231</sup>.

Uma jornada pelo interior do Brasil é descrita no “primeiro guia do viajante, feito no paiz, guia ilustrado de desenhos copiados de litographias” <sup>232</sup>, *Doze horas em diligencia. Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora* <sup>233</sup>. Poderíamos pensar nesse guia como um pequeno relato de viagem ao que se associam elementos em que o turismo poderia se expressar, ao menos na intenção do autor, o fotógrafo alemão Henry Klumb. Ele estava povoado de um raciocínio cuja matriz, europeia, as práticas da viagem e a preferência pelos espaços rurais, na Europa Ocidental, eram já comuns. Henry Klumb pensou em sua guia com a finalidade de que “fosse de utilidade para o jovem brasileiro com intenções de se instruir” <sup>234</sup> – o que nos leva a pensar na finalidade do *Grand Tour*, no sentido da viagem como complemento da instrução – tendo na sua missão ao mesmo tempo, despertar nos estrangeiros a admiração ante a variedade da natureza do Brasil.

Antes de se adentrar no corpo do texto o autor informa ao viajante da época que para chegar do Rio de Janeiro até o que ele denomina como o “pequeno Versailles Brasileiro” (Petrópolis) podíamos chegar pelo vapor [pertencente à Companhia, HVM] e através da estrada de ferro de Mauá “com serviço todos os dias partindo da Prainha [hoje Praça Mauá, HVM], às 6 horas da manhã, nos domingos e dias de festejo; às 2 horas da tarde, nos dias úteis com *tilburys* para conduzir os passageiros à estação do embarque tomados no centro da cidade”.<sup>235</sup> Porém, o guia de Klumb se concentrou mais em relatar o itinerário de Petrópolis até Juiz de Fora do que aquele que o levou até a Cidade Imperial.

---

<sup>231</sup> KLUMB, Henry. *Doze horas em diligencia. Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Editor J. J. da Costa Pereira Braga, 1872. CABRAL, Alfredo do Vale e Hilário PEIXOTO. *Guia do viajante no Rio de Janeiro, Acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos* [por A. do Valle Cabral e Hilário Peixoto] Imprensa: Rio de Janeiro, Typografia da Gazeta de Notícias, 1882.

<sup>232</sup> KLUMB, Henry. *Op. Cit.* p. 16.

<sup>233</sup> KLUMB, Henry. *Doze horas em diligencia. Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*. Rio de Janeiro: Editor J.J. da Costa Pereira Braga, 1872. [o livro tem 31 estampas sendo: 1 retrato, 29 vistas em litografias e uma planta perfil e longitudinal da estrada União - Industria]

<sup>234</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>235</sup> *Idem*, p. 18.

Em doze horas de viagem pela estrada União – Indústria <sup>236</sup>, se percorreram 144 quilômetros com extraordinárias paisagens naturais e difíceis trechos até chegar a Juiz de Fora. Uma vez, no destino final da diligência e, sempre, tentando seduzir o leitor pelo anedótico, o exótico e o pitoresco, o guia do viajante de Henry Klumb comenta o que fazer uma vez no destino final. O passeio pelos jardins do Comendador Alfredo Ferreira de Lage – onde estiveram hospedados em várias ocasiões os membros da Família Real –, a colônia D. Pedro II, a Escola Agrícola que tinha interessantes instrumentos para trabalhar a terra e animais raros, cascatas, o bosque dos Príncipes, o bosque da Imperatriz e o alto do Imperador são recomendações para quem fizer a viagem durante a época <sup>237</sup>.

Chama a atenção, no texto, a menção a um hotel, o da União. Klumb afirmou ser esse: “um dos mais bem organizados, acha-se tudo o que se pode desejar da mesma maneira que nos melhores hotéis da Europa (...) há banhos quentes, frios, de chuva, bilhares, piano, salões de leitura e de conversa, jardins, parques e varandas (...) goza de um clima salubre e temperado” <sup>238</sup>. Existiam hotéis em pontos finais do itinerário de diligências que ofereciam diferentes serviços, porém, a situação da hotelaria no Rio de Janeiro durante a maior parte do século XIX, tirando algumas exceções, não necessariamente reproduzia as condições dos hotéis de Petrópolis e de Juiz de Fora.

Contudo, além da natureza e de pontuais informações sobre Juiz de Fora, não há maiores informações que oferecer ao viajante, na época, até porque Juiz de Fora não fora, propriamente, um lugar muito frequentado pelos viajantes durante o século XIX. Porém, a ênfase do autor deixa o viajante em um segundo plano, importa mais como europeu, o relato da natureza exótica dos trópicos e dos empreendimentos [a estrada União - Indústria por onde transita em uma diligência é uma evidência disso]. É ela que permitirá o seu deleite e não os monumentos históricos construídos na imperial Petrópolis. O viajante da época não teria elegido Juiz de Fora como lugar a ser visitado, melhor seria ficar com a capital do Império e com a Imperial Petrópolis como destinos de uma viagem e para isso dispor do volume de informações necessárias para conhecê-las.

---

<sup>236</sup> A Estrada União-Indústria foi a primeira rodovia brasileira, construída entre 1856 e 1861 e inteiramente “macadamizada”, isto é, revestida de massa de pedra britada, areia e saibro, comprimidos por um rolo compressor. As diligências a percorriam a uma velocidade de 15-20 km por hora, fazendo doze paradas para trocar as mulas. Léia-se, SCARRONE, Marcelo. “Doze horas numa diligência. O primeiro guia de viagens feito no Brasil, com texto e imagens”, In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro. pp. 90 - 91, dez. 2007.

<sup>237</sup> *Idem*, p. 74.

<sup>238</sup> *Idem*, p. 76.

O *Guia do Viajante no Rio de Janeiro*<sup>239</sup>, de 1882, foi a publicação mais prolífica e consistente, quanto às orientações oferecidas ao viajante, nos momentos de sua chegada, da sua estada e da sua partida. Aliás, essas três partes conformam a estrutura do texto, além dos dados geográficos e históricos sobre a capital do Império que familiarizaram o viajante com o Rio de Janeiro. Surpreende-nos que para a década dos oitenta o Rio de Janeiro houvesse uma rede de transporte “fácil, prompta e barata (...) Em quasi todas as ruas e praças, o viajante encontra bondes das quatro companhias existentes, que o transportam, com brevidade, quer de um extremos a outro da cidade, quer do centro aos mais distantes arrabales”<sup>240</sup>. Importa ver como os bondes da *Botanic Garden Rail Road Company*, as da Companhia de São Cristóvão, da Companhia Villa Izabel, da Companhia dos Carris Urbanos, da Empresa de Sancta Tereza viabilizaram os meios de locomoção aos mais distantes pontos da cidade, incluindo aqueles que previamente foram centros de passeios e excursões durante a primeira metade do século XIX. Ou seja, não é apenas uma simples coincidência que uma das linhas de bonde fosse chamada de *Botanic Garden Rail Road Company* e se conectasse ao centro da cidade, assim como a lugares frequentados pela Família Imperial e seus nobres convidados. Também, outras camadas da população poderiam ser favorecidas com a rede de transportes urbanos da cidade.

O viajante, além desses meios, podia contar com carros de aluguel e *tilburys*<sup>241</sup> que estacionavam nos lugares muito mais freqüentados, podendo levá-los a diferentes pontos. Quanto às diligências, o guia enumera as que dentro da cidade iam para a Praia de Botafogo, para a Rua de São Clemente e para a Rua das Laranjeiras e que elas partiam da raiz da serra para o alto da Tijuca “até o ponto terminal perto dos hotéis Jourdain e Whyte”<sup>242</sup>. A existência de hotéis e restaurantes nos pontos finais dos bondes ou em pontos chave dos itinerários das diligências, não indica que houve, na época, uma apreensão consciente do turismo, ainda que possamos identificá-lo, aliás, a

---

<sup>239</sup> CABRAL, Alfredo do Vale e Hilário PEIXOTO. *Guia do viajante no Rio de Janeiro, Acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1882.

<sup>240</sup> CABRAL, Alfredo do Vale e Hilário PEIXOTO. *Op. Cit.*, p. 28.

<sup>241</sup> Cf. RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais. 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982. p. 19. O *tilbury*, um carro de duas rodas e dois assentos (tibreiro e passageiro), sem boléia, com capota, e tirado por um só animal. Foi inventado por Gregor Tilbury, na Inglaterra, em 1818, e trazido ao Rio de Janeiro como transporte coletivo, através da França, em 1830, circulava desde meados do século mediante um sistema organizado. Seu uso perdurou até o alvorecer do s. XX quando, acossados pelos modernos veículos movidos à gasolina, se refugiaram nas pequenas cidades de recreio e nas estâncias balneárias.

<sup>242</sup> *Idem*, p. 72.

palavra turista não se explicita no conteúdo do *Guia do viajante...*

Por outro lado, a natureza e características de alguns empreendimentos hoteleiros e da gastronomia foram bem explicitadas no *Guia do Viajante...*, por exemplo, no Hotel Jourdain, havia “magníficos banhos de natação e de cascata. No estabelecimento, encontram-se animais de montaria para passeios e excursões”<sup>243</sup>. Quanto aos restaurantes, alguns se localizavam perto de lugares propícios para realizar passeios como o Chalet Restaurant Campestre, na Rua do Jardim Botânico, com “comida a qualquer hora do dia ou da noite (...) bilhar, aparelhos de gymnastica e balanços para as senhoras. O restaurante é frequentado pelas famílias que costumam visitar ou passam o dia no Jardim Botânico [inclusive, HVM] recebe encomendas pelo telephonio”<sup>244</sup>. Ou seja, começamos a observar o aparecimento de uma estrutura, ofertada perante a uma incipiente demanda por lugares alvo de excursões e visitas dos que por aqui estiveram e viveram, no último quartel do século XIX. Assim, de forma paralela e gradual, definia-se a vocação turística de tais lugares.



**Figura 11.** Membros do corpo diplomático e familiares em frente ao Palácio Imperial Petrópolis. Fotografia de Henry Klumb, 1875. Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Digital do Instituto Moreira Sales.

Não nos escapam as detalhadas informações oferecidas pelo *Guia do viajante...* os artigos que o viajante poderia precisar tais como as malas e objetos de uso pessoal e outras coisas necessárias para que empreendesse uma viagem até outros lugares importantes da Província do Rio, considerados como passeios restauradores de saúde<sup>245</sup>. Esses lugares, mencionados por Alfredo do Vale, são: Niterói, Petrópolis,

---

<sup>243</sup> *Idem*, p. 85.

<sup>244</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>245</sup> CABRAL, Alfredo do Vale e Hilário PEIXOTO. *Guia do viajante no Rio de Janeiro. Acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos*. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1882, pp. 413-414.



Teresópolis, Nova Friburgo e Campos dos Goitacazes <sup>246</sup>. Quanto a Petrópolis, o viajante que

aportar à capital do Imperio deve fazer uma visita á encantadora Petropolis, miniatura americana das cidades da Suissa (...) durante o estio, de fins de dezembro a abril que com a presença de S. M. o Imperador dá a Petrópolis uma grande vitalidade (...) Por esta mesma epocha numerosas famílias de capitalistas e negociantes, abastados da capital do Imperio vão ali passar o verão, o que ainda concorre para o progresso e desenvolvimento constante da princeza das cidades do Brazil. O clima de Petropolis é saudabilissimo e as pessoas que para alli se dirigem doentes voltam coradas, robustas e fortes (...) Petropolis offerece todos os recursos de que possam carecer os enfermos ou as pessoas que vão por mero passatempo, distração o recreio. Nas numerosas e magníficas cassas de negocio que conta, sobre tudo na rua do Imperador, encontra-se tudo o que se acha na capital do Imperio. Assim o viajante em Petrópolis nada lhe faltará<sup>247</sup>.

A julgar pelo depoimento acima, Petrópolis substituiu, na segunda metade do século XIX, a Imperial Fazenda Santa Cruz como o lugar de residência de verão, ou sítio de vilegiatura adaptado à realidade brasileira, da Família Imperial (**Figura 11**), dessa vez apontando para elementos que permitem, claramente, o turismo se expressar. As facilidades de acesso à cidade que existiam durante as últimas décadas do século XIX permitiram não só o traslado dos Bragança e Orleans, mas de numerosas famílias de capitalistas e negociantes enriquecidos da capital do Império que contavam para se hospedar na cidade com “excellentes hotéis e em condições de asseio superiores aos da capital do Império” <sup>248</sup>. Precisamente, o Rio de Janeiro, naqueles anos do findar do século XIX e segundo a estatística levantada pela historiadora Eulália Lobo Lahmeyer, com base nos *Almanques Laemmert* abrangendo os anos de 1860 até 1882, comprovava-se o incremento do número de hotéis no Rio de Janeiro<sup>249</sup>. Porém, muitos deles não passariam de simples restaurantes e outros usavam tal denominação para acobertar encontros furtivos. Daí, a eterna reclamação contra a falta de hotéis na cidade – ou melhor, de bons hotéis.

As condições higiênicas dos hotéis no Rio de Janeiro não eram as mais adequadas para se hospedar. Muitos viajantes que nos visitaram naquele século, o explicitaram em suas memórias. Por exemplo, em 1870, o viajante William Hadfield considerava como grande necessidade “um hotel realmente bom, algo semelhante àqueles dos Estados Unidos (...) existem muitos hotéis espalhados pela cidade, alguns

<sup>246</sup> CABRAL, Alfredo do Vale e Hilário PEIXOTO. *Op. Cit.*, pp. 467- 488.

<sup>247</sup> *Idem*, pp. 476-477.

<sup>248</sup> *Idem*. p. 481.

<sup>249</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930”, In: *Revista Brasileira de Economia*, No, 25, Vol. 235, out.-dez. 1971. Apud BELCHYOR, Elycio de Oliveira e Ramon POYARES. *Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. SENAC, 1987, p. 59.

mais ou menos pretensiosos, mas nenhum apresenta grau de conforto tão essencial para uma grande cidade como o Rio de Janeiro”<sup>250</sup>. Depoimentos da década de sessenta do XIX confirmam a afirmação anterior quando eram

os relógios das repartições e o toque dos quartéis que marcam o tempo (...). Com isso vão aparecendo restaurantes e hotéis, que se abrem para o atendimento da classe que trabalha (...). Hotéis e restaurantes, na sua maioria, estão rotulados de nomes franceses. O nome da casa não define o tipo da cozinha. Todo comércio usa e abusa dos batismos estrangeiros como forma de atrair a freguesia <sup>251</sup>.

É oportuno dizer que o incremento da hotelaria no Rio de Janeiro não pressupõe, necessariamente, a existência do turismo, mas bem responde a que o Rio de Janeiro foi a capital do Império, por conseguinte, sede de inúmeras repartições públicas e um amplo aparelho burocrático que demandou muitos serviços de hospedagem e de restauração gastronômica, como se comprova pela citação anterior. Quanto ao turismo, afirmamos em páginas atrás, a existência de poucos empreendimentos que qualificaram práticas turísticas. Essas, as mais identificáveis provinham dos *tourists* norte-americanos que realizaram viagens turísticas ao Brasil, e em específico, ao Rio de Janeiro. Unido a isso se assiste a um processo paulatino que começa a definir a natureza turística de lugares como a Floresta da Tijuca, o Jardim Botânico e o Corcovado, sempre escolhidos por esses novos viajantes. Por último, já no findar do século XIX e em Petrópolis, percebemos com mais clareza antecipações do turismo ao ser reproduzidas e imitadas socialmente, pelos grandes comerciantes e industriais, as práticas sociais da Família Real, da Corte e da nobreza do Império e da Europa aqui radicados. Essas, em Petrópolis <sup>252</sup> e no Rio de Janeiro, seriam mais bem organizadas durante as primeiras décadas do século XX.

### **2.3. A organização do turismo no Rio de Janeiro**

As primeiras décadas do século XX caracterizam a etapa de organização do turismo, no Rio de Janeiro, cenário escolhido para melhor historicizá-lo. Precisamente nessas décadas a Capital da República experimentou um processo de modernização em sua estrutura urbana com a abertura de espaços públicos e com uma melhor estruturação de um mercado de diversões que incluía espetáculos musicais e teatrais, os primórdios

---

<sup>250</sup> BELCHYOR, Elysio de Oliveira e Ramon POYARES. *Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 1987, pp. 57-61.

<sup>251</sup> RANULT, Delso. *Indústria, escravidão e sociedade. Uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 130.

<sup>252</sup> Para aprofundar na etapa da organização do turismo em Petrópolis durante as primeiras décadas do século XX, leia-se a dissertação de mestrado de André Daibert “História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930”. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Março, 2010.

do cinema e o crescimento e diversificação de práticas esportivas <sup>253</sup> o que a fez assumir a função da vitrine da vida política, social, econômica do Brasil herdada dos tempos do Império. Nisso contribuiu a imagem da cidade modernizada depois da Reforma do Prefeito Augusto Pereira Passos (1902-1906) que começou a circular no mundo ocidental através de cartões postais e que, por sua vez, atraiu um segmento de mercado norte-americano e europeu ávidos por descobrir a natureza turística de uma metrópole nos trópicos <sup>254</sup>.

Foi-se construindo, ao longo das primeiras décadas do século XX, como afirma Marcello de Barros Tomé <sup>255</sup>, um cenário idôneo para a prática do turismo bem diferente do herdado em tempos do Império e, acrescentamos, também para as práticas do lazer <sup>256</sup> da população carioca. Essas últimas anteciparam a aparição do turismo interno e foram fundamentais, por exemplo, na definição da vocação turística das praias da zona sul do Rio de Janeiro ao serem incorporadas à tessitura urbana <sup>257</sup>, o que se comprova com a construção da via litorânea, em 1904, e previamente com a construção do túnel ligando Botafogo à Copacabana, em 1892. Essas obras facilitaram o acesso às praias tornando-as residências secundárias, com maior fluxo nos finais de semana e dias quentes. Assim, essas transformações urbanas foram incorporadas às práticas do lazer de camadas da população não tão abastadas permitindo que um público tradicionalmente afastado de tais práticas usufrísse desses novos espaços urbanos.

Nessa aproximação, o bonde atuou como um fator de interação social. As praias da zona sul da cidade por ele incorporadas à malha urbana atraíam famílias por motivos de bem-estar físico já que, na época, as epidemias eram comuns no centro da cidade. Famílias de extração social diferentes se integraram em um mesmo espaço. Assim, “os

---

<sup>253</sup> Cf. MELO, Vitor Andrade de. “Esporte, propaganda e publicidade no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX, In: *Revista Brasileira de Ciências e Esportes*. Campinas, v. 29, n. 3, p. 25-40, maio 2008.

<sup>254</sup> No começo do século XX a cidade de São Paulo também foi o cenário de práticas turísticas. *O guia ilustrado do viajante* informa ao viajante, aos turistas da época e aos moradores uma ampla gama de informações com ilustrações de Monteiro Lobato. Cf. SILVA, Jacyntho. *Guia Ilustrado do Viajante*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924.

<sup>255</sup> MACHADO, Marcello de Barros Tomé. *A modernidade no Rio de Janeiro: construção de um cenário para o turismo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2008.

<sup>256</sup> A noção de lazer aqui utilizada parte da definição clássica do sociólogo Joffre Dumazedier que o define como o conjunto de ações escolhidas pelo sujeito para diversão, recreação e entretenimento, em um processo pessoal de desenvolvimento sendo contraponto ao trabalho produtivo. Cf. DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. 3ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2000 [1976].

<sup>257</sup> Cf. CLAVAL, Paul. *La fabrication du Brésil: une grande puissance en devenir*. Paris: Belin, 2004. Apud DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; PANIZZA, Andrea de Castro e Alexandre Queiroz PEREIRA. “Vilegiatura marítima no Nordeste Brasileiro”. Trabalho apresentado no X Colóquio Internacional de Geocrítica “Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y em las ciencias sociales, 1999-2008”. Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona, España.

pescadores que viviam em palhoças conheceram os suburbanos que, em 1905, já passavam o domingo em Copacabana. Membros da elite que construíram casa de veraneio na Vila de Ipanema misturavam-se às famílias da Cidade Nova que pagavam o bonde para passar o dia na praia”<sup>258</sup>. O fluxo de excursionistas de finais de semana foi incentivado pelas companhias de transporte urbano que criaram para tal efeito tarifas reduzidas até o Leme, Ipanema e Copacabana com retorno à cidade já na madrugada<sup>259</sup>, o que trouxe como consequência que as praias da zona sul foram ganhando um lugar de importância nas práticas do lazer da população carioca.

Não somente a população carioca frequentava as praias. Crônicas que tratam do começo do século em Santos, no estado de São Paulo, relatam a rotina de um dia de praia em 1900<sup>260</sup>. Segundo elas, podemos constatar que o banho de mar continuava a manifestar as características próprias do último quartel do século XIX, ou seja, continuavam os fins terapêuticos. É por isso que no inverno e de manhã as pessoas chegavam à praia antes do sol para evitar a congestão e aproveitar a água mais iodada dessa hora. Especificamente em Santos, no litoral paulista, objeto da crônica acima referida, as pessoas sentiam

estremeções de frio e eram conduzidos por um banhista que cheirava aguardente para esquentar. Dávamos meia dúzia de pulos contra as ondas amortecidas, voltávamos correndo para chegar com o corpo quente (...) podíamos voltar à praia, já com sol, com chapelões de palha para evitar insolação (...) para homens e meninos as roupas de banho eram de baeta azul e as mangas vinham até os cotovelos, pernas cobertas até os joelhos<sup>261</sup>.

Os banhos de mar continuavam a ser recomendados graças às crenças em suas propriedades medicinais, mas aos poucos o significado social da praia começou a mudar. A julgar por um dos anúncios da *Revista Brasileira de Turismo*, e para meados da década dos anos vinte, o Balneário da Urca era visto “como um local ideal devido à sua situação privilegiada e aprazível podendo fazer uso de banhos de mar acompanhado de luxuosas duchas de água doce e salgada, banhos de luz, raios ultra-violetas, massagem, eletricidade, banhos de sol, exercícios físicos (remo-lawn-tennis), com quartos e apartamentos dotados de todo o conforto moderno”<sup>262</sup>. Como podemos constatar, existe uma oferta organizada de serviços com certa sofisticação para a

---

<sup>258</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993; pp. 294-295.

<sup>259</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *Op. Cit.*, p. 295.

<sup>260</sup> AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo*. São Paulo: Carrenho Editorial, 2004 [1957].

<sup>261</sup> AMERICANO, Jorge. *Op. Cit.*, p. 216.

<sup>262</sup> SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO. *Revista Brasileira de Turismo*. Órgão Oficial da Sociedade Brasileira de Turismo, Rio de Janeiro. No. 4. Ano II. Janeiro-Fevereiro de 1925, p. 24.

época. Contudo, não há, ainda, práticas na população carioca que possam ser catalogadas como turísticas. Aliás, os fluxos de turistas norteamericanos e europeus, uma vez no Rio de Janeiro precisavam de hotéis confortáveis para se instalarem.

A situação da hotelaria, no Rio de Janeiro, de modo geral insuficiente e de qualidade a desejar, herdada dos tempos do Império, precisava ser mudada, tornava-se premente a necessidade de dotar a cidade, que se modernizava, de modernos hotéis. Diante dessa demanda, o legislativo municipal buscou uma saída para melhorar tal situação. Assim, em momentos de reestruturação urbana, exatamente, em 23 de dezembro de 1907, o Decreto No. 1160 isentou de todos os emolumentos e impostos municipais, durante sete anos, os cinco primeiros grandes hotéis que se instalassem no Distrito Federal (**Figura 12**). Tal medida constituiu um marco separador entre o período de implantação da hotelaria no Rio de Janeiro – correspondente a quase todo o século XIX – e sua expansão em busca da modernidade que ansiava a cidade. Exemplo disso foi a construção de grandes hotéis como o Hotel Avenida (**Figura 15**), inaugurado em 1908 que marcou a maioria da hotelaria no Rio de Janeiro <sup>263</sup>.

De acordo com o trabalho de Belchyor e Poyares <sup>264</sup>, hotéis construídos no começo do século XX, como o *White*, instalado na antiga residência campestre do Visconde de Itamaraty, no Alto da Boa Vista, já acolhia turistas norte-americanos durante a primeira década do século XX. Já para os anos vinte, os anúncios publicados nos exemplares da *Revista Brasileira de Turismo* dão uma idéia da situação da hotelaria, no Rio de Janeiro dos anos vinte, destacam-se em seus anúncios, por exemplo:

O Hotel dos Estrangeiros, lindamente situado no caminho de Botafogo, na Praça José de Alencar, 1, Telephone Beira-mar, 949; o Hotel Cattete Palácio (Antigo Hotel Inglês), na Rua do Cattete, 176, Telephone Beira-mar, 208; o Novissimo Regina Hotel, conforto, asseio, distinção, na Rua Ferreira Vianna, 29 (Cattete), Telephone Beira-mar 3752, o Hotel Esplendido, na Praia do Flamengo, 202-208 com Aposentos para famílias distintas e com agua Corrente em todas as peças, telephone Beira-mar, 2085; o Palace Hotel, na Avenida Rio branco, Centro da Cidade, 8 andares com conforto, elegância e higiene; o Copacabana Palace Hotel, na Avenida Atlântica com deslumbrante panorama além de arte, distrações e elegancia; mais o Hotel Gloria, o maior e mais lindo da America do Sul com 250 quartos com banheiro, telephone, etc. Restaurante de 1ª. Ordemsalões de festas, terraços, belverdes-Serviço Irrepreensivel, com Telephone Beira-mar 3003 (sic.) <sup>265</sup>.

---

<sup>263</sup> Cf. BELCHYOR, Elysio de Oliveira e Ramon POYARES. *Op. Cit.*, pp. 60-61.

<sup>264</sup> *Idem*, p. 71. Inclusive, nesse palácio se hospedaram, em 1877, D. Pedro II e seu séquito imperial.

<sup>265</sup> SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO. *Revista Brasileira de Turismo*. Órgão Oficial da Sociedade Brasileira de Turismo, Rio de Janeiro. No. 1. Ano I. Julho de 1924, pp. 16, 34, 35, 37, 55 e 61.

Entre esses hotéis existe um que escapa do padrão construtivo, pois, na época, geralmente, eles se situavam no centro da cidade, ou em bairros como a Glória, Botafogo e Flamengo. Esse foi o Hotel Copacabana Palace, inaugurado em 1922. Enquanto o Hotel dos Estrangeiros, o Regina Hotel e o Palace Hotel, entre outros, ofereciam conforto, asseio, distinção, vistas esplendorosas e higiene sempre para um público distinto, o Copacabana – com 233 apartamentos que era, de longe, a maior e mais luxuosa construção da época com desenho arquitetônico inspirado no Hotel Carlton, situado em Cannes, no Mediterrâneo Francês <sup>266</sup> – foi edificado em um bairro carioca de similar nome e recente urbanização e que também trouxe uma combinação ousada para a oferta da época: arte, deslumbrante panorama, distrações e elegância, um sinal de novos tempos na hotelaria e do turismo no Rio de Janeiro.



**Figura 12.** Hotel Avenida, 1910. BELCHYOR, Elysio de Oliveira e Ramon POYARES. *Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ed. SENAC, 1987, p. 62.

A criação da Sociedade Brasileira de Turismo, uma associação de caráter puramente cívico, foi outro exemplo importante nos anos de organização do turismo no Rio de Janeiro <sup>267</sup>, ela foi criada em 9 de novembro de 1923 e teve como antecessor o

---

<sup>266</sup> Cf. PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A Belle Époque do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000; pp. 867-883.

<sup>267</sup> Petrópolis já se antecipara às iniciativas cariocas do *Touring Club* do Brasil, mediante João Roberto d’Escragnolle, que abriu, em 1908 uma agência de turismo voltada para a divulgação da riqueza ambiental do Município, a “Agência Alex” (Propaganda e Informações - faz tudo e tudo sabe), também realizando corretagem de imóveis e editando guias de divulgação e de indicações para os passeios. Nas décadas de 10 e 20 surgiram interessantes guias da cidade, verdadeiras jóias pioneiras da atividade. O “Sindicato de Iniciação de Turismo do Município de Petrópolis” também é anterior à Sociedade do Rio de Janeiro, iniciando atividades desde 1920 e solidificando-se no decorrer do ano de 1921. Cf. SANTOS, Joaquim Eloy. “O Sindicato do turismo”, In: *Jornal de Petrópolis*, 16-22 de Março de 2003. Ano 6, No.

Touring Club do Brasil. Suas idéias em matéria de turismo foram veiculadas, oficialmente, a partir de 1924, pelo seu órgão oficial, a *Revista Brasileira de Turismo* (RBT). Os primeiros números dessa publicação sublinham o potencial que a prática do turismo por nacionais e estrangeiros poderia representar “para conseguir o desenvolvimento de inúmeras localidades, atrofiadas no seu progresso”<sup>268</sup>, trataram da organização do turismo em países como os Estados Unidos, a Itália, a França, a Suíça, a Bélgica e a Argentina, assim como dos “*touring clubs* [sic] espalhados pelo mundo inteiro para compreender as reais e indiscutíveis vantagens que advirão para o Brasil, em imitar-lhes o salutar exemplo”<sup>269</sup>.

Nos editoriais e artigos da *Revista Brasileira de Turismo*, também encontramos interessantes reflexões sobre as potencialidades do turismo, visto como um fator para estabelecer entre os países a troca de valores e de idéias, como uma real fonte de riqueza para todas as nações do mundo e com caráter civilizatório ao penetrar nas regiões mais longínquas do globo, assim como as primeiras reflexões sobre o turismo, definindo-o como:

gosto por viagens para recreio (...) sendo preciso preparar o turista, o que depende da educação. As excursões escolares são o meio pratico de afeiçoar as gerações novas ao prazer intelectual de viajar (...) Educado na satisfação de curiosidade que quanto mais sabe, mais goza, o homem adoptará o turismo como o maior dos seus prazeres. O seu ideal deixará de ser o divã, ou a rede, ou a pijama, ou o charuto, ou o bilhar, ou o poker; e seu ideal será a procura de novos horizontes, o encontro de costumes diversos dos seus, novo regimen alimentar, a novidade das estações de caminho com seus freqüentadores locais, a novidade dos portos de mar com suas originalidades, o pitoresco das regiões visitadas, a inefável sensação de cordialidade dos que nos acolhem, as relações que se travam, os encantos inesperados dos antigos conhecimentos, o comercio, a industria a lavoura locais, as casas de instrução e as casas de diversões (...) O turismo identifica o homem com a humanidade, dilata-lhe a capacidade afectiva, fa-lo generoso e transmissor de idéias generosas. O turista aprende e ensina, dá e colhe; anima o Comercio e inspira-se; acoroça a Industria e concebe idéas novas, felicita o agricultor e sugere-lhe o gozo de visitar terras estranhas. O turista é sempre um intelectual. Ou viaje para negocio, ou viaje para estudo, ou viaje para recreio, observe maquinas ou observe a natureza, a sua actividade é demonstrativa de dotes que o põem acima de sua vulgaridade. Tem duas épocas de prazer o prazer de viajar, porque, depois de tudo quanto se vê e se analisa de terra em terra, vem o sabor inefável da recordação em que tudo se recapitula<sup>270</sup>.

---

350. Para um maior compreensão da história do turismo na fase de sua organização, leia-se o trabalho de André Daibert “História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930”. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Março, 2010.

<sup>268</sup> SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO. “Editorial”, In: *Revista Brasileira de Turismo*. Órgão da Sociedade Brasileira de Turismo. Ano I, No. 1, Rio de Janeiro, Julho de 1924, p. 2.

<sup>269</sup> *Idem*, p. 2

<sup>270</sup> SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO. *Revista Brasileira de Turismo*. Órgão Oficial da Sociedade Brasileira de Turismo. Rio de Janeiro. No. 4. Ano II. Janeiro e Fevereiro de 1925, pp. 2-3.

Turismo, viagem, recreio e educação, turista são aspectos centrais da definição anterior, sem dúvida, avançada para a época, ainda mais se levarmos em consideração que até aqueles anos não existem evidências documentadas de uma reflexão consciente sobre o turismo. Um novo tipo de viajante aparece na definição anterior, o turista, cuja preparação intelectual o colocaria em cima de outros prazeres mundanos. Segundo essa definição, o turismo era mais do que o *Grand Tour*, ou seja, no sentido de que não somente fazia do turista um *gentleman*, mas um cidadão da Humanidade, sendo antes incentivado na escola o prazer de viajar. Uma vez incentivado e deleitado ante as riquezas naturais e culturais do mundo, o turista incorpora, como nas viagens políticas e filosóficas realizadas, no Portugal do século XVIII, ao seu intelecto, novos conhecimentos relacionados com a agricultura, a geografia, os costumes <sup>271</sup>. Reconhecia-se que o ato de viajar ilustrava, culturalmente, e trazia para os lugares visitados: a atenção das empresas de navegação e de vias férreas; a construção de hotéis, cassinos, campos de esporte, para assim facilitar o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Outro aspecto importante tratado, nos primeiros números da *Revista Brasileira de Turismo*, foi a propaganda turística. Ela poderia auxiliar o governo “na realização de empreendimentos que visa tornar o Brasil conhecido dos brasileiros e dos estrangeiros” <sup>272</sup>. Para conseguir tal propósito e imbuída de “patrióticos fins” <sup>273</sup> a propaganda turística realizada por meio de cartões postais mostrava-se reveladora para o Brasil. Foi assim que a *Revista Brasileira de Turismo* acompanhou em seus números as mudanças que em matéria de turismo operavam-se na Europa, especificamente em França, onde a Administração dos Correios e Telégrafos pôs ao serviço dos interessados esse mecanismo de propaganda com singulares carimbos como “Biarritz – Rainha das Costa Vasca, Chaumont – seu viaduto, suas ruas antigas, St. Germain-em-Laye – Montanha; ar puro, Deaville, 3 horas de Paris, um exemplo que gostaríamos de ver aproveitado e posto em pratica no Brasil.” <sup>274</sup> Dessa forma, se noticiavam no Brasil as últimas novidades em matéria de propaganda do turismo na Europa.

A *Revista Brasileira de Turismo*, no seu intuito de tornar conhecido o Rio de

---

<sup>271</sup> Cf. SÁ, José Antônio de. *Compendio de observaçoens, que fórmão o plano de viagem politica e filosofica, que se deve fazer dentre da Patria. Dedicada a Sua Alteza Real e Serenissimo Principe do Brasil*. Lisboa. Off de F. Borges de Sousa, 1783.

<sup>272</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>273</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>274</sup> *Idem*, pp. 27-28.



Janeiro, inseriu matérias que tratavam da arquitetura carioca, dos morros, de informações que interessavam ao turista nacional ou estrangeiro, de passeios a serem realizados dentro da Capital da República<sup>275</sup>. Distante das fronteiras geográficas do Rio de Janeiro as “estações climatéricas” de Cambuquira, Poços de Caldas e Caxambu; e “pontos de vilegiatura” como Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis<sup>276</sup> faziam parte, também, das matérias dessa publicação em seu objetivo de permitir que o Brasil fosse descoberto pelos turistas nacionais e aos estrangeiros que já, a partir do seu segundo número, contavam com artigos traduzidos ao francês. Mediante suas matérias, podemos refletir sobre os aspectos que caracterizaram o turismo no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, sem dúvida, ela foi uma precursora da mentalidade turística no Brasil.

Esses anos da história do turismo brasileiro também podem ser caracterizados pela publicação dos “guias verdes do Brasil”<sup>277</sup>. Nos textos desses guias, o Rio de Janeiro dos anos vinte foi definido como uma importante estação de turismo internacional, devido às “ótimas condições de salubridade, a beleza das paisagens e os numerosos recursos em passeios e divertimentos”<sup>278</sup>. Mas ainda que tenha existido uma referência explícita ao turismo, o guia, também, pretende não somente atrair a atenção e informar aos turistas, mas também aos fluxos de imigrantes que constantemente chegavam à cidade naqueles anos.

Existe, num desses guias verdes, *Rio de Janeiro e arredores*, de 1929, informações pormenorizadas da cidade que abrangem aspectos geográficos, serviços públicos, meios de transporte, religião, festas populares, casas bancárias, instituições culturais e de ensino, esportes e um longo etcétra que alcança as 161 páginas. Argumenta-se no *Rio de Janeiro e arredores*, que a cidade estava destinada a ser um dos maiores centros de turismo pelas belezas naturais, pelo clima, pelas comodidades oferecidas, pelas vantagens da vida moderna, pela remodelação da cidade e pelos tipos e costumes herdados do passado. Para promover isso tudo e, em parte responsável pela

---

<sup>275</sup> Cf. *Revista Brasileira de Turismo*. Órgão da Sociedade Brasileira de Turismo. Ano II, No. 4, Rio de Janeiro. Julho de 1925, pp. 13-21.

<sup>276</sup> *Idem.*, pp. 22-25.

<sup>277</sup> SOCIEDADE ANONYMA DE VIAGENS INTERNACIONAIS. *Os guias verdes do Brasil. Rio de Janeiro e seus arredores*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongueti e Cia., 1928. ORAZI, Ângelo (Dtor). *Os guias verdes do Brasil. Rio de Janeiro e seus arredores*. Rio de Janeiro: Companhia Carioca de Artes Gráficas, 1939.

<sup>278</sup> SOCIEDADE ANONYMA DE VIAGENS INTERNACIONAIS. *Os guias verdes do Brasil. Rio de Janeiro e seus arredores*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongueti e Cia., 1928, p. 21.

organização do turismo, no Rio de Janeiro, existia a Sociedade Anônima de Viagens Internacionais que junto a outras agências de turismo como A “Exprinter” e o “Expresso Federal” deram ênfase à propaganda turística da cidade <sup>279</sup>. A Floresta da Tijuca, o Corcovado, o Jardim Botânico e o Pão de Açúcar, assim como os bairros da zona sul da cidade, de recente urbanização na época, foram todos incluídos em uma proposta de excursões e passeios a serem realizados pelos turistas uma vez no Rio de Janeiro <sup>280</sup>.

Além do Rio de Janeiro, com todos os atrativos, o guia recomendava aos estrangeiros visitarem Petrópolis, “logar escolhido pela sociedade elegante do Rio de Janeiro e pelos membros do Corpo Diplomático estrangeiro para as férias de verão” <sup>281</sup>. Também é recomendada a excursão à cidade de Nichteroy, naqueles anos, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro, cujas praias, arrabaldes e esportes náuticos justificavam o passeio marítimo das barcas que atravessavam a Bahia de Guanabara. Outros passeios indicados tomavam como destinos as cidades de Friburgo e Mangaratiba, também no Estado do Rio de Janeiro <sup>282</sup>. O Guia foi escrito para a cidade ser descoberta, andada, percorrida e internacionalizada, o que de verde existe nesse guia da cidade é sua natureza, cuja contemplação e conhecimento favorecia a prática do turismo.

Apenas dez anos após a publicação do *Rio de Janeiro e arredores*, outra edição homônima foi publicada e traduzida ao francês, ao inglês e ao espanhol, procurando, assim, abranger um público maior para tornar mais conhecido o Brasil. O uso de uma farta bibliografia sobre a variedade de assuntos sobre o Rio de Janeiro logo comprova o alcance do *Rio de Janeiro e arredores*, de 1939, que rapidamente esgotou sua edição em inglês. O guia reconhecia a importância de uma eficiente propaganda do Brasil no exterior <sup>283</sup> e tinha como propósito aproveitar de “correntes espontâneas de turistas, que convém encorajar por todos os meios, dirigindo uma propaganda tenaz e habil, e oferecendo facilidades e atrativos aos que manifestam suas preferências pelo nosso paiz” <sup>284</sup> para o qual oferecia todas as informações necessárias ao viajante; desde as

---

<sup>279</sup> SOCIEDADE ANONYMA DE VIAGENS INTERNACIONAIS. *Op. Cit.* Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Pongueti e Cia., 1928, pp. 58-59

<sup>280</sup> *Idem*; pp. 70-76

<sup>281</sup> *Idem*, p. 149.

<sup>282</sup> *Idem*, pp. 149-155.

<sup>283</sup> ORAZI, Ângelo (Dtor). “Prefácio”, In: *Os guias verdes do Brasil. Rio de Janeiro e seus arredores*. Rio de Janeiro: Companhia Carioca de Artes Gráficas, 1939, pp. II-III.

<sup>284</sup> ORAZI, Ângelo (Dtor). “Prefácio”, In: *Os guias verdes do Brasil. Rio de Janeiro e seus arredores*. Rio de Janeiro: Companhia Carioca de Artes Gráficas, 1939, p. II.

características do ambiente físico, aspetos demográficos, organização política, vida cultural e econômica do Brasil. Mas, nem só dos aspectos gerais sobre o Brasil tratou o guia, mas dos relativos ao Rio de Janeiro, ao final, o cartão postal do Brasil no mundo

A maior parte do guia está dedicada à cidade do Rio de Janeiro que é mostrada ao viajante do ponto de vista físico, histórico, econômico e cultural. O viajante, na época, não teria dificuldades em se informar, minuciosamente, sobre a cidade com este guia. Todo tipo de informações era facilitado ao viajante que chegava ao Rio de Janeiro. Assim, quem fazia turismo ou simplesmente viajava, na época, podia se informar das estações, do idioma, da moeda corrente, do custo da vida, de como chegar à cidade, de todas as formalidades necessárias para o desembarque, de onde e como ficar hospedado, dos bancos e taxas de câmbio, do porto da cidade, dos aeroportos e companhias de navegação, das estradas, dos parques e jardins, das festas populares e dos eventos esportivos; do Rio de Janeiro intelectual, monumental e religioso; dos guias e intérpretes e de outras tantas informações que nos levam a pensar que alguns setores sociais tinham entendido a necessidade de assumir que o turismo se direcionava a divulgar o Brasil para o mundo e conseguir aproveitar os benefícios econômicos que tal situação revertia para o Distrito Federal.

Não apenas a cidade do Rio de Janeiro e a Baía da Guanabara são mencionados no guia estudado, há também referências no texto aos “arredores pictorescos” que são Niterói, Petrópolis, Teresópolis, Friburgo, Cabo Frio e Angra dos Reis cujas características naturais e históricas justificavam excursões e passeios sugeridos ao viajante. Conhecemos, pelo guia, que nas maiores cidades do Brasil ou mesmo em cidades de províncias tinham sedes, agências de viagens (a da Sociedade Anônima de Viagens Internacionais, a *Wagons-Lits-Cook*, a *Exprinter S. A* e a *Expresso Federal*<sup>285</sup>), sucursais ou representantes das companhias de navegação. Tais eram os meios mais aconselháveis para se obter informações sobre as possibilidades de realizar viagens pelo interior do Brasil e às suas cidades. Essa era uma evidência da organização do turismo que não se circunscrevia apenas em promover o Rio de Janeiro. Quanto às vias de acesso ao Distrito Federal, sublinha-se no guia a entrada por mar, aliás, a mais utilizada na época entre guerras para a prática do turismo, aliás, uma característica comum nos dois guias de viagem analisados é que eles direcionavam o olhar do turista a partir da

---

<sup>285</sup> ORAZI, Ângelo (Dtor). *Op. Cit.*, p. 162.

Baía de Guanabara por onde entravam os navios que traziam a maior parte dos viajantes (Figura 13).



**Figura 13.** *Carte touristique de la ville de Rio de Janeiro, la capitale des Etats Unis de Bresil, de 1930.* Fonte: CASTRO, Celso. “Uma viagem pelos mapas do Rio”. In: *Do cosmógrafo ao satélite – mapas da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2000.*

O desenvolvimento da hotelaria, na cidade, é outro elemento a destacar no *Rio de Janeiro e arredores*. Deixava-se atrás os tempos de uma insuficiente rede hoteleira herdada dos oitocentos, inclusive, já para os anos trinta, o turista tinha a possibilidade da escolha de hotéis ou de apartamentos mobiliados localizados em cinco zonas da

cidade <sup>286</sup>. Outras informações contidas no *Rio de Janeiro e arredores* (1939) manifestam a vontade do poder público municipal de tornar o Rio de Janeiro em um importante destino turístico. Segundo o guia, o Departamento de Turismo da Municipalidade, cobrindo qualquer dificuldade de comunicação, colocava a disposição dos turistas, intérpretes diplomados por esse órgão. Além disso, motoristas que estacionavam na Praça Mauá e em frente de grandes hotéis como o da Glória e o Copacabana Palace eram recomendados para servir também como guias para conhecer a cidade. Esses últimos aspecto comprovam a importância que merecia uma educação turística básica para tratar aos turistas estrangeiros, naqueles anos e, mais do que isso, o reconhecimento de tal realidade pelo poder público municipal do Rio de Janeiro, mas só nesse nível. Durante os anos que correspondem à organização do turismo no Rio de Janeiro, o turismo não foi incluído na pauta do poder público federal.

Esses anos todos, os da organização do turismo, foram marcados por um intenso labor de propaganda turística do Brasil no interior e no exterior, não somente através de guias publicados em português, inglês e francês – dentre os que se encontram o Guia Brinde <sup>287</sup>, o Guia Briguier <sup>288</sup>, os Guias Verdes, mas por importantes matérias publicadas na *Revista Brasileira de Turismo* e em outras como a *Revista Brasil: Paiz de Turismo*. Essa última, publicada em português e espanhol, visou à consolidação do “turismo nacional e de tudo que possa redundar no maior prestígio do Brasil dentro e fora de suas fronteiras” <sup>289</sup>, partindo do reconhecimento que “não era possível compreender turismo sem propaganda (...) Eis a razão por que resolvemos editar uma revista que propague no estrangeiro as bellezas e as possibilidades econômicas do Brasil como paiz de turismo” <sup>290</sup>. Assim, os editores reconheciam, abertamente, a importância do turismo como propulsor da economia do Brasil, tal como anuncia a *Revista Brasileira de Turismo*, mesmo antes do turismo ter sido incluído na agenda do poder público federal.

---

<sup>286</sup> A primeira zona era o Centro da cidade; a segunda os bairros de Catete e Laranjeiras; a terceira Santa Tereza e Corcovado; a quarta, Flamengo e Botafogo e a quinta zona agrupava os bairros, em acelerada urbanização, de Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon. Cf. ORAZI, Ângelo (Dtor). *Op. Cit.*, p. 122.

<sup>287</sup> *Guia Brinde*. Rio de Janeiro: Eds. Casimiro Abranches & C. Rua do Rosário No, 152, 1921.

<sup>288</sup> LIVRARIA BRIGUIET. *Guide Briguier. Rio de Janeiro, ses environs ses promenades*. Rio de Janeiro: Lib. Briguier, 1929.

<sup>289</sup> Cf. “Clube Municipal do Rio de Janeiro”, In: *Revista Brasil: Paiz de Turismo*. Rio de Janeiro. No. V, Ano II, 1935, p. 32.

<sup>290</sup> *Idem*, p. 32.

As matérias publicadas pela *Revista Brasil: Paiz de Turismo*, órgão oficial da Associação dos Serventuários da Municipalidade e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, foram inovadoras. Ela inaugurou seu primeiro número com dados gerais sobre a forma de governo, sobre a geografia, sobre a história, sobre o clima, sobre as hospedarias existentes para imigrantes, sobre o excursionismo no Brasil, sobre os passeios que poderiam ser realizados ao Cristo Redentor e ao Pão de Açúcar. Também tratou, de forma geral, dos monumentos históricos, das paisagens naturais e do carnaval carioca, sobre o Jockey Club Brasileiro. Publicou matérias sobre outras cidades brasileiras como: São Paulo, Porto Alegre e, também, sobre outras cidades latino-americanas como Buenos Aires. O turismo em Portugal e o uso do esperanto como idioma propulsor do turismo no mundo também foram objeto de seus artigos. Dentre esses assuntos chama a atenção a existência de uma reflexão em torno do turismo no âmbito latino-americano da autoria do jornalista argentino Amílcar O. Marcon <sup>291</sup>, que trouxe uma reflexão interessante sobre as potencialidades econômicas do turismo ao afirmar que devido à:

transformação das energias econômicas do mundo caracterizadas pelas mudanças na indústria do automobilismo, da eletricidade, da rádio e do cinema, o turismo – especialmente depois da Grande Guerra – foi democratizado, deixou de ser um privilégio das classes cultas e ricas e, ao se estender às demais classes sociais aumentou sua importância econômica o que fez que os estados de clássica sedução turística tenham relegado a um segundo plano a iniciativa privada para assumir eles mesmos a direção e propaganda do turismo.(...) As causas que influem neste crescimento extraordinário são fatores muito diversos; entre eles: as leis sociais que obrigam aos patronos a dar licenças anuais a seus empregados, a vontade de contemplar pessoalmente as belezas, os monumentos, as curiosidades que propaga a indústria do cinema, as imposições da saúde, o aumento e melhor distribuição da fortuna e, principalmente, os baixos preços, conforto e rapidez dos meios de transporte. O movimento contínuo e ascendente das pessoas e a repercussão econômica das viagens fez nascer a idéia do aproveitamento comercial do turismo <sup>292</sup>.

Como podemos apreciar, existe neste artigo um apurado nível de estudo sobre o turismo. Todavia o artigo traz reflexões interessantes que ainda hoje a academia não erradicou como a de afirmar que o turismo é uma indústria. Ele não o é, porque “o objeto imediato do turismo não é a produção, nem a circulação de riquezas. Em torno dele, suscitam, provocam e irradiam muitas energias, sem ser ele mesmo e, diretamente, o produtor; na verdade é uma potência generativa de outras forças”<sup>293</sup>. As ideias de outros diplomatas latino-americanos em relação ao turismo foram também publicadas

---

<sup>291</sup> MARCON, Amílcar O. “La potencia económica del turismo: su importancia y decadencia actual, a causa de la crisis”, In: *Revista Brasil: Paiz de Turismo*, Rio de Janeiro. No. I, Ano I, 1934. pp. 12-13.

<sup>292</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>293</sup> *Idem*, p. 13.

na citada revista <sup>294</sup>, elas sublinharam a importância do turismo para a aproximação espiritual e econômica das nações sul-americanas.

A *Revista Brasil: Paiz de Turismo*, quanto à *Revista Brasileira de Turismo* se constituíram em um espaço para a reflexão teórica sobre diversos assuntos relacionados com o turismo e, também, coincidiram em destacar a importância da propaganda turística para dar a conhecer o Brasil. Esses dois argumentos são características do turismo em sua fase de organização, aliás, não incorporado na agenda do poder público federal o que deixou um espaço aberto a outras iniciativas, entre elas a mais importante, a da Sociedade Brasileira de Turismo. Outro elemento característico do turismo nos anos ditos de organização foram, também, a renovação do parque hoteleiro e a produção editorial de guias de viagens que permitem acompanhar as mudanças operadas em suas manifestações, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro e em municípios vizinhos como Teresópolis, Friburgo, Niterói e Petrópolis. Após as primeiras quatro décadas do século passado, outras lógicas se impuseram ao turismo que indicam a presença de uma nova fase em sua história.

#### **2.4. Estâncias termais, turismo e poder público federal**

Constitui-se o Brasil em centro americano de aquáticos e turistas que em troca do ‘diamante líquido’ de suas entranhas nos deixará o ouro, tão necessário à construção de nosso progresso <sup>295</sup>.

Aquáticos e turistas foram personagens que caracterizaram a prática do turismo, no Brasil, entre os anos trinta e cinquenta do século passado. Nesse período, o termalismo, “o conjunto de atividades terapêuticas desenvolvidas, no espaço de um estabelecimento balnear e que tem como agente terapêutico a água termal” <sup>296</sup>, deixava atrás a fase de descoberta das águas medicinais como fato científico e como medicamento estudado desde as perspectivas da química e da geologia próprias do século XIX, para atingir uma segunda fase definida não apenas como terapêutica, mas como uma atividade econômica que ultrapassava os limites de um estabelecimento

---

<sup>294</sup> Cf. “Introdução”, *Revista Brasil: Paiz de Turismo*. Rio de Janeiro. No. III, Ano II, Fevereiro de 1935. Palavras de José Manuel Carbonell, Ministro de Cuba no Brasil e de Marcial Martinez de Ferrari, Embaixador de Chile no Brasil.

<sup>295</sup> LOPES, Renato Sousa. *Águas minerais do Brasil: comparações, valor e indicações therapeuticas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931, p. 8.

<sup>296</sup> QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (suplemento 1), p. 241.

termal <sup>297</sup>. Essa fase do termalismo teve início no século XX, sendo os anos compreendidos entre 1930 e 1945 conhecidos como a *Belle Époque*<sup>298</sup> do turismo brasileiro.

Nas próprias estâncias hidrominerais, surgiram cassinos, construções fora dos padrões da época que sediaram inúmeros shows e espetáculos destinados a uma elite beneficiada pelo Estado Novo acostumada à moda européia. Cidades do interior mineiro atraíram não apenas os aquáticos – a denominação persiste e foi herdada do século XIX – mas a um novo tipo, o turista, a quem se oferecem todas as informações sobre como chegar, o que fazer, o que visitar e a duração da viagem, fossem eles do Rio de Janeiro, de São Paulo ou de Belo Horizonte <sup>299</sup>. Os cassinos da época foram incorporados por hotéis de luxo e/ou por estâncias hidroclimáticas das classes abastadas da sociedade brasileira permitindo assim o turismo se manifestar.

Em torno de estâncias como a de Araxá, São Lourenço e Poços de Caldas, todas localizadas no Estado de Minas Gerais, foram construídos majestosos cassinos a partir de finais dos anos vinte. Por exemplo, na cidade de São Lourenço, havia oito empreendimentos que exploravam o jogo com aproximadamente quarenta hotéis que atraíram turistas argentinos, uruguaios e paraguaios além da classe média das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Destacava-se na cidade o cassino do Hotel Brasil, o mais luxuoso da cidade onde se apresentavam artistas famosos da época como Luiz Gonzaga e Francisco Alves e onde tinham lugar numerosos bailes <sup>300</sup>. Outra cidade mineira, Poços de Caldas, situada nos limites dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais atraía as oligarquias do “café com leite” e ao vasto aparelho da administração

---

<sup>297</sup> QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (suplemento 1), pp. 239-260, 2004.

<sup>298</sup> A expressão “*belle époque* do turismo brasileiro” abrange um período de aproximadamente quinze anos, de 1930 até 1945 e foi desenvolvida pelo turismólogo brasileiro Dario Luiz Dias Paixão no artigo “A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca; pp. 867-883. As estâncias termais do Sul de Minas como Caxambu, Cambuquira, São Lourenço e Lambari eram, para começo dos anos trinta, objeto de matérias de diferentes publicações como a *Revista do Lloyd Brasileiro* que visava atrair, por meio dessa companhia de navegação, turistas e aquáticos. Cf. “As estancias hydro-mineraes do Sul de Minas”, In: *Revista do Lloyd Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ano I, No. 2, Março de 1931, p. 21.

<sup>299</sup> Cf. MARTINS, Armindo. *Lambari, cidade de águas virtuosas. Indicações terapêuticas, excursões e guia dos turistas e aquáticos*. Rio de Janeiro: Gráfica Seguro. 1949, 133 p.

<sup>300</sup> Cf. PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000, p. 876.



pública do Rio de Janeiro dos anos vinte e trinta, inclusive, ao próprio presidente Getúlio Vargas <sup>301</sup>.

Os lucros obtidos pelo Palace Cassino de Poços de Caldas motivaram a construção de outros hotéis como o *Palace Hotel* e o *Thermas Antônio Carlos*, ambos em 1930. <sup>302</sup> Nos anos da *Belle Époque* a cidade que tinha unicamente a função de estação de cura passou a ter uma agitação mundana propícia para a aparição do turismo onde “a elite mineira e a paulistana [que] freqüentavam o Cassino Politeama, e distraíam-se com as inúmeras atividades oferecidas para passar o dia, como os banhos, os passeios, as atividades físicas, os flertes, os concertos, as danças, as beberagens e os jogos” <sup>303</sup>.

O Estado do Rio de Janeiro também teve grandes cassinos como o da Urca e de Copacabana, o Cassino Icaraí, em Niterói e o Hotel-Cassino Quitandinha, em Petrópolis. O mais importante deles foi o Cassino Balneário da Urca, “o preferido da elite carioca e o complemento que o Rio de Janeiro precisava para deleite do seus cidadãos e dos turistas”, <sup>304</sup> havia sido inaugurado, em 1933, destacando-se por oferecer luxuosos shows e espetáculos nacionais e internacionais, por trazer a seu palco figuras de renome como Carmem Miranda, *chanteuses* parisienses e orquestras como a de Isidoro Benítez, de Cuba. As noites do Cassino da Urca foram junto ao Cassino Atlântico e ao Cassino do Copacabana Palace a atração principal noturna das classes abastadas do Rio de Janeiro <sup>305</sup>. Tanto no estado de Minas Gerais, como o do Rio de Janeiro e São Paulo os jogos de azar se tornaram a principal atividade de atração, muito acima do termalismo. Porém, existe um exemplo no estado de São Paulo que singulariza os anos da *Belle Époque* do turismo no Brasil: o de São Pedro. Essa foi a única estância

---

<sup>301</sup> A dissertação de mestrado de Marcos Felipe de Brum Lopes, “Mario Baldi: experiências fotográficas e a trajetória do repórter perfeito” contem interessantes fotografia de Getúlio Vargas em Poços de Caldas durante os anos da *Belle Époque* do turismo brasileiro. Cf. LOPES, Marcos Felipe de Brum. Op. Cit., *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense 2010.

<sup>302</sup> PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000; pp. 867-883. Leia-se também do mesmo autor: “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*, Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v.1 - n.2 - p.09-22 out-1998/mar-1999

<sup>303</sup> SEVCENKO, Nicolai. “A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio”, In: MORAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil: República*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 565.

<sup>304</sup> Cf. “Cassino Balneário da Urca”, *Revista Brasil: Paiz de Turismo*. Rio de Janeiro. No. III, Ano II, Fevereiro de 1935, p. 13.

<sup>305</sup> PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*, Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v.1 - n.2. Out-1998/mar-1999, p. 18.

termal do Brasil a possuir um planejamento da atividade turística anterior à sua construção, ou seja, pensada para atrair a atenção de visitantes de todo o país e de países vizinhos<sup>306</sup>. Contudo, nem a singularidade histórica da estância de São Pedro e nem o *glamour* e os lucros obtidos pelas estâncias aqui enumeradas foram suficientes para sobreviver à proibição do jogo de azar.

Em 1946 o Presidente do Brasil, general Eurico Gaspar Dutra restabeleceu a vigência do artigo 50 da lei de contravenções penais, por médio do Decreto-Lei 9215 de 30 de abril de 1946, que mandava fechar todas as casas, centros e cassinos que mantinham os jogos de azar, inclusive, aqueles que estavam amparados pela Lei das Estâncias de Águas, de 1920. Antes da proibição dos jogos de azar, existiam no Brasil 71 cassinos que mantinham cerca de 60 mil pessoas empregadas de forma direta ou indireta.<sup>307</sup> O decreto-lei assinado pelo Presidente Dutra marcou o fim dos anos dourados do turismo brasileiro. Não obstante, a *Belle Époque* o foi, também, porque de forma paralela e relacionada com a proliferação de cassinos nas estâncias hidrominerais e balneárias se encontram as origens históricas da institucionalização do turismo no Brasil.

Para os anos trinta, o Brasil tinha entrado em um processo de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais sob a presidência de Getúlio Dornelles Vargas, (1930-1937) quando se acirrou a intervenção do Estado em todos os aspectos da vida da sociedade brasileira. Era de esperar que com tal intervenção do Estado, sobretudo depois do Golpe de Estado de 1937 que instituiu o Estado Novo (1937-1945), o turismo fosse incluído na agenda do poder público federal. Segundo uma das matérias da *Revista Brasil – Turismo*, publicada naqueles anos o turismo tinha andado,

por muito tempo pessimamente encarado pelos brasileiros, tudo se limitava a esforços particulares, absolutamente desajudados das autoridades, nunca chegavam o apoio oficial para as iniciativas que surgiam (...) algumas associações beneméritas como o Touring Club do Brasil, o Automovel Club e o Centro Carioca, coordenaram, entretanto, as forças dispersas, agitando, decisivamente, a questão. Todos olharam para o turismo, então, compreendendo seu inestimável alcance (...) Faltava, porém, um apoio oficial definitivo. E este, felizmente, foi encontrado no actual governo da cidade [do Rio de Janeiro, HVM], especificamente pelo Commissario Geral de Turismo da Prefeitura, o Dr. Lourival Fontes, que vem realizando uma obra em prol de tornar a metrópole

---

<sup>306</sup> Cf. PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A *Belle Époque* do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000; pp. 867-883.

<sup>307</sup> PAIXÃO, Dario Luiz Dias. “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*. Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, Vol. 1 – No. 2, outubro-1998/março-1999, p. 18.

brasileira um dos maiores centros do turismo mundial estudando os modernos métodos de propaganda turística<sup>308</sup>.

Como vemos, existiram queixas em relação com a falta de atenção dado ao turismo pelo poder público federal e, ainda mais, coincidentemente, notamos a presença do doutor Lourival Fontes na função de Comissário de Turismo da Prefeitura do Rio de Janeiro, que anos mais tarde fora o diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas. Para além desses antecedentes, importa frisarmos que a introdução do turismo na agenda do poder público federal se deu, pela primeira vez, através do Decreto-Lei 406 de 4 de maio de 1938. No conteúdo desse decreto e no subsequente Decreto 3010 de 20 de agosto, do mesmo ano, que o regulamentou, o turismo foi tratado de forma indireta e tangencial, tendo como foco principal a entrada de estrangeiros no Brasil, a venda e comercialização de passagens aéreas, marítimas e terrestres<sup>309</sup>.

Tais decretos não reconheciam o turismo como uma atividade autônoma e careceram de uma visão geral dos desdobramentos econômicos, sociais e culturais do turismo na sociedade brasileira. Porém, as disposições legais desses decretos apontaram para o começo de uma história jurídico institucional do turismo brasileiro. Rita de Cássia Ariza da Cruz entende que essas medidas legais inauguraram a “pré-história jurídico-institucional do turismo brasileiro”,<sup>310</sup> mas por que falar em pré-história? O importante foi que o Estado, independente dos interesses que o tenham levado a legislar e seja qual for a natureza da aproximação com o turismo o incluiu na pauta do poder público a partir da década dos anos trinta do século passado.

Como podemos constatar, o turismo não escapou da centralização político-administrativa que caracterizou ao Estado Novo. Um dos interlocutores principais do poder, durante a época, foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que centralizou e direcionou a ideologia do Estado Novo a partir de sua criação, em 1939, até sua extinção, em 1945. Esse organismo, instituído pelo Decreto-Lei 1915 de 27 de dezembro de 1939, foi constituído pelas divisões de Divulgação, de Rádio-fusão, Cinema e Teatro, Imprensa e Turismo o que respondia mais do que a estruturá-lo, a aperfeiçoar o controle na sociedade brasileira daqueles anos, daí que estivesse

---

<sup>308</sup> CARVALHO, Álvaro Monteiro de (Dtor). “Um animador do Turismo”, In: *Revista Brasil-Turismo*. [Magazine Continental Fundado em 1928]. Rio de Janeiro. Nov. de 1934, Ano VI, No. 43. p. 4.

<sup>309</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *A participação societal das políticas públicas de turismo no Brasil*. São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2007. Tese de doutorado, p. 102.

<sup>310</sup> CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1999. Tese de doutorado, p. 47.

diretamente subordinado à Presidência da República <sup>311</sup>. No que tange à Divisão de Turismo seus objetivos eram:

Organizar e fiscalizar os serviços turísticos internos e externos (...). De acordo com o regimento do DIP, a divisão deveria organizar planos de propaganda no exterior e executá-los, organizar fichários e cadastros de informações turísticas, corresponder-se com outras organizações no plano internacional, organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o país <sup>312</sup>.

Constatamos, nesses objetivos, que “nem o turismo ficou de lado quando se fala em Estado Novo” <sup>313</sup>, sendo um excelente motor de propaganda política da Era Vargas. Resulta-nos curioso que o primeiro diretor da Divisão de Turismo do Departamento de Imprensa e Propaganda tenha sido Francisco de Paula Assis Figueiredo, um ex-prefeito de Poços de Caldas. A ideia da criação da referida divisão de Turismo surgiu nessa cidade mineira, ícone dos anos da *Belle Epoque* do turismo brasileiro, quando o prefeito da cidade convidou Alzira Vargas, filha do Presidente Getúlio Vargas e auxiliar do gabinete da Presidência da República, junto a seu irmão Getúlio para uma reunião onde lhes foram mostrados mapas, folhetos, estatísticas e estudos para provar que o Brasil estava perdendo uma fonte inestimável de renda. Segundo o depoimento de Alzira Vargas de Amaral Peixoto, na reunião celebrada, em 1939, estava presente o ator e dramaturgo brasileiro Procópio Ferreira que interveio para sugerir a construção de novos teatros para ampliar o meio artístico do país, em grande parte, associado à proliferação de cassinos em estâncias hidrominerais e balneárias <sup>314</sup>. Assim, uma das estâncias hidrominerais brasileiras esteve relacionada com o surgimento da Divisão de Turismo dentro do Departamento de Imprensa e Propaganda.

Porém, a idéia que motivou a inclusão do turismo no Departamento de Imprensa e Propaganda, como uma divisão, não partia de conscientização das potencialidades do turismo para a economia do Brasil, mas para perpetuar a imagem de Getúlio Vargas e do Estado Novo dentro e fora do país. O turismo apareceu na pauta do poder público federal pela primeira vez assentado em interesses políticos e ideológicos estadonovistas. Um dos atos legais regulatórios mais importantes relacionados à Divisão de

---

<sup>311</sup> Sobre o controle exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda nas políticas culturais durante o Estado Novo pode-se ler o artigo da especialista Lia Calabre “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 1, No. 31. Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003, pp. 161-181.

<sup>312</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990, p. 72.

<sup>313</sup> AMARAL, Karla Cristina de Castro. *Getúlio Vargas: o criador de ilusões-análise da propaganda no período do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de São Paulo, 2001, p. 11.

<sup>314</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas de Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960, pp. 360-361.

Turismo foi o Decreto-Lei 2440 de 23 de julho de 1940, que estabelecia os tipos de agenciamentos que poderiam obter registro governamental.

As agências e empresas de turismo deviam ser classificadas e obter um registro padrão, além de fazer um depósito no Tesouro Nacional para assegurar seu negócio. Elas deveriam registrar-se, na Divisão de Turismo do DIP, passando a ser classificadas em: agências de viagens e turismo, agências de turismo e companhias e agências de navegação e de passagens<sup>315</sup>. O transcendente, nesse decreto, foi que o turismo, ainda que policiado e longe de ser concebido como um setor da economia, foi o objeto principal da legislação e, não, a diferença dos anteriores decretos – decreto-lei 406 de 4 de Maio e o decreto 3010 de 20 de agosto, ambos de 1938 – um dos assuntos legislados. Ainda a mencionada Divisão de Turismo promovia a vinda de pessoas famosas ao Brasil, nas mais variadas áreas, como o repórter Ed Sullivan, o cineasta Walt Disney e os escritores Alice Hager e Stefan Sweig; entre outros<sup>316</sup>. A citada divisão também controlava o incentivo à construção de hotéis<sup>317</sup> visando atrair turistas de diversos países contabilizados rigorosamente como o comprovam seus relatórios.

Para o primeiro semestre do ano de 1941, o relatório anual apresentado pela Divisão de Turismo à direção do Departamento de Imprensa e Propaganda contabilizava que entraram ao Brasil 1793 turistas norte-americanos, 1008 turistas argentinos, 285 uruguaiois, 105 alemães e 101 ingleses. A Divisão de Turismo abria exceções para os turistas norte-americanos viajarem ao Brasil isentando-os de registros frente às autoridades do Departamento de Imprensa e Propaganda o que revela a importância desse mercado para o Brasil<sup>318</sup>. No citado relatório, constatamos que a Divisão de Turismo continuava a fazer “uma intensa propaganda sendo a revista *Travel in Brazil* um dos mais interessantes veículos”<sup>319</sup> pela qualidade das matérias que promoviam a imagem do Brasil no país dos “maiores turistas do mundo”, os Estados Unidos, como

---

<sup>315</sup> FERRAZ, Joandre Antônio. *Ordenação jurídica do turismo*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1983, p.185..

<sup>316</sup> DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA (DIP). *Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda. Divisão de Turismo*. 1941. Arquivo Nacional: Fundo da Secretaria da Presidência da República. Série 14. Caixa 510, p. 4.

<sup>317</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>318</sup> *Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda. Divisão de Turismo*. 1941. Arquivo Nacional: Fundo da Secretaria da Presidência da República. Série 14. Caixa 510, p. 2.

<sup>319</sup> *Idem*, p. 1.

explicitou o diretor da Divisão de Turismo em entrevista realizada pelo jornal *Correio da Manhã*, em 1940 <sup>320</sup>.

Nada melhor para disciplinar o olhar do turista norte-americano que os textos publicados sobre as catedrais do Brasil, sobre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Petrópolis e Ouro Preto, sobre os tipos e costumes dos brasileiros, sobre estâncias hidrominerais como a de Poços de Caldas e outras tantas matérias publicadas que despontaram pela qualidade da fotografia e pelos textos de renomados intelectuais como: Mário de Andrade, Manoel Bandeira, Cecília Meirelles, Menotti Del Picchia; entre outros <sup>321</sup>. A propaganda turística do Brasil também encontrou nas páginas de outra publicação, a *Revista Brasil-Turismo* seu espaço. Enquadrada no sentido nacionalista do Estado Novo, seus artigos pretenderam dar a conhecer o Brasil ao exterior que a levou a lançar um programa chamado “Pelo Brasil, através do Turismo” partindo do reconhecimento de que o turismo era visto “como sendo uma força de ordem econômica, social e cultural e por isso, um grande fator de progresso nacional, assim como um meio de comunhão internacional através das relações pacíficas de cortesia e de cooperação útil a todos” <sup>322</sup>. Os exemplos anteriores nos dão uma idéia do estado das coisas em matéria de turismo, nos anos do Estado Novo, mas quais seriam as impressões dos turistas que por aqui estiveram, precisamente, naqueles anos?

Segundo depoimentos de um turista galego, José Casais, publicados no livro *Un turista en el Brasil*, de 1940, o Rio de Janeiro era uma das cidades mais visitadas do mundo cujo porto era ponto frequente de navios e seu centro sede de empresas de viagens de diversos lugares do mundo. Segundo o autor do livro, as relações, turísticas, entre as repúblicas vizinhas (Argentina, Uruguai e Paraguai) e o Brasil não se interrompiam durante todo o ano, sendo quase diárias, no inverno e na primavera, o que testemunhou ao ter chegado ao Rio de Janeiro em um dos cruzeiros provenientes do

---

<sup>320</sup> FIGUEREIDO, Francisco de Paula Assis. “Turismo Americano. Palavras do Diretor da Divisão de Turismo do D.I.P. (Dr. Francisco de Paula Assis Figueiredo)”, *Correio da Manhã*. 19 de janeiro de 1940, p. 2.

<sup>321</sup> Cf. *Travel in Brazil*. Rio de Janeiro, Ed. Departamento de Imprensa e Propaganda. Vol. 1. No. 3, 1941; Vol. 1, No. 4, 1941; Vol. 2. No. 1, 1942; Vol. 2, No. 2 1942; Vol. 2, No. 4, 1942. Algumas das matérias publicadas nessas edições consultadas [a Biblioteca nacional não possui a coleção completa, apenas os números referidos] são: *A chapel decorated by Portinari*/Mário de Andrade; *São Paulo, city of tourist*/Menotti Del Picchia; *Petrópolis: Summer capital of Brazil*/Vera Kisley; *Ouro Preto: the old Villa Rica*/ Manoel Bandeira; *The Imperial Museum e Holy-week in Ouro Preto*/Cecília Meirelles; Bahia/ Jose Lins do Rego; entre outras.

<sup>322</sup> CARVALHO, Álvaro Monteiro de (Dtor). “Pelo Brasil, através do turismo”, In: *Revista Brasil-Turismo*. Magazine Continental Fundado em 1928. Ano XII, No. 65. Maio-Junho de 1940, p. 3.

Cone Sul <sup>323</sup>. O Rio de Janeiro foi chamado por ele “de capital turística por excelência” no qual o forasteiro era frequentemente surpreendido, ultrapassando a “emoção turística” e, também, as previsões e expectativas dos guias turísticos <sup>324</sup>. Dos atrativos naturais cariocas ele diz que

La ascensión al Corcovado, merece una jornada entera. Si el turista dispone de tiempo limitado, vale más que lo economice en otras visitas, pero no lo escatime en esta parte de su programa. (...) Rio posee el mejor jardín botánico del mundo. Visitar con calma este paraíso requiere muchas horas. No obstante, el turista debe conocer, siquiera someramente, una de las más preciosas maravillas de la capital (...) Dije en páginas anteriores, que la ciudad de Rio de Janeiro ofrece armonizados los paisajes del mar y de la montaña. Pocos turistas dejan de realizar la excursión conocida por ‘vuelta de la Tijuca’, tránsito de panoramas marítimos a bosques montañosos (...) La tradición cultural del Brasil es tan importante como desconocida en el extranjero. Por lo regular el turista viene a estas tierras ávido de conocer bellezas naturales, mas apenas procura los tesoros del arte, de historia, de continuada personalidad <sup>325</sup>.

A prática do turismo pelo jornalista galego não se limitou ao Rio de Janeiro, mas também visitou Minas Gerais, segundo suas palavras, “um país turístico por excelencia” que podia satisfazer aos:

viajeros superficiales que se contentan con las impresiones efímeras de la belleza sensible y la de esos otros, cada vez más, que no desperdician un solo lugar de la ruta sin hacer apreciaciones de los valores espirituales del país y de sus fuerzas económicas. Este segundo aspecto del turismo contemporáneo tiene gran interés en los países jóvenes (...) En naciones jóvenes no se puede pedir prodigios históricos; sin embargo Minas contiene joyas de arte, particularmente agrupadas, como en viejos museos, en Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João de El-Rei (...) <sup>326</sup>.

Além do Rio de Janeiro, as cidades históricas mineiras, as estâncias hidrominerais de Poços de Caldas, Araxá, Caxambu, São Lourenço, Lambari, Cambuquira eram vistas como elementos de atração de turistas do Brasil. Pela descrição do autor, essas últimas se destacavam pelas virtudes terapêuticas de suas águas, pela paisagem natural onde estavam situadas e pelo conforto e nível de preços<sup>327</sup>. Essas foram as principais impressões desse turista, no Brasil, em visita realizada no ano de 1939. Porém, o mercado espanhol, nem de longe figurava nas estratégias da Divisão de Turismo para atrair turistas ao Brasil e, sim, o mercado norte-americano, que diminuiu o número das viagens turísticas como consequência da contenda bélica. Nem mesmo os países ocidentais estavam inclinados a fazer viagens turísticas nos anos da II Guerra Mundial.

---

<sup>323</sup> CASAIS, José. *Un turista en el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprenta Franz Timon, 1940, p. 19.

<sup>324</sup> CASAIS, José. *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>325</sup> CASAIS, José. *Op. Cit.*, pp. 34, 36, 38 e 43.

<sup>326</sup> *Idem*, pp. 146-147.

<sup>327</sup> *Idem*, pp. 147.

Após o fim dessa contenda bélica, no Brasil, foi extinto, pelo Decreto-Lei 7582, o Departamento de Imprensa e Propaganda e, com este, a Divisão de Turismo foi transferida para o Departamento Nacional de Informações, que era subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, permanecendo junto a esse departamento durante todo o ano de 1946, quando foi, outra vez, transferido para o Departamento Nacional de Imigração e Colonização, do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio <sup>328</sup>. Entre os anos de 1946 e 1952, os assuntos relativos ao turismo estiveram sob a tutela desse departamento. Tentativas para incentivar a prática do turismo doméstico existiram como a do deputado federal do Partido Social Progressista Jonas Correia <sup>329</sup> que apresentou ante o Congresso um projeto de lei, em 1949, que não foi aprovado, tratando sobre a necessidade de potencializar o turismo interno, demonstrando com exemplos europeus e das nações vizinhas do Brasil a viabilidade de tal proposta.

Vale lembrar que, no ano de 1946, o General Eurico Gaspar Dutra proibiu os jogos de azar, dando assim um duro golpe ao desenvolvimento do turismo e retardando sua evolução no Brasil. De modo geral, entre os anos de 1946 a 1952, não houve menções explícitas ao turismo nos planos do governo e, até então, a prática do turismo, no Brasil, possuía uma imagem elitista, o oposto da proposta de popularização que se esboçava em alguns países de Europa e nos Estados Unidos <sup>330</sup>. Mesmo assim, o turismo continuou a ser praticado, sobretudo, por turistas estrangeiros e, em menor medida, por nacionais, sendo o Rio de Janeiro a principal atração, sendo o cartão postal do Brasil, no exterior, cuja natureza a definia turisticamente.

Os anos compreendidos, entre 1946 e 1958, têm sido catalogados pelo especialista Joandre Ferraz como um “hiato jurídico-positivo” <sup>331</sup>, devido à ausência de uma abundante legislação em matéria de turismo. Contudo, existiram iniciativas como a do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, em 1953, que, com apoio de vários parlamentares, deu início a um conjunto de ações visando à criação de um órgão público de turismo que fosse responsável pela elaboração da política nacional de turismo. Nesse mesmo ano, foi encaminhado um projeto de lei que sugeria a criação

---

<sup>328</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>329</sup> CORREIA, Jonas. *Organização do turismo no Brasil. Discurso Projeto-Lei e sua Justificação*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, S/P. 1949. .

<sup>330</sup> Cf. BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. São Paulo: EDUSP, 2003, pp. 104-105.

<sup>331</sup> FERRAZ, Joandre. *Op.cit.*, p. 188.



do Instituto Brasileiro de Turismo (IBRATUR) cuja finalidade era a formulação de uma política nacional de turismo <sup>332</sup>.

Poucas ações jurídicas em matéria de turismo caracterizaram os doze anos compreendidos entre 1946 e 1958 até que a Confederação Nacional do Comércio foi encarregada pelo governo de gerir um programa de cooperação com um organismo norte-americano de auxílio financeiro, o *International Cooperation & Administration*, aos países com potencialidades para desenvolver o turismo. Assim, em 1958, foi constituído um grupo de estudo conformado por técnicos brasileiros e norte-americanos que elaborou o documento *Tourism Projet for Brazil* cuja primeira fase dos trabalhos deu ênfase à realização de um inventário dos atrativos culturais e naturais para desenvolver o turismo no Brasil. A segunda fase se desenvolveu nos Estados Unidos, com o objetivo de atrair aos norte-americanos para visitarem o Brasil.

Esse grupo se desfez na própria década de cinquenta, legando a experiência de trabalho conjunto com o mercado norte-americano e formalizando uma proposta para criar um órgão oficial de turismo em nível nacional, responsável por estimular e administrar o desenvolvimento do turismo no Brasil. Um dos dossiês de trabalho do grupo conformado foi utilizado como base pelo Presidente Juscelino Kubitschek para a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), em 1958, que foi a responsável pelas diretrizes que orientaram o turismo brasileiro entre 1958 e 1962 <sup>333</sup>. Criada mediante o Decreto-Lei 44 863 de 21 de novembro de 1958, a Comissão Brasileira de Turismo tinha a finalidade definida em seu artigo primeiro de:

coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e o afluxo estrangeiro, o estudo e supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas e a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem

Mais adiante, no artigo segundo, expressava que:

A COMBRATUR terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do País [sic], no que respeita ao turismo interno e internacional <sup>334</sup>.

Tal política não chegou a ser formulada durante os anos de existência do órgão. Na nomenclatura desse órgão, a palavra “comissão” poderia trazer certo paradoxo devido a que tal termo, segundo Mario Carlos Beni, designa um organismo de caráter

---

<sup>332</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 109.

<sup>333</sup> *Idem*, p. 110.

<sup>334</sup> FERRAZ, Joandre. *Op.cit.*, p. 189.

temporário que visa, em tese, à promoção turística <sup>335</sup>. No entanto, os objetivos pelos quais foi criada, ultrapassavam a promoção turística, sendo assim, havendo a dificuldade de todos seus integrantes se reunirem, prejudicava as tomadas de decisões no âmbito estratégico e operacional. A falta de uma mentalidade receptiva ao turismo e de sua utilidade para a vida econômica e cultural do país; a não disposição de um mínimo razoável de recursos materiais e a falta do orçamento da União para viabilizar o trabalho da COMBRATUR foram motivos mais do que suficientes para expressar a insatisfação do presidente do órgão, o engenheiro Haroldo Lisboa da Graça Couto, em carta - renúncia dirigida ao Primeiro Ministro Dr. Tancredo de Almeida Neves <sup>336</sup>.

No entanto, a COMBRATUR inscreveu o Brasil, na União Internacional dos Organismos de Turismo (UIOOT), “foi responsável pela confecção do Primeiro Mapa Turístico do Brasil em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); elaborou o Calendário Turístico do Brasil de 1962 e estabeleceu a divisão turística do território nacional pelo Decreto 51130 de 3 de agosto de 1961” <sup>337</sup>. A inoperância da Comissão Brasileira de Turismo se deveu, fundamentalmente, à ausência de uma estrutura adequada para cumprir seu objetivo principal: a elaboração de uma política nacional de turismo o que levou a sua extinção em 1962<sup>338</sup>. Ainda que a COMBRATUR não tenha conseguido estruturar uma política nacional de turismo, sua existência comprovou uma mudança de perspectiva do poder público ao se referir ao turismo de uma forma mais orgânica.

Criada para suceder à Comissão Brasileira de Turismo, a Divisão de Turismo e Certames teve suas competências definidas mediante Decreto No. 534 de 23 de janeiro de 1962. Suas atribuições indicavam que essa Divisão iria executar as diretrizes traçadas pela política nacional de turismo, mais esta não foi elaborada deixando à Divisão se focar no cadastramento e fiscalização de agências de viagem existentes, na organização do Calendário Nacional de Exposições e nas negociações com grupos internacionais para a construção de hotéis e instalação de empreendimentos turísticos no

---

<sup>335</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 115. Apud BENI, Mário Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Livre Docência. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1991.

<sup>336</sup> Carta de renúncia à presidência da COMBRATUR. Arquivo Técnico Administrativo do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, Rio de Janeiro/Sub-série EMPRESA. EMBRATUR, 1961-1968. Caixa 194, Pasta 16.

<sup>337</sup> *Idem*, pp. 3-4.

<sup>338</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, pp. 115-116.

país.<sup>339</sup> Perante a ausência de uma política nacional de turismo, a Divisão de Turismo e Certames se concentrou na promoção e na divulgação do Brasil no mercado turístico internacional.

Não sabemos exatamente a repercussão que trouxeram esses esforços de propaganda turística. Outrossim, até pessoas de lugares distantes tinham ouvido falar do Brasil e do Rio de Janeiro. Por exemplo, no “Diário de um turista apressado” – escrito pelo intelectual pernambucano Joaquim Inojosa, em suas viagens pela Europa, no começo dos anos sessenta – constatamos essa última afirmação quando Inojosa encontra com uma senhora das Filipinas que, ao ela saber que ele era brasileiro, exclamou:

Do Brasil de Carmen Miranda?...E começa a cantar: Cidade, maravilhosa! (...)  
Eu já havia notado, noutras oportunidades e em viagens diversas, que o samba e o café são os melhores agentes de propaganda do Brasil. Os melhores ou, se quisermos ser extatos, os únicos<sup>340</sup>,

Enquanto situações como essa aconteciam mundo afora, entre os anos de 1958 e até 1966, as estruturas administrativas voltadas para o turismo no Brasil geriram o setor através de ações pontuais e sem uma visão estratégica que desse ao turismo uma dimensão holística. Não houve, por conseguinte, uma abordagem estratégica que apontasse para uma nova fase, na gestão do turismo, o que o fez manter-se em uma posição secundária e fora do alcance dos macro-processos da economia brasileira aplicados desde as décadas de cinquenta e sessenta<sup>341</sup>. Desde 1930, até o surgimento da EMBRATUR, em 1967, a institucionalização do turismo evoluiu discretamente, estando sob a responsabilidade de diversos órgãos da administração estatal o que nos faz pensar que o turismo nunca esteve na prioridade dos governos nesse período.

A elevada “circulação da atividade turística”<sup>342</sup> comprova que o turismo deveria receber mais atenção dos gestores públicos, pois, na ocasião, ainda não era um setor relevante e, por isso não gozava de prestígio no poder federal. Porém, entre os anos trinta e começo dos sessenta, a institucionalização do turismo teve uma discreta evolução, priorizando, em um primeiro momento, as agências de viagens e,

---

<sup>339</sup> *Idem*, pp. 116-117.

<sup>340</sup> INOJOSA, Joaquim. “O turista, esse superficial”, In: *Diário de um turista apressado*. Rio de Janeiro: Ed. Livros Organização Simões, 1961. pp. 12-13.

<sup>341</sup> Refiro-me aos planos SALTE, cujas iniciais priorizavam os setores da saúde, da alimentação, do transporte e da energia (1949-1953); o plano LAFER (1954-1956) proposto pelo senador Horácio Lafer e ao Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960).

<sup>342</sup> A expressão pertence à Maria Rita Cruz e expressa a ausência de uma estrutura administrativa estável no que concerne ao turismo. Cf. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. *Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1999. Tese de doutorado, p. 50.

posteriormente, nos anos sessenta, a hotelaria. Na verdade, antes de qualquer investimento, nessa área, a débil infraestrutura não contribuía para que o país recebesse o enorme fluxo do turismo internacional, nem era suficiente para atender o turismo interno. Entretanto, aos poucos, comprovamos a modernização e expansão do aparelho administrativo do Estado voltado para o turismo. Durante esses anos, a base da consolidação do turismo se sustentou, na construção e expansão das rodovias no país, no crescimento do setor aéreo e automobilístico, na aceleração da urbanização e na ampliação dos sistemas de comunicação <sup>343</sup>.

Já a necessidade de constituir um órgão que formulasse a política nacional de turismo e que concedesse incentivos fiscais para potencializá-lo deu origem, mediante o Decreto-Lei 55 de 18 de novembro de 1966, à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e ao Conselho Nacional de Turismo (CNTur) (**Anexo II**). A conjuntura sócio-econômica do Brasil por aqueles anos influenciou em muito esses fatos. Segundo Karina Solha, no final dos anos sessenta, houve profundas mudanças no Brasil “que se refletiram no aumento da população em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro unido à melhoria da infraestrutura dos transportes, da ampliação dos sistemas de comunicação, da urbanização e do crescimento da classe média propensa a viajar, provocou uma urgência da inserção do turismo na administração pública, considerando sua importância como atividade econômica” <sup>344</sup>. Paralelamente, o fato da EMBRATUR ter sido criada mediante um decreto-lei reflete o ambiente da época, o de um regime onde o Governo legislava de forma arbitrária, sendo que não era preciso discutir no Senado, nem aprovar no Congresso qualquer medida do Executivo, realidade essa que caracterizou a fundação da EMBRATUR e a sua forma de gestão: a centralização instaurada pelo poder público federal, marcava a atividade turística no Brasil.

Contudo, com a promulgação do Decreto-Lei 55 de novembro de 1966, o turismo brasileiro deu um salto de qualidade ainda que continuasse a aparecer sob um modelo hierarquizado e autoritário. A EMBRATUR nasceu com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio. Para isso, devia atuar em sintonia com as orientações do referido decreto-lei ao fomentar e financiar iniciativas, definir planos e projetos e cumprir e executar as decisões, atos, instruções e resoluções do Conselho

---

<sup>343</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, pp. 119-120.

<sup>344</sup> SOLHA, Karina. “A evolução do turismo no Brasil”, In: REJOWSKI, Miriam. *O turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Ed. Aleph, 2002. p. 132.

Nacional de Turismo. Outras atribuições da Empresa Brasileira de Turismo, reguladas pelo Decreto-Lei 60224, de 1966, foram as de estudar o mercado turístico, organizar, promover e divulgar atividades relacionadas com o turismo, fiscalizar e registrar empresas dedicadas ao turismo, estudar e propor ao Conselho Nacional de Turismo os atos normativos necessários ao seu funcionamento, celebrar contratos, estudos, convênios; entre outros <sup>345</sup>.

Tal multiplicidade de normas reguladoras da atividade turística no Brasil não foram, de modo geral, o produto de uma ação coordenada e integradora. Por exemplo, na década de 1970, segundo as considerações de Carlos Mario Beni e Rita de Cássia Cruz, os incentivos fiscais patrocinados pelo governo federal e direcionados ao turismo conseguiram estimular, sobretudo, grandes empresas hoteleiras em detrimento das empresas de pequeno porte, salvo contadas exceções como as favorecidas pelo Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR) <sup>346</sup>. Essas idéias fazem concluir que foram priorizadas ações localizadas e aspectos parciais do turismo, privilegiando, por exemplo, o segmento hoteleiro e, em específico, os hotéis de quatro e cinco estrelas <sup>347</sup>. E isso, por sua vez, deixava a um lado o investimento direto em infraestrutura turística nas diferentes regiões do Brasil e concentrava os investimentos em grandes centros urbanos e turísticos tradicionais como o Rio de Janeiro, impedindo assim a disseminação das atividades turísticas pelo interior do país <sup>348</sup>.

Também durante a década de setenta, particularmente entre os anos de 1975 a 1979, a EMBRATUR passou por uma reestruturação, criando unidades de planejamento, de investimentos, de operações, ainda que as diretorias demoraram um longo período para serem constituídas <sup>349</sup>. Todavia, foram publicadas outras leis – no. 6.505 e a no. 6.513, ambas de 1977 – que trataram sobre o funcionamento, fiscalização da empresas ligadas as atividades turísticas e que criavam áreas especiais e locais de

---

<sup>345</sup> FERRAZ, Joandre. *Op.cit.*, pp. 204-206.

<sup>346</sup> CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil”. *Tese de Doutorado*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. BENI, Mário Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Livre Docência. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1991. Apud. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 153.

<sup>347</sup> Cf. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, pp. 153-154.

<sup>348</sup> NOGUEIRA, Mário G. *Política Nacional de Turismo: Distorções e Participação*. RAM – Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro: v. 33, n. 178, p.72 – 81, jan./mar. 1986, p.72. Apud. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 154.

<sup>349</sup> Cf. BENI, Mário Carlos. *Análise do desempenho do sistema nacional de turismo instituído na administração pública*. Livre Docência. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1991. Apud. ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 155.

interesse turístico, respectivamente <sup>350</sup>. Ainda, segundo Margarita Barreto <sup>351</sup>, foi publicada em 1977 a primeira política oficial de turismo com o título “Política Nacional de Turismo” a qual, mesmo que não fosse implantada tratou de incentivar o turismo doméstico e introduziu questões relativas à proteção dos valores culturais e naturais. Como podemos apreciar, os exemplos anteriores, mesmo longe do ideal, evidenciam um ritmo mais profissional, orgânico e diversificado no desenvolvimento do turismo <sup>352</sup>, no Brasil, qualitativamente superior se comparado às experiências anteriores implantadas, nesse setor, pelo poder público federal.

---

<sup>350</sup> ARAUJO, Cíntia Rejane Moller de. *Op. Cit.*, p. 155.

<sup>351</sup> BARRETTO, Margarita. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas: Editora Papirus. Campinas, 2002, p. 87.

<sup>352</sup> Em 1973, pela primeira vez em sua história, o Brasil recebeu mais turistas do que exportou: para os 279 099 que saíram ao exterior, nada menos de 467 971 estrangeiros tiveram a oportunidade de conhecer a realidade turística do Brasil. Cf. EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. “A opção Brasil no mercado internacional”, In: *Revista EMBRATUR*. Rio de Janeiro Ano I, No. 1, Setembro-Outubro de 1974, p. 23.

## **CAPÍTULO III**

**“PARATY, CIDADE DOCUMENTO, CIDADE MONUMENTO, CIDADE TURÍSTICA”**

### 3.1. Paraty entre os séculos XVIII e inícios do XX: memória e historiografia

“Ao presente uma pequena povoação, mas virá a ser muyto populosa pelo muyto trato, & commercio que nela há: porque he o porto de mar, aonde acode a gente de todas aquelas Villas do Certão, como são a de Guaratingá, a de Pendã, Munhangába, Thaubathé, & Jacarehy. Todas essas Villas da serra assim descem ao porto daquela Villa a buscar o necessário, como he o sal, o azeyte, & vinho, & tudo o mais. Aqui descem vários moradores das Minas de ouro com elle a fazer negócios, & por aqui sobem muytos dos que vão do Rio de Janeiro para as mesmas Minas”.

SANTA MARIA, Frei Agostino de. *Santuário Mariano e Histórico*. V. X. Tit. VI. Ed Lisboa em 1723, p. 104.

Não existe um consenso entre os historiadores sobre a data da fundação do povoado que originou o atual município de Paraty.<sup>353</sup> Historiadores de várias tendências que têm pesquisado o tema consideram diferentes datas que remontam à sua origem e à vários lugares desde donde se originou o mesmo. Representantes da historiografia paulista cogitam o ano de 1600 quando Paraty era apenas um povoamento de colonos, vindos de São Vicente e, também, a data de 1606 com a chegada dos primeiros sesmeiros beneficiados com as doações feitas em nome do Conde da Ilha do Príncipe, donatário da Capitania de Nossa Senhora de Itanhaém. Outros historiadores, cuja pesquisa fica mais próxima da história econômica, têm trabalhado com a hipótese da penetração de habitantes da Vila Velha de Angra dos Reis na procura de solo fértil no atual território de Paraty<sup>354</sup>.

Por sua vez, a historiografia religiosa, cujo interlocutor mais autorizado é Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro de Araújo, argumenta que a fundação da vila ter-se-ia dado “pelos annos de 1600 e tantos” sendo que o primeiro núcleo de povoamento surgiu “em um morro distante 25 braças para o norte do Rio Perequeaçu,

---

<sup>353</sup> A origem do nome da vila associa-se ao topônimo Paratii, vocábulo tupi que significa peixe da família das tainhas, muito encontrado na região. Cf. BARBOSA, Pe. A. Lemos. *Pequeno vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967, p. 120. Com a intenção de esclarecer a controvérsia à respeito da grafia do nome do Município e cidade de Paraty, se com Y ou I, já que as duas formas são normalmente usadas, pode-se afirmar que originalmente, o nome era grafado com dois “i”: Paratii, posteriormente, já no século XVIII, aparece a grafia Paraty, com “y”, que foi mantida até 1943, quando a Convenção Ortográfica Brasil-Portugal suprimiu o Y do alfabeto português. A nova grafia não foi aceita pela comunidade paratiense, que, aferrada às suas caras tradições continuava a escrever Paraty. Esta situação ambígua perdurou até 1972, quando o Senador Vasconcelos Torres, atendendo às solicitações feitas pelas autoridades locais, apresentou ao Senado Federal o Projeto de Lei no. 25, determinando que a grafia das cidades e monumentos históricos tivessem os seus nomes expressos na forma ortográfica em que eram escritos antes de 18 de janeiro de 1944. Cf. MELLO, José Diuner. “Paraty com Y ou I”, In: *Jornal Tribuna de Paraty*, 7 de Agosto de 2002.

<sup>354</sup> GURGEL, Heitor; AMARAL, Edelweiss Campos do. *Paraty, caminho do ouro: subsídios para a história do Estado do Rio de Janeiro* / Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973, p. 17.



onde foi erecta uma capela em louvor a São Roque”.<sup>355</sup> O próprio Pizarro e Araújo coloca uma questão pertinente em suas *Memórias...*, ao considerar os sinais de edifícios levantados no lugar, como evidência dos fatos que se referem ao povoamento inicial da vila.<sup>356</sup> O certo foi que, para a segunda metade do século XVII, o núcleo original de povoamento foi reconhecido com o título de Vila, mediante Carta Régia de Dom Afonso VI, datada em 28 de Fevereiro de 1667.

Ainda que não se saiba com exatidão a origem histórica e o lugar da fundação da vila – como consequência das diferentes versões da historiografia e perante a imprecisão dos documentos históricos – o certo é que tal falta de consenso historiográfico se reflete na ausência de um monumento histórico que consagre o povoamento originário do lugar. Isso, por sua vez, reforça a idéia de que o patrimônio cultural, também, pode ser entendido como o suporte e externalização da memória social, uma vez que a memória está “ora em retraimento, ora em transbordamento”,<sup>357</sup> como afirma Jacques Le Goff. Não mais em retraimento, a memória enquadrada pela historiografia reforça a importância dos ciclos econômicos do ouro e o do café, assim como as causas que levaram ao florescimento, ou a decadência da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty nos séculos XVIII, XIX e nas primeiras décadas do XX.

Com a descoberta do ouro de aluvião, no final dos seiscentos, na região denominada “Minas Gerais dos Cataguás”<sup>358</sup> e, mais tarde, a partir da década de 1720, nas minas de diamante, no Serro Frio, inaugurou-se uma fase na história colonial da América Portuguesa, conhecida como o Ciclo do Ouro a qual abrange quase todo o século XVIII. Durante essa centúria, o Brasil enviou para Portugal mais de 100 milhões de esterlinos de ouro e três milhões de quilates de diamante, ao todo, uns 22 milhões de esterlinos que permitiram a D. João V executar grandes obras públicas<sup>359</sup>. O envio para

---

<sup>355</sup> PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza. “Nossa Senhora dos Remedios de Paratii”, In: *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias Anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1822. Tomo III, pp. 16-17.

<sup>356</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>357</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. p. 426.

<sup>358</sup> Segundo a historiadora Sofia Vargas Antezana, quando os paulistas descobriram ouro de lavagem nas regiões compreendidas entre as minas do Ribeirão de Ouro Preto, do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e outras, forjou-se a expressão “campos gerais dos Cataguás” ou “minas gerais dos Cataguás”. Boa parte da ocupação do território foi impulsionada pelas descobertas nessa região, seguidas pelas descobertas das Minas do Caeté e, posteriormente, pelas minas do Rio das Velhas. Cf. ANTENAZA, Sofia Vargas. *Os contratadores dos caminhos de ouro das minas setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado. 2006, p. 20. APUD. MAGALHAES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1935, p. 65.

<sup>359</sup> GURGEL, Heitor; AMARAL, Edelweiss Campos do. *Op. Cit.*, pp. 41-42.

Portugal de tais riquezas, extraídas do interior do Brasil, foi facilitado pela existência de trilhas já conhecidas e utilizadas pelos grupos indígenas existentes antes da chegada dos portugueses, das quais se valeram, posteriormente, os bandeirantes em suas andanças pelo sertão, como afirma o historiador Sérgio Buarque de Holanda <sup>360</sup>.

Foram essas rotas pré-coloniais, após anos de ocupação e conquista, que originaram as vias oficiais de acesso ao interior da América Portuguesa. Assim, e coincidentemente com o Ciclo do Ouro, começou no Brasil a sistematização da penetração ao interior da Bahia, de São Paulo e das Minas Gerais – processo que foi consolidado com a mudança do vice-reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763. Conseqüentemente, aqueles caminhos que surgiram da exploração da terra durante os séculos XVI e XVII <sup>361</sup> – e que justificaram a expansão do comércio e da agricultura colonial – adquiriram uma importância fundamental para o desenvolvimento econômico de vilas como a de São Francisco das Chagas de Taubaté (1645), a de Santo Antônio de Guaratinguetá (1651) e a de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty (1667); entre outras tantas.

Com a descoberta do ouro, em Minas Gerais, a velha trilha dos Guaianás, até então chamada de Caminho da Serra, no trecho Paraty - Cunha, ou Caminho Velho, passou a ser conhecida como Caminho do Ouro, Trilha do Ouro e, finalmente, o primeiro caminho a ser oficializado como Estrada Real pela Coroa Portuguesa (**Figura 17**). Todo o transporte de ouro, proveniente de Minas Gerais, e de metais preciosos extraídos do interior passou a ser feito por esse caminho até Paraty, que teve uma Casa de Registro do Ouro, instalada em 9 de maio de 1703 <sup>362</sup>. Ainda que o governo português tenha determinado fechar a Casa de Fundição do Ouro de Paraty, em 1710, o Caminho Velho não deixou de ser utilizado para transportar o ouro proveniente das minas do centro-oeste do país, como comprova a franquia obtida pelos paratienses entre 1715 e 1733, para transportar o ouro quintado em Ouro Preto <sup>363</sup>. Esse transporte do ouro continuava, por via marítima, desde o porto daquela vila até a cidade do Rio de Janeiro, de onde continuava rumo ao exterior.

---

<sup>360</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Veredas de pé posto”, In: *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975 [1957], pp. 15-38.

<sup>361</sup> Leia-se: ABREU, Capistrano de. “*Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*”, In: *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro (4a. Ed.): Civilização Brasileira, 1975, pp. 27-83.

<sup>362</sup> PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza. *Op. Cit.* pp. 19-20.

<sup>363</sup> GURGEL, Heitor; AMARAL, Edelweiss Campos do. *Op. Cit.*, pp. 42-46.

A importância adquirida pelo Caminho Velho em função da descoberta do ouro e diamantes levou à realização de obras que melhoraram seu traçado agreste, o que comprova a vinda do engenheiro militar francês ao serviço de Portugal, brigadeiro, Jean Massé, em 1714,<sup>364</sup> enviado para o Brasil pelo monarca D. João V e que também fora responsável pela construção de várias fortificações no litoral brasileiro, especificamente, das capitanias de Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo.<sup>365</sup> A estrada conservava-se desimpedida e cuidadosamente tratada, considerando que, o também conhecido como Caminho da Serra, “era o único por onde transitava o povo habitante de São Paulo e Minas anexas até as Gerais”<sup>366</sup>. Muitas atividades e negócios apareceram como consequência do comércio que se fazia “serra acima”, ou seja, desde a cidade de Paraty até as vilas acima mencionadas.

Tal evidência se confirma pelo depoimento, datado em 1717, que um grupo de comerciantes saiu:

com bom sucesso da bahia, e fomos jantar a villa de Paraty em caza do Capitão Lourenço Carvalho que nos regalou magnificamente. Elle... he muy rico, e poderoso; porque se acha com trezentos negros, que lhe adquirem grande cabedal com a condução das cargas, em que continuamente andão serra assima, q. Vay a sair a Villa de Guaratimgueta; que por ser tão aspera não podem subir cavallos carregados, e lhes he preciso aos viadantes valer-se desse meyo para poder seguir a sua viagem, para as Minas<sup>367</sup>.

O ativo comércio de produtos agrícolas e artesanais caracterizava a vila durante as primeiras décadas do século XVIII. Pelo Caminho do Ouro desciam moradores das minas auríferas para fazer negócios com os paratienses e, desde a vila, subiam caminho acima muitos outros provenientes do Rio de Janeiro. Porém, outros caminhos foram traçados em tempos coloniais, como o que ligava diretamente a cidade do Rio de Janeiro à região das Minas Gerais pelo Vale do Paraíba, e que foi construído entre os anos de 1698 a 1711 pelo bandeirante Garcia Paes Leme.<sup>368</sup> Se comparado com o Caminho Velho, o novo caminho – ou, melhor, Caminho Novo – reduzia o tempo do trajeto em uma terça do tempo, evitava serrarias e inúmeros rios a transpor, assim como os perigos de uma travessia por mar até o Rio de Janeiro. Dessa maneira, o ouro

---

<sup>364</sup> Idem, p. 45.

<sup>365</sup> Cf. Jean MASSE, In: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editora Enciclopédia, 1981. Vol. XVI, p. 527.

<sup>366</sup> PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 49.

<sup>367</sup> Diário de Jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cid. de São Paulo e desta até as Minas, Anno de 1717, In: *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 3, 1939, p. 298.

<sup>368</sup> Cf. SANTOS, Márcio. “O Caminho Velho”, In: *Estradas Reais- Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001, pp. 19-57.

começou a ser transportado pelo Caminho Novo (**Figura 14**) desde o interior de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, passando, apenas, pelos territórios fluminense e mineiro, relegando em importância o seu congênere mais antigo.

O Caminho Velho contribuiu, em muito, para o florescimento econômico da vila de Paraty, enquanto local de comércio de gêneros, sobretudo, durante o Ciclo do Ouro, garantindo o abastecimento das Minas Gerais e um porto de conexão para Rio de Janeiro e para o exterior. Além disso, tornou-se um tronco viário principal do centro-sul do Brasil, permitindo a apropriação do interior brasileiro e da sua integração com a faixa litorânea, além de estimular o comércio e a economia regional. No entanto, a memória enquadrada pela historiografia que trata da importância das Estradas Reais <sup>369</sup> não tem sido patrimonializada, o que evidencia a falta do regime do tombamento para os casos do Caminho Velho e do Caminho Novo.

Seguindo a referência do pensamento de Jacques Le Goff <sup>370</sup> sobre história e memória, tais caminhos constituem-se em suporte da memória das cidades mencionadas. Nem sempre a triangulação entre historiografia, memória e patrimônio cultural se manifesta de forma harmônica nos bens culturais patrimonializados pelas instituições que cuidam de sua preservação, tal e como acontece com o caso citado. Na nação imaginária que o tombamento iphaniano desenhou, no século XX, não houve espaço para as Estradas Reais <sup>371</sup>, elas não foram uma referência “oficial” daquela nação. Não se produz, em torno delas, uma homogeneização simbólica sob a retórica do nacional <sup>372</sup>.

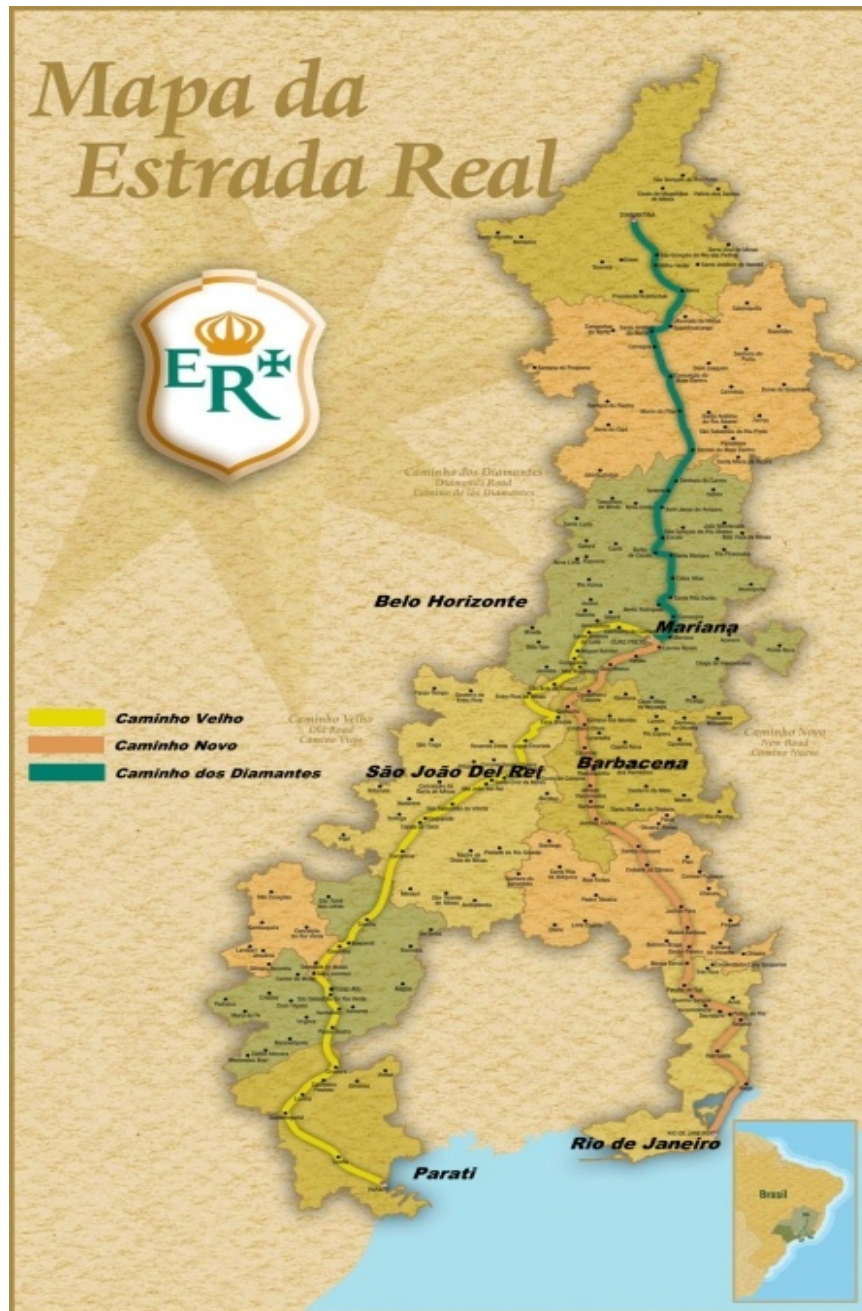
---

<sup>369</sup> Outros historiadores que tem pesquisado o assunto são: REIS, Paulo Pereira dos. “Caminhos de Penetração da Capitania de São Paulo”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: USP. Tomo XXXI, 1982, pp. 267-318. PASIN, José Luis. *Vale do Paraíba - Estrada Real, Caminhos e Roteiros*. Aparecida: Editora Santuário, 2004. SANTOS, Márcio. *Estradas Reais - Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte, Editora Estrada Real, 2001

<sup>370</sup> LE GOFF, Jacques. *Op.Cit.* p. 426.

<sup>371</sup> O conceito de Estrada Real tem sido de difícil delimitação e historicamente impreciso. Prefere-se assumir a posição conceitual do pesquisador Márcio Santos que defende a hipótese da existência de três grandes caminhos oficiais de acesso à região dos depósitos diamantinos e auríferos, que constituem a base de formação de estradas reais. Leia-se: SANTOS, Márcio. *Estradas Reais. Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

<sup>372</sup> Tomei emprestada a frase da colega Julia Pereira. Cf. PEREIRA, Júlia Wagner. “O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação”. *Dissertação de Mestrado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2009.



**Figura 14.** Mapa do Caminho Velho, do Caminho Novo e do Caminho dos Diamantes.

Fonte: [casal20.wordpress.com/2009/07/16/estrada-real-mg/](http://casal20.wordpress.com/2009/07/16/estrada-real-mg/) Acesso em: 8 de Junho de 2010.

As ações do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como órgão que zelou – quase que de forma preponderante durante o século XX – pela preservação do patrimônio cultural, no Brasil, priorizaram os monumentos históricos ditos de pedra e cal que personificaram as tradições luso-cristãs no Brasil, do que com outros bens culturais – como o caso do Caminho Velho, do Caminho Novo, do

Caminho para o Distrito Diamantino e do Caminho da Bahia – que sustentaram, historicamente, a existência de conjuntos monumentais de excepcional valor, como os casos de cidades mineiras, paulistas e fluminenses emergentes dos ciclos do ouro e do café.

Precisamente, no século XVIII, e como consequência da exploração do ouro, assistiu-se a definição do perfil urbano da vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. Por ter sido essa vila o porto por onde escoava boa parte da produção aurífera, a cidade contava com defesas militares o que trouxe, em várias ocasiões, repetidas visitas dos engenheiros militares da época, que influenciaram o planejamento da cidade. Segundo informe do Governador do Rio de Janeiro, Luíz Vahia Monteiro, sobre as obras de fortificação e quartéis da Ilha Grande, datado em 1726, recomendava-se para a vila de Paraty a construção de “hum cais flanqueado, que pode servir de defesa no caso que os estrangeiros ou inimigos queirão fazer algum desembarque na dita Villa”<sup>373</sup>. A função de porto marítimo, mesmo que substituído pelo Rio de Janeiro, no primeiro quartel dos setecentos, e apesar do baixo calado, manteve-se o que justifica a existência de um modesto sistema de fortificações militares no século XVIII, das quais apenas o Forte Defensor Perpétuo se mantém conservado.

Durante aquele século, adequou-se a um plano regular a planta primitiva da cidade, que se encontrava na várzea do rio Perequê-Açú, de acordo com as exigências militares e da administração civil e religiosa da época<sup>374</sup>. Segundo as pesquisas da arquiteta Isabelle Cury sobre a evolução urbana de Paraty, durante a primeira metade do século XVIII, foram tomadas as primeiras medidas de ordenamento da vila, ao ser demarcada em duas ocasiões, em 1719 e em 1746. Também, construíram-se ou se concluíram edifícios importantes que ajudaram a consolidar alguns setores do tecido urbano como a Igreja de Santa Rita (1722) – construída pelos pardos libertos com notáveis trabalhos de cantaria e madeira – e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1725), cujos altares de madeira dourados são dignos de menção<sup>375</sup>.

Vale acrescentar que a maçonaria exerceu uma importante influência na urbanização da vila, durante o século XVIII e, ainda, no século XIX. A vila foi o lugar

---

<sup>373</sup> CURY, Isabelle. “Porto do Ouro: evolução urbana de Paraty”, In: *Paraty, Seminário de Planejamento Urbano. Planejamento e patrimônio mundial*. Imprensa Paraty, RJ, [s.n.], pp. 43-55. APUD, *Revista Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. XLVI, p. 53.

<sup>374</sup> CURY, Isabelle. “Porto do Ouro: evolução urbana de Paraty”, In: *Paraty, Seminário de Planejamento Urbano. Planejamento e patrimônio mundial*. Imprensa Paraty, RJ, [s.n.], pp. 43-55.

<sup>375</sup> Cf. PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza. *Op. Cit.*, pp. 28-29.

escolhido pelos maçons para se instalarem, no século XVIII, nada melhor do que um porto que mantinha constante intercâmbio comercial com o Rio de Janeiro e com a Europa.<sup>376</sup> Fez-se necessária uma sinalização codificada que informasse aos irmãos maçons, do interior do país e do exterior, o funcionamento de uma loja ou de um agrupamento de maçons paratienses o que se comprova com os elementos construtivos – o entortamento das ruas da cidade para retirar o vento encanado, preservando o esquadro, um dos símbolos maçônicos – e, também, com a existência de elementos decorativos da maçonaria simbólica<sup>377</sup> como a presença de faixas em cores azul e brancas em algumas casas assobradadas de Paraty construídas durante o século XVIII e o XIX.

Na segunda metade do XVIII, começou-se a planejar a construção de uma nova Igreja Matriz que seria retomada no século XIX. Além disso, reedificou-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1757).<sup>378</sup> Ou seja, existiu uma dinâmica construtiva que foi consolidando a trama urbana colonial da vila o que comprova a existência, em 1790, de 392 casas edificadas, com 35 sobrados, sendo 15 casas de negócios, 23 lojas de mercadoria e 14 de vendas. O total de pessoas que moravam na vila era de 2.058, dos quais 1.005 eram brancos livres, 198 pardos e pretos livres e 855 escravos. Já o distrito contava com 4.564 pessoas, totalizando 6.622 habitantes<sup>379</sup>. Tal situação se manteve, praticamente inalterada durante a transição do século XVIII ao XIX. A vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty alcança o século XIX com um perfil urbano definido e resultado de tempos de florescimento econômico durante o Ciclo do Ouro, unido do cultivo do açúcar e à produção aguardente de cana em seu *hinterland*.

Existe uma posição recorrente da historiografia que trata de Paraty sobre a importância do Ciclo do Ouro para o florescimento da economia da vila, o que, por sua vez, corresponde à consolidação do seu traçado urbano, durante o século XVIII, o mais

---

<sup>376</sup> MELLO, Diuner. *Paraty e a maçonaria: a presença da maçonaria em Paraty, seus sinais e símbolos na arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2006,

<sup>377</sup> Segundo o pesquisador paratiense Diuner Mello, no final do século XVIII, o “arruador”, o Sr. Antônio Fernandes da Silva, foi chamado a comparecer perante ao Senado da Câmara Municipal para explicar o porquê do entortamento de várias ruas da cidade ao que respondeu que de fato entortou algumas ruas da cidade para retirar delas o vento encanado que era prejudicial à saúde, pois tudo estava dentro do esquadro também nas ruas do centro histórico de Parati outro detalhe chama a atenção, uma pequena coluna de pedra, ou cunhal, presente no ângulo das edificações do cruzamento das ruas, feitas de pedra lavada, do século XVIII, e em número de três que formam um triângulo ou delta, importante símbolo maçônico. Cf. MELLO, Diuner. *Paraty e a maçonaria: a presença da maçonaria em Paraty, seus sinais e símbolos na arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2006, pp. 17-33.

<sup>378</sup> CURY, Isabelle. *Op. Cit.* p. 50-51.

<sup>379</sup> Informe, datado em 1790, do Juíz Ordinário do Condado de Paraty, Manoel da Silva Mariz., APUD CURY, Isabelle. *Op. Cit.* p. 50-51.

trabalhado pelos historiadores que se interessam pelo estudo da outrora vila. É essa a memória social enquadrada pela historiografia que corresponde, coincidentemente, com o século da definição e consolidação do traçado urbano da vila.

Por sua vez, o século XIX não tem reservado suficiente atenção à historiografia que trata de Paraty. Aliás, essa centúria aparece como a continuação a uma demorada estagnação que fez sucumbir a região, do ponto de vista econômico, e que tem sua origem, precisamente com o fim do Ciclo do Ouro. Por exemplo, os historiadores Heitor Gurgel e Edelweiss Amaral indicam que para o começo da segunda metade do século XVIII a economia paratiense começou a sentir as conseqüências da abertura, em 1767, do Caminho Novo, incentivando a venda de escravos desnecessários às tropas e paralisando, gradativamente, o ativíssimo comércio que a caracterizava.<sup>380</sup> Ainda que a extração de ouro e diamantes tenha chegado a seu fim, o perfil agrícola e, sobretudo, comercial de Paraty – que chegou a se tornar condado, em 1813 – continuou a se manifestar durante o século XIX, em maior ou menor medida, o que contradiz a idéia que associa aquele século com uma prolongada decadência.

Para começos dos oitocentos a atividade comercial da cidade continuou a se manifestar ativa e sem muitas alterações, isso comprova o aumento da população total da vila entre 1800 e 1803. Para esses anos a população total era, aproximadamente, de 9.000 habitantes, com mais da metade de escravos. O crescimento populacional indica que, no começo do século XIX, Paraty prosperava e o número de escravos justificava a existência de uma atividade comercial e agrícola significativa; entre elas a função de conduzir cargas e mercadorias serra acima, serra abaixo, dada as condições precárias para o trânsito de animais pela Estrada do Facão<sup>381</sup>. Para o ano de 1818, existem referências de exportação de aguardente e farinha, de feijão e arroz com casca para o mercado do Rio de Janeiro<sup>382</sup>. Inclusive, um fazendeiro paratiense da época chegou a afirmar que não era “só a nossa aguardente que é boa, o nosso café alcança preço em Santos e a nossa farinha é mesmo preferida em São Paulo”.<sup>383</sup> Algumas décadas depois o comércio e agricultura da, então proclamada cidade de Paraty (1844), mantinham-se estáveis.

---

<sup>380</sup> Cf. GURGEL, Heitor; AMARAL, Edelweiss Campos do. *Op. Cit.*, pp. 46-47.

<sup>381</sup> GUSMÃO, Neuza Maria Mendes de. “A Idade da Terra em Parati- Uma Proposta de Periodização Histórica”. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXX, São Paulo, USP, 1980/1981, p. 259.

<sup>382</sup> GUSMÃO, Neuza Maria Mendes de. *Idem*, p. 260.

<sup>383</sup> Cf. Heitor GURGEL e Edelweiss AMARAL, *Op. Cit.* p. 87.



Dentre as mais importantes atividades agrícolas das Freguesias de Nossa Senhora dos Remédios e da Freguesia de Paraty - Mirim se inclui o culto do café, da cana de açúcar e da produção de aguardente, o que comprova a existência de um número representativo de fazendeiros de café, de fazendeiros de açúcar, de engenhos de aguardente e, em menor número, de casas de consignações, lojas de fazendas, alfaiates, armazéns de molhados, sapateiros, marceneiros, pedreiros como comprovam os dados para o século XIX do *Almanak Laemmert* dos anos 1846, 1850, 1855.<sup>384</sup> Inclusive, com um total de habitantes, praticamente inalterado, se comparado com o total da população no começo do século <sup>385</sup>. Na época, o *hinterland* paratiense dividia suas terras entre a plantação de café e da cana-de-açúcar.

Em meados do XIX, foram os tempos do café, quando os proprietários fluminenses do Vale do Paraíba se tornaram os súditos mais ricos e prósperos do Império do Brasil cujos domínios antecederam o predomínio das fazendas paulistas no período áureo do café, de 1870 em diante, inclusive contando entre eles com titulares da monarquia, viscondes e barões <sup>386</sup>. O café também se somou às outras fontes de riqueza de Paraty, notadamente, a partir de 1830 e até meados daquele século, quando o movimento comercial pela Trilha do Fação era significativo graças ao café e outros produtos. Contudo, a agricultura cafeeira paratiense teve uma vida curta e enfrentou sérias dificuldades a partir da década de 1860. A quantia de engenhos de café, de açúcar, de engenhos de aguardente, de fazendeiros do café e de açúcar diminuiu progressivamente, como comprovam as informações sobre Paraty das edições do *Almanak Laemmert* <sup>387</sup> dos anos 1865, 1875, e 1880.

No século XIX, a partir da década de setenta, a parte fluminense do Vale do Paraíba e as vilas litorâneas, como o caso de Paraty, começaram a sofrer a concorrência do café de São Paulo. Sobretudo, porque, durante as décadas de 50 e 60 do século XIX, foram construídas as primeiras ferrovias brasileiras, sendo que em 1864 a Estrada de

---

<sup>384</sup> *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*, pp. 36-41; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*, pp. 153-168; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1855*, pp. 56-60. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert Eds. 1846, 1850, 1855.

<sup>385</sup> *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846. Terceiro Anno*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert Eds., 1851, p. 144.

<sup>386</sup> Cf. CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. São Paulo: 4ª. Edição, 1940, p. 270.

<sup>387</sup> *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1865*, pp. 119-126; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1875*, pp. 178-180; *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1880*, pp. 1030-1034. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert Eds.

Ferro D. Pedro II atingiu o município de Barra do Piraí, no alto da Serra, junto ao Vale do Paraíba, fazendo a ligação entre este município e o Rio de Janeiro, deixando a cidade fora das novas vias de transporte produção cafeeira e comercial<sup>388</sup>. Apenas em 1870, o caminho de ferro atingiu a região de Guaratinguetá, cujo escoadouro da produção de café era o porto de Paraty. Conseqüentemente, o porto e o comércio urbano de Paraty entraram num longo processo de estagnação.

É consenso generalizado da historiografia e, em geral, dos estudos sociais que tratam da outrora vila sublinhar o crescente esvaziamento que a cidade enfrentou durante boa parte do século XIX. A *débâcle* final só chegou com a proclamação da Lei Áurea, em 1888, e com ela a falta de mão-de-obra que garantia a manutenção da economia. Contudo, a tese da decadência econômica trabalhada pela historiografia mais tradicional possui alguma relevância na hora de pensar o patrimônio?

De modo geral, o século XIX, do ponto de vista econômico não alterou a estrutura arquitetônica da vila que tinha sido herdada, em sua fisionomia geral, do século XVIII, salvo algumas exceções como a construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores, da Santa Casa da Misericórdia, do Chafariz da Pedreira, a reconstrução do antigo forte que originou o povoamento pioneiro da vila. A Igreja de Nossa Senhora das Dores foi erguida, em 1800, pela aristocracia de Paraty. Já a Santa Casa de Misericórdia foi construída na margem direita do rio Perequê-Açú – para evitar a disseminação de doenças contagiosas – exatamente no Dia da Independência do Brasil, tendo como patrono São Pedro de Alcântara, o santo nome de D. Pedro I do Brasil. Também, em 1822, o Forte do Morro do Pontal ganhou a denominação de Defensor Perpétuo, em alusão a D. Pedro I, que ostentava o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”. Mais adiante, em 1850, foi inaugurado o Chafariz da Pedreira.

Para começos dos oitocentos, o perímetro urbano ainda era delimitado pelos rios Paratyguaçu (atual Perequê-Açú) e Patitiba, tal qual o ano de 1726. Outrossim, houve uma preocupação na ordenação do núcleo urbano para as primeiras décadas daquele século como expressou *O Registro das posturas da Câmara Municipal da vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty*, aprovado em 1831 e que, ainda em 1870, pedia o

---

<sup>388</sup> Cf. COTRIM, Cássio Ramiro Mohallem. “Paraty: Um perfil histórico de sua riqueza econômica”. In: SENE, Maria (Org.). *Julia Mann: uma vida entre duas culturas*. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda., 1997, pp. 119-120.

alinhamento das construções <sup>389</sup>. As casas construídas, em meados do século XIX, tinham um perfil menos severo do que as do século XVIII, porém já começavam a apresentar feições menos rígidas com desenhos nas vidraças e serralheria rendada, detalhes nos cachorros, figuras de louça nas varandas e sacadas de gradil de ferro, <sup>390</sup> continuou-se a se manifestar a presença da maçonaria na arquitetura da cidade.

Não foi de forma passiva que os paratienses assistiram à estagnação econômica que tomou conta da cidade, durante as últimas décadas do século XIX <sup>391</sup>. Por volta do ano de 1878,

“em Parati, na província do Rio de Janeiro, a festa mais célebre é a do Espírito Santo. Nesta manifesta-se a instituição popular do Imperador da festa. Cumpre ponderar que nota-se uma apreciável decadência em todas as folgas e festividades populares. A tradição as dá muito mais freqüentes e animadas há trinta ou quarenta anos passados. Não deixam de ter contribuído para isso, além de outras coisas, a moderna intolerância dos vigários e o zelo antiestético dos delegados de polícia”. <sup>392</sup>

Ou seja, os motivos que levaram a tal situação não dependeram, exclusivamente, da situação econômica que atravessava a cidade nas últimas décadas do século XIX. É evidente que a estagnação econômica se fez sentir. Contudo, não anulou a vida cultural que, de modo singular, continuava a se expressar nas festividades religiosas. Em algumas matérias do jornal o *Paratyense*, entre os anos de 1882, 1883 e 1884, é representativo o espaço ocupado pela realização de tais festividades. Por exemplo, em 29 de outubro de 1882 esse jornal fez referência à festa de São Pedro de Alcântara; um mês depois iniciaram-se as novenas de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Império, na igreja de Santa Rita. Festejava-se, também, o carnaval e, depois a quaresma, a Semana Santa, seguindo-se o divino Espírito Santo. <sup>393</sup>

Em julho de 1884, ainda se celebrava São João com uma *soirée* na qual as senhoritas exibiam seus trajes, beleza e dança, porém, o mais comum era que tal celebração fosse comemorada, na roça, com danças populares, comidas típicas e

---

<sup>389</sup> Manuscrito arquivado no Instituto Histórico e Artístico de Paraty. *Registro das posturas da Câmara Municipal da vila de Nossa Senhora dos Remédios de Paraty. 1829/1881*. APUD. SOUZA, Marina de Mello. *Paraty: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008, p. 54 e 61..

<sup>390</sup> SADA, Patrícia. *Paraty: traçados de um centro histórico*. São Paulo: Ed. Projeto, 1989, p. 15.

<sup>391</sup> A vila contava, para o ano de 1822, com as Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora dos Remédios, de Nossa Senhora dos passos, de São Roque, de Santa Rita, das Almas, de São Benedito, de São Roque e a Confraria de Nossa Senhora do Terço. Cf. COSTA, Samuel. *Paraty no Anno da Independência : outros textos e poemas*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2000, pp. 54-58. A história das irmandades religiosas em Paraty ainda não tem sido suficientemente estudada e a documentação disponível abrange, apenas, até o fim do século XVIII. Cf. SOUZA, Marina de Mello. *Op.Cit.* pp. 80-81.

<sup>392</sup> Cf. ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1954, p. 55.

<sup>393</sup> SOUZA, Marina de Mello. *Op.Cit.* pp. 64-65.

fogueiras. Ainda em 1883 se festejava São Roque na Igreja Matriz. Em setembro de 1884, a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios promovia, como todos os anos, a festa de seu orago; também Santa Cecília foi festejada em outubro de 1883<sup>394</sup>. Ou seja, nem com a difícil situação econômica se deixou de festejar os dias santos de uma cidade com uma grande religiosidade católica.

Em matéria de patrimônio cultural, os processos históricos priorizados – quase até o cansaço – pela historiografia mais tradicional e que tratam, ora da decadência, ora do florescimento nem sempre trazem uma leitura uniforme. Exemplo disso foi o brilho das festividades da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, no ano de 1891, em plena estagnação econômica. Acontece que a Benemérita de Paraty, Geralda Maria da Silva, ao morrer, deixou a maior parte dos bens para as irmandades religiosas da cidade e para Santa Casa da Misericórdia, por sinal, uma prática bastante comum entre os cidadãos paratienses. Mesmo que para as últimas décadas dos oitocentos as irmandades responsáveis pela arrecadação e organização das festas tenham-se empobrecido, não desapareceu o espírito religioso que caracterizou a cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, em plena República, Paraty ainda mantinha um espírito de vida colonial, quando as irmandades religiosas, mesmo que empobrecidas, ainda eram uma importante forma de organização religiosa e social. No entanto, os paratienses ansiavam mais pela modernização da cidade do que pela invocação de tempos gloriosos. Prova disso foi quando, no primeiro decênio do século passado, tentou-se a abertura de uma estrada de ferro que conectasse a cidade com Guaratinguetá e, ao mesmo tempo, incorporasse os municípios vizinhos com a Estrada de Ferro Central do Brasil. Infelizmente o projeto não foi aprovado e a cidade continuou imersa em uma desesperadora situação econômica. Frente às adversas condições sócio-econômicas existiram outras tentativas locais para reanimar a economia que se tornaram infrutíferas; por conseguinte, não se conseguiu dinamizar a atividade comercial do porto, a cidade praticamente parou, e a população ativa foi procurar trabalho fora.

A decadência de Paraty atinge tal ponto que, nas primeiras décadas do século XX, os imóveis foram se desvalorizando, continuamente, como comprova o rol dos contribuintes do imposto predial de 1905-1910.<sup>395</sup> Outro sintoma do abandono foram as notícias que se publicavam em jornais paratienses, por sinal, de efêmera vida, como o

---

<sup>394</sup> *Idem.*, pp, 67-69.

<sup>395</sup> MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Paraty: religião e folclore*. São Paulo: Ed. Nacional, 1974, p.22.

que refere “A Razão”, datado em maio de 1922. Noticiava-se a venda de material de ruínas e demolições de velhos armazéns que periodicamente ruíam.<sup>396</sup> A difícil situação econômica também repercutiu nas festividades religiosas que teimavam em se manter, apesar das penúrias. Por exemplo, na coluna “Factos & Fitas”, do referido jornal paratiense, noticiava-se que “em algumas procissões sahem os anjos descontentes por falta de cartuchos, devido à carência de assucar”<sup>397</sup>.

Durante as três primeiras décadas do século XX, não mais integrada à vida econômica da região, o traçado urbano era quase que o mesmo do começo do século XVIII. Não existia calçamento nas ruas, nem luz, nem saneamento, nem água encanada, inclusive, mantinham-se as mesmas formas de sociabilidade do passado, assim como a prática de se realizarem festividades religiosas de acordo com a tradição<sup>398</sup>. A cidade ainda mantinha uma forte vinculação com o passado o que percebeu o sociólogo Gilberto Freyre, na ocasião de uma viagem marítima realizada em companhia do desenhista Cícero Dias, em 1930, de Santos ao Rio de Janeiro. Sobre a impressão que lhe causou a cidade comentou:

“Quem falava, então, no Rio ou em São Paulo nessa jóia de virgindade brasileira que era, de todo, no tempo, Parati? Ninguém. Quando o bom do rebocador, cujo ritmo era o de navegar quase para não chegar ao Rio de Janeiro, demorou em Parati como se não quisesse continuar viagem, vi que estava num Brasil que os novos paulistas, os novos centro-sulistas alvorocadamente progressistas, não sabiam existir. Fui, creio, o único intelectual a, juntamente com Cícero Dias, desintelectualizar-me, desatualizar-me, arcaizar-me, para conviver com os moradores daqueles brasileiríssimos sobrados”<sup>399</sup>.

O passado em Paraty, certamente, não era o de um “país estrangeiro”, não existia a sensação de estar em um lugar longínquo e alheio, parafraseando a David Lowenthal<sup>400</sup>. A sensação de voltar a outros tempos era facilitada pelos moradores e pelas casas assobradadas, como comprova o depoimento de Gilberto Freyre. Quer dizer, pelo espírito de vida colonial que ainda se respirava na cidade dos anos trinta, unido da sua feição arquitetônica colonial, praticamente varada no tempo, ainda documentava-se tal passado. Nesse último sentido, se pode afirmar que Paraty é uma cidade “documento”, é o passado que se reflete no seu estilo de vida e na sua arquitetura

---

<sup>396</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>397</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>398</sup> SOUZA, Marina de Mello. *Op.Cit.* pp. 82-83.

<sup>399</sup> FREYRE, Gilberto. "Gilberto Freyre", In: *D. O. Leitura*. São Paulo, 9 (100) setembro, 1990, [1985] p. 3. (Viagem realizada de Santos ao Rio de Janeiro, 1930).

<sup>400</sup> Cf. LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge/New York. Cambridge University Press, 1988. - Tradução na Revista *Projeto História*. Nº 17. *Trabalhos da Memória*. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, novembro de 1998, pp.63-201.

singular e austera. Ora documentado-o, ora monumentalizando-o, inclusive, ora valorizado turisticamente, o passado das tradições religiosas, e sobretudo, da feição arquitetônica e paisagística foi objeto de um processo que visou à atribuição de significado e valor por parte dos órgãos públicos competentes: a patrimonialização.

### 3.2. A cidade documento e os primórdios da patrimonialização

(...) são grandes documentos porque eles são o livro que narra hum suplemento à história.

Manoel Araújo e Porto-Alegre. “Fragmentos de notas de viagem de hum artista brasileiro”, In: *Revista Minerva Brasiliense*. No. 2, 15 de Novembro de 1843, p. 71-73.

Podemos falar em patrimonialização, no Brasil, a partir dos anos trinta do século XX quando foram surgiram dois órgãos que cuidaram, no âmbito federal, da preservação do patrimônio: a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937) e o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937. O decreto-lei No. 37 que instituiu legalmente essa última repartição pública explicitou, em suas bases constitutivas, a importância da atuação conjunta das esferas estadual e municipal em prol da preservação do patrimônio. Essa foi uma das considerações que justificaram a primeira ação legal de proteção do acervo cultural da cidade quando, em 1945, a cidade foi erigida em Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro, fato que deu início à primeira fase de patrimonialização e que abrangeu até 1958.

As considerações que levaram à promulgação do decreto-lei que elevou a Paraty como Monumento Histórico do Estado – de número 1450 e assinado, em 1945, pelo interventor federal Ernani de Amaral Peixoto – sublinharam o interesse público que revestia a preservação do patrimônio cultural fluminense, especificamente, o caso da cidade de Paraty<sup>401</sup>. (**Anexo III**) Tal interesse se justificava pela importância da outrora vila, na história política, social e econômica da Capitania, da Província e do Estado do Rio de Janeiro e pelas características expressivas da arte tradicional brasileira presentes no conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade. A conjunção desses dois aspectos convertia o conjunto arquitetônico e urbanístico paratiense em um bem de excepcional valor.

---

<sup>401</sup> Segundo as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o ano de 1945, o município estava dividido por três distritos: Parati, Humaitá e Parati-Mirim, com um total de 9 673 habitantes dos quais, apenas, 1554 moravam em áreas urbanas e suburbanas, a população rural alcançava a cifra de 8 119. Cf. “Sinopse estatística do Município de Parati”. In: *Sinopse Estatística do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística: IBGE, 1948. p. 14.

O decreto era rigoroso, ao menos pelo que consta explicitamente, no documento, em relação à conservação *in situ* das características originais da cidade de modo que se respeitasse a integridade dos elementos compreendidos no conjunto.<sup>402</sup> O texto legal do decreto induzia a posterior elaboração de um Código de Obras que iria garantir a permanência da arquitetura original do centro histórico-urbano. Este foi promulgado mediante o Decreto-Lei No. 51 de 27/3/1947 e definiu os limites da zona urbana dividindo-a em bairros - industrial e histórico. Vários artigos trataram, de forma exigente, da conservação arquitetônica do denominado Bairro Histórico<sup>403</sup>. **(Figura 15)**

Existem dois aspectos que merecem ser destacados em relação aos dois decretos mencionados. Um deles é o fato de ter existido tal legislação em matéria de proteção ao patrimônio histórico e artístico no âmbito estadual – como complemento à sua congênere na esfera federal, e o outro aspecto, o civismo, presente no corpo do texto que coloca o Estado como a garantia na defesa dos interesses cidadãos, sobretudo, se tratando de um bem coletivo como o patrimônio cultural.

Contudo, nem a ereção da cidade em Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro e nem a promulgação do Código de Obras garantiram, integralmente, a preservação dos aspectos arquitetônicos e urbanísticos originais da cidade (**Anexo IV**). O fato de esses instrumentos legais terem existido senta um bom precedente no que se refere às ações jurídicas de proteção do patrimônio histórico e cultural no âmbito estadual e municipal. Elas foram o arcabouço sobre o qual se fundamentaram outras medidas que iriam garantir a proteção do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Paraty. Os dois decretos não revelavam uma ação sistemática de proteção do patrimônio cultural, mas se caracterizavam antes como manifestações episódicas. De fato, as dificuldades de sua implementação decorrem da ausência de uma política geral e de ações correspondentes.

---

<sup>402</sup> Por Decreto Lei no. 51 de 27/3/1947 se promulgou o Código de Obras que iria garantir a preservação das características originais do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Parati. Cf. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

<sup>403</sup> Balizado pelo capítulo primeiro, artigo 4º, desse decreto, o “Bairro Histórico” foi delimitado “por uma linha que, partindo do eixo da Praça da Pedreira e passando pela foz do Rio Mateus Nunes, corre pelo litoral da baía de Parati, segue pela margem direita do Perequê-Açú e atinge novamente a Praça da Pedreira, pelo Bêco do Propósito.” Decreto-Lei No. 51 de 27/3/1947, In: Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati, Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Na demarcação do Bairro Histórico, também utilizada pelo IPHAN quando interveio na cidade, incluiu-se a Santa Casa da Misericórdia que tombamento iphaniano retomaria alguns anos depois, separadamente do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico.

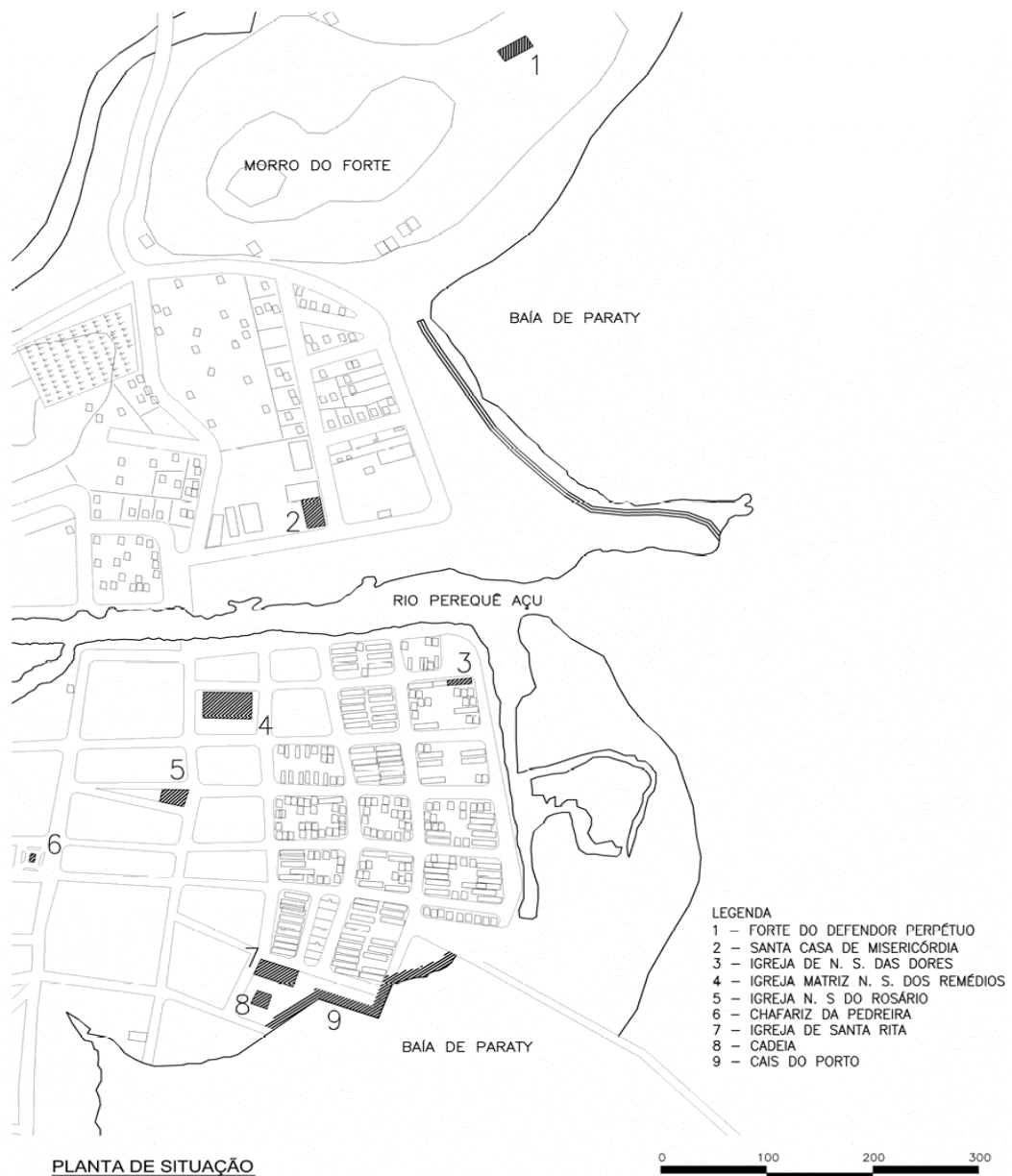
Enquanto isso, a situação sócio-econômica da cidade não mostrava sinais de recuperação o que impedia quaisquer tipos de ações de conservação e restauro. A cidade continuava, literalmente, ilhada do ponto de vista geográfico e histórico. Prova disso são diversos artigos de jornais fluminenses, paulistas e mineiros publicados que acompanharam o processo de patrimonialização da cidade. O texto de *Uma gota no histórico de Paraty*, publicado, em 1940, pelo *Jornal do Estado*, deu ênfase à importância de um passado caracterizado pela existência de construções singulares, pelas visitas de figuras importantes, pelas disputas político-administrativas e pelo esplendor econômico <sup>404</sup>. Diante dessa importância histórica, existia a evidente contradição com o grau de abandono em que se encontrava a cidade na época, extensível à primeira metade do século XX. Ao ser ela catalogada como “umas das comunas históricas da terra fluminense”, se comprova a existência de uma preocupação por Paraty que extrapolava suas fronteiras.

Uma década depois a situação em Paraty ainda não havia mudado, o que comprova um artigo publicado na *Revista O Globo*, de 28 de outubro de 1950. O autor destaca o paradoxo que resultava da cidade se localizar na faixa mais movimentada do litoral brasileiro: o litoral Rio-Santos, e ao mesmo tempo, se encontrar literalmente estagnada em pleno século XX. Joaquim Almeida Matos, o autor do artigo, destaca, pormenorizadamente, como o abandono tomou conta da cidade, e o que narrou com propriedade e domínio técnico. Além de ter sido Prefeito de Barra Mansa, outro município fluminense, sua formação em arquitetura e urbanismo lhe permitiu avaliar o traçado urbano da cidade como único e insuperável em matéria de soluções práticas.

---

<sup>404</sup> Arquivo Central do IPHAN, RJ. Série Inventário. Caixa 404, Pasta 2, Envelope 1.





**Figura 15.** Bens Imóveis Inventariados. Centro Histórico de Paraty. Fonte: [http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/ouro/02\\_CaminhoVelhoDoOuro.pdf](http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/ouro/02_CaminhoVelhoDoOuro.pdf) Acessado em 13-V-2010.

Enfim, ao afiado olhar do intelectual se soma a perspicácia do político – ou, ao contrário, o que se evidencia logo nos primeiros parágrafos do artigo. De fato, o otimismo e as intenções confessas em desenvolver a região, especificamente a cidade de Paraty, são fatores recorrentes nos artigos publicados em jornais do sudeste brasileiro da época. As fontes anteriores aqui coincidem – independentemente dos enfoques, em destacar a situação desesperadora que atravessava a antiga vila de Nossa Senhora dos

Remédios, assim como em ressaltar nela a sobrevivência de um estilo colonial de vida em pleno século XX.

A cidade não saía da estagnação econômica em que se encontrava, o que influenciou no desrespeito à legislação em matéria de proteção do patrimônio. Lembre-se que a “jovem Repartição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” – como costumava chamá-la o Dr. Rodrigo de Melo Franco, ainda não tinha legalmente feito intervenções na cidade <sup>405</sup>. Isso justifica a inexistência de um número significativo de ações federais efetivas de proteção e conservação até finais da década de cinquenta do século XX: uma das características da primeira fase da patrimonialização. Outra característica foi a ênfase dada pelos instrumentos legais de preservação, na importância histórica, social e econômica de Paraty nos tempos da Colônia e do Império. Nessa fase da patrimonialização, o Monumento Histórico do Estado “documentou” uma leitura do passado através de suas construções religiosas, domésticas, civis e militares que ficou excluída – não por muitos anos – da especulação imobiliária e do circuito dos valores mercadológicos que marcaram a segunda fase.

### 3.3. A cidade monumento e a patrimonialização

“Do patrimônio dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara deve dizer-se que é dos mais valiosos do país, embora menos afamado. Se tivermos em vista conjuntos urbanos que conservam as características originais, a área fluminense oferece-nos os núcleos de Parati e Vassouras, aquele com fisionomia genuína da vila de N. S. dos Remédios no séc. XVIII [,] e este em seus logradouros principais, com o aspecto autêntico da cidade oitocentista, construída na primeira fase do ciclo do café (...)”.

Rodrigo Melo Franco de Andrade. Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga, São Paulo, em 21.11.1961 <sup>406</sup>.

A partir de finais dos anos cinquenta do século XX, o passado que Paraty secularmente documentava se tornou, aos poucos, um país estrangeiro <sup>407</sup>. Seu centro histórico transformou em uma mercadoria e nada parecia atrair ou vender tanto quanto o passado. Várias causas contribuíram para isso, sobretudo, a chegada dos primeiros afluxos esporádicos de turistas paulistas que, desde aquela década, arriscavam o trajeto

---

<sup>405</sup> De modo geral, e para não gerar desentendimentos com o leitor, quando falamos em IPHAN entendemos o órgão que institucionalizou as políticas de proteção do patrimônio no âmbito federal no Brasil do século XX. As diversas denominações que teve corresponderam a câmbios na estrutura organizativa do aparelho do Estado.

<sup>406</sup> Melo Franco de Andrade, Rodrigo. “O patrimônio histórico e artístico nacional”, Aula proferida no Instituto Guarujá-Bertioga, São Paulo, em 21.11.1961. In: *Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Ministério da Cultura. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundação Pró-Memória. Rio de Janeiro, 1987. p. 60.

<sup>407</sup> LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 4.

para passar as férias; assim como a extinção das irmandades que, outrora, protagonizaram a vida da cidade<sup>408</sup>. A cidade, que no começo da década de 1950 ainda não havia sido tombada, já apresentava alguns “tombos” o que se interpreta ao ler a correspondência relativa ao tombamento mantida entre Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo de Melo Franco e Lúcio Costa<sup>409</sup>.

O chefe da Seção de História da Repartição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o poeta Carlos Drummond de Andrade, encaminhou uma carta ao Dr. Rodrigo de Melo Franco sugerindo a inscrição do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Paraty “de modo a assegurar de maneira definitiva a proteção aos valores históricos e artísticos daquela cidade, providenciando-se ainda, quanto à delimitação da área atingida pelo tombamento”<sup>410</sup>. Na mesma carta, Rodrigo de Melo Franco expressou sua aprovação à solicitação de Carlos Drummond de Andrade, acrescentando que a inexistência de um regime federal de proteção era o pretexto que arguíam os proprietários locais para não se submeter às determinações da Repartição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Também argumentou que a fisionomia antiga da cidade se achava mais bem conservada do que outras cidades coloniais mineiras como São João Del Rei e Mariana, em Minas Gerais. Não obstante, pediu o parecer do diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, Lúcio Costa, que entendeu “que a proteção estadual tinha-se mostrado insuficiente”<sup>411</sup>. Destacamos, nesse documento, três fatores operantes que levaram ao tombamento: a insuficiência da proteção estadual sobre o patrimônio, o descumprimento desta por parte dos cidadãos paratienses e a comparação que faz o Dr. Rodrigo de Melo Franco com algumas cidades mineiras. Finalmente, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Paraty e, separadamente, a Santa Casa de Misericórdia foram tombados, em 13 de fevereiro de 1958, não sem antes esperarem alguns meses pela ciência do prefeito da cidade.

---

<sup>408</sup> Segundo a pesquisadora Marina de Mello e Souza, a estrada da serra que a ligava com Cunha – que dava passagem a ônibus e automóveis – tinha sido aberta, em 1954. Para aqueles anos Parati contava com serviços básicos água encanada e luz elétrica, uma ponte de cimento que ligava as duas margens do Perequê-Açú, um cais de atracação para as lanchas que, ainda, permitia a ligação com o Rio de Janeiro. Cf. SOUZA, Marina de Mello. *Op. Cit.* pp. 159-160.

<sup>409</sup> Arquivo Central do IPHAN. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

<sup>410</sup> *Idem.*

<sup>411</sup> Arquivo Central do IPHAN, RJ. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

Nesse item iremos estudar o tombamento, que marcou o começo da segunda fase do processo de patrimonialização da cidade, que se estendeu até a declaração como Monumento Nacional. Esse trajeto se tornou uma verdadeira saga dentro do âmbito institucional e civil. A intervenção legal do IPHAN, na cidade, reforçou a importância de conjuntos histórico-urbanos de obras modestas e seu entorno, assim como sua função rememorativa. Nesse viés da análise, o tombamento iphaniano antecede alguns dos pressupostos da Carta de Veneza, de 1964 <sup>412</sup>. Finalmente, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Paraty e, separadamente, a Santa Casa da Misericórdia foram inscritos nos livros de tombamento de Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – primeiro volume, folha 82 e sob inscrição de número 441 e, também, no primeiro volume, folha 4 sob inscrição de número 17, respectivamente. Não existiu em Paraty um apurado estilo arquitetônico de traços originais semelhante ao do barroco mineiro. Contudo, ao ser tombado o *Conjunto Arquitetônico...* foi legitimada uma leitura da história, a dos tempos do Brasil Colônia e do Brasil Império, a das tradições lusocristãs. Sob essa abordagem se pode entender a inclusão da Santa Casa da Misericórdia – uma construção do século XIX cujo patrono foi o Imperador D. Pedro II – dentro de uma área geográfica delimitada pelo tombamento iphaniano com genuína fisionomia de uma vila do século XVIII de 1958 <sup>413</sup>. Três anos depois do tombamento de 1958, foi a vez das igrejas de Paraty.

Por meio de vários ofícios do representante do IPHAN em Paraty se solicitava ao Dr. Rodrigo de Melo Franco o tombamento das igrejas de Santa Rita, de Nossa Senhora dos Remédios, de Nossa Senhora das Dores e a de Nossa Senhora do Rosário. O representante do órgão, na cidade, pedia garantias para a proteção do acervo histórico e artístico existente no interior desses templos porque o tombamento não especificava, de forma isolada, as quatro igrejas que faziam parte do Conjunto Arquitetônico e

---

<sup>412</sup> Os antecedentes de tal discurso podem-se encontrar no primeiro artigo da Carta de Veneza: “O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo”. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/veneza.html>

<sup>413</sup> A mesma delimitada pelo Código de Obras de 1947, ou seja a do Bairro Histórico. Cf. OFÍCIO No. 1081, encaminhado pelo Dr. Rodrigo de Melo Franco ao Sr. Dr. Francisco Sá Filho, Diretor do Patrimônio da União, datado em 21 de Julho de 1961. Arquivo Central do IPHAN. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

Paisagístico<sup>414</sup>. Com o tombamento das igrejas da cidade se buscaram garantias contra a perda ou esquecimento do passado de uma nação imaginária da qual o IPHAN foi legítimo representante. O resultado foi que, em 13 de fevereiro de 1962, foram inscritas, no Livro de Tombo Histórico as quatro igrejas e suas respectivas imagens e alfaías, sendo comunicado ao Bispo diocesano de Barra de Pirai<sup>415</sup>. As igrejas tombadas não sobressaem pelo valor artístico, mas por seu valor histórico. Interessou mais ao IPHAN o regime de historicidade que esses monumentos históricos representavam do que quaisquer outros aspectos relacionados com o estilo e a forma o que se aplica, também, ao Forte Defensor Perpétuo.

Este último tinha sido tombado, também no Livro Histórico – folha 53 sob inscrição 318-A – em janeiro de 1957. Contudo, o regime do tombamento não garantiu a preservação da moldura paisagística do Morro de São Roque devido aos loteamentos efetuados no terreno durante os anos sessenta, quando se assistia “passivamente à deformação das encostas do morro sobranceiro, pelos sub-produtos da especulação imobiliária”<sup>416</sup> Felizmente, no jornal *Correio da Manhã*, de 20 de novembro de 1964, foi publicada uma notícia, comunicando que o presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, tinha assinado um decreto<sup>417</sup> pelo qual declarava de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel constituído por todos os terrenos situados no morro de São Roque.

Logo após de terem sido declarados de utilidade pública os terrenos do Morro de São Roque, o tema Paraty foi retomado com mais força dentro do IPHAN. Em ofício de janeiro de 1965, Rodrigo de Melo Franco solicita o apoio do Ministro de Cultura Flávio Suplicy de Lacerda para a declaração da cidade como Monumento Nacional com o objetivo de “evitar deformações irreparáveis do acervo histórico e paisagístico do

---

<sup>414</sup> Processos de tombamento 655-T-62, o 658-T-62, o 657-T-62 e o 656-T-62. Arquivo Central do IPHAN.

<sup>415</sup> As quatro igrejas – a Matriz, a de Nossa Senhora das Dores, a de Nossa Senhora do Rosário, a de Santa Rita – foram inscritas no Livro Histórico, folha 56 sob os números 337, 338, 339, 336, respectivamente. Os números dos processos de tombamento são, também nessa ordem, o 655-T-62, o 658-T-62, o 657-T-62 e o 656-T-62. Arquivo Central do IPHAN.

<sup>416</sup> Exposição de Motivos 571, de 12 de Junho de 1964, do Ministro Flávio Suplicy de Lacerda, encaminhado ao Presidente da República Castelo Branco. Arquivo Central do IPHAN. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati. Mais informações sobre a desapropriação do Morro de São Roque se pode consultar no Processo No. 532-T-55, “Fote Defensor Perpétuo”. Paraty. Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

<sup>417</sup> Arquivo Central do IPHAN. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

município.”<sup>418</sup> Diga-se de passagem, que a devastação da Mata Atlântica limítrofe nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, região onde se localiza Paraty, atingia proporções extraordinárias naqueles anos e precisava-se de ações legais efetivas para detê-la. O ofício foi acompanhado de uma “Exposição de Motivos” e de uma “Minuta do Decreto Presidencial” cujos conteúdos procuravam adequar a norma preservacionista à realidade sócio-econômica do município, uma clara expressão das concepções iphanianas da preservação do patrimônio nesta fase da patrimonialização. Mas já a realidade econômica dos anos sessenta do século XX<sup>419</sup> tinha alterado a feição arquitetônica do bairro histórico. Nesse sentido, o depoimento de 1965, do arquiteto belga Frederic de Limburg Stirum, personagem envolvido com a preservação da cidade comenta que:

Já se encontrava feito a demolição de uma casa colonial e sua substituição feita por uma grande construção, bem na esquina em frente ao Campo de Futebol. No Bairro Histórico há uma floresta de antenas de televisões sobre os telhados, que chegou ao ponto de ser estudado pelo próprio Perfeito a criação de uma antena geral de captação a ser colocada em cima do Morro de Vila Velha (...) Os terrenos tem tido uma super valorização, artificial, nos preços, atingindo totais de milhões para a venda dos mesmos (...) Há um ano atrás, [em 1964, HVM]” era possível haver um plano diretor com pouco trabalho. Hoje já se torna difícil e oneroso. Dentro de seis meses já se tornará tarde demais (...) <sup>420</sup>.

Impunha-se na cidade o estabelecimento de um plano que ordenasse a necessidade de crescimento da população e economia de Paraty. O plano elaborado pelo arquiteto Limburg Stirum, em 1965, previa uma zona de proteção abrangida por um raio de 5 quilômetros, em cuja área a construção e utilização dos terrenos estariam sujeitos a regulamentações gerais. Além disso, as construções dentro dessa área deveriam ter uma altura limitada não podendo ultrapassar a altura das casas existentes no centro histórico

---

<sup>418</sup> Quase uma década depois, por não ter sido objetivada a desapropriação se impôs a expedição de um novo decreto com a mesma finalidade que o antecedente pleiteado por Renato Soeiro ao Ministro de Educação e Cultura Jarbas Passarinho através do ofício 208, de 2 de fevereiro de 1971. Outra vez constata-se como a patrimonialização da cidade foi uma verdadeira saga no âmbito institucional. Finalmente o General Emilio Médici, mediante decreto no. 68 481 de 6 de abril, de 1971, declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que foi publicado no Diário da União, em 7 de abril de 1971. Arquivo Central do IPHAN. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

<sup>419</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o censo demográfico de 1960, registrou uma população de 12.085 habitantes no município de Parati, dos quais 6.278 estavam em zonas urbanas. Nos distritos do município de Parati (o distrito sede, o de Parati-Mirim, e o de Tarituba). O distrito sede, Parati, tinha 7.325 habitantes (3.046 na zona urbana), o de Parati-Mirim, 3.863 habitantes (3.014 na zona urbana) e o de Tarituba, 897 habitantes (218 na zona urbana) In: CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Parati, Rio de Janeiro. RJ: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967, pp. 3-23.

<sup>420</sup> Ameaças sobre Paraty desde 1965, de 9 de Julho de 1965. In: Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati. Arquivo Central do IPHAN.

da cidade (**Figura 19**). Segundo o próprio Frederic de Limburg Stirum, era “preciso que, qualquer que seja o número de futuras construções, jamais arranha-céus ou chaminés de usinas venham a estragar esta excepcional perspectiva [aquela que teria o viajante vindo por mar, HVM]”<sup>421</sup>.

Também o plano de Limburg Stirum estabelecia disposições para o interior da área coberta pelo raio de 5 quilômetros. Dentro dela se localizava o Bairro Histórico, uma Zona “*non. edificandi*” que abrangia os arredores de tal bairro e compreendia uma grande avenida de 200 metros de largura que se abria em um leque para o mar formando uma grande explanada. Nela seriam conservadas algumas construções existentes como: o chafariz da Praça da Pedreira, a pequena capela no extremo do beco do Propósito, às margens do Rio Morto; uma espécie de estação do Caminho da Cruz; bem como a Porta de Ferro por onde teria passado D. Pedro I e algumas casas antigas ao longo da calçada que levava à cidade. Em ambos os lados da esplanada, existiria uma zona verde para separar nitidamente a cidade histórica dos novos bairros que seriam construídos. Já no interior dela estavam previstas algumas construções destinadas ao turismo (hotéis e restaurantes), esportes (campos de futebol, piscinas, clubes e suas dependências) e, também, algumas instituições culturais como o Instituto da Banana, outros de pesquisas florestais e de folclore<sup>422</sup>.

Quanto à expansão da cidade, ela seria atravessada por faixas verdes que acompanhariam os cursos de água dividindo-a em quatro zonas; já a parte destinada ao veraneio, no fundo da baía, o arquiteto belga era partidário de que as novas construções (moradias, clubes, etc.) ao longo da praia obedecessem aos princípios de integração da paisagem. Ainda o plano elaborado por Limburg Stirum previa, além da avenida dupla que seguia ao traçado da estrada Parati-Cunha, outras duas grandes vias transversais, uma que atravessaria os novos bairros, facilitando o trânsito e a outra transversal que comunicava os novos bairros com a praia de Jabaquara. Ainda, uma outra via, na beira da praia, seguiria o traçado da antiga estrada Parati- Angra dos Reis. No plano de Limburg Stirum, as construções existentes no cinturão verde e ao redor da Santa Casa da Misericórdia estavam condenadas a desaparecer. O alcance do plano, segundo o próprio autor, assinalava que além de ser um ponto de partida para o desenvolvimento da faixa litorânea da Rio-Santos, significaria um primeiro passo no sentido de socorrer,

---

<sup>421</sup> BATISTA, M. Nogueira. “Parati”, In: Revista *Arquitetura*, No. 46, Abril 1966. (Fotos do Arq. Frederic de Limburg Stirum). Órgão Oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil. p, 9.

<sup>422</sup> BATISTA, M. Nogueira. *Idem*, pp. 10-11.

de forma eficaz, uma cidade histórica, planejando novos bairros permitindo assim um desenvolvimento em termos humanos, por fim à destruição inominável das matas, tornando as florestas parte integrante do planejamento urbano <sup>423</sup>.

As idéias de Limburg Stirum expostas, no referido plano, procuravam conciliar os interesses da preservação do patrimônio com o inevitável desenvolvimento econômico que se avizinhava, era a ocasião “de mostrar ao País [sic] o tratamento que merece o passado e quanto mais amplas deveriam ser as atribuições do DPHAN que, apesar do esforço inegável, nem sempre consegue impedir que as mais desastrosas iniciativas privadas privem ao Brasil dos monumentos de sua História e de elementos essenciais à sua vida no futuro” <sup>424</sup>.

Para começo dos anos sessenta do século XX a população da cidade tinha alcançado um total de 12 085 habitantes, o que, por sua vez, revela um nível elevado de atividades econômicas entre as quais se encontrava a agricultura e a indústria. Resulta interessante observar, para meados daqueles anos, que o setor de serviços contava com 33 estabelecimentos, todos na cidade, entre os quais, 12 bares e botequins, 6 hotéis e pensões, 5 barbearias, 6 restaurantes, além do motel, “Os Candeeiros” que contava com 11 confortáveis apartamentos <sup>425</sup>. Era inevitável um choque de interesses na cidade, por um lado a ação preservacionista do IPHAN, na cidade empenhada em manter as características originais da arquitetura e, de outro, os interesses dos empresários locais e não locais que desejavam apostar na nova realidade sócio-econômica na qual o turismo parecia o *deus ex machina*. Ela precisava de um regime de proteção ao patrimônio cultural mais aperfeiçoado do que aquele que elevou as cidades de Ouro Preto (1933), Mariana (1945) e Alcântara (1948) à condição de Monumento Nacional e que, também, conciliasse os interesses das partes envolvidas.

---

<sup>423</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>424</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>425</sup> CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Parati, Rio de Janeiro. RJ: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967, pp. 3-23.





**Figura 16.** Cidade histórica e da cidade moderna segundo o plano elaborado pelo arquiteto Frederic de Limburg Stirum. In: BATISTA, M. Nogueira. “Parati”, In: Revista *Arquitetura*, No. 46, Abril 1966. Órgão Oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil, p. 9.

Essas também eram as ideias do arquiteto Renato de Azevedo Soeiro, diretor substituto da repartição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na época, diga-se de passagem, representante de novos tempos e concepções dentro das políticas de preservação do patrimônio entre os anos sessenta e setenta do século XX cuja gestão ainda foi insuficientemente estudada. Em ofício, datado em setembro de 1965, por ele encaminhado ao ministro Flávio Suplicy de Lacerda percebemos, logo da leitura da exposição de motivos e da minuta do decreto anexados, que a situação de Paraty e o regime de proteção pleiteado seria um modelo referencial para os novos tempos das

políticas de conservação do patrimônio nas “cidades monumentos”, termo que utiliza Soeiro para se referir a elas.

O objetivo em erigir a cidade em Monumento Nacional (**Anexo V**) era, segundo as ideias de Rodrigo de Melo Franco e Renato Soeiro, o de

assegurar proteção eficaz à integridade do acervo histórico-paisagístico (...) e estabelecer as condições necessárias para a execução de um plano adequado de desenvolvimento urbanístico e para a reconstituição do patrimônio florestal do município <sup>426</sup>.

Ou seja, as preocupações presentes, na chefia do IPHAN, não só se focalizaram no patrimônio histórico e artístico, mas no florestal, o que mostra um entendimento maior do patrimônio e seu caráter indissociável dos elementos naturais, uma das características da segunda fase da patrimonialização na cidade. A elaboração de um Plano Urbanístico para a “cidade monumento” se impunha e, também não fugia dos olhares de Melo Franco e de Azevedo Soeiro a importância do turismo, outra característica da segunda etapa da patrimonialização, que se explicitou na Exposição de Motivos e na Minuta do Decreto Presidencial encaminhadas ao Ministro de Educação e Cultura <sup>427</sup>. Segundo o sexto artigo da minuta do decreto a Divisão de Turismo e Certames do Ministério de Indústria e Comércio, deveria elaborar, conjuntamente com o IPHAN e outros órgãos competentes um plano para incrementar o turismo em benefício da cidade. Isto é, o fomento do turismo em Paraty era mais um assunto a levar em consideração pelo órgão uma vez que mexia com os interesses preservacionistas do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico tombado. O importante era conjugar ambos os interesses – turismo e patrimônio, e para isso alguns funcionários do IPHAN tinham competências. O órgão devia tomar providências antes que o iminente desenvolvimento do turismo na cidade ignorasse o alcançado em matéria de preservação do patrimônio.

Entre os anos de 1958 e 1966, podemos constatar, no IPHAN, a existência de um discurso institucional, em consonância com o mais avançado em matéria de legislação sobre a proteção do patrimônio, que evoluiu de posições estritamente relacionadas à proteção do patrimônio até o entendimento do patrimônio como um incentivo para potencializar o turismo na cidade que fez de sua moldura paisagística e histórica um monumento. Contudo, uma cidade monumento que no lugar de documentar o passado, o petrificou mantendo uma lembrança simbólica do espaço frente as novas condições

---

<sup>426</sup>Ofício No. 1134. Arquivo Central do IPHAN. Expediente de Tombamento 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

<sup>427</sup> *Idem*.

sócio-econômicas com as quais lidou a ação preservacionista iphaniana desde finais dos anos sessenta e ao longo dos setenta.

### 3.4. A cidade monumento e a turistificação

*Aujourd'hui, après un siècle d'abandon, elle est toujours belle. Nul doute que grace à sa position géographique exceptionnelle, elle soit animée une troisième fois par le cycle touristique*<sup>428</sup>.

Frédéric de Limburg Stirum,  
Arquiteto e técnico da UNESCO.

Segundo o antropólogo do turismo Dean MacCannell o turista moderno encontra em suas deslocções as estruturas tradicionais que conferem à vida um sentido, as que foram suprimidas em grande parte pelo ritmo da vida contemporânea<sup>429</sup>. Tal abordagem poderíamos aplicar ao caso de cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo em acelerada urbanização e crescimento durante os anos cinquenta e sessenta do século passado, precisamente os anos em que os primeiros turistas<sup>430</sup>, paulistas e cariocas, chegaram à antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios, atual Paraty. Esse fato, por sua vez, coincide com o processo de patrimonialização analisado no capítulo anterior e antecipa-se às novas concepções do IPHAN, que com a assessoria técnica da UNESCO, valorizam o turismo no âmbito da preservação.

Contudo, a inserção definitiva do turismo nos destinos de Paraty se deve, em boa medida, à atuação do binômio IPHAN-UNESCO que visou compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação patrimonial. A ação conjunta desses órgãos tornou o patrimônio cultural brasileiro mais conhecido no âmbito nacional e internacional, sobretudo, após várias visitas técnicas realizadas ao Brasil durante as décadas de 60 e 70 do século XX. Como resultado de tais visitas, foram elaborados vários relatórios que se tornaram a porta de entrada de novas concepções em matéria de preservação do patrimônio cultural, sendo a antiga vila de Paraty um ponto obrigatório no itinerário de especialistas como Michel Parent, Frédéric Limburg Stirum, Graeme Shankland e David Walton, Alain Paskine e Jean Baptiste Perrin, todos contratados pela UNESCO. Paraty representou um desafio único para o fomento do turismo nacional e

---

<sup>428</sup> STIRUM, Frédéric de Limburg. “*Plan national de mise en valeur de Parati dans le cadre d’un développement touristique*”, In: Revista da UNESCO, Janeiro, 1968, p. 11. A tradução ao português poderia ser: “Hoje-em-dia, após um século de abandono, ela ainda é bela. Que ninguém duvide, graças a sua posição geográfica excepcional, ela será novamente animada, pela terceira vez, pelo ciclo do turismo”.

<sup>429</sup> MacCANNELL, Dean. *The tourist: a new theory of the leisure class*, New York: Schocken, 1976.

<sup>430</sup> Alocêtricos, os chamou o psicólogo Stanley Plog no seu artigo “*Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity*”, In: *Cornell Hospitality Quarterly*. February 1974. Volume 14, No. 4, pp. 55-58.

internacional, pelo que deveria receber tratamento prioritário no trabalho da equipe UNESCO-Brasil, uma tarefa pesadíssima, nova e de grande urgência que o IPHAN incorporou no final da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade e durante os anos da gestão do arquiteto Renato Soeiro.

De modo geral, as diferenças existentes entre os relatórios por eles apresentados dependem das situações percebidas e das estratégias propostas para compatibilizar o planejamento urbano ao desenvolvimento do turismo em Paraty. O primeiro relatório publicado naqueles anos é da autoria de Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção de Monumentos na França, sob o título “*Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*”<sup>431</sup>. Nas várias páginas dedicadas à cidade de Paraty e a Baía da Ilha Grande, Michel Parent destacou que as oportunidades de desenvolvimento cultural e econômico da antiga vila estavam atreladas ao turismo, sobretudo, devido à situação privilegiada de Paraty, e ao grau de conservação de sua arquitetura tradicional. Porém, existiam duas situações diagnosticadas pelo técnico francês que ameaçavam a integridade do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Paraty e, com isso, as possibilidades reais do desenvolvimento econômico mediante o turismo. Elas foram a restauração arbitrária de casas antigas cujos resultados atentavam contra integridade de arquitetura colonial paratiense e o risco de um crescimento anárquico, sobretudo, fora dos limites do centro histórico.

Para dar solução às situações diagnosticadas era necessária a adoção de um plano urbanístico que deveria “prever os recursos para a salvaguarda e manutenção da cidade antiga e o potencial de desenvolvimento da nova Paraty”<sup>432</sup>. As intervenções decorrentes do tombamento como Monumento Nacional, continua Michel Parent, deveriam ter medidas referentes à preservação arquitetônica do Centro Histórico, à gestão portuária, à restauração de imóveis públicos, especialmente as igrejas. Ao mesmo tempo, tais intervenções deveriam priorizar a aquisição ou expropriação de casas antigas ameaçadas de ruir com vistas a serem restauradas e revendidas, sendo essa uma política de ajuda financeira às restaurações controladas pelo IPHAN. Ainda o plano diretor a que se referia Michel Parent deveria prever a ocupação dos lotes livres no interior do

---

<sup>431</sup> PARENT, Michel. *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Arquivo Central do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sub-Série UNESCO (1966-1969). Módulo 66, Caixa 59, Pasta.190.

<sup>432</sup> LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (Org.). *As missões da UNESCO no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. IPHAN, 2009. p. 71.

bairro antigo reservados preferentemente para jardins, dependências de instalações hoteleiras e para a infra-estrutura pública necessária, afinal, “o crescimento de Paraty como cidade de arte está ligado aos atrativos que ela poderá oferecer como cidade balneária”<sup>433</sup>.

Conciliar e consolidar a presença do “Patrimônio”, ou seja, do IPHAN em Paraty, com a nova realidade que se impunha, foi a maior preocupação nas páginas do relatório dedicadas ao Monumento Histórico Nacional e à Ilha Grande. Assim Michel Parent propôs assistência técnica, sob a forma de uma missão relacionada ao uso dos solos ligada ao programa conjunto de salvaguarda do patrimônio monumental comum do governo do Brasil e da UNESCO; propôs o desenvolvimento de um plano diretor para a região e um plano urbanístico para a antiga vila; sugeriu a criação de um organismo jurídico ou de uma fundação gerida sob controle artístico e técnico do “Patrimônio” a fim de realizar uma política territorial e, por último, indicou a criação de uma infraestrutura necessária à promoção de Paraty para a prática do turismo nacional e internacional. Isso tudo seria acompanhado de um esforço de propaganda, no Rio de Janeiro, em São Paulo e, no exterior, para desenvolver o turismo em Paraty.

A operação “Paraty”, como Michel Parent denomina a todo o conjunto de propostas a serem implementadas, deveria ser situada em um contexto mais amplo que compreendesse Angra dos Reis e Mambucaba, a salvaguarda da floresta e a Baía da Ilha Grande, ainda considerando a vocação individual dos municípios e aglomerações da região costeira Rio-Santos fixando um calendário para desenvolver ligações viárias, marítimas e aéreas do setor. Todavia, continua Parent em suas considerações sobre Paraty, as universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo poderiam ver, na cidade, um centro de estudos para seus membros, além de um centro de encontro com a juventude universitária de outros países. O desenvolvimento do turismo por si só não era a prioridade da UNESCO, mas essencialmente importante para “a compreensão mútua entre os povos e o desenvolvimento e salvaguarda de suas culturas específicas”<sup>434</sup>. Nesse caso, ecoava a filosofia e as posições da UNESCO em matéria de turismo, aliás, até aquela data responsável pelo tema no plano mundial.

Outro representante da UNESCO, o conde belga Frédéric de Limburg Stirum realizou um estudo sobre o estado de conservação do patrimônio cultural e sua

---

<sup>433</sup> LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (Org.). *Op. Cit.*, p. 76.

<sup>434</sup> *Idem.*, p. 58.

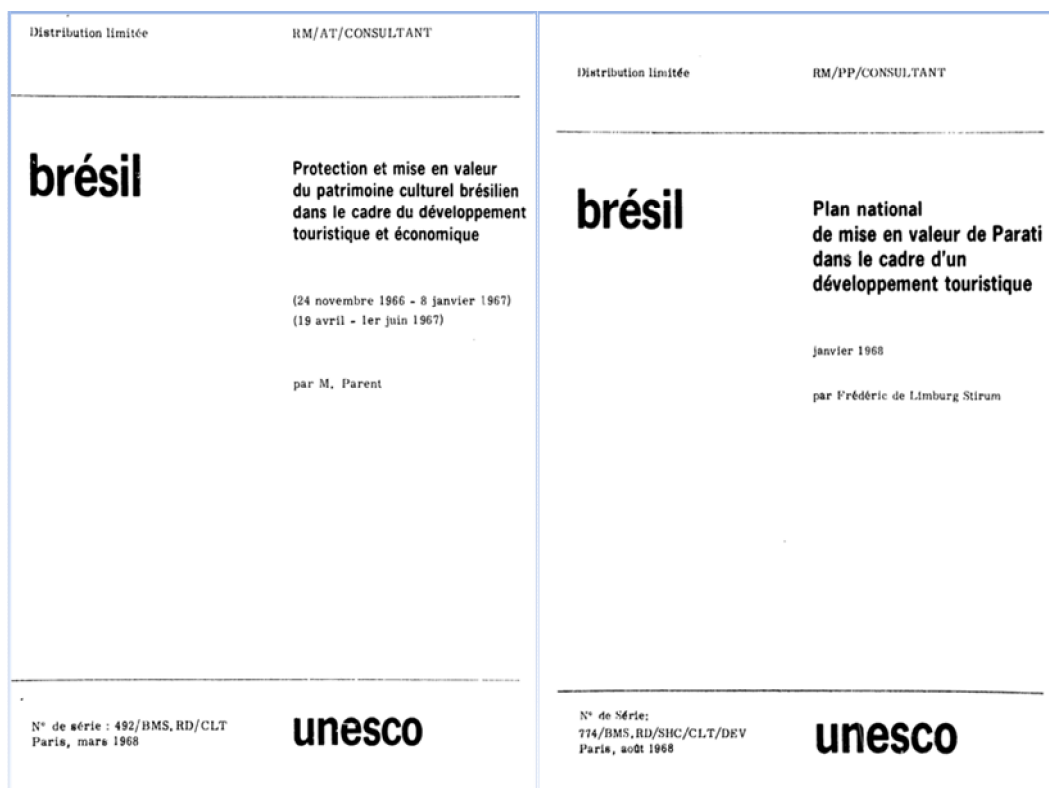
valorização turística em Paraty (**Figura 17**). Diferente dos outros peritos da UNESCO, Limburg Stirum, morou vários anos em Paraty, o que o fez se identificar com a realidade sócio-econômica e cultural do município. Prova disso são as ideias expostas no *Plan national de mise em valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique*, publicado pela Revista da UNESCO, em janeiro de 1968. Esse documento consta de uma breve introdução e de mais três partes que trataram, respectivamente de: “Parati em geral”, de “Parati e sua floresta” e de “Parati contemporâneo”<sup>435</sup> e, também, nele podem ser encontradas algumas das ideias presentes no plano urbanístico elaborado pelo arquiteto anos antes como: a delimitação de uma zona de cinco quilômetros de proteção para a antiga cidade, o estabelecimento de um gabarito de construção a ser erguida no centro histórico da cidade, a construção de uma zona verde para separar nitidamente a cidade histórica dos novos bairros que seriam construídos.

No entanto, existem aspectos importantes a considerar nesta última proposta do arquiteto belga como a necessidade, urgente, de conciliar o planejamento urbanístico com o desenvolvimento turístico que se avizinhava para o litoral Rio-Santos com a abertura da BR-101; a análise que fez da situação econômica em Angra dos Reis e a necessidade de preservar as florestas do entorno paratienses, atrativos fundamentais para desenvolver o turismo. Ao tratar do turismo, Limburg Stirum destaca o papel de paulistas e cariocas que contribuíram para animar o que ele entendia por um novo ciclo de desenvolvimento econômico para a antiga vila, o do turismo<sup>436</sup>. Segundo o arquiteto belga, a prática do turismo poderia ter trazido o progresso para a antiga vila vizinha de Angra dos Reis que anos antes tinha entrado num ciclo industrial de desenvolvimento cujo patrimônio cultural foi sacrificado em nome do progresso.

---

<sup>435</sup> Cf. STIRUM, Frédéric de Limburg. “*Plan national de mise em valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique*”, In: *Revista da UNESCO*, Janeiro, 1968, pp. 1-42.

<sup>436</sup> Cf. STIRUM, Frédéric de Limburg. *Op. Cit.*, p. 11.



**Figura 17.** Capas originais dos relatórios de Michel Parent e de Frédéric de Limburg Stirum. Fonte: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/resources/online-materials/publications/unesdoc-database/>. Acessado em: 2/X/ 2008.

O município de Angra dos Reis poderia ter se tornado “o primeiro centro de atração turística do leste meridional do Brasil”<sup>437</sup>, mantendo conservado e reconhecido seu patrimônio cultural. É por isso que a *mise en valeur* de Paraty, como o título do relatório indica, deveria se encaixar no quadro do desenvolvimento do turismo o que iria garantir, teoricamente, o resgate das manifestações da cultura popular e o tão esperado desenvolvimento econômico da antiga vila e, conjuntamente a isso, evitaria repetir os erros cometidos em Angra dos Reis. O desmatamento das florestas do município poderia anular as possibilidades de desenvolvimento econômico uma vez que, além da história, a natureza constituía um dos principais atrativos turísticos para os turistas paulistas, cariocas e mineiros que freqüentavam Paraty<sup>438</sup>.

Segundo Limburg Stirum, até os anos sessenta, os esforços realizados em prol da conservação do patrimônio cultural e natural em Paraty tinham se mostrado insuficientes. Ele entendia que as autoridades do município deveriam receber ajuda estrangeira, o que iria complementar o esforço das esferas de poder estadual e nacional

<sup>437</sup> *Idem*, pp. 10-16.

<sup>438</sup> STIRUM, Frédéric de Limburg. *Op. Cit.*, pp. 37-42.

a favor da preservação do patrimônio cultural e natural. Para tal propósito, sugeriu a vinda de uma missão técnica da UNESCO que fosse capaz de restaurar e reanimar a antiga vila, o envio de uma missão da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) para a proteção da floresta e a criação de parques e reservas ecológicas, tudo em consonância com o legislado no decreto que elevou a vila à condição de Monumento Histórico Nacional <sup>439</sup>. As recomendações de Limburg Stirum presentes no *Plan national de mise en valeur de Paraty dans le cadre d'un développement touristique* deram mais argumentos ao IPHAN em seu trabalho de preservação patrimonial, sobretudo, em conjuntos monumentais como o caso de Paraty.

Conciliar o interesse da preservação do patrimônio cultural com o inevitável desenvolvimento econômico que se avizinhava foi um ponto comum nas reflexões dos peritos da UNESCO em suas visitas pelo Brasil. Seguindo essa linha, outros representantes desse órgão internacional, os urbanistas ingleses Graeme Shankland e o técnico David Walton, elaboraram um relatório, “Projeto de Turismo Cultural” <sup>440</sup>, mais abrangente do que o anterior, quanto aos cenários estudados que foi apresentado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Entre fevereiro e março de 1969 e com o apoio do IPHAN e da Fundação de Patrimônio Artístico e Histórico da Bahia, eles visitaram cidades como Rio de Janeiro, Salvador de Bahia, Cachoeira, Belo Horizonte, Ouro Preto, Congonhas, Sabará e Paraty. Com seus estudos, outra vez, fez-se evidente a intenção da UNESCO e do IPHAN em promover o turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento econômico, sobretudo, em três cidades históricas: Salvador da Bahia, Paraty e Ouro Preto.

Quanto a Paraty, Graeme Shankland chamou a atenção sobre a pouquíssima assistência da administração pública ao município, apesar de seu futuro promissor, inclusive, e segundo suas palavras “em vias de se transformar na Saint Tropez do Brasil” <sup>441</sup>. Também ele ressaltou as vantagens comparativas que Paraty tinha para desenvolver o turismo – florestas, montanhas, faixas planas que davam ao conjunto histórico e monumental uma extraordinária beleza – o que lhe assegurava um mercado turístico, ainda mais quando ficassem prontas as obras da estrada Rio-Santos. De acordo com o urbanista inglês, era vital que planos completos de urbanização e turismo

---

<sup>439</sup> *Idem.*, p. 42.

<sup>440</sup> SHANKLAND, Graeme. “Proposta ao PNUD-Projeto de Turismo Cultural”, p. 4. In: Arquivo Central do IPHAN/ Rio de Janeiro. Sub-Série Assuntos Internacionais. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

<sup>441</sup> SHANKLAND, Graeme. *Op. Cit.*, p. 3.



estivessem preparados, incluindo propostas relativas à conservação fossem oficialmente adotadas e que a estrutura administrativa e profissional para supervisionar os mesmos estivessem funcionando mesmo antes da estrada Rio-Santos ficar pronta.

Segundo as idéias do urbanista inglês, era “urgente e importante a preparação de um plano geral de desenvolvimento e de turismo para o conjunto da área municipal de Paraty, incluindo a conclusão do plano detalhado de conservação e crescimento da cidade – já iniciado pelo conde de Limburg Stirum em meados dos anos sessenta – e a preparação de planos detalhados ao longo da costa, entre Paraty-Mirim e Mambucaba”<sup>442</sup>. Os detalhes relativos à natureza da assistência técnica e assessoria administrativa em matéria de turismo deveriam ser decididos após a visita do consultor da UNESCO, Sr. Jost Krippendorf, economista, pesquisador do turismo e ex-diretor do Instituto de Investigação sobre Lazer e Turismo da Universidade de Berna, Suíça. Dessa maneira, seria proporcionada a assistência consultiva de um perito em turismo, de prestígio internacional, que auxiliasse o trabalho de planejamento físico em matéria de previsões detalhadas para o turismo, hotéis, e outras facilidades turísticas e aspectos do mercado turístico (...) o especialista poderia trabalhar com profissionais brasileiros que participam ativamente na indústria de hotéis e turismo e com a EMBRATUR<sup>443</sup>.

Outros tipos de assistência solicitados em matéria de turismo poderiam incluir o estabelecimento de cursos hoteleiros, o treinamento de guias, viagens para o estudo do turismo internacional proporcionadas ao pessoal do turismo brasileiro, bibliotecas com documentação variada de referência e livros relativos à administração turística, etc. O perito em turismo deveria fornecer assessoria consultiva às autoridades federais brasileiras, bem como a instituições privadas que investiam no desenvolvimento da indústria turística no Brasil<sup>444</sup>. Tal como a proposta de Michel Parent, o relatório dos urbanistas ingleses incorporou poucos tópicos, além dos já tratados por Limburg Stirum, em relação ao planejamento urbano do centro histórico de Paraty. Outra vez, de forma mais veemente, foi reclamada a necessidade de implantar e acompanhar o planejamento urbano e turístico e, inclusive, que antecederesse à abertura da rodovia Rio-Santos.

Dando prosseguimento ao Projeto PNUD BRA/71/012 – Turismo Cultural, resultado das propostas feitas à UNESCO pelos seus técnicos, ocorreu a visita técnica

---

<sup>442</sup> *Idem.*, p. 4.

<sup>443</sup> SHANKLAND, Graeme. *Op. Cit.*, pp. 7-8.

<sup>444</sup> *Idem.*, p. 8.

ao Brasil do arquiteto, urbanista e paisagista francês Sr. Jean Bernard Perrin, em companhia do técnico Alain Paskine. O Relatório “*Mise em valeur des ensembles et sites classés*” resultado da viagem realizada entre fevereiro e agosto de 1972, constitui “um documento que oferece análises e críticas da política e da administração brasileira relativas à defesa dos bens culturais, sugestões e propostas visando a uma maior eficiência e objetividade de atuação e uma melhor unidade entre as três áreas de atuação, federal, estadual e municipal”<sup>445</sup>. O arquiteto francês equacionou medidas legislativas, financeiras e de organização burocrática, com uma legislação específica visando à ação conjunta e unificada dos três níveis de administração (federal, estadual e municipal), coordenação com os organismos de planejamento, de urbanismo, de turismo e de financiamento para a valorização *des ensembles et sites classés*. Para operacionalizar sua proposta, Jean Bernard Perrin, sugeriu a elaboração de um “*charte des monumnets, ensembles et sites classes*”, estabelecer um plano financeiro, medidas encaminhadas a reorganizar o IPHAN e a adoção de um programa detalhado para a proteção, restauração e valorização “des ensembles historiques brésiliens”<sup>446</sup>.

Depois de analisar o trabalho de IPHAN, os peritos franceses propuseram diversas modificações em sua administração e atuação que o tornaria o órgão federal menos centralizado em sua atuação, como a criação de fundações no interior do país, visando uma atuação mais eficiente desse órgão<sup>447</sup>. Em relação a Paraty e outras cidades como Salvador da Bahia, Olinda e Ouro Preto, o relatório apresentou proposições específicas acompanhadas de uma análise dos planos existentes e das obras em andamento realizadas até começos dos anos setenta. Assim, vieram à tona comentários feitos em relação ao Plano Urbanístico de Desenvolvimento Integral de Proteção ao Bairro Histórico de Paraty– conhecido pelas siglas da Companhia que o elaborou, CNPI –, de 1972. A esse respeito, Jean Bernard Perrin considerou que havia

uma diferença significativa que absolutamente antes de considerar a entrar no campo de um projeto cujas propostas são ambiciosas. A este respeito, e ajudando na reflexão, nos perguntamos se à protecção proposta, e valorização do valor em Paraty foi correctamente inserida no

---

<sup>445</sup> Informação No. 221 do Arquiteto Augusto da Silva Telles ao Diretor do IPHAN, Renato Soeiro, “Relatório do Sr. Perrin sobre *Mise em valeur des ensembles et sites classés*”. UNESCO. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

<sup>446</sup> Carta enviada pelo Diretor da UNESCO René Maheu ao Sr. Mario Gibson Barbosa, Ministro de Assuntos Estrangeiros, datada em 13 de Junho de 1973, pp. 18-46. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

<sup>447</sup> Cf. Informação No. 221 do Arquiteto Augusto da Silva Telles ao Diretor do IPHAN, Renato Soeiro, “Relatório do Sr. Perrin sobre *Mise em valeur des ensembles et sites classés*”. UNESCO. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

desenvolvimento de toda uma região que a rodeia, não haveria interesse, pelo menos inicialmente, em considerar apenas as construções de novas unidades habitacionais do que nos núcleos situados a poucos km de Parati e não considerar construir uma nova cidade, cujo piso térreo do imóvel pode destruir a escala dos edifícios antigos. Em outras palavras, o planejamento é a nível regional, a velha Parati manteria integralmente suas características enquanto as unidades mais modernas que seriam construídas em locais próximos não seria mais necessária <sup>448</sup>.

Como vemos, a proposta do técnico da UNESCO recomendava inserir Paraty no planejamento regional. A *mise em valeur* dos conjuntos e sítios históricos proposta por Jean Bernard Perrin visava manter as características arquitetônicas originais do centro histórico, evitando uma contaminação visual como consequência da construção de uma cidade nova e moderna. Ainda que fossem pertinentes as ideias do técnico francês, elas entraram em contradição com o interesse manifesto dos paratienses em fomentar atividades econômicas por toda a cidade, para o que era necessário o uso dos imóveis, ou melhor, sua transformação. Naqueles anos, a irrupção do turismo, a especulação imobiliária e o crescimento desordenado tomaram conta da antiga vila, realidade essa, claramente percebida pelo técnico francês.

Mesmo assim, Jean Bernard Perrin era partidário de que o caminho do desenvolvimento econômico previsto para Paraty, mesmo com os riscos presentes era, ainda, para muitos uma garantia de sucesso. Além disso, “se o futuro der errado, seria hora de aplicar as disposições primitivas, ao passo que fazer o oposto e construir uma nova cidade, o futuro desta operação seria demasiado pesado <sup>449</sup>. Interessa, frisar que o turismo, também no relatório de Jean Bernard Perrin, fez parte da necessária valorização dos conjuntos e sítios histórico urbanos o que ecoou uma posição comum da UNESCO durante os anos sessenta e setenta: a compatibilidade da preservação patrimonial com o desenvolvimento econômico mediante o turismo.

Se desde o começo o processo de patrimonialização visou, unicamente à preservação dos bens culturais e, também, naturais paratienses, com o advento do turismo resulta difícil separar os limites entre tal processo e o da turistificação, isso porque o próprio órgão encarregado da preservação do patrimônio cultural incluiu em sua filosofia de trabalho o turismo como um elemento para valorizar os bens culturais e naturais tombados. A aparição dos primeiros turistas, a atuação do binômio IPHAN-

---

<sup>448</sup> PERRIN, Jean Bernard e PASKINE, Alain. *Mise en valeur des ensembles et sites classes: Brésil - (Mission) février-mars 1972, août 1972*. In: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192, pp. 54-55.

<sup>449</sup> *Idem*, p. 55.

UNESCO e a necessidade de implementar um planejamento urbano que incorporasse ao turismo como atividade econômica fundamental caracterizaram a turistificação em Paraty. Essas características se aproximam da definição de turistificação apontadas pelo geógrafo do turismo Remy Knafou <sup>450</sup>. Nas páginas seguintes, passaremos a analisar em que medida os planos urbanísticos e turísticos elaborados ao longo dos anos marcaram o processo de turistificação em Paraty.

### 3.5. A cidade turística: a Saint-Tropez fluminense?

“Em menos de três anos, a estrada estará pronta e a região será ocupada. O Brasil poderá ter então sua Côte d’Azur, com as vantagens da paisagem tropical. Mas, se a improvisação prevalecer, nosso turismo terá perdido sua maior oportunidade”

BARBOSA, Ruy Fernando. “Rio-Santos: a hora da decisão”, In: *Revista Quatro Rodas*, Novembro de 1969, p. 93.

“Um aglomerado como Paraty apresenta [sic] um conjunto de condições até aqui inexploradas que podem legar subsídios para seu desenvolvimento turístico: cidade histórica, possibilidades náuticas e outras, cujo somatório pode vir a convertê-la em uma Saint-Tropez fluminense” <sup>451</sup>.

Projeto TURIS (1972-1973).

Como temos analisado em páginas anteriores, o desenvolvimento econômico do município viu no turismo uma oportunidade única e sua prática visou à exploração tanto de seus bens culturais quanto naturais. Isso, com o respaldo legal do decreto-lei que elevou Paraty à condição de Monumento Nacional. Disso, resultou a necessidade da adoção de medidas para garantir o planejamento urbano adequado e o fomento à prática do turismo, o que se comprova em vários planos urbanísticos e turísticos elaborados ao longo dos anos setenta do século passado. Por meio do estudo do Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Paraty, do Projeto TURIS, do Programa de Investimentos para o litoral Rio-Santos (PLANAVE) e do relatório da SECPLAN “*Revisão e atualização da legislação urbanística de Paraty*” que iremos pensar algumas das características do processo de turistificação em Paraty e comprovar se realmente o turismo fez dela a Saint-Tropez fluminense.

Ainda que as propostas desses planos não tenham sido aplicadas em toda sua extensão, suas concepções marcaram o processo de turistificação devido aos diferentes pontos de vistas aportados e, também, pelo nível teórico de suas principais ideias. O

---

<sup>450</sup> Cf. KNAFOU, Remy. “Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, Adyr. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Editora Hucitec. 2ª Edição, 1999, pp. 62-74.

<sup>451</sup> EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília, Abril de 1975. p. 20.

exemplo mais interessante dessa afirmação, ao meu ver, é o “*lano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati*.”<sup>452</sup> Ele atendia ao artigo 3º do Decreto-Lei 58 077, de 24 de março de 1966, que definiu Paraty como Monumento Nacional, e que determinava que o Ministério de Educação e Cultura, por meio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, deveria realizar um plano objetivando tanto a preservação do acervo arquitetônico, histórico e natural de Paraty, quanto o desenvolvimento e a valorização da cidade e do território municipal. Duas premissas essenciais nortearam o trabalho da equipe do CNPI – siglas como comumente é conhecido esse plano urbanístico – tentando separar, sempre que possível, os enfoques dentro de três óticas paralelas: o Município, a Área Urbana e o Centro Histórico.

A primeira delas afirmava que qualquer proposição de extinção, incremento ou implantação de atividades, na área municipal, deveria ser orientada no sentido de serem preservados os valores históricos e naturais de todo o município de Paraty. A segunda premissa explicitava que o turismo deveria se tornar a principal atividade econômica e todas as outras, de uma forma ou outra, teriam que se vincular cada vez mais a ele<sup>453</sup>, e inclusive, que a adoção do trinômio Conservação-Desenvolvimento-Turismo era o caminho mais adequado para o desenvolvimento econômico de Paraty. Vale a pena dizer que até começos dos anos setenta, no Brasil, os planos urbanísticos enxergavam o turismo como uma atividade acessória, contribuindo de forma paralela ao desenvolvimento da região, mas preocupado, fundamentalmente com o mercado consumidor: o plano do Consórcio Nacional de Planejamento Integrado (CNPI) contribuiu para transformar essa realidade.

Resulta interessante o exame aprofundado que, em relação ao turismo, fez a equipe do CNPI<sup>454</sup>. Nesse sentido, os atrativos naturais e histórico-culturais foram os fatores que permitiram o turismo se manifestar na antiga vila, sobretudo, a partir da

---

<sup>452</sup> COMPANHIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO (CNPI). *Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati*. Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos de projetos S.A., 1972. 3 vol.

<sup>453</sup> CONSÓRCIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO (CNPI). *Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati*. Rio de Janeiro: IPHAN/ MEC, 1972. Vol. I, p. 3.

<sup>454</sup> A equipe que elaborou o Plano estava conformada por Paulo do Rêgo Monteiro de Saboya, diretor e economista; Joel Ghivelder, arquiteto e urbanista; Alfredo Jorge G. Ferreira, arquiteto; assim como por uma equipe técnica composta por Anna Judith de Carvalho, socióloga e responsável pelo turismo e aspectos sociais; Antônio Pedro Gomes de Alcântara, arquiteto e responsável pelos aspectos históricos e pela restauração; Evandro Pereira Arsênio, estatístico e responsável pela demografia e por Frederic de Limburg Stirum, arquiteto e responsável pela área de expansão urbana.

utilização em grande escala do automóvel como meio de transporte turístico. Graças a ele puderam ser exploradas regiões e cidades ainda não valorizadas objetivamente do ponto de vista turístico, como aconteceu com o caso de Paraty, o que, por sua vez, trouxe como consequência que a oferta não respondesse a uma demanda crescente de turistas vindos das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte <sup>455</sup>. Foram precisamente eles que levantaram um conjunto de fatos que obstaculizavam a prática do turismo, dentre as quais: o melhoramento das estradas, a melhoria dos serviços de infraestrutura, a ausência de informações turísticas, insuficiência de hotéis e melhorar o conforto nos poucos existentes <sup>456</sup>. Todas elas foram incorporadas na análise que a equipe técnica da CNPI <sup>457</sup> fez em seu trabalho de campo.

Ainda que o estudo proposto pelo Consórcio Nacional de Planejamento Integrado fosse inovador, particularmente em matéria de turismo, todos seus documentos não foram aprovados pela Câmara Municipal de Paraty, apenas do primeiro ao sétimo deles. Ou seja, os documentos relativos ao Zoneamento e Parcelamento da Terra, à Proteção e Conservação do Bairro Histórico, às Construções e Edificações, às Obras, ao Licenciamento e Fiscalização, ao Glossário dos Códigos Regulamentos, às Instalações de Abastecimento de Água. Precisamente as propostas de número VIII até a XIII, relativas ao Equipamento Turístico, à Administração da Prefeitura Municipal, ao Estatuto dos Funcionários Públicos, ao Código Tributário, à Institucionalização do Planejamento e ao Plano de Classificação e Cargos, não foram aprovadas pela Câmara Municipal. Dessa forma, impedia-se a aplicação do Plano Urbanístico e de Proteção ao Bairro Histórico em sua integridade, especialmente as idéias relacionadas com o trinômio Conservação-Desenvolvimento-Turismo. No entanto, as idéias sobre o turismo, presentes no Plano da Companhia Nacional de Planejamento Integrado contribuíram para reafirmar a vocação marcadamente turística que adquiriu Paraty durante aqueles anos.

Fora do âmbito da UNESCO e do IPHAN, uma tentativa para planejar o desenvolvimento turístico ao longo do litoral Rio-Santos, foi a do Projeto TURIS, aliás, um Plano de Aproveitamento Turístico viabilizado, entre outros fatores, pela construção da Rodovia Rio-Santos e que incluiu em seu planejamento turístico o município de

---

<sup>455</sup> CONSÓRCIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO (CNPI). *Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Paraty*. Rio de Janeiro: IPHAN/ MEC, 1972. Vol. I, p. 3.

<sup>456</sup> *Idem*. Vol. I, p. 161.

<sup>457</sup> *Idem*. Vol. I, p. 161.

Paraty. Elaborado ente 1972 e 1973, o projeto partia da concepção de que, no revigorar da economia precária de uma faixa costeira de 500 km, entre os dois grandes centros nacionais de desenvolvimento – Rio de Janeiro e São Paulo – o turismo representava um papel de poder germinador maior, à medida que permitia uma expansão harmoniosa e equilibrada daquele litoral, que “se presta [sic], por suas características climáticas, não só para o lazer balneário durante os meses habituais de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, mas também para o turismo de fins-de-semana.”<sup>458</sup>. Para implantar o turismo, no litoral Rio-Santos, a equipe de estudos do projeto se baseou em três experiências: a Côte d’Azur, a do Languedoc-Rousillon e a da Côte d’Aquitaine. Essas eram as pretensões do Projeto TURIS: ou seja, reproduzir, parcialmente, na região, o modelo de desenvolvimento do turismo implantado no litoral francês.

Ainda que o Projeto TURIS<sup>459</sup>, não fosse implantado, as considerações que trouxe sobre Paraty merecem ser comentadas, sobretudo, por serem um exemplo da atribuição de valor turístico à antiga vila, desta vez relacionando-a à EMBRATUR, o órgão responsável pela problemática do turismo no Brasil<sup>460</sup>. Em relação a Paraty, o texto do Projeto TURIS, afirmou que ela apresentava “um conjunto de condições até aqui inexploradas que podem legar subsídios para seu desenvolvimento turístico: cidade histórica, possibilidades náuticas e outras, cujo somatório pode vir a convertê-la em uma Saint-Tropez fluminense”<sup>461</sup>, ou seja, rapidamente e a semelhança do caso francês, Paraty poderia se tornar um importante centro internacional para a prática do turismo. Segundo o texto do projeto, Paraty era uma:

cidade histórica tombada pelo patrimônio Histórico, com suas riquezas históricas e arquitetônicas constituindo por si só, um excelente pólo de atração turística; deve-se aduzir a beleza do quadro físico e a proximidade das riquezas naturais do parque nacional da Serra da Bocaina, ou sejam, floresta e cascatas; esse fabuloso conjunto de trunfos, acrescido de acentuada conotação de artisticidade, contrasta, infelizmente, com a ausência de praias de capacidade apreciável e com a presença de extensos baixios que restringem a liberdade técnica para a implantação de unidades de lazer, cumpre aproveitar as praias indispensáveis e uma base de lazer,

---

<sup>458</sup> *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>459</sup> EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. “Apresentação”, In: *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília, Abril de 1975.

<sup>460</sup> O Projeto TURIS deveria constar das seguintes etapas: de 1973 até 1975, um período de decisões, realizações, estudos e lançamentos de unidades prototípicas; de 1975 até 1980, um período de elaboração da imagem ou “marca registrada” do litoral; principalmente, através do funcionamento satisfatório das unidades; de 1980 até 1990, um período de ocupação sistemática, mediante a criação de novas unidades; e por último, em 1995, o potencial paulista poderá ser utilizado em sua capacidade total. Cf. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>461</sup> *Idem*, p. 20.

mas respeitar a cidade velha e suas atividades econômicas, que não são unicamente de ordem turística <sup>462</sup>.

Foi esse, apenas, o universo histórico que o Projeto TURIS destacou como fundamental em seu estudo sobre o litoral Rio-Santos, ainda que reconhecesse outros traços importantes do passado em localidades como Mangaratiba, Angra dos Reis, Mambucaba, Ubatuba, Bertioga e em algumas ilhas do litoral <sup>463</sup>. Contudo, o reconhecimento dos valores históricos não foi a preocupação central do Projeto TURIS, e sim, o aproveitamento turístico de um grande número de pequenas praias que, em proporções regionais, representava um capital turístico que era indispensável não desperdiçar <sup>464</sup>. Para garantir esse último aspecto, foram definidas zonas homogêneas no planejamento do turismo do litoral com um número exorbitante de acomodações turísticas planejadas ao longo de todo o litoral Rio-Santos (**Figuras 18 e 19**).

Por exemplo, a Ilha Grande, inserida na Zona Homogênea 4B, deveria ter uma capacidade teórica <sup>465</sup> de 30.180 leitos distribuídos em uma superfície de 1006 hectares; esperava-se para a Zona Homogênea No. 9, Taquari-Paraty, uma capacidade teórica de 44.610 leitos dentro de uma superfície de 872 hectares. Já para a Zona Homogênea No. 10 Paraty-RJ, os estudos do Projeto TURIS previam uma capacidade teórica de 9600 leitos dentro de uma superfície de 200 hectares. Por último, à Zona Homogênea No. 11, Paraty-Ponta de Juatinga, era prevista uma capacidade teórica de 7860 leitos dentro de uma superfície de 276 hectares de vocação turística ocupadas por hotéis, acomodações de grupo, camping, apartamentos e residências; acomodações de serviço, equipamentos esportivos, culturais, comerciais e arruamentos <sup>466</sup>. Como podemos interpretar, o planejamento turístico preterido para essas zonas homogêneas faziam do município paratiense depender exclusivamente do turismo, cujas consequências afetariam, diretamente, suas características de um município de mercado perfil rural, com forte presença de manifestações culturais potencialmente ameaçadas pelo tombamento

---

<sup>462</sup> *Idem*, pp. 12-13.

<sup>463</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>464</sup> A análise do litoral Rio-Santos permitiu definir três categorias de locais, segundo a sua vocação para um turismo de qualidade (A, com índice de 25 m<sup>2</sup>. por banhista), para um turismo de padrões médios (B, com índice de 10 m<sup>2</sup>. por banhista) ou de moldes econômicos (C, com índice de 5 m<sup>2</sup>. por banhista). Cf. *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>465</sup> Entenda-se por capacidade teórica o número máximo de ocupantes que pode receber um local tendo em conta o comprimento das praias e o parâmetro de ocupação preconizado em função da qualidade, terminologia utilizada pelo Projeto TURIS.

<sup>466</sup> EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. "Apresentação", In: *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília: Abril de 1975, pp. 70-73.



turístico que o Projeto TURIS pretendia realizar em todo o litoral Rio-Santos (**Anexo VI**).

Faltou, no Projeto TURIS, um estudo sociológico da cultura que levasse em consideração as mesmas ao calcular o potencial turístico das zonas homogêneas diagnosticadas. Outro erro essencial foi o de técnicos brasileiros não terem participado na confecção do Projeto TURIS. Muito pelo contrário, os técnicos estrangeiros da SCET International, responsáveis pela sua elaboração, tentaram equacionar o problema turístico do litoral Rio-Santos, omitindo as particularidades sócio-culturais e naturais da região. Segundo a lógica do Projeto TURIS, os municípios do litoral Rio-Santos, objetos de aproveitamento turístico, dentre os quais, Paraty, deveriam elaborar um plano de desenvolvimento local respeitando as normas estabelecidas por tal plano de aproveitamento turístico.

Mas antes era preciso que o Conselho Nacional de Turismo delimitasse as zonas prioritárias de interesse turístico, o que foi materializado pelo Decreto No. 71.791, de 31 de janeiro de 1973, deixando a EMBRATUR celebrar convênios com os municípios em que estivessem situadas as zonas priorizadas pelo desenvolvimento do turismo . Isso explica que em 1973, fosse assinado entre a Prefeitura de Paraty, o IPHAN e a EMBRATUR um convênio de cooperação turística (**Anexo VII**). Uma vez assinado tal convênio, poder-se-ia elaborar os planos de desenvolvimento locais respeitando as normas do projeto TURIS.

Pela supervisão dos projetos ficou responsável o próprio IPHAN, no caso do Rio de Janeiro e aliado à Secretaria de Turismo, e no Estado de São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT). Mesmo assim, segundo uma matéria publicada na *Revista Quatro Rodas* (RQR), em meados dos anos setenta, a burocracia e a corrupção foram responsáveis pela falta de um trabalho conjunto entre a EMBRATUR, o IPHAN e o CONDEPHAAT que veiculasse as normas de ocupação do território previstas no Projeto TURIS. Essa impossibilidade trouxe como consequência a expansão dos loteamentos ilegais o que, unido à falta de fiscalização tornou a BR 101, especificamente no trecho da Rio-Santos correspondente ao município de Paraty, alvo de interesse de empreendimentos imobiliários privados.

Após a análise do potencial turístico realizado pelo Projeto TURIS foi necessário estudar os investimentos a serem feitos no litoral Rio-Santos. Foi assim que em

novembro de 1973, o Ministério da Indústria e Comércio, através da EMBRATUR, contratou ao Escritório Técnico de Planejamento, S.A. (PLANAVE) para elaborar o “Programa de Investimentos para o litoral Rio-Santos”. Segundo a arquiteta, Isabelle Cury, esse plano visou fornecer elementos de controle urbanístico, paisagístico e ambiental para a área de expansão urbana da cidade, de modo que as propostas de ocupação do solo estivessem de acordo com um planejamento global; também detalhou e elaborou os projetos propostos no Plano de Desenvolvimento Integrado; o porto da Boa Vista, o sistema viário, a rodovia e propôs um zoneamento <sup>467</sup> para a área de expansão urbana.

O relatório final da PLANAVE S.A., intitulado, “*Urbanização da Área de expansão Urbana da Cidade de Paraty*” previa que, com a conclusão da Rodovia Rio-Santos, a implantação de atividades turísticas causaria à cidade “prejuízos irrecuperáveis ao acervo histórico, arquitetônico e paisagístico” <sup>468</sup>. Mas as idéias da EMBRATUR, na hora de contratar o Escritório Técnico de Planejamento S.A., não visavam principalmente à proteção dos bens culturais e naturais paratienses, mas à obtenção de financiamentos para a implantação de uma estrutura de equipamentos e serviços turísticos no litoral Rio-Santos, daí que fosse detalhado uma proposta para a área de expansão urbana da antiga vila.

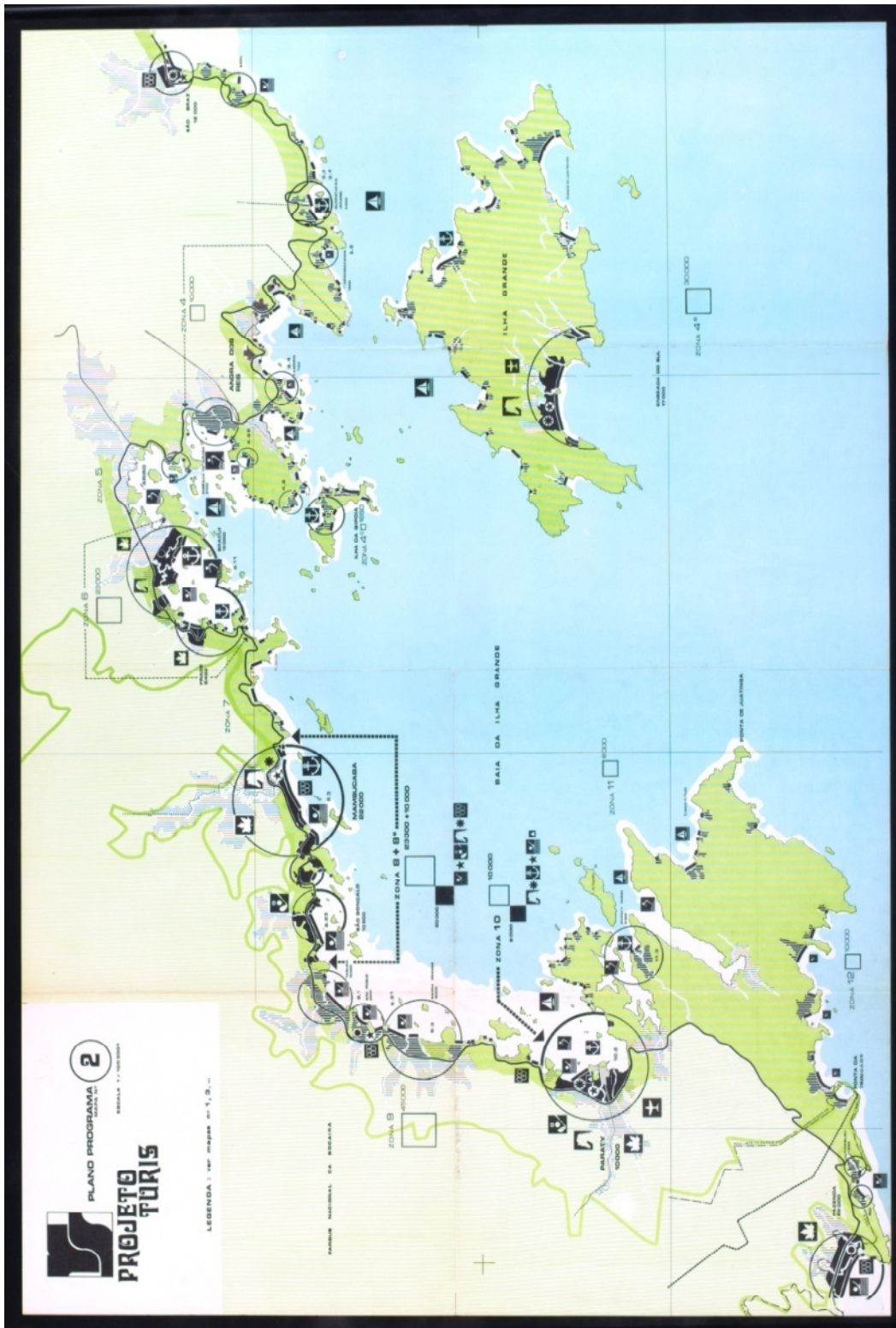
---

<sup>467</sup> CURY, Isabelle. *A evolução urbana e fundiária de Parati: do século XVII até o século XX*. Dissertação de Mestrado/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2002. p. 192.

<sup>468</sup> EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. *Urbanização da Área de Expansão Urbana da Cidade de Paraty*. Rio de Janeiro. PLANAVE. Escritório Técnico de Planejamento. 1974, volume III., p. 1.



**Figura 18.** Mapa Projeto TURIS. Fonte: EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília, Abril de 1975.



**Figura 19.** Mapa Projeto TURIS [Correspondente às Zonas de Desenvolvimento Turístico No. 9, No. 10 e No. 11]. Fonte: EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília, Abril de 1975.

Nessa proposta de expansão urbana, elaborada pelo PLANAVE para a cidade de Paraty, o centro histórico deveria ser

tanto quanto possível, urbanisticamente isolado através de faixas ou áreas livres, quer de reserva paisagística, quer de lazer ou recreação, a fim de preservá-lo, tanto quanto do ponto de vista do seu interesse cultural e histórico, quanto do ponto de vista turístico e de conservação de sua paisagem urbana e de sua integridade arquitetônica.

Por isso,

a maior parte das acomodações turísticas a serem criadas deverão estar localizadas atrás da praia de Jabaquara, o sítio separado da cidade de Paraty por uma cadeia de colinas, permitindo criar uma segunda Paraty muito próxima da Cidade Histórica, não correndo o risco de uma mudança em seu aspecto <sup>469</sup>.

As proposições de zoneamento desenvolvidas no plano urbanístico da PLANAVE S.A. – que foi utilizado como critério para a análise de projetos relacionados com Paraty até começo dos oitenta – apoiaram-se nos estudos realizados pelo Projeto TURIS e no Plano de Desenvolvimento Integrado (CNPI). Todavia, anos depois e ante a existência de diversos planos urbanísticos e turísticos relacionados com Paraty, foi necessária uma revisão da legislação existente em matéria de urbanismo. Isso explica que, entre agosto de 1978 e janeiro de 1979, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado do Rio de Janeiro (SECPLAN) tivesse feito uma análise dos planos existentes e da legislação urbanística aprovada pelo legislativo local paratiense, cujos resultados nos permitem dimensionar a realidade da cidade turística.

Tendo como foco principal os problemas referentes ao uso do solo, o relatório da SECPLAN, *Revisão e atualização da legislação urbanística de Parati*, <sup>470</sup> concluiu que os loteamentos realizados não trouxeram o desenvolvimento esperado ao município devido ao fato de grupos investidores e a mão-de-obra especializada não serem locais e que a abertura de novos loteamentos – resultantes do interesse turístico despertado pelo Município durante os anos setenta – acarretou o deslocamento da população local alterando a economia baseada na pesca e na agricultura. A esse quadro veio somar-se a ocupação do bairro histórico por turistas que ao adquirirem habitações para veraneio ou para comércio, expulsaram a população local para a periferia da cidade. Outra questão levantada pelo relatório da SECPLAN foram as “invasões” dos turistas fora da área

---

<sup>469</sup> *Op. Cit.*, pp. 6-7.

<sup>470</sup> SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Revisão e atualização da legislação urbanística de Parati*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1979. 179 p.

urbana por meio da aquisição de posses de antigos ocupantes,<sup>471</sup> os quais, por sua vez, emigraram para a cidade, agravando os problemas de ocupação do solo e contaminando visualmente o ambiente edificado séculos atrás. Como podemos interpretar, o esperado desenvolvimento do turismo não se desdobrou em efeitos favoráveis para a sociedade local. Os anos de euforia do desenvolvimento do turismo, organizado e planejado, tinham ficado para atrás.

Consideramos que a raiz de tal situação pode ser explicada pela intervenção do poder público federal que sujeitou o município, como um todo, aos ditames da Lei do Tombamento de 1937 sem levar em consideração a competência do executivo e legislativo de Paraty. O IPHAN e a EMBRATUR não podiam impor a aprovação de planos urbanísticos e/ou turísticos a serem aplicados ao município, mas o legislativo e executivo municipal, o que explica o fato de não terem sido aprovados em sua totalidade os planos da CNPI e da PLANAVE. A cidade turística, bem distante do modelo de Saint-Tropez, com o qual a ação preservacionista lidou durante os anos setenta, foi o resultado da aplicação parcial de planos urbanísticos da CNPI e da PLANAVE e, por conseguinte, do choque de interesses entre o IPHAN, de um lado, e a Prefeitura e a Câmara Municipal do Município, de outro. No entanto, e como afirmamos no começo deste subitem, a turistificação em Paraty não pôde ser explicada, unicamente, pela existência dos planos urbanísticos e de aproveitamento turístico aqui analisados.

A Paraty que assumiu as características de uma cidade turística teve seu perfil claramente definido em representações veiculadas por diversos guias, artigos de jornais e publicações periódicas da época; dentre os quais, a *Revista Quatro Rodas* é um caso representativo<sup>472</sup>. Uma das primeiras referências ao município a achamos, na reportagem de Maria Varejão, intitulada “Quinze idéias para as férias de Julho”,

---

<sup>471</sup> *Op. Cit.*, pp. 25-26.

<sup>472</sup> A primeira edição da Revista Quatro Rodas, da Editora Abril, foi publicada em Agosto de 1960. Inicialmente, era composta por informações sobre o ramo automobilístico, contendo um apêndice curto sobre o turismo no Brasil. A primeira reportagem sobre turismo foi realizada por três jornalistas – Roberto Civita, Mino Carta e Victor Gouveia – responsáveis por um mapeamento da Via Dutra, o mais importante caminho que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo. A matéria foi bem acolhida pelo público, o que fez com que a Editora repensasse, a cada nova publicação, o espaço reservado para o turismo na revista e já rascunhasse o futuro Guia Abril Quatro Rodas (publicação especializada em avaliar os serviços turísticos no país, inaugurada apenas nos anos de 1980). A inspiração para as Revistas Quatro Rodas e, posteriormente, Guia Quatro Rodas, vinham da publicação francesa Guide Michelin (guia patrocinado pela companhia de pneus Michelin). Cf. CARVALHO, Aline Vieira de. “Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil”. *Tese de Doutorado*. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Fevereiro, 2009, pp. 79-80.

publicada na edição de junho de 1969. O texto não foi dedicado em especial à Paraty, porém, há breve descrição com o seguinte subtítulo “Em Parati, aprenda a viver à antiga”<sup>473</sup>. Definia-se, assim uma imagem de mercado para uma antiga vila onde “as águas da maré vêm dormir no fundo dos quintais” e “o tempo teria parado”<sup>474</sup>, acrescentamos, sobretudo, pelo poder de evocação dos monumentos históricos paratienses recomendados para serem visitados.

É essa a imagem turística que reaparece em outra matéria publicada pela Revista Quatro Rodas, oito anos depois, em 1977, cujo conteúdo reforçou a presença de Paraty no cenário turístico brasileiro como uma primitiva cidade do século XVIII que ao longo da história tinha permanecido “quase intocada, lembrando nas ruas e casarões o passado colonial”<sup>475</sup>. Nessa autenticidade recriada a arquitetura religiosa, doméstica, civil e militar paratiense remetiam a uma idéia de passado distante, disciplinando, assim, o olhar dos turistas, sobretudo, brasileiros. Ainda que as matérias publicadas pela *Revista Quatro Rodas* tenham reafirmado o perfil turístico que a cidade adquiriu naqueles anos, essas são apenas construções do imaginário turístico. Haveria de se perguntar, quais foram as consequências da prática do turismo em Paraty para poder realizar um balanço final da sua turistificação.

### **3.6. Fatos e representações da patrimonialização/turistificação**

Quando em meados dos anos sessenta, Paraty foi descoberta por grupos isolados de turistas e artistas, haviam começado as transformações inerentes ao desenvolvimento do turismo, ainda que para aqueles anos fossem pequenas e sem atritos. No entanto, junto à brusca valorização de terras e residências apareceu um número cada vez maior de pessoas, desde operários empregados na construção de rodovias aos inúmeros turistas em busca de praias desertas e novas experiências<sup>476</sup>. Segundo Maria Thereza Regina de Camargo, folclorista e intelectual, defensora dos valores culturais da antiga vila, “os habitantes do município começavam a sentir que a cidade estava deixando de ser deles e, junto com a cidade, suas festas e manifestações”<sup>477</sup>. As festividades

---

<sup>473</sup> VAREJÃO. Maria. “15 idéias para as férias de Julho”, In: *Revista Quatro Rodas*. Junho de 1969:, pp. 138-140.

<sup>474</sup> *Idem*, p. 140.

<sup>475</sup> Cf. PENNA, José Roberto e LARANJEIRA Cláudio. “Parati: as praias e a arquitetura colonial”, In: *Revista Quatro Rodas*. Rio de Janeiro: Ano XVII, No. 198, Janeiro de 1977, pp. 66-67.

<sup>476</sup> REVISTA VISÃO. “Um novo folclore da Rio-Santos (para turistas)”, In: *Revista Visão*, 23 de Junho de 1975, pp. 94-98.

<sup>477</sup> REVISTA VISÃO. “Um novo folclore da Rio-Santos (para turistas)”, In: *Revista Visão*, 23 de Junho de 1975, pp. 94-98. A revista *Visão* inseriu-se no espaço midiático brasileiro a partir da década de 1950.

religiosas tornaram-se, também, um atrativo turístico e incomodaram à população local o que se comprova, por exemplo, com a presença de mais de 6000 turistas em Semana Santa, no ano de 1970<sup>478</sup>. Também no começo dos anos setenta, um número significativo de turistas, repórteres e fotógrafos acompanhava, no domingo de Pentecostes, a procissão do Divino Espírito Santo quando se iniciava a caminhada até a Igreja Matriz.

Um depoimento de uma moradora do município nos diz que a procissão do Divino Espírito Santo estava “uma coisa horrível de gente; assim não se pode nem chegar perto das bandeiras e sair com a procissão”<sup>479</sup>. Na imprensa, surgiram matérias que indicavam que o artesanato local também sofreu uma interferência prejudicial durante os anos setenta, pois estava “inteiramente orientado por senhoras de sociedade que, a pretexto de colaborar com a melhoria da vida do caiçara<sup>480</sup>, obrigam-no a fabricar produtos sempre iguais, sem qualquer criatividade, pagando por eles um preço insignificante para revender por preços mais altos”<sup>481</sup>. Segundo vozes da imprensa, esse tipo de interferência comercial desorientava a criatividade do caiçara, aliás, também preocupado com o desaparecimento dos mananciais de água potável, devido à prática do turismo predatório que tomou conta do litoral Rio-Santos durante os anos setenta<sup>482</sup>.

A padronização cultural que trouxe a prática do turismo na região não se deixou sentir unicamente no artesanato caiçara, mas em danças e festas tradicionais como a festa do Divino Espírito Santo, a festa e Dança do Marrá-Paiá, a dança dos Velhos, a dança de São Gonçalo, a festa de Santa Cruz, a de São João, a de São Pedro, a festa de

---

Em 1972 o publicitário e diretor comercial da revista Said Farah comprou a publicação, mantendo suas características, ou seja, privilegiar a cobertura econômica e política com ampla liberdade para os profissionais da redação. Neste período a revista manteve-se quinzenal e impressa em preto e branco. Dois anos depois a revista foi vendida para o grupo liderado por Henry Maksoud, que, a partir de 1974, foi responsável por definir um novo perfil editorial, alinhando a publicação à defesa de valores liberais. Cf. NERY, João Elias. Páginas de cultura, resistência e submissão: livros na revista *Visão* (1968-1978), In: *Revista Emquestão*, Vol. 13, No. 2, 2007, pp. 283-297.

<sup>478</sup> Cf. LEITE, Aydano. “6000 turistas visitaram Paraty durante a Semana Santa”, In: *Jornal de Paraty*. No. 6, Ano I. Paraty, 4 de Abril de 1970, p. 1

<sup>479</sup> *Op. Cit.* p. 94.

<sup>480</sup> Caiçara é uma palavra de origem tupi que se refere aos habitantes das zonas litorâneas, fundamentalmente no litoral paranaense e litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente caiçara designava apenas a indivíduos que viviam da pesca de subsistência, porém, houve o aporte de negros libertos que se afastaram das influências das áreas urbanas (cidades e vilas). Contudo, as comunidades caiçaras nasceram a partir do século XVI da miscigenação de brancos de origem portuguesa com grupos indígenas das regiões litorâneas do Estado de São Paulo (tupinambás).

<sup>481</sup> *Idem*, p. 97.

<sup>482</sup> Cf. “A invasão paulista na Rio-Santos”, In: *Jornal : O Estado de São Paulo*. Sábado 17 de Fevereiro de 1978, pp. 16-17. Leia-se, também, o artigo “As favelas de caiçaras”, In: *Revista Veja*, São Paulo, Abril Cultural, 24 de dezembro de 1975, pp. 25-29.



Reis, a festa de São Benedito e a dos Padroeiros. Essas danças tradicionais foram substituídas pelas danças de baile ao som de Roberto Carlos e por outras músicas de moda dos anos setenta. Os antigos pescadores se transformaram em dançadores de clubes, em funcionários do Departamento de Estrada e Rodagens (DER) e em fazedores de artesanato <sup>483</sup>, de acordo com depoimentos jornalísticos. Diante dos fatos e de suas representações, as respostas perante tal padronização, provenientes da sociedade local, não demoraram a aparecer.

Por exemplo, uma autoridade representante do clero em Angra dos Reis e Paraty, frei Vital, protestou contra a uniformização cultural que trouxe o turismo para a região de sua arquidiocese. Ele considerava importante conservar os valores culturais locais e regionais sem impor outros padrões culturais externos <sup>484</sup>. Contudo, moradores paratienses da época foram unânimes em afirmar que festividades tradicionais como a do Divino Espírito Santo estavam em decadência, mas que essas festividades tinham ganhado um novo impulso com a vinda de turistas. Isto nos coloca frente a uma questão importante e paradoxal na turistificação de Paraty; por um lado a prática do turismo estimulou a realização de festas e danças tradicionais e, por outro lado, atentou contra a espontaneidade e autenticidade das manifestações folclóricas locais.

Sem dúvida, os efeitos do turismo se deixavam sentir mais claramente após a construção da estrada Rio-Santos. Antes de sua inauguração, em meados dos setenta, de acordo com registros da imprensa, se podia falar de uma primeira etapa do turismo em Paraty que se abre na década dos anos cinquenta e quando:

a paz e tranqüilidade de suas ruas e de sua baía atraíram cada vez mais gente. Vieram pintores, artistas, intelectuais que venciam a difícil, estreita e sinuosa estrada de terra que depois de Cunha descia a serra para o litoral. Valia todo o sacrifício para conhecer uma cidade que pouco tinha mudado desde a época colonial. Alguns vieram para ficar, conquistados pela cidade. Entre eles, a pintora Djanira, que teve uma casa no saco de Columbê, e Maria Della Costa, que construiu um hotel e depois uma casa, também no saco de Columbê. O cineasta Nelson Pereira dos Santos fez o último filme de Leila Diniz (“Mãos Vazias”) na fazenda Itatinga, perto do povoado do Patrimônio. O Príncipe D. João de Orleans e Bragança restaurou um belo sobrado na rua da Praia. Abel, personagem famoso da cidade, abriu um bar que virou ponto de encontro, e o poeta José Kleber cantou Parati em prosa e verso. (...) Essa foi a primeira descoberta de Parati e talvez a mais importante <sup>485</sup>.

Mas, aos poucos, segundo a mesma fonte, uma segunda fase emergia quando

---

<sup>483</sup> Cf. “Um novo folclore da Rio-Santos (para turistas)”, In: *Revista Visão*, 23 de Junho de 1975, p. 96.

<sup>484</sup> *Idem*, p. 98.

<sup>485</sup> PENNA, José Roberto e LARANJEIRA Cláudio. “Parati: as praias e a arquitetura colonial”, In: *Revista Quatro Rodas*. Rio de Janeiro: Ano XVII, No. 198, Janeiro de 1977.p. 66.

o asfalto da Rio-Santos se aproximava e a cidade começava a receber mais gente. Com a inauguração da estrada, Parati passou por nova modificação. A tranqüilidade das ruas foi quebrada por muita gente que vinha de carro ou ônibus, do Rio ou de São Paulo, para ali passar o fim-de-semana ou mesmo algumas horas. O que era privilegio dos poucos que se arriscavam na primitiva estrada de terra entrou no roteiro de milhares de turistas que deram nova feição e novas cores à cidade. A nova situação exigiu algumas providências. As ruas estreitas que ficavam congestionadas com o tráfego constante de veículos foram interditadas por correntes, preservando-se o bairro histórico. As pedras das ruas foram retiradas para a instalação do sistema de águas e esgoto (...) surgiram novos hotéis e restaurantes e a estrada de Cunha ficou abandonada, trocada pelo bom asfalto da Rio-Santos. A cidade renasceu definitivamente para o turismo. Você não encontrará mais hoje em Parati a pintora Dejanira, que se mudou de cidade. Nem o Abel, que morreu – seu bar, que ficou fechado por algum tempo, reabriu. Outros bares famosos como o Refrão, perto da encosta do Jabaquara, o Bar Canal, em frente à praia, e o Velha-Couto não existem mais. O poeta José Kleber pouco aparece. Mas durante a temporada e nos fins-de-semana ensolarados é possível cruzar com Maria Della Costa. Paulo Autran – um dos proprietários da Pousada do Pardieiro, o melhor hotel da cidade – ou com o Príncipe D. João, figura conhecida na cidade. Junto com eles estará um grande número de turistas alegres, alguns que chegam pela primeira vez a Parati, outros que fizeram da cidade seu ponto de encontro durante as férias<sup>486</sup>

Outra vez as matérias publicadas pela *Revista Quatro Rodas* nos permitem acompanhar a inserção do turismo na antiga vila, sobretudo, neste caso, ao fazer ênfase em suas consequências para a sociedade local. Quatro anos depois, em 1981, foi publicada outra reportagem do mesmo autor sobre Paraty<sup>487</sup>. O título de tal matéria, apenas, “Parati”, deixava de um lado um lado as praias, que apareciam no título do seu último trabalho, para se focar na história e arquitetura da antiga vila, persistindo na imagem de uma cidade bucólica com ruas estreitas, sobrados, igrejas de fachadas austeras que remetiam aos tempos do Ciclo do Ouro e que tinha acolhido euforicamente a “seus novos descobridores”<sup>488</sup>, os turistas. A tal ponto foi disciplinado o olhar dos turistas que uma pequena embarcação no cais paratiense foi rotulada com o nome de “gringo”. Eis uma excelente imagem da cidade turística presente nas fotografias que acompanham o texto do jornalista José Roberto Penna.

Mas não foi apenas esse fato curioso uma das consequências da irrupção do turismo em Paraty Segundo a reportagem, Paraty era “um cenário, às vezes, deserto, pois 70 % de suas casas só abrem e ganham vida durante a temporada”<sup>489</sup>. Segundo esse depoimento, podemos indicar que as casas do centro histórico de Paraty permaneciam fechadas ao turismo durante boa parte do ano sem seus primitivos

---

<sup>486</sup> PENNA, José Roberto e LARANJEIRA Cláudio. *Op. Cit.*, p. 66

<sup>487</sup> PENNA, José Roberto e Heitor HUL. “Parati”, In: *Revista Quatro Rodas*. Rio de Janeiro: Ano XXI, No. 246, janeiro de 1981, pp. 62-83.

<sup>488</sup> *Idem.*, p. 66

<sup>489</sup> *Idem.*, p. 67.

moradores que as venderam a empreendedores vindos de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Vale a pena destacar que os efeitos da turistificação ou consequências da irrupção do turismo em Paraty guardam relação também com sua patrimonialização. Mas em relação a Paraty seria notório valorizar a recepção do trabalho do IPHAN, um dos sinônimos desses processos na antiga vila.

Se por um lado a sociedade local dava as boas vindas a seus novos descobridores; por outro lado, rejeitava o trabalho de preservação realizado pelo IPHAN. Segundo um artigo publicado em 1981, intitulado “Preservação do Patrimônio. O trabalho que estas fotos não mostram”, as pessoas que visitavam as cidades históricas, dentre as quais Paraty, recomendavam a outros amigos e conhecidos fazer o mesmo antes que desaparecessem os elementos que a caracterizavam. A raiz dessa situação pode ser adjudicada à crônica falta de verbas do IPHAN para os trabalhos de restauração e, também, ao choque de interesses com o legislativo e executivo municipal, o que trouxe como consequência um grande descontentamento com esse órgão preservacionista, inclusive, a ponto de se encontrar na imprensa o comentário de que Paraty era “um bonito cenário com uma população descontente com o Patrimônio”<sup>490</sup> e que “o mais importante era fazer com que a guarda e a preservação dos bens históricos sejam feitas pela população que convive com esses bens”<sup>491</sup>. Evidenciamos, assim, ecos de que o IPHAN, esse importante protagonista dos processos de patrimonialização e turistificação em Paraty, foi alvo da oposição local dos paratienses, sobretudo, do seu legislativo e executivo que, ao dependerem dos impostos prediais para sua subsistência, não aprovaram grande parte dos projetos que poderiam ter garantido um desenvolvimento socioeconômico equilibrado, por conseguinte, processos de patrimonialização e turistificação menos conflituosos.

A introdução do turismo, em Paraty, durante os anos setenta, não trouxe os efeitos desejados para seu desenvolvimento socioeconômico. Vários argumentos comprovam tal afirmação, entre eles, segundo diagnóstico oficial de 1978: a incapacidade do mercado de trabalho local para absorver toda a mão-de-obra disponível, a ausência de atividade de lazer, a existência de uma das mais baixas rendas dos municípios fluminenses; a maior taxa de analfabetismo do Estado do Rio de Janeiro, a existência de apenas uma unidade hospitalar com 50 leitos, um posto de saúde

---

<sup>490</sup> NUCCI, Nelson. “Preservação do Patrimônio (O trabalho que estas fotos não mostram)”, In: *Revista Quatro Rodas*. Rio de Janeiro: Ano XXI, No. 247, fevereiro de 1981, p. 81.

<sup>491</sup> NUCCI, Nelson. *Op. Cit.*, p. 82.

e um asilo para idosos; o estado crítico do abastecimento de água pela rede pública e a existência de uma precária rede de esgoto, disponível, apenas, para uma quinta parte da população do distrito sede <sup>492</sup>. Esse dados nos permitem afirmar que não foi processado em Paraty um crescimento econômico de grande significação. Do ponto de vista das representações sobre a cidade e seu desenvolvimento que emergem das fontes, constata-se que há uma construção social que reconhece a importância de estabelecer vínculos entre a cidade patrimonializada e turismo, mas que contudo não consegue afirmar rumos sólidos para o desenvolvimento econômico e social da cidade e sua população.

---

<sup>492</sup> SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Diagnóstico sócio-econômico-educacional do município de Parati*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1978, pp. 28-29.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais que apresentamos respondem aos objetivos gerais da pesquisa e se correspondem, inclusive, com a ordem estabelecida neles. O raciocínio do trabalho vai do presente ao passado, ou seja, desde a caracterização das práticas e representações em torno do patrimônio cultural e do turismo nas últimas décadas do século XX até mergulhar no estudo das características que eles assumiram no Brasil, o que nos fez relacionar diferentes contextos históricos em nossa análise. Seguindo essa ordem podemos afirmar que:

A partir das últimas décadas do século XX, o patrimônio se tornou cultural, à medida que passou a ser concebido como processo, ou seja, deixou de ser unicamente histórico-artístico e incorporou outras expressões culturais diversas, permitindo que emergisse, dessa forma, novos significantes que trouxeram uma plasticidade diferente à consciência histórica contemporânea. Tal fato constitui a característica mais importante que o patrimônio cultural adquiriu nas últimas décadas. Se por um lado o patrimônio cultural ampliou suas fronteiras conceituais, de outro, o turismo, mesmo com as mudanças das quais foi objeto durante as fases fordista e pós-fordista, manteve uma essência conservadora. Podemos inferir que a partir da segunda metade do século XX, ele converteu-se numa importante fonte geradora de riquezas ao incrementar o número de turistas em grande escala, nem sempre com a implantação dos modelos mais adequados. Contudo, o turismo chamado de massa e praticado na Europa, desde meados do século XX tem, na nossa ótica, como característica principal o fato de ter institucionalizado e consolidado grande parte das práticas elitistas socialmente construídas e historicamente identificadas ao longo dos séculos XIX e XX.

No Brasil, a ideia de patrimônio é um fenômeno que tem bases e fontes no pensamento do século XIX, antecipando a experiência da constituição do serviço oficial que ocorreu no século XX, sempre enfatizado pela bibliografia corrente. Percebemos que, no momento da afirmação da ordem nacional monárquica e imperial, a alegoria do patrimônio promoveu representações derivadas da dimensão histórica e civilizatória que podemos observar, na produção historiográfica da época e nos moldes da cidade letrada, que consolidou as instituições do poder imperial no Brasil. A partir de meados do século XIX e até aproximadamente o fim do Império, as representações, em torno do patrimônio, atrelaram-se à construção de memórias históricas protagonizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro através de intelectuais como Joaquim Manoel Macedo, Manoel Moreira de Azevedo e Manoel de Araújo Porto-Alegre. Um

antecedente importante o encontramos na obra do Monsenhor Pizarro e Araújo que, no período prévio a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, contribuiu com suas *Memórias históricas* a identificar uma reflexão sobre o patrimônio. Nas entrelinhas da produção dos autores referidos, circunscrita ao Rio de Janeiro, a concepção que os letrados oitocentistas tiveram sobre o patrimônio personificou a sociedade imperial de um modo monumental, reforçando seu caráter histórico e civilizatório. Contudo, nessas representações também houve espaço para pensar diversas questões artísticas no Brasil o que fez, de forma pioneira, Manoel de Araujo Porto-Alegre.

Da virada do século XIX até a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a primazia histórica e civilizatória do patrimônio que caracterizou os tempos do Império cedeu o lugar a outras formas de representação do patrimônio, dessa vez artísticas que tomaram como referência não apenas o Rio de Janeiro mais abrangeu todo o Brasil nos tempos da Colônia e do Império. Essas formas foram ao encontro das artes e da sua crítica; de uma compreensão etnográfica através da viagem pelo interior do Brasil e das práticas antiquárias para representar o passado, como comprovam os textos analisados, nessa pesquisa, da autoria de Antônio da Cunha Barboza, Ernesto da Cunha Araújo Viana, Luiz Gonzaga Duque, Ricardo Severo, Mário de Andrade e Gustavo Barroso. Vale destacar que, meio século antes, tal primazia artística do patrimônio encontra seus antecedentes nos trabalhos de Manoel de Araújo e Porto-Alegre. Ainda que essas formas de representação do patrimônio caracterizassem o período aludido, as *Antiquilhas e memórias*, de José Vieira Fazenda, deram mais ênfase às notícias históricas das edificações religiosas, civis e domésticas e de datas e personagens históricos da cidade do Rio de Janeiro, reforçando assim a tendência que caracterizou, décadas antes, as representações do patrimônio presentes nas obras de Joaquim Manoel Macedo e de Manoel Moreira de Azevedo.

A nossa análise nos levou a perceber que as primazias civilizatória e artística também constituem as bases conceituais das primeiras tentativas legais na proteção da herança cultural do Brasil. Essas tentativas foram: o anteprojeto de 1923 para a criação de uma Inspetoria de Monumentos Públicos, do deputado pernambucano Luís Cedro; o anteprojeto de lei federal, visando à organização da proteção do patrimônio histórico e artístico do jurista Jair Lins e o anteprojeto do deputado federal baiano Jose Wanderley de Araújo e Pinho, de 1930. Outros antecedentes importantes, na história da preservação do patrimônio cultural brasileiro, foram a “Inspetoria de Monumentos Nacionais”,

criada em 1934, sob chefia de Gustavo Barroso e que funcionou até 1937 e a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo, entre os anos de 1936 e 1938. A essa altura podemos afirmar que existiu uma história nas políticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil, mesmo antes do surgimento do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cujo estudo se revelou enriquecedor do ponto de vista das bases conceituais que caracterizaram tais antecedentes.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada sobre a história do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional podemos concluir que as primeiras décadas de existência dessa repartição têm sido catalogadas e reconhecidas como uma fase heróica, sobretudo, porque na prática preservacionista prevaleceu a idéia da autenticidade das expressões artísticas que se associaram com os monumentos de “pedra e cal” e que remetiam aos fatos memoráveis de uma nação brasileira marcada, fundamentalmente, por tradições luso-cristãs. Já a fase moderna na história do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem sido associada com a gestão do designer Aloísio Magalhães, sem considerar as mudanças operadas no modelo de gestão iphaniana nos anos em que o arquiteto Renato de Azevedo Duarte chefiou esse órgão preservacionista. Nessas mudanças, teve um papel importante a assessoria técnica prestada pela UNESCO durante as décadas de sessenta e setenta cujas concepções em matéria de preservação patrimonial renovaram o trabalho do IPHAN, sobretudo, ao valorizar, turisticamente, os bens culturais brasileiros. A atuação do IPHAN, no campo das políticas patrimoniais e na sua relação com o turismo, durante os anos sessenta e setenta, especificamente, em conjuntos históricos e monumentais tombados, reafirma a tese da capacidade regenerativa do órgão frente às condições sócio-econômicas próprias daqueles anos.

Sendo consequentes com o argumento de que o turismo possui uma essência conservadora e que tal essência se revela na manutenção de práticas socialmente construídas podemos afirmar, com as devidas particularidades que as primeiras antecipações do turismo, no Brasil imperial, surgiram como consequência da ocidentalização e reprodução das aspirações, dos hábitos e dos costumes introduzidos a partir da chegada da Família Real, da Corte portuguesa e dos grupos comerciais estrangeiros instaladas, no Brasil e, mais especificamente, no Rio de Janeiro, como também ocasionalmente, em Petrópolis. O turismo como prática organizada e lucrativa é praticamente inexistente ao longo dos oitocentos, outrossim, existiram recreações



aristocráticas praticadas por uma sociabilidade restrita o que fez moldar suas antecipações do turismo com mais nitidez, no findar do século XIX. De igual modo, essas recreações aristocráticas e lazeres burgueses contribuíram para definir a vocação turística de lugares como a floresta da Tijuca, o Corcovado e o Jardim Botânico. Contudo, a expressão mais nítida da prática de turismo durante o século XIX, aliás, bem mais próximo do seu fim, associamos à vinda de turistas norteamericanos em viagens organizadas por companhias marítimas à procura de uma natureza exótica e de ótimas condições climáticas, quase sempre associadas à cidade do Rio de Janeiro. Do ponto de vista histórico, comprovamos, desde então, com essas viagens turísticas que a constatação do turismo no Brasil, até meados do século XX, associou-se com a vinda de turistas forâneos do que com a prática do mesmo por brasileiros e brasileiras, ou seja, com a prática do turismo doméstico.

Ao estabelecer uma divisão cronológica, na história do turismo, podemos concluir que as primeiras décadas do século XX correspondem à etapa de organização do turismo. Tal estágio, que abrange até aproximadamente o fim dos anos trinta, caracteriza-se pela construção e modernização de planta hoteleira do Rio de Janeiro, pela intensa labor do seu *Touring Club* do Brasil, pelas mudanças nos hábitos dos cariocas em relação às práticas do lazer, pela publicação de guias do viajante que ajudam a identificar a natureza turística da Capital da República e dos seus municípios vizinhos. Outra característica a destacar nesses anos de organização do turismo é a existência de uma produção editorial em matéria de turismo é significativa nesses anos de organização do turismo o que comprovamos com as matérias publicadas na *Revista Brasileira de Turismo*, na *Revista Brazil: País de Turismo* e na *Revista Brasil – Turismo*. Elas contribuíram para estabelecer, de forma pioneira, a mentalidade turística do Brasil, pela primeira vez, em suas matérias constatamos uma reflexão consciente sobre o turismo e de suas possibilidades para o desenvolvimento econômico do Brasil destacando em reiteradas ocasiões o papel da propaganda turística para atingir tal propósito. Isso tudo fez parte de uma intensa campanha para conscientizar as autoridades públicas brasileiras da importância do turismo.

Os anos que vão desde 1930 até, aproximadamente, 1945 marcaram a *Belle Epoque* do turismo no Brasil e, também, a introdução do turismo na pauta do poder público federal. Sob as formas do termalismo e do cassinismo o turismo se manifestou, sendo aquáticos e turistas os personagens que definiram as práticas do turismo no

período aludido. Nesses anos, o termalismo deixava atrás a fase de descoberta das águas medicinais como fatos científicos e como medicamentos próprio do século XIX para atingir uma segunda fase definida não apenas como terapêutica, mas como uma atividade econômica que ultrapassava os limites de um estabelecimento termal onde surgiram cassinos que sediaram inúmeros shows e espetáculos e que foram incorporados por hotéis de luxo das classes abastadas da sociedade brasileira: uma das características principais que assume a prática do turismo durante esses anos. Já a institucionalização do turismo brasileiro pelo poder público federal tem suas origens durante o Estado Novo cuja ideologia nacionalista fez do patrimônio cultural um elemento de atração turística consagrando-o como um campo econômico como podemos comprovar através do trabalho realizado pela Divisão de Turismo, pertencente ao Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas.

A institucionalização do turismo brasileiro ganhou mais em expansão e em organização a partir das décadas de 50 e 60, sobretudo, pela modernização e expansão do aparelho administrativo do Estado voltado para o turismo. Durante esses anos, marcados pelo desenvolvimentismo, a base da consolidação do turismo se sustentou, na construção e expansão das rodovias no país, no crescimento do setor aéreo e automobilístico, na aceleração da urbanização e na ampliação dos sistemas de comunicação, mesmo que ainda que apresentasse fragilidade em sua estrutura e uma insuficiente prioridade pelos órgãos responsáveis; dentre os quais podemos citar a Comissão Brasileira de Turismo. Entretanto, aos poucos, comprovamos a modernização e expansão do aparelho administrativo do Estado voltado para o turismo. Nesses anos, a base da consolidação do turismo se sustentou, na construção e expansão das rodovias no país, no crescimento do setor aéreo e automobilístico, na aceleração da urbanização e na ampliação dos sistemas de comunicação. Contudo, o turismo não deixou de se expressar fora do âmbito do poder público brasileiro como se comprova com a existência de guias turísticos, publicações periódicas e depoimentos de turistas que nos visitaram. Do ponto de vista do poder público, a criação da Empresa Brasileira de Turismo consolidou a institucionalização do setor iniciada nessas décadas e evidenciou um ritmo mais profissional, orgânico e diversificado no desenvolvimento do turismo, no Brasil, qualitativamente superior se comparado às experiências anteriores implantadas, nesse setor, pelo poder público federal.

No itinerário histórico estudado, antes e depois da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, identificamos interessantes interfaces entre o patrimônio cultural e o turismo, que convergiram na produção intelectual de proeminentes figuras da vida cultural, publicações e/ou em importantes instituições públicas até atingirem mais estrutura e robustez com a assessoria da UNESCO ao IPHAN. Tais interfaces podem ser encontradas, por exemplo, nas viagens etnográficas feitas por Mário de Andrade durante os anos vinte pelo interior do Brasil, na estrutura do Departamento de Cultura de São Paulo do qual ele foi diretor, em publicações periódicas como a *Revista Brasileira de Turismo*, a *Revista Cruzeiro*, a *Revista Brazil: País de Turismo*, a *Revista Brasil – Turismo* e a *Revista Travel in Brazil*, na Divisão de Turismo do Departamento de Imprensa e Propaganda durante a Era Vargas, em diversos guias de viagens e turísticos e, inclusive, em depoimentos de turistas europeus e do Cone Sul que visitaram o Brasil. Contudo a natureza de tais relações tem sido assimétrica, ou seja, ao longo da pesquisa foi mais fácil identificá-las a partir do patrimônio; é ele que, através de suas representações e práticas encontra, no turismo e, especificamente em sua propaganda, um caminho para se tornar conhecido e, inclusive, para ser valorizado turisticamente. Já o turismo, desde o momento de suas antecipações, não tomou como seu fundamento os bens culturais brasileiros, mas a natureza tropical e exótica e relacionado a essa, num segundo plano, à história e à cultura de grandes cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo e seus monumentos históricos, praças, ruas, figuras notáveis etc.

Ao comparar uma época à outra, chegamos à conclusão que, durante as décadas de sessenta e setenta, existiram mudanças conceituais dentro das políticas patrimoniais e turísticas, que se manifestaram, ao se reconhecer o turismo como um elemento importante na conservação de sítios históricos tombados e como fator de desenvolvimento econômico para as cidades monumentos brasileiras. Dentre essas cidades, Paraty, por seus atrativos históricos e naturais, é o exemplo mais representativo no Estado do Rio de Janeiro. Os processos de patrimonialização e turistificação de que ela foi objeto permitiram a redefinição do seu desenvolvimento a partir de meados do século XX re-configurando sua economia e definindo sua vocação sócio-econômica que se mantém até os dias de hoje. Contudo, tais processos não se caracterizaram pela homogeneidade e simplicidade. As diversas etapas estudadas da patrimonialização em Paraty se tornaram uma verdadeira saga dentro do âmbito civil e institucional, como se

comprova com o choque de interesses entre a população local e a prefeitura do município. De um lado, a labor preservacionista do IPHAN, de outro, por sua vez, a turistificação de Paraty foi bem acolhida pelos cidadãos locais que enxergaram o turismo como a solução de problemas econômicos herdados. Esses processos não deixaram de ser conflitantes devido ao conjunto de diretrizes jurídicas com que já contava a cidade patrimonializada e o modo com que o turismo se manifestou, sobretudo, no centro histórico de Paraty.

Os limites entre os processos de patrimonialização e turistificação, estudados em Paraty, são difíceis de definir devido a que o patrimônio cultural foi priorizado tanto pela prática preservacionista iphaniana que fez do município um Monumento Nacional, quanto pelos atores envolvidos com sua turistificação. Alguns dos quais, como o IPHAN e a UNESCO fizeram parte de ambos os processos. Assim, a patrimonialização e a turistificação de Paraty nos permitem afirmar que com eles a cidade adquiriu os perfis de uma cidade documento, de uma cidade monumento e de uma cidade turística. Ou seja, Paraty documentou uma leitura do passado através de suas construções religiosas, domésticas, civis e militares que ficou excluída – não por muitos anos – da especulação imobiliária e do circuito dos valores mercadológicos que marcaram a segunda fase da patrimonialização, quando foi tornada, legalmente, um Monumento Nacional. Contudo, essa cidade monumento, no lugar de documentar o passado o petrificou, mantendo uma lembrança simbólica do espaço frente às novas condições sócio-econômicas com as quais lidou a ação preservacionista iphaniana nas décadas dos anos sessenta e ao longo dos setenta do século passado. Paraty tornou-se uma cidade turística porque constatamos nela a presença de três lógicas estudadas do processo de turistificação que indicam a criação de turismo ou de lugares turísticos: os turistas, o mercado e os planejadores. Foram eles três, com maior ou menor peso que fizeram de Paraty, uma cidade turística.

Por último, gostaria de concluir afirmando, desde minha curta experiência e familiaridade com a historiografia brasileira que o itinerário histórico do patrimônio cultural e do turismo durante os séculos XIX e XX aporta uma interessante leitura da história do Brasil. Isso porque as formas de eles se expressarem contribuíram para trazer outros olhares ao passado cujas interpretações contrastam com as abordagens mais frequentes de períodos históricos trabalhados pelos historiadores (as) brasileiros.

## **BIBLIOGRAFIA**

## FONTES DOCUMENTAIS

ADALBERTO, Príncipe de Prússia. *Brasil: Amazonas-Xingu*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977. [1877]

AMERICANO, Jorge. *São Paulo, naquele tempo (1985-1915)*. São Paulo: Saraiva, 1957.

ANDRADE, Mário. “A chapel decorated by Portinari”, In: *Revista Travel in Brazil*. Departamento de Imprensa e Propaganda. Vol. 1, No. 3, 1941, pp. 1-5.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. (Publicações SPHAN, 38)

ANDRADE, Mário. *O turista aprendiz*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. 1976. [1927].

ANDRADE, Mário. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1965.

ARAÚJO VIANA, Ernesto da Cunha. “Das artes plásticas no Brasil em geral e da cidade do Rio de Janeiro”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, No. 78, 1915.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo No. 563-T-57/Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Parati.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo No. 657-T-62. D.P.H.A.N. Seção de História, Igreja das Dores, Parati, estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo No. 655-T-62. D.P.H.A.N. Seção de História, Igreja Matriz, Parati, estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo No. 658-T-62. D.P.H.A.N. Seção de História, Igreja do Rosário, Parati, Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo No. 656-T-62. D.P.H.A.N. Seção de História, Igreja Santa Rita, Parati, Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo No. 0532-T-62. D.P.H.A.N. Seção de História, Forte Defensor Perpétuo, Parati, Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Processo No. 783-T-66. D.P.H.A.N. Seção de História, Casa Fazenda de Nossa Senhora da Conceição, Parati, Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Carta enviada pelo Diretor da UNESCO René Maheu ao Sr. Mario Gibson Barbosa, Ministro de Assuntos Estrangeiros, 13 de Junho de 1973, pp. 18-46. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. SHANKLAND, Graeme. “Proposta ao PNUD- Projeto de Turismo Cultural” In: Arquivo Central do IPHAN/ Rio de Janeiro. Sub-Série Assuntos Internacionais. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. PERRIN, Jean Bernard e PASKINE, Alain. *Mise em valeur dès ensembles et sites classes: Brésil - (Mission) février-mars 1972, août 1972*. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Convênios entre o IPHAN, EMBRATUR e a Prefeitura de Paraty. (Paraty/RJ). Localização Topográfica: AA01/P06/ Cx.0012/125/ P.0083.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Convênios entre a EMBRATUR e o DAC-IPHAN Visando o desenvolvimento do turismo cultural do país. Localização Topográfica: AA01/P01/ Cx.0013/126/ P.0088.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. PARENT, Michel. *Protection et mise em valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. Arquivo Central do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sub-Série UNESCO (1966-1969). Módulo 66, Caixa 59, Pasta.190.

ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Informação No. 221 do Arquiteto Augusto da Silva Telles ao Diretor do IPHAN, Renato Soeiro, “Relatório do Sr. Perrin sobre *Mise em valeur dès ensembles et sites classés*”. UNESCO. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro. Módulo 66. Caixa 60. Pasta 192.

BANDEIRA, Manoel. “Ouro Preto: the old Villa Rica”, Revista *Travel in Brazil*. Departamento de Imprensa e Propaganda. Vol. 1, No. 4, 1941, pp. 1-13.

BARBOSA, Antônio Cunha. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BARBOSA, Antônio Cunha. “Aspecto da arte brasileira colonial”, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, No. 61, 1898.

BRASIL-CAMARA DOS DEPUTADOS. *Patrimônio do Brasil. Projeto No. 411 de 1925*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. 54 p. [Extingue a Diretoria do Patrimônio Nacional e cria o Departamento do Patrimônio do Brasil), apresentado a Câmara pelos deputados Galdino do Valle Filho da bancada fluminense e Basílio de Magalhães da bancada mineira.

- CABRAL, Alfredo do Vale. *Guia do viajante no Rio de Janeiro, Acompanhado da planta da cidade, de uma carta das estradas de ferro do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo e de uma vista dos Dois Irmãos* [por A. do Valle Cabral e Hilário Peixoto] Imprensa: Rio de Janeiro, Typ. da Gazeta de Notícias, 1882.
- CASAIS, José. *Un turista en el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Franz Timon, 1940. 238 p.
- CASTAÑON GUIMARÃES, Júlio e Vera LINS. *Impressões de um amador*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa/Editora da UFMG,. 2001.
- CASTRO, Antônio Maria Miranda. *As águas mineraes brasileiras e em particular as do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Escola Médica do Rio de Janeiro, 1841.
- COMPANHIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO (CNPJ). *Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati*. Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos de projetos S.A., 1972. 3 vol.
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Parati, Rio de Janeiro. RJ: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1967, pp. 3-23.
- CORREIA, Jonas. *Organização do turismo no Brasil. Discurso Projeto-Lei e sua Justificação*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, S/P. 1949.
- COUTO, Haroldo Lisboa da Graça. Carta de renúncia à presidência da COMBRATUR. Arquivo Técnico Administrativo do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional, Rio de Janeiro/Sub-série EMPRESA. EMBRATUR, 1961-1968. Caixa 194, Pasta 16.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca a histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins; EDUSP, 1972. 2v.
- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. *Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda/ Divisão de Turismo*, 1941. Arquivo Nacional: Fundo da Secretaria da Presidência da República. Série 14. Caixa 510
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980 [1855].
- DUARTE DE AZEVEDO, M. A. “Casa Correccional em São Paulo”, In MARQUEZ, Joaquim Roberto de Azevedo. (Eds.) *Memorial Paulistano para o anno de 1866*. São Paulo: Typ. Imparcial de J. .R. A. Marques, 1866. Anexos, pp. 55-64.
- DUMANS, Adolfo. *A idéia da criação do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1947.
- \_\_\_\_\_. O Museu Histórico Nacional através de seus 19 anos de existência. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 1, pp. 433-488, 1940.



- DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga. *A arte brasileira*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1888. [TRANSCRIÇÃO In: Revista Eletrônica XIX e XX].
- DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga. “Cantos de arte na cidade”, “A queda dos muros”, “O cabaré de Ivone”, In: CASTAÑON GUIMARÃES, Júlio e Vera LINS. *Impressões de um amador*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa/Editora da UFMG. 2001
- DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga. *Contemporâneos - Pintores e escultores*. Rio de Janeiro: Typ. Benedicto de Souza, 1929. pp. 101-168.
- EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro, Conquista. 3 vols. 1957.
- EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. *Urbanização da Área de Expansão Urbana da Cidade de Paraty*. Rio de Janeiro. PLANAVE. Escritório Técnico de Planejamento.
- EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília, Abril de 1975.
- EMPRESA LITERÁRIO LUSO-SBRASILEIRA. *Jornal A Volta do mundo: jornal de viagens e de assumptos geographicos*. Lisboa, Portugal : Empreza Litteraria Luso-Brazileira, 1880-1883.
- FAZENDA, José Vieira. “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1919/26, 5vols.
- FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil-uma trajetória*. Brasília: SPHAN, FNPM, 1988.
- FERREZ, Gilberto. *A colonização de Teresópolis: à sombra do Dedo de Deus, 1700-1900. Da Fazenda March a Teresópolis*. Rio de Janeiro: IPHAN, MEC, 1970. (Publicações do IPHAN, No. 24)
- FIGUEREIDO, Francisco de Paula Assis. “Turismo Americano. Palavras do Diretor da Divisão de Turismo do D.I.P. (Dr. Francisco de Paula Assis Figueiredo)”, In: *Jornal Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1940.
- FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- FREYRE, Gilberto. "Gilberto Freyre", In: *D. O. Leitura*, São Paulo, 9 (100) setembro, 1990. [1937]
- HINCHLIFF, Thomas Woodbine. *A visit to Rio de Janeiro, the Organ Mountains, La Plata and the Parana*. London: Imprenta Longman, 1863.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. *Sinopse Estatística do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística: IBGE, 1948.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Diário de Jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cid. de São Paulo e desta até as Minas, Anno de 1717, In: *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 3, 1939, pp. 275-306.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. São Paulo: Martins: EDUSP, 1972. 2 v. [1845]

KLUMB, Henry. *Doze horas em diligencia, guia do viajante de Petrópolis e Juiz de Fora*. Imprenta: Rio de Janeiro: J. J. da Costa Pereira Braga, 1872.

KESLEY, Vera. "Petrópolis: Summer capital of Brazil", In: *Revista Travel in Brazil*. Vol 3, No. 3, 1941, pp. 16-19.

LAEMMERTS, Eduardo (Eds.). *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1865*. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert Eds.,1866.

\_\_\_\_\_. *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1875*. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert Eds., 1876..

\_\_\_\_\_. *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1880*. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert Eds, 1881.

\_\_\_\_\_. *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert Eds, 1847.

\_\_\_\_\_. *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert Eds, 1851.

\_\_\_\_\_. *Almanak administrativo mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro para o ano de 1855*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert Eds. 1856.

\_\_\_\_\_. *Almanak administrativo mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846. Terceiro Anno*. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert Eds.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. Nunes Garcia. 1862-1863. 2. v.

MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. “Resumo estatístico e histórico da Província de São Paulo e alguns artigos sobre edifícios da capital”. In: MARQUEZ, Joaquim Roberto de Azevedo. (Eds.) *Memorial Paulistano para o anno de 1866*. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. A. Marques, 1866. Anexos, pp. 1-23.

MARIANNO FILHO, José. *Estudos de Arte Brasileira*. Rio de Janeiro: s/ indicação de editora, 1942.

MARIANNO FILHO, Jose. *À Margem do Problema Arquitetônico Nacional*. Rio de Janeiro, Estúdio de Artes Gráficas C. Mendes Junior, 1943.

MATTOS, Aníbal. *Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Apollo, 1935.

MEIRELLES, Cecília. “The Imperial Museum”, In: *Revista Travel in Brazil*. Vol 1, No. 4, 1941, pp. 20-32.

MENDONÇA, A. B. *História do sport náutico no Brazil*. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Sociedades de Remo, 1909.

MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. *Pequeno panorama ou descrição dos principais edificios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paulo Brito, 1861. 5 vol.

MOREIRA DE AZEVEDO, Manoel Duarte. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, uso e curiosidades*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877. 2 v.

LANGSDORFF, Georg Heinrich. *Memoria sobre o Brasil, para servir de guia aquelles que nelle se dezejem estabellecer*/Traduzida por A. M. de Sampaio. Rio de Janeiro: Oficina de Silva e Porto e Ca., 1822.

LEITE, Aydano. “6000 turistas visitaram Paraty durante a Semana Santa”, In: *Jornal de Paraty*. No. 6, Ano I. Paraty, 4 de Abril de 1970.

LOPES, Renato Sousa. *Águas minerais do Brasil: comparações, valor e indicações therapeuticas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e as partes meridionais*. Belo Horizonte: Itaitiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. [1823]

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro– Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1991 [1862 e 1863].

ORAZI, Ângelo (Dtor). *Os guias verdes do Brasil. Rio de Janeiro e seus arredores*. Rio de Janeiro: Companhia Carioca de Artes Gráficas, 1939.

PESSANHA POVOA. “Convento do Carmo”, In: MARQUEZ, Joaquim Roberto de Azevedo. (Eds.) *Memorial Paulistano para o anno de 1866*. São Paulo: Typ. Imparcial de J. .R. A. Marques, 1866. Anexos, pp. 33-43.

PICCHÍA, Menotti Del. “São Paulo, city of tourist”, *Revista Travel in Brazil*. Vol 3, No. 3, 1941, pp. 6-11.

PIZARRO E ARAÚJO. Monsenhor José de Souza Azevedo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, INL. 1945-1948. [1820-1822].

PIZARRO e ARAÚJO, José de Souza. “Nossa Senhora dos Remedios de Paratii”, In: *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias Anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1822. Tomo III.

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araújo. “Fragmentos de notas de viagem de um artista brasileiro”. *Revista Minerva Brasiliense*. No. 2. 15 novembro, 1843. pp. 71-75.

\_\_\_\_\_. “A igreja paroquial de Nossa Senhora da Candelária”. *Revista Minerva Brasiliense*. No. 15. Novembro, 1844.

\_\_\_\_\_. “Algumas idéias sobre as Belas Artes e a Indústria no Império do Brasil”. *Revista Guanabara*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, fev. 1850.

\_\_\_\_\_. “Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo III, 1841, pp. 547-556.

\_\_\_\_\_. “Iconografia brasileira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XIX, n.º 23. 1856, pp. 339-378.

RIBEIRO DE MIRANDA, M. F. “Convento de São Francisco”, In: MARQUEZ, Joaquim Roberto de Azevedo. (Eds.) *Memorial Paulistano para o anno de 1866*. São Paulo: Typ. Imparcial de J. .R. A. Marques, 1866. Anexos, pp. 24-31.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Diagnóstico sócio-econômico-educacional do município de Parati*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1978.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Revisão e atualização da legislação urbanística de Parati*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1979.

SEVERO, Ricardo. “Da arquitetura tradicional no Brasil. Archeologia e Arte”. In: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 de setembro de 1922.

SMITH, Robert C. “Arte”, In: *Manuel bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Sousa, 1949, pp. 7-100.

SOCIEDADE ANONYMA DE VIAGENS INTERNACIONAIS. *Os guias verdes do Brasil. Rio de Janeiro e seus arredores*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo Ponguetti e Cia., 1928.

SOUSA FILHO, Clemente Falcão. “Seminário Episcopal”, In: MARQUEZ, Joaquim Roberto de Azevedo. (Eds.) *Memorial Paulistano para o anno de 1866*. São Paulo: Typ. Imparcial de J. .R. A. Marques, 1866. Anexos, pp. 45-53.

STIRUM, Frédéric de Limburg. “*Plan national de mise em valeur de Parati dans le cadre d’um développement touristique*”, In: *Revista da UNESCO*, Janeiro, 1968, pp. 1-42.

TAUNAY, Alfredo d’Escragolle (Visconde de). *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou Breve noticia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro para servir de guia aos visitantes*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, 2 v. [1876]

VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio sobre a Historia e Estatistica da provincia do Espirito Santo, contendo, além de muitos documentos curiosos, e interessantes, a historia da fundação, povoação, governo, monumentos, guerras, desde o descobrimento de cada municipio até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, productos, etc., etc.* Victoria: Typ. de P. A. D’Azeredo. 1858. 254 p.

UNITED STATES E BRAZIL MAIL STEAM COMPANY. *Journal of The United States e Brazil Mail Steam Ship*. Vol.1, n.1 (janeiro de 1884)-v.1, n.3. Marco de 1884.

#### **FONTES BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, 4a. Ed.: Civilização Brasileira, 1975.

ACERENZA, Miguel Ángel. *Administración del Turismo: Conceptualización y Organización*. Ed. Trillas, México, 1994.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no império”. In: \_\_\_\_\_ . & NOVAES, Fernando A. (Orgs.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.2. (Império: a corte e a modernidade nacional)

ARRONES, Francisco Jurdão. *Los mitos del turismo*. Madrid. Ed. Endymion. 1992.

ALBUQUERQUE, Daniel Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Bibliografia geral, publicações oficiais e privadas referentes ao patrimônio histórico e artístico do Brasil na fase anterior à descoberta do país e durante os períodos colonial e moderno”, In: *Brasil. Monumentos Históricos e arqueológicos*. México, Distrito Federal: Instituto Pan-Americano de Geografia e História, 1952, pp. 129-165.

ARAÚJO, Cíntia Rejane Moller de. “A participação societal das políticas públicas de turismo no Brasil”. São Paulo/Fundação Getúlio Vargas. *Tese de Doutorado*. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2007.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AULICINO, Madalena Pedroso. *Turismo e estâncias: impactos e benefícios para os municípios*. São Paulo: Futura, 2001.

BARBOSA, Pe. Antônio Lemos. *Pequeno vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967.

BARBOSA, Ruy Fernando. “Rio-Santos: a hora da decisão”, In: *Revista Quatro Rodas*, Novembro de 1969, pp. 93-98.

BARRETTO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Ed. Papirus/Coleção Turismo, 2000.

\_\_\_\_\_ (Org.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas, SP: Editora Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_ “Ciências Sociais aplicadas ao turismo”. In: BRUHNS, Heloisa Turini, LUCHIARI, Maria Tereza D. P. e SERRANO, Célia. *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas – SP: Papirus, 2000, pp. 20-45.

BARRETO, Margarita; REJOWSKI, Miriam. *Turismo: interfaces, desafios e incertezas*. Caixas do Sul. EDUCS, 2001. pp 47-56.

- BARRETTO, Margarita; SANTOS, Rafael José dos. “Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações”. *Turismo: Visão e Ação*. Itajaí, v. 7, n. 2, p. 357-364, 2005.
- BARROS, José D’Assunção. “Sobre a noção do campo histórico”. In: *História e-história*. Publicação organizada com apóio do grupo de pesquisa arqueologia histórica da UNICAMP. In: <http://www.historiaehistoria.com.br> Acessado em 10 de janeiro de 2011.
- BATISTA, M. Nogueira. “Parati”, In: *Revista Arquitetura*, No. 46, Abril 1966. (Fotos do Arq. Frederic de Limburg Stirum). Órgão Oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil. pp. 5-12
- BELCHIOR, Elysis e POYARES, Ramon. *Pioneiros da Hotelaria no Rio de Janeiro*. Ed. SENAC Nacional. Rio de Janeiro, 1987.
- BENEVIDES, Ireleno. “O amalgama componente dos destinos turísticos como construção viabilizadora dessa prática sócio-espacial”, em: *Revista Espaço e Tempo*, São Paulo. No. 21, 2007. pp. 85-102.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo. SENAC, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Globalização do turismo*. São Paulo. Aleph, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Aleph, 2006.
- BERCHT, Domitila. *Lazer e turismo*. São Paulo: Gráfica Tiradentes, 1982.
- BERTONCELLO, Roberto. “Processo de Modernização e Espaço local: o caso do município de Angra dos Reis”, *Dissertação de Mestrado* em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- BOMENY, Helena. “Novos talentos, vícios antigos: os renovadores da política educacional”, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 6, No. 11, 1993, pp. 24-39.
- BORG, Jean van der; COSTA, Paolo.; GOTTI, Giussepe. (1996): “Tourism in european heritage cities”, *Annals of Tourism Research*. Vol. 23 No. 1. Oxofrd, pp 314-315.
- BOTELHO, Tarcisio. “Censos e construção nacional no Brasil Imperial”, In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.
- BOURDIN, Alain. “Patrimônio: passado e presente”, In: *Série Estudos*, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, No. 57, maio, 1987. [Transcrição de fita gravada de conferência realizada no IUPERJ, novembro de 1986].
- BOYER, Marc. *Histórica do turismo de massa*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BRANDI, Césare. *Teoria da restauração*. São Paulo, Editora Ateliê, 2004 [1963].

BUARQUE, Virgínia. “Mundanismo: brisa renovadora. Moral e sociedade no Rio de Janeiro (1850-1870)”. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. São Paulo: 4ª. Edição, 1940.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro e São Paulo: Ed. O Globo e Folha de São Paulo, 2003.

CALABRE, Lia. “Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 1, No. 31. Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003, pp. 161-181.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil. Recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)*. São Paulo: Ed. ALEPH, 2007.

\_\_\_\_\_. “Conceitos de patrimônio: técnica ou ideologia?” In: *História e-história*, Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Estratégicos/Arqueologia da UNICAMP. Disponível em: [www.historiaehistoria.com.br](http://www.historiaehistoria.com.br) [Artigo publicado em CD e apresentado originalmente no VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul: Patrimônio Histórico e Cultural: Identidade e Poder, Campo Grande, MS, 19-22 outubro de 2004.]

CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 183-213.

CARVALHO, Aline Vieira de. “Entre ilhas e correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil”. *Tese de Doutorado*. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Fevereiro, 2009.

CASTRO GOMES, Ângela de. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Vol. 10.

CASTRO, Celso. “Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro”. In: VELHO, Gilberto. (Org.). *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999, p. 80-87.

\_\_\_\_\_. “La naturaleza turística de Río de Janeiro, Brasil”. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Buenos Aires, v. 11, n. 1 e 2, 2002, p. 81-93.

CASTRO, Isis Pimentel de. “Arte & história: a concepção de arte nos oitocentos e sua relação com a cultura histórica”, In: *Revista de História SAECULUM*, João Pessoa, No. 14, jan./jun. 2006. pp. 172-182.



CAVALCANTI, Keila Brandão; HORA, Alberto Segundo S. da. “Política de turismo no Brasil”. In: *Turismo em análise*. São Paulo. ECA/USP. V.13. n. 2 nov. pp. 54-73. 2002.

CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro, UFRJ/Paço Imperial/Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. *As preocupações do belo*. Rio de Janeiro: Ed. Taurus, 1995.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. “Araújo Porto Alegre e o patrimônio arquitetônico do Rio de Janeiro”. In: *Revista Museologia e patrimônio*. Vol.I No 1 – Julho-Dezembro de 2008. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.94.br/index.php/ppgpmus>.

CERTEAU, Michel de. “A história como mito”, In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000. pp. 54-65.

\_\_\_\_\_. “O romance da história”, In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000. pp. 333-347.

CHASTEL, André e BABELON, Jean-Pierre. *La notion de patrimoine*. Paris: Éditions Liana Levi. 1994

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Ed. EDUSP, 2001.

CHUVA, Márcia (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. “Os arquitetos da memória: a construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil - anos 30 e 40”. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal Fluminense, 1998.

CORBIN, Alain (org.). *A história dos tempos livres*. Lisboa: Editora Teorema, 2001.

CORBIN, Alain. *Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

COSTA, Samuel. *Paraty no Anno da Independência : outros textos e poemas*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2000.

CRUZ, Rita de Cássio. *Política de turismo e território*. São Paulo. Ed. Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. “Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil”. São Paulo: *Tese de doutorado*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 1999.

CURY, Isabelle (org.). *Cartas patrimoniais*. 2. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

CURY, Isabelle. “Porto do Ouro: evolução urbana de Paraty”, In: *Paraty, Seminário de Planejamento Urbano. Planejamento e patrimônio mundial*. Imprensa Paraty, RJ, [s.n.], pp. 43-55.

DAIBERT, André. “História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930”. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Março, 2010.

DA SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. *Turismo de Saúde*. São Paulo: Ed. SENAC, 1994.

DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

DIAS, Célia Moraes. “Amenities & facilities – Marcos da hospitalidade na cidade de São Paulo entre fins do século XIX e início do XXI”, In: *Turismo em Análise*, ECA/USP, v. 17, pp. 170-189, 2006.

\_\_\_\_\_. “Tendências evolutivas do Turismo e da Hotelaria”, In: *Turismo em Análise*, ECA/USP, v. 2, pp. 79-99, 1991.

DORIS, Sommer. “O Guarani e Iracema: um indigenismo de duas faces”, In: *Ficções da fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004. pp. 165-201.

DONAIRE, José A. “La reconstrucción de los espacios turísticos. La geografía del turismo después del fordismo”, *Revista Sociedade e Território*, Ministerio de Cultura Portugal. No. 28. pp 2-34, 1998.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura do Município de São Paulo. 1985.

CHUVA, Márcia (org.) *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. “Os arquitetos da memória: a construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil - anos 30 e 40”. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal Fluminense, 1998.

EMBRATUR, Ministério da Indústria e Comércio. “Turismo, ator de paz” [Mensagem do Papa Paulo VI, do Psdte Ernesto Geisel, do Psdte. Gerald Ford e do Premier Pierre Elliot Trudeau, In: *Revista EMBRATUR*. Ano I, No. 5. Junho-Julho-Agosto, 1975, pp. 19-23.

FERNANDES, Jose Ricardo Oria. “O direito à memória: a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural no Brasil”, *Dissertação apresentada ao Curso em Direito da Universidade Federal de Ceará*, 1995.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 2. v.
- FLORES, Elio Chaves. “As fundações historiográficas da turismologia”, *Revista Saeculum*, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, v. 12, pp. 142-163, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. “Construções do passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasil anos 70-80”. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *O Rio de Janeiro que Hollywood inventou*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- GURGEL, Heitor; AMARAL, Edelweiss Campos do. *Paraty, caminho do ouro: subsídios para a história do Estado do Rio de Janeiro / Rio de Janeiro: Livraria São José*, 1973.
- GUSMÃO, Neuza Maria Mendes de. “A Idade da Terra em Parati-Uma Proposta de Periodização Histórica”. In: *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXX, São Paulo, USP, 1980/1981, pp. 248-276.
- HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos modernistas”, In: NOVAES, A. (org.). *Tempo e história*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994. pp. 289-305.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2ª. Ed.1975.
- JAFARI, Jaffar. “La cientificación del turismo”. In: *Revista Estudios y Perspectivas en Turismo*. Buenos Aires: CIET, v.3.n.1, 1994. pp. 7-36.
- KADT, Enmanuel de. (comp.) *Turismo. ¿pasaporte al desarrollo?* Ed. Endymion, Madrid. 1991.
- FERRAZ, Joandre Antônio. “Regime jurídico do turismo”. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas e Paulo César MILONE (Org.) *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. pp. 151-161.

FERRAZ, Joandre Antônio. *Ordenação jurídica do turismo*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1983, 330 p.

FORTE, Ana Maria Siems. “Turismo cultural no Rio de Janeiro: um ponto de vista a partir do Theatro Municipal do Rio de Janeiro”. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Rio de Janeiro, Março de 2006.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (org.) *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo. Ed. Contexto, 2001.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil-uma trajetória*. Brasília: SPHAN, FNPM, 1988.

FUNDAÇÃO PRO-MEMÓRIA. *Rodrigo e o SPHAN. Coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/Fundação Pró-Memória. 1987.

FURET, François. “Conclusion des Entretiens”, in François Furet (org.), *Patrimoine, temps, espace- patrimoine en place, patrimoine déplacé*, Paris, Éditions du Patrimoine. 1996. p. 425.

GERODETTI, João Emílio e CORNEJO, Carlos. *Navios e portos do Brasil nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo, Solaris. 2006.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. “Contribuição à Reflexão Sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional. O Caso de Angra dos Reis”. *Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

GUEDES, Maria Tarcila. “A Influência do pensamento modernista no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)”. In *Ideólogos do Patrimônio*, Rio de Janeiro: IBPC, 1991, pp. 15-24.

GUILLAUME, Marc. *A política do patrimônio*. Porto, Ed. Campo das Letras, 2003 [1980].

GURGEL, Heitor; AMARAL, Edelweiss Campos do. *Paraty, caminho do ouro: subsídios para a história do Estado do Rio de Janeiro* / Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HEWISON, Robert. “La prise de conscience du patrimoine en Grande-Bretagne”, in Pierre Nora (org.), *Science et conscience du patrimoine*, Paris, Éditions du Patrimoine. 1997.
- HOBSBAWM, Eric & Terence ROGER (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.
- JEUDY, Henry-Pierre (org.). *Patrimoines en folie*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l’Homme. 1990.
- KNAFOU, Remy. “Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo”. In: RODRIGUES, Adyr. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Editora Hucitec. 2ª Edição, 1999, pp. 62-74.
- LACOMBE, Américo L. Jacobina. *O mordomo da casa imperial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (Org.). *As missões da UNESCO no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. IPHAN, 2009.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”, In: ROMANO, Rugiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. I – Memória/História. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1983. pp. 95-123.
- \_\_\_\_\_. *Patrimoine et passions identitaires*, Paris, Éditions du Patrimoine. 1998.
- LEITE, João de Souza. “Aloísio Magalhães, aventura paradoxal no design brasileiro. Ou, o design como instrumento civilizador?” *Tese de Doutorado*, PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro, 2006.
- LIPPI, Lúcia (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.
- LIPPI, Lúcia; VELOSO, Mônica e Ângela CASTRO (org). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- LOPEZ, Telê Ancona. “O turista aprendiz na Amazônia: a invenção no texto e na imagem”, In: *Anais do Museu Paulista*. jul.-dez. 2005, vol.13, n.2, pp. 135-164.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge/New York. Cambridge University Press, 1988. Tradução na Revista *Projeto História*. Nº 17. *Trabalhos da Memória*. São Paulo, PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, novembro de 1998. pp. 63-201.

MacCANNELL, Dean. *The tourist: a new theory of the leisure class*, New York: Schocken, 1976.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. “A curta trajetória de uma política de preservação patrimonial”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 36, p. 9-18, 2004.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. “Ouro Preto entre Antigos e Modernos: as disputas em torno do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante as décadas de 1930 e 1940”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 189-208, 2001.

MAGALHAES, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. Nacional, 1935.

MAIA, Thereza Regina de Camargo. *Paraty: religião e folclore*. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barroso. *Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920-1945*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna: FAPERJ, 2002.

MARRAS, Estelio. *A propóstio de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2004.

MARTINS, Luciana de Lima. “Tornando visível: jogo de olhares na construção do patrimônio brasileiro: 1920-1930”. Trabalho apresentado ao XII Encontro Regional de História ANPUH/Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARQUES MACHADO, Cristiana. “Turista”, In: *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007. pp. 648-655.

MASCARENHAS, Gilmar. “Construindo a Cidade Moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro”. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. No. 23, pp. 17-39, junho de 1999.

\_\_\_\_\_. “Da cidade Colonial ao Espaço da Modernidade: a introdução dos Esportes na vida urbana no Rio de Janeiro” *Scripta Nova - Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales*; 1999.

\_\_\_\_\_. *O corpo e a cidade: a epidemia da febre esportiva no Rio de Janeiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Ed. GeoUERJ, 1999.

MATHIESON, Aliston. y WALL, Geoffrey. *Turismo: repercusiones económicas, físicas y sociales*. Editorial Trillas, México, 1990.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Por uma sócio-história do Estado no Brasil”. In: MELLO, Joana. *Ricardo severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2007.

MELLO, Diuner. *Paraty e a maçonaria: a presença da maçonaria em Paraty, seus sinais e símbolos na arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2006.

PASIN, José Luis. *Vale do Paraíba - Estrada Real, Caminhos e Roteiros*. Aparecida: Editora Santuário, 2004.

MELO, Vitor Andrade de. “Esporte, propaganda e publicidade no Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX, In: *Revista Brasileira de Ciências e Espertes*. Campinas, v. 29, n. 3, p. 25-40, maio 2008.

\_\_\_\_\_. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios de uma política pública de esporte e lazer. *Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 3, jul./out. 2006b. Disponível em: <[www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc](http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc)>.

\_\_\_\_\_. “Banhos de mar e os primórdios dos esportes náuticos no Rio de Janeiro”. V *Encontro de História do Esporte, do Lazer e da Educação Física* (coletânea), Unicamp/UFAL/ETFA, 1997, pp. 227-234.

MICELI, Sérgio e GOUVEIA, M. Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro, Funarte, IDESP, 1985.

MILONE, Paulo César. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO. *EMBRATUR: vinte anos fazendo turismo, 1966-1986*. Ed. Especial. Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. *Turismo: legislação básica*. Rio de Janeiro. EMBRATUR, 1969.

MOLLER de ARAUJO, Cíntia Rejane. “A participação societal na concepção das políticas públicas de turismo no Brasil: o caso do Conselho Municipal de Turismo de São Paulo no período de 1.991 a 2006”. *Tese de Doutorado*, Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

MOTTA, Marly Silva da. *O lugar da cidade do Rio de Janeiro na federação brasileira: uma questão em três momentos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 16f.

MOURÃO, Benedictus Mário. *Medicina hidrológica: moderna terapêutica das águas minerais e estâncias de cura*. Poços de Caldas: Prisma. 1992.

\_\_\_\_\_. *A água mineral e as termas: uma história milenar*. São Paulo: Abinam.1997.

NOGUEIRA, Mário. “Políticas públicas: o processo decisório na cúpula do setor do Brasil”. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. V.17. n.4. pp 167-181. out/dez 1983.

\_\_\_\_\_. “O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil”. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. V.21. n.2. pp 37-54. abr/jun 1987.

NORA, Pierre. *Actes des Entretiens du Patrimoine*. Paris, Fayard, 1997.

\_\_\_\_\_. “Entre Mémoire et Histoire”, in P. Nora (org.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard. 1997, pp. 24-25.

NOVAIS, Fernando e Laura de MELLO SOUZA (orgs.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 2. “Império: a corte e a modernidade nacional” Vol. 3. “República: da Belle Époque à Era da Rádio”. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NUCCI, Nelson. “Preservação do Patrimônio (O trabalho que estas fotos não mostram)”, In: *Revista Quatro Rodas*. Rio de Janeiro: Ano XXI, No. 247, Fevereiro de 1981.pp. 80-83.

ORTIZ, Renato *A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. 1994. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.

PAIXÃO, Dario Luiz Dias. *A Legalização dos Cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países. Turismo - visão e ação*. v.1, n.2. Balneário Camboriú: Ed. da UNIVALI, 1999.

\_\_\_\_\_. “A Belle Époque do turismo brasileiro: os Hotéis-Cassino na Era Getulista (1930-1945)”; In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca; pp. 867-883.

\_\_\_\_\_. “A legalização dos cassinos no Brasil: uma análise comparativa das situações governamentais em outros países”, In: *Turismo Visão & Ação*, Revista de Turismo da Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI, v.1 - n.2. Out-1998/mar-1999.



- PANOSSO NETTO, Alexandre; TRIGO, Luis Godoi. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. 2ª ed. São Paulo. Aleph, 2003.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. *Fenomenologia do turismo – uma proposta de construção epistemológica*. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, ECA/USP. São Paulo, 2005. 182 p.
- \_\_\_\_\_. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo. Ed. Aleph, 2005.
- PASIN, José Luis. *Vale do Paraíba - Estrada Real, Caminhos e Roteiros*. Aparecida: Editora Santuário, 2004.
- PEARCE, Philipp. L. *The social psychology of tourism behavior*. Pergamon, New York; 1982.
- PEIXOTO, Alzira Vargas de Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960.
- PEIXOTO, Paulo. “As cidades e os processos de patrimonialização: a corrida ao estatuto do patrimônio mundial e a identidade simbólica das cidades”, In: PINHEIRO, Magda, *et. al. Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*. Oeiras: Ed. Celta, 2001, pp. 171-179.
- PENNA, José Roberto e LARANJEIRA Cláudio. “Parati: as praias e a arquitetura colonial”, In: *Revista Quatro Rodas*. Rio de Janeiro: Ano XVII, No. 198, Janeiro de 1977, pp. 66-73.
- PENNA, José Roberto e Heitor HUI. “Parati”, In: *Revista Quatro Rodas*. Rio de Janeiro: Ano XXI, No. 246, Janeiro de 1981, pp. 62-83.
- PEREIRA, Cássio Avelino. *A trajetória da política do turismo em Minas Gerais e o papel do setor legislativo em sua transformação*. Belo Horizonte. 1999. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- PEREIRA, Júlia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2009.
- PIRES, Mário Jorge. *Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes do século XIX*. São Paulo: Ed. Manole, 2001.
- PLOG, Stanley. “Why destination areas rise and fall in popularity”, In: *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*. University of Cornell, New York: Jun 2001; Vol. 42, No. 3, pp. 13-24.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”, In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vol. 2. No. 35, 1989. pp. 3-15.

PRATS, Llorençs. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona, Editorial Ariel, S.A. 1997.

QUINTELA, Maria Manuel. “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol. 11 (suplemento 1), pp. 239-260, 2004.

REIS, Paulo Pereira dos. “Caminhos de Penetração da Capitania de São Paulo”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: USP. Tomo XXXI, 1982, pp. 267-318.

REJOWSKI, Miriam (org.). *Turismo no Percurso do Tempo*. São Paulo. Série Turismo. Editora Aleph, 2002.

REJOWSKI, Miriam. “Ensino em turismo no Brasil: reflexões sobre a realidade do ensino de graduação de 1970 a 2000”. In: BARRETO, Margarita e Miriam REJOWSKI. *Turismo: interfaces, desafios e incertezas*. Caixas do Sul. EDUCS, 2001, pp. 47-56.

REVISTA VISÃO. “Um novo folclore da Rio-Santos (para turistas)”, In: *Revista Visão*, 23 de Junho de 1975, pp. 94-98.

RICCI, Cláudia Thurler. Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro. Rio de Janeiro (1903-1922). *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2004.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida da cidade refletida nos jornais – 1850-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1978.

\_\_\_\_\_. *O dia-a-dia do Rio de Janeiro segundo os jornais - 1870-1879*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC. 1982.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. “Prototombos: o conceito de patrimônio cultural no século XX”, In: RODRIGUES DE CARVALHO, Claudia S., et.al. (org.) *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. pp. 109-118.

RODRIGUES, Adyr. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Editora Hucitec. 2ª Edição, 1999.

ROMERO, Sílvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1954.

RUBIM, Antônio Canelas. “Políticas culturais do governo Lula/Gil”, In: RUBIM, Antonio A Canelas e Rubens BAYARDO. *Políticas culturais na Ibero - América*. Salvador da Bahia. EDUFBA, 2008, pp. 51-74.

RUBINO, Silvana. “As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

\_\_\_\_\_. “O Mapa do Brasil Passado”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. No. 24, 1996. p. 97-105.

RUSSO, Antonio Paolo. (2002): “The vicious circle of tourism development in heritage cities”, en: *Annals of Tourism Research*. Oxford. Great Britain. Vol. 29, No. 1 pp 165-182.

SADA, Patrícia. *Paraty: traçados de um centro histórico*. São Paulo: Ed. Projeto, 1989.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “A historiografia brasileira do século XX: os anos 30”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Vol.. 152. No. 370, pp. 275-278.

\_\_\_\_\_. “Nação e civilização nos trópicos: o projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: e o projeto da escrita de uma história nacional”, In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, No. 1, 1988. pp. 5-27.

\_\_\_\_\_. Reinventando a tradição: sobre o antiquariado e a escrita da história, In: *Revista Humanas (IFCH/UFRGS)*, Porto Alegre, v. 23. n. ½, pp. 111-143, 2000.

\_\_\_\_\_. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SANT’ANNA, Márcia. “Da cidade monumento à cidade documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil: 1937-1990”. *Dissertação de mestrado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2000.

SANT’ANNA, Márcia. *A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese de Doutorado*. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, 2004. 399 p.

SANTOS FILHO, João dos. “O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda”. In: *Cultur*, Revista de Cultura e Turismo. Ano 2. No. 2, 2008. Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “Entre a destruição e a preservação: notas para um debate”. In: SCHIAVO, Cléia e ZETTEL, Jayme. (orgs.). *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/IPHAN, 1997, pp. 15-27.

\_\_\_\_\_. “Memória, história e patrimônio cultural: notas para um debate”, In: *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS VELOSO, Mariza. “O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil: 1920-1970.” Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, 1992.

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais. Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SANTOS GONÇALVES, Reginaldo. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

SCHETINO, A. M. *Pedalando na modernidade: a bicicleta e o ciclismo: uma análise comparada entre Rio de Janeiro e Paris na transição dos séculos XIX e XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, A. M. *No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Vol. I.

SANTOS VELOSO, Mariza. “O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil: 1920-1970.” *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de Brasília, 1992.

SCARRONE, Marcello. “Doze Horas numa Diligência”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Edição nº 27, Dez. 2007.

SCHLÜTER, Regina. “Desenvolvimento do turismo: as perspectivas na América Latina”. In: THEOBALD, William. *Turismo global*. São Paulo: Ed. SENAC, pp. 231-244, 2001.

SERRANO, Célia, BRUHNS, Heloísa Turini & LUCHIARI, Ma. Teresa D. P. (orgs.) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus/Coleção Turismo, 1997.

SMITH, Valene. L. (ed.). *Anfitriões e convidados*. Madrid, Endymion. 1992 [1977].

- SOEIRO, Renato de Azevedo. "Arquitetura", In: *Atlas Cultural do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC-CFC-FENAME. 1ª. Edição, 1972, pp. 267-316.
- SOLHA, Karina. "A evolução do turismo em Brasil". In: REJOWSKI, Miriam. *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo. Ed. Aleph pp. 117-153.
- SOLHA, Karina e REJOWSKI, Miriam. "Pesquisa turística no Brasil da óptica dos pesquisadores". In: LAGE, Beatriz e Paulo César MILONE. (org.). *Turismo Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000, pp. 281-297.
- SOUZA, Marina de Mello. *Paraty: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.
- TAALAVERA, Agustín Santana. *Antropología y turismo: ¿nuevas hordas, viejas culturas?* Editorial Ariel Antropología, Madrid; 1997.
- TAALAVERA, Agustín Santana; RODRÍGUEZ, Pedro Díaz e Alberto Jonay Rodríguez DARIAS. "Las nuevas formas de turismo: causas y características", In: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)*. Vol. 4, No. 3, 2010. pp. 54-70.
- TELLES, Augusto da Silva. "Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação", In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro*. No. 19, 1984, pp. 29-32.
- TORAL, Hernán Crespo e Maria Alexandra SILVA. *Rehabilitación integral em áreas o sítios históricos latinoamericanos*, Roma: 1ª. Edição. Instituto Italo-Latino Americano, 1994.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2000.
- \_\_\_\_\_. "A importância da educação para o turismo". In: MILONE, Paulo César. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. pp. 243-255.
- TROITIÑO, Miguel Ángel. (1998) "Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas", *Ería*, No. 47, Departamento de Geografía Humana, Universidad de Oviedo. pp. 211-227.
- TURNER Louis. y ASH, John. *La horda dorada*. Ed. Endymion, Madrid; (1991) [1976]
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo, Studio Nobel/SESC, 1996. [1990]
- UNESCO "The effects of tourism on socio-cultural values", *Annals of Tourism Research*. Oxford. Inglaterra. Vol. 4, 1976. pp. 74-105.

VAQUERO, Manuel de la Calle e HERNÁNDEZ, María García. (1998): “Ciudades históricas: patrimonio cultural y recurso turístico”. *Ería*, No. 47, Departamento de Geografía Humana, Universidad de Oviedo, pp. 248-257.

VAREJÃO. Maria. “15 idéias para as férias de Julho”, In: Revista Quatro Rodas. Junho de 1969:, pp. 138-140.

YAZIGI, Eduardo et. al. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.

ZERMEÑO PADILLA, Agustín. “Modernidad, revolución e historiografía”, In: *La cultura moderna de la historia: una aproximación teórica e historiográfica*. México: El Colegio de México, 2002.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

**O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

**DECRETA:**

### CAPÍTULO I

#### DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
- 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.



Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## CAPÍTULO II

### DO TOMBAMENTO

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.

2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interêsse histórico e as obras de arte histórica;

3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;

4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluïrem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º Os bens, que se incluïem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, afim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsóriamente.

Art. 7º Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º O tombamento compulsório se fará de acôrdo com o seguinte processo:

1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, si o quisér impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado. que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por símples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.

3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, afim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único. Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

### CAPÍTULO III

#### DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata êste artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sôbre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14. A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 15. Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação, para fora do país, da coisa tombada, será esta sequestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá sequestrada em garantia do pagamento, e até que êste se faça.

§ 2º No caso de reincidência, a multa será elevada ao dôbro.

§ 3º A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá, nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes á União, aos Estados ou aos municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade

das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21. Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

#### CAPÍTULO IV

##### DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 22. Em face da alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º É nula alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a sequestrar a coisa e a impôr a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto do arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extraír a carta, enquanto não se esgotar êste prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

## CAPÍTULO V

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Poder Executivo providenciará a realização de acôrdos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sôbre o mesmo assunto.

Art. 24. A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Art. 25. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais o jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26. Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sôbre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28. Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou

por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sôbre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único. A. autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sôbre o valor da coisa, se êste fôr inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração, que exceder.

Art. 29. O titular do direito de preferência gosa de privilégio especial sôbre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único. Só terão prioridade sôbre o privilégio a que se refere êste artigo os créditos inscritos no registro competente, antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Fonte: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm>

Acesso: 10 de janeiro de 2011.

## ANEXO II

DECRETO-LEI Nº 55, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966.

Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 2º do Ato Complementar número 23, de 20 de outubro de 1966,

DECRETA:

### CAPÍTULO I

#### Da Política Nacional de Turismo

Art. 1º Compreende-se como política nacional de turismo a atividade decorrente de tôdas as iniciativas ligadas à indústria do turismo sejam originárias de setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país.

Art. 2º As atribuições do Govêrno Federal na coordenação e no estímulo às atividades turísticas no território nacional serão exercidas na forma dêste Decreto-lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

§ 1º O Govêrno Federal orientará a política nacional de turismo, coordenando as iniciativas que se propuserem a dinamizá-lo, para adaptá-la às reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural;

§ 2º O Govêrno Federal, através dos órgãos criados neste Decreto-lei, coordenará todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e orgânico à atividade turística nacional.

Art. 3º O Poder Público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões turísticas do País as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento dêsse empreendimento.

### CAPÍTULO II

#### Do Conselho Nacional de Turismo

Art. 4º É criado o Conselho Nacional de Turismo, tendo como atribuições formular, coordenar e dirigir a política nacional de turismo.

Art. 5º O Conselho Nacional de Turismo, presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, constituído de delegados de órgãos federais e representantes de iniciativa privada, terá composição:

- Presidente da Empresa Brasileira de Turismo;

- Delegado do Ministério das Relações Exteriores;
- Delegado do Ministério da Viação e Obras Públicas;
- Delegado do Ministério da Aeronáutica; e
- Delegado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Representante dos Agentes de Viagens;
- Representante dos Transportadores;
- Representante da Indústria Hoteleira.

§ 1º Em suas faltas ou impedimentos o Ministro da Indústria e do Comércio, na sua qualidade de Presidente do Conselho, será substituído pelo Presidente da Empresa Brasileira de Turismo.

§ 2º Os representantes da iniciativa privada, terão um mandato de 3 (três) anos e serão escolhidos e designados pelo Ministro da Indústria e do Comércio, entre os nomes constantes de listas tríplexes, apresentadas pelos agentes de viagens, transportadores e indústria hoteleira, devendo serem escolhidos no mesmo ato, os respectivos suplentes.

Art. 6º Compete ao Conselho Nacional de Turismo:

- a) formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política nacional de turismo.
- b) participar de entidades internacionais de turismo;
- c) conceder autorização para a exploração dos serviços turísticos, em todo o território nacional;
- d) expedir normas de disciplina e fiscalização das operações da EMBRATUR das sanções decorrentes do não cumprimento das obrigações contraídas pelos mutuários;
- e) baixar resoluções, atos ou instruções regulamentares deste Decreto-lei, inclusive as que forem necessárias ao pleno exercício de suas funções;
- f) examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos de programas de trabalho executados;
- g) aprovar o Plano Geral de Aplicação dos recursos da EMBRATUR e homologar os contratos e convênios realizados pela aludida empresa;
- h) modificar, suspender ou suprimir exigências administrativas ou regulamentares com a finalidade de facilitar e estimular as atividades de turismo, baixando as normas necessárias;



i) opinar na esfera do Poder Executivo ou quando consultado por qualquer das Casas do Congresso Nacional sobre anteprojeto e projetos de lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;

j) aprovar o projeto dos Estatutos da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e suas eventuais alterações, submetendo-as à aprovação do Presidente da República, mediante decreto;

k) aprovar o aumento de capital da Empresa Brasileira de Turismo, sempre que necessário;

l) aprovar planos de financiamento e convênios com instituições financeiras e autarquias bancárias autônomas, depois de ouvido o Conselho Monetário Nacional ou o Banco Central da República do Brasil;

m) organizar o seu regimento interno.

Art. 7º Compete ao Presidente do Conselho:

a) presidir as reuniões do Conselho;

b) designar os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Turismo (EMBRATUR) e os respectivos suplentes;

c) vetar as decisões do Conselho nos casos do artigo 9º deste Decreto-lei e recorrer "ex-offício" de sua decisão para o Presidente da República;

d) representar o Conselho nas suas relações com terceiros;

e) promover a execução das decisões do Conselho.

Art. 8º O Conselho Nacional de Turismo utilizará, mediante delegação, os serviços das representações diplomáticas, econômicas e culturais do Brasil, no exterior, para tarefas de divulgação e informação turística nacionais, bem como para prestação de assistência turística aos que dela necessitarem.

Art. 9º As decisões do Conselho Nacional de Turismo, ainda que normativas, poderão ser vetadas pelo seu Presidente, sempre que a seu critério, sejam contrárias à Política Nacional do Turismo, recorrendo "ex-offício" de sua decisão para o Presidente da República.

Art. 10. Os membros integrantes do Conselho Nacional do Turismo terão direito a uma gratificação por Sessão a que comparecerem, fixada mediante decreto do Poder Executivo.

### CAPÍTULO III

#### Da Empresa Brasileira de Turismo

Art. 11. É criada a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a natureza de Empresa Pública e a finalidade de incrementar o desenvolvimento da indústria de Turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes que lhes forem traçadas pelo Governo.

§ 1º A EMBRATUR terá personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

§ 2º A sede da EMBRATUR será na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, até que o poder Executivo a fixe em definitivo em Brasília.

Art. 12. A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) terá o capital de Cr\$ 50.000.000.000 (cinquenta bilhões de cruzeiros) constituído integralmente pela União, mediante as dotações orçamentárias ou créditos especiais e será integralizado até o exercício financeiro de 1971, da seguinte forma:

a) Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) no exercício financeiro de 1967;

b) os restantes Cr\$ 40.000.000.000 (quarenta bilhões de cruzeiros) em parcelas anuais de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) que serão consignados no orçamento da União nos exercícios financeiros de 1968 a 1971.

§ 1º O capital de que trata este artigo, uma vez integralizado, poderá ser aumentado, na proporção da receita que lhe fôr deferida pela União mediante cotações específicas ou reavaliação de ativo e incorporação de reservas.

§ 2º O aumento de capital referido no parágrafo anterior, será realizado pela Empresa Brasileira de Turismo, mediante prévia autorização do Conselho Nacional de Turismo.

Art. 13. Compete à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR):

a) fomentar e financiar diretamente as iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria do turismo, na forma que fôr estabelecida na regulamentação deste Decreto-lei ou com resoluções do Conselho Nacional do Turismo;

b) executar tôdas as decisões, atos, instruções e resoluções expedidas pelo Conselho;

c) celebrar contratos, estudos e convênios, autorizados pelo Conselho, com entidades públicas e privadas, no interesse da indústria nacional de turismo e da coordenação de suas atividades;

d) estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;

e) organizar, promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

f) fazer o registro e fiscalização das empresas dedicadas à indústria de turismo, satisfeitas as condições fixadas em normas próprias;

g) estudar e propor ao Conselho Nacional de Turismo os atos normativos necessários ao seu funcionamento;

h) movimentar os recursos da Empresa dentro das diretrizes traçadas pelo Conselho, autorizando a realização de despesas e o respectivo pagamento, devendo esses papéis serem firmados em conjunto pelo Presidente e um Diretor.

Art. 14. A administração da Empresa Brasileira de Turismo será exercida por uma Diretoria e será constituída de um Presidente e dois Diretores, todos com mandato de quatro anos.

Art. 15. A remuneração do Presidente e dos Diretores da EMBRATUR será fixada pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Art. 16. Além da Diretoria, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros, e respectivos suplentes, designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Turismo pelo prazo de 1 (um) ano.

Art. 17. As disposições concernentes às atribuições da Diretoria do Conselho Fiscal e dos demais órgãos integrantes da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) criados neste Decreto-lei, nêle não referidos ou que dêle resultem expressa ou implicitamente, serão definidas nos respectivos Estatutos.

Parágrafo único. Os Estatutos da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) serão aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo e baixados mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 18. O Presidente e Diretores da EMBRATUR poderão pertencer aos quadros da Administração centralizada ou descentralizada, caso em que deverão optar entre a remuneração do lugar de origem e a outra sem prejuízo dos direitos que lhes conferiu a legislação, a que estiverem subordinados.

## CAPÍTULO IV

### Dos Recursos Financeiros

Art. 19. Além do capital a que se refere o artigo 12 dêste Decreto-lei, a EMBRATUR, poderá contar com os seguintes recursos:

- a) da receita do sêlo de turismo, referido no artigo 20;
- b) de créditos especiais e suplementares;
- c) de contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;
- d) dos juros e amortizações dos financiamentos que realizar ou de operações financeiras de qualquer natureza;
- e) de outros recursos de qualquer natureza que lhes sejam destinados.

Parágrafo único. Com os recursos dêste artigo poderá a EMBRATUR, ouvido prèviamente o Conselho Nacional de Turismo, constituir fundos especiais, desde que diretamente vinculados ao desenvolvimento do Turismo.

Art. 20. Fica criado o Sêlo do Turismo, que será editado em séries especiais pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, com uma adicional de não menos de 20% e não mais de 35% destinados a integrar os recursos da EMBRATUR.

§ 1º A Casa da Moeda fica autorizada, exclusivamente para o caso previsto neste artigo, a contratar com entidades privadas a impressão de sêlos.

§ 2º Os sêlos de que trata êste artigo serão emitidos nos valores e quantidades determinadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e terão seus temas e características técnicas e artísticas fixadas pela EMBRATUR.

Art. 21. As receitas procedentes de quaisquer fontes, bem como os demais recursos previstos, serão depositados no Banco do Brasil S.A., em conta especial em nome da Empresa Brasileira de Turismo, (EMBRATUR) que os movimentará na conformidade do que designar a regulamentação dêste Decreto-lei.

Art. 22. Os recursos da EMBRATUR, atendidas as finalidades estabelecidas neste Decreto-lei e deduzido o que fôr necessário à sua manutenção e funcionamento, serão por ela aplicados exclusivamente na concessão de financiamentos diretos às iniciativas, planos, programas e projetos que:

a) tenham reconhecidas a prioridade e viabilidade técnica e econômica, do ponto de vista da indústria do turismo.

b) tenham sido aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo.

§ 1º Os pressupostos e as condições dos financiamentos a que se referem êste artigo, serão objeto de regulamentação deste Decreto-lei e de Resoluções do Conselho Nacional de Turismo.

§ 2º As despesas administrativas da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do seu orçamento anual.

## CAPÍTULO

V

### Dos Incentivos Fiscais

Art. 23. A construção, ampliação ou reforma de hotéis, obras e serviços específicos de finalidades turísticas constituindo atividades econômicas de interesse nacional, desde que aprovadas pelo Conselho Nacional de Turismo, ficam equiparadas à instalação e ampliação de indústrias básicas e, assim, incluídas no item IV do artigo 25 da lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Art. 24. Os hotéis em construção e os que se construírem ou se ampliarem dentro dos próximos 5 (cinco) anos da data deste Decreto-lei, desde que seus projetos tenham sido ou venham a ser aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo e tenham as obras terminadas dentro do prazo, gozarão de isenção fiscal de todos os tributos federais,

exceto os da Previdência Social, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir da aceitação de suas obras pelo referido órgão.

Art. 25. As pessoas jurídicas poderão pleitear o desconto de até 50% (cinquenta por cento) do imposto de renda e adicionais não restituíveis que devam pagar, para investimento na construção, ampliação ou reforma de hotéis, e em obra e serviços específicos de finalidades turísticas, desde que tenham seus projetos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo, com parecer fundamentado da Empresa Brasileira de Turismo.

Art. 26. Até o exercício de 1971, inclusive, os hotéis de turismo, que estiverem operando à data da publicação deste Decreto-lei, poderão pagar com a redução de até 50% (cinquenta por cento) o imposto de renda e os adicionais não restituíveis, desde que a outra parte venha a reverter em melhoria de suas condições operacionais.

Parágrafo único. O Conselho Nacional de Turismo, mediante as cautelas que instituir, fornecerá às empresas interessadas, declaração de que satisfizeram as condições exigidas para o benefício da redução deste e do artigo 25, documento que instruirá o processo de recolhimento pela Divisão de Imposto de Renda, do direito da Empresa ao favor tributário.

Art. 27. Os estímulos fiscais previstos nos artigos 24, 25 e 26 não poderão ser concedidos cumulativamente com os de que tratam as Leis números 4.216, de 6 de maio de 1963 e 4.869, de 1 de dezembro de 1965, e Lei 5.174 de 27 de outubro de 1966.

Art. 28. A concessão de estímulos ou financiamentos por parte do Conselho Nacional de Turismo e de estabelecimentos oficiais de crédito somente será dada aos empreendimentos devidamente aprovados e localizados onde existam isenções fiscais ou outras facilidades fiscais de estímulo ao turismo já concedidas pelo Estado e Município.

## CAPÍTULO VI

### Disposições Gerais

Art. 29. Os órgãos oficiais, estaduais e municipais deverão submeter previamente ao Conselho Nacional de Turismo planos e calendários turísticos organizados para cada exercício, a fim de que sejam incluídos no plano turístico nacional.

Art. 30. A EMBRATUR deverá apresentar anualmente, até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício, ao Conselho Nacional do Turismo, um relatório pormenorizado do qual constarão, obrigatoriamente, demonstração estatística do movimento turístico externo e interno e balanço econômico das atividades turísticas, especialmente quanto aos seus efeitos sobre o balanço internacional de pagamentos.

Art. 31. A EMBRATUR gozará de total imunidade de tributos federais extensível aos contratos e convênios que celebrar com terceiros.

Art. 32. Fica criada no Departamento Nacional do Comércio, da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, a Divisão de Exposição e Feiras (DEF), que terá suas atribuições definidas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. É criado no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, o cargo em comissão, de Diretor da Divisão de Exposição e Feiras, símbolo 4-C.

Art. 33. Os cargos da EMBRATUR sòmente poderão ser preenchidos mediante concurso público de provas e, subsidiariamente, de títulos, salvo os de direção e os casos de contratação, por prazo determinado, de profissionais especializados, nacionais ou estrangeiros.

§ 1º Compete ao Diretor-Presidente da EMBRATUR a admissão de empregados, segundo o Quadro aprovado pelo Conselho Nacional de Turismo, e demití-los na forma que determinar o Regulamento.

§ 2º O pessoal da EMBRATUR reger-se-á pela legislação trabalhista e terá salários fixados com base nas condições do mercado de trabalho, revistos anualmente pelo Conselho Nacional de Turismo.

Art. 34. Fica extinta a Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio, da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, cujo acervo, documentação e atribuições constantes do Decreto número 56.303, de 20 de maio de 1965 e Decreto número 58.483, de 23 de maio de 1966 e Decreto número 58.756, de 28 de junho de 1966, passarão ao EMBRATUR na data de sua instalação, com exceção daquelas que dizem respeito a exposições, feiras e certames.

Parágrafo único. Fica extinto, no Quadro de Pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio, o cargo em comissão de Diretor da Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional do Comércio, símbolo 4-C.

Art. 35. Até que sejam organizados os seus serviços e o seu Quadro de Pessoal, o Presidente do Conselho Nacional do Turismo poderá requisitar para os seus serviços e da EMBRATUR os funcionários do serviço público federal, de Autarquias Federais e de Sociedades de Economia Mista, sem perda de vencimentos e vantagens permanentes relativos aos cargos que ocuparem.

Parágrafo único. Quando se tratar de funcionários requisitados para servir na EMBRATUR, deverão os mesmos, no prazo de 1 ano, contado da data da Regulamentação dêste Decreto-lei, fazer opção pelo regime de pessoal da EMBRATUR ou retornar ao órgão de origem.

Art. 36. Aos atuais funcionários civis da União, com exercício na Divisão de Turismo e Certames, fica assegurado o direito de opção pelo regime de pessoal do parágrafo 2º do artigo 33 dêste Decreto-lei ou pelo anterior "status".

§ 1º A opção a que se refere êste artigo será feita no prazo de 1 ano a partir da data da regulamentação dêste Decreto-lei, por intermédio dos órgãos de pessoal dos Ministérios a cujos quadros pertencerem.

§ 2º A transferência para a EMBRATUR dos servidores de que trata êste artigo e o artigo 35, determinará a vacância dos cargos nos quadros dos Ministérios a que pertencerem.

§ 3º Aos funcionários que optarem pelo regime de pessoal da EMBRATUR, será assegurada a contagem de tempo de serviço, para todos efeitos legais.

Art. 37. Enquanto não forem estabelecidas normas de atuação da EMBRATUR, nos Estados, as atividades de turismo poderão ser delegadas, mediante convênio, às Delegacias Estaduais da Indústria e do Comércio.

Art. 38. O Poder Público poderá desapropriar áreas, desde que seja verificado o interesse delas para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Art. 39. A EMBRATUR poderá solicitar à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o tombamento dos bens móveis e imóveis, e dos bens a êsses equiparados, tais como monumentos naturais, sítios e paisagens, cuja proteção e conservação seja considerada de interesse público.

Art. 40. É o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Indústria e do Comércio, um crédito especial de Cr\$ 12.000.000.000 (doze bilhões de cruzeiros), a ser aplicado da seguinte forma:

1) Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) para constituir os recursos de que trata a alínea a do artigo 12 dêste Decreto-lei;

2) Cr\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de cruzeiros) destinados a cobrir despesas de instalação, de manutenção e de operações da EMBRATUR e do Conselho Nacional de Turismo.

Art. 41. O crédito especial de que trata o artigo 40, terá vigência no exercício de 1967, e será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 42. As resoluções do Conselho Nacional de Turismo entram em vigor imediatamente e serão publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 43. No prazo de 120 (cento e vinte) dias da data da publicação dêste Decreto-lei, o Poder Executivo baixará a competente regulamentação e tomará as medidas necessárias à instalação e funcionamento do Conselho Nacional de Turismo e da EMBRATUR.

Art. 44. Êste Decreto-Iei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de novembro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO Branco

*Juracy Magalhães, Octavio Bulhões, Juarez Távora, Raymundo Moniz de Aragão,  
Eduardo Gomes, Paulo Egydio Martins, Roberto Campos*

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10055.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10055.htm)

Acesso: 10 de janeiro de 2011.



**ANEXO III**  
DECRETO-LEI NO. 1.450, DE 18 DE SETEMBRO DE 1945  
Erige a cidade de Parati em Monumento Histórico.

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro,

- considerando que a proteção do patrimônio histórico e artístico fluminense é de relevante interesse público;
- considerando que, na legislação federal, instituída para a proteção do patrimônio nacional de arte e de história, foi prevista a elaboração da legislação estadual supletiva ou complementar sobre o mesmo assunto;
- considerando que, estabelecida desde a primeira metade do século XVIII e erigida em vila desde 1660, Parati teve considerável importância na história política, social e econômica da capitania, da Província e do Estado do Rio de Janeiro;
- considerando que o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Parati conserva não só as características expressivas da arte tradicional brasileira, mas também significativas peculiaridades regionais;
- considerando que o referido conjunto tem excepcional valor histórico e artístico e que, por tanto, é de manifesta utilidade cívica e cultural a preservação de sua unidade;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. O conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Parati é erigido em monumento histórico do estado do Rio de Janeiro

Artigo 2º. Para os efeitos do presente decreto-lei, a área urbana de Parati erigida em monumento será demarcada pelos órgãos estaduais e municipais competentes, em cooperação com o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 3º. As obras públicas estaduais e municipais, assim como as obras de iniciativa particular, na cidade de Parati, não poderão ser autorizadas desde que atentem contra a integridade dos elementos compreendidos no conjunto arquitetônico e urbanístico erigido em monumento histórico, sejam prejudiciais a sua unidade ou lhe alterem e desfigurem aspectos tradicionais.

Artigo 4º. No código de Obras de Parati serão incluídas as disposições adequadas para o cumprimento efetivo do que estatui o artigo 3º.

Artigo 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio de Governo, em Niterói, 18 de setembro de 1945.

(a) Ernani do Amaral Peixoto.

Fonte: Processo de Tombamento No. 563-T-57. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Parati. Arquivo Central do IPHAN/Rio de Janeiro.

## **ANEXO IV**

### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATI**

**DECRETO-LEI No. 51, DE 27 DE MAIO DE 1947.**

#### **CÓDIGO DE OBRAS**

##### **I PARTE**

##### **Do Zoneamento**

##### **Capítulo I**

##### **Da Zona Urbana**

###### **a) Sub-divisão em bairros**

Artigo 3º. Para os efeitos do presente código de Obras, e, enquanto não for planejada a expansão da cidade, fica a zona urbana dividida nos seguintes bairros: Histórico e Industrial

###### **b) Limitação dos bairros**

Artigo 4º. O bairro histórico é delimitado por uma linha que, partindo do eixo da Praça do Pedreira e passando pela foz do Rio Matheus Nunes, corre pelo litoral da Baía de Parati, segue pela margem direita do rio Perequê-Açu e atinge novamente a Praça do Pedreira pelo Beco do Propósito.

Artigo 5º. O bairro industrial compreende a área dos terrenos do Pontal, excluindo as adjacências da Santa Casa de Misericórdia

Parágrafo único: Fora do Bairro Histórico, além do pontal, poderão ser admitidas construções industriais, enquanto não for estabelecido o planejamento da expansão da cidade, e, desde que sejam convenientemente localizadas, ouvido a respeito o departamento das Municipalidades.

###### **A) – BAIRRO HISTÓRICO**

Artigo 6º. No bairro histórico não serão permitidas construções que atentem contra a integridade dos elementos compreendidos no conjunto arquitetônico e urbanístico tradicional de Parati, sejam prejudiciais a sua unidade ou lhe altere ou desfigurem os aspectos característicos,

Artigo 7º. Quaisquer reparações, pinturas, restaurações ou reconstruções requeridas em edifícios localizados no Bairro Histórico só poderão ser autorizadas se tais obras forem executadas tendo em vista a conservação ou a reprodução exata do aspecto original dos mesmos edifícios, substituindo-se os elementos e materiais danificados ou arruinados, por outros de qualidade e aparência idênticas.

Artigo 8º. Nenhuma obra de acréscimo ou reforma de edifício situado no Bairro Histórico poderá ser feita desde que implique em alterar as respectivas características, modificar-lhe os elementos construtivos ou os materiais originalmente na sua construção, sem que o projeto da obra tenha sido previamente aprovado pelo Departamento das Municipalidades, ouvido o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 9º. Nenhuma construção nova poderá ser autorizada no Bairro Histórico sem que as respectivas características se ajustem as das antigas edificações próximas ao terreno a que se destina e sem que o projeto da obra seja submetido a prévia aprovação do Departamento das Municipalidades, ouvido o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Parágrafo único: O projeto de que trate o presente artigo deverá ser instruído com as especificidades correspondentes acompanhado de documentação fotográfica elucidativa.

Artigo 10º. No Bairro Histórico o alinhamento das construções novas deverá corresponder aos das construções existentes nos terrenos contíguos.

Artigo 11º. Nos prédios situados no Bairro Histórico não poderão ser colocadas venezianas, calhas, condutores, nem neles ser pintados anúncios, cartazes e letreiros sem que o respectivo projeto seja submetido a prévia aprovação do Departamento das Municipalidades, ouvido o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12º. As obras de revestimentos de fachadas no bairro Histórico, embora não dependendo do projeto, deverão ser requeridas com especificidades minuciosas e apresentação de fotografias elucidativas.

Artigo 13º. Na construção e reconstrução do passeio, no bairro Histórico, deverão ser utilizados materiais idênticos aos dos passeios antigos das imediações a cuja largura e declividades os novos deverão obedecer.

Artigo 14º. As construções existentes no bairro Histórico, não poderão ser demolidas, total nem parcialmente, salvo no caso de ser verificado, por meio de vistoria requerida á Prefeitura e ouvido o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a impraticabilidade das providências adequadas para a sua estabilização e conservação.

Artigo 15º. No bairro Histórico não serão permitidos os fechamentos de terrenos por médio de gradis.

Artigo 16º. A instalação de mostruários e vitrinas do bairro Histórico, somente será permitida desde que os respectivos projetos tenham sido previamente submetidos a aprovação do Departamento das Municipalidades, mediante audiência do Departamento

de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instruídos os requerimentos com fotografia do edifício a que se destinem.

Parágrafo único: Não será permitida no bairro Histórico, a construção ou adaptação de marquises.

Fonte: Processo de Tombamento No. 563-T-57. Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Parati. Arquivo Central do IPHAN/Rio de Janeiro.

## ANEXO V

DECRETO Nº 58.077, DE 24 DE MARÇO DE 1966.

Converte em Monumento Nacional o Município fluminense de Parati e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição, e

CONSIDERANDO o interesse público relevante que milita no sentido de ser regulamentada a aplicação do preceito constitucional do art. 175 e da legislação complementar sobre o assunto às condições peculiares das cidades e sítios de excepcional, valor artístico, histórico e paisagístico;

CONSIDERANDO a necessidade urgente de ser assegurada proteção especial ao acervo arquitetônico e natural da tricentenária municipalidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, sob ameaça iminente de sofrer deformações irreparáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica erigido em Monumento Nacional o Município de Parati, Estado do Rio de Janeiro, cuja área urbana, sítio da antiga Vila de Nossa Senhora dos Remédios, foi inscrita nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e convertida em monumento histórico do Estado pelo Decreto-lei estadual número 1.450, de 18 de setembro de 1945.

Art. 2º Na área do Monumento Nacional de Parati aplicar-se-á regime excepcional de proteção aos terrenos compreendidos no círculo de 5 (cinco) quilômetros de raio cujo centro é o ponto de interseção dos eixos da Praça Monsenhor Hélio e da Rua Marechal Santos Dias.

Art. 3º O Ministério da Educação e Cultura, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, promoverá, com o concurso dos órgãos competentes do Estado do Rio de Janeiro e no Município interessado, a adoção do plano urbanístico adequado tanto à preservação do acervo arquitetônico e natural do sítio histórico de Parati, quanto ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do território municipal.

Parágrafo único. Para atender às necessidades permanentes do planejamento e execução dos serviços de conservação das edificações e logradouros integrantes do Bairro Histórico e, bem assim, do estabelecimento e urbanização dos bairros novos e estâncias diversas de Parati, como também para orientação e assistência aos empreendimentos privados na área do Município, poderá ser instituída uma fundação ou organizada uma sociedade civil com personalidade jurídica.

Art. 4º O Ministério do Planejamento, na esfera de suas atribuições, orientará a elaboração dos projetos visando ao desenvolvimento e à valorização da cidade e do município, prestando-lhes o concurso a que fizerem jus.

Art. 5º O Ministério da Agricultura, pelo Departamento de Recursos Renováveis, empreenderá os estudos necessários para assegurar rigorosamente a proteção dos remanescentes do patrimônio florestal do município bem como para promover a recuperação das áreas de vegetação sacrificadas e o plantio das que forem julgadas convenientes, tendo em vista a criação da Reserva Florestal de Parati, de acôrdo com o Decreto nº 50.813, de 20 de junho 1961.

Art. 6º O Ministério da Viação e Obras Públicas, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, coopera para os fins estabelecidos no presente decreto, na execução dos serviços da respectiva competência.

Art. 7º O Ministério da Indústria e Comércio, pela Divisão de Turismo e Certames, elaborará, em colaboração com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e os órgãos competentes do Estado do Rio de Janeiro e do Município, um plano adequado para incrementar o turismo em benefício do monumento nacional de Parati.

Art. 8º Nas propostas orçamentárias para os futuros exercícios serão incluídas, de acôrdo com os critérios adotados no planejamento das despesas da administração federal, as dotações adequadas para atender ao custeio das medidas determinadas neste decreto, inclusive com as desapropriações verificadas de necessidade.

Art. 9º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de março de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Pedro Aleixo

Juarez Távora

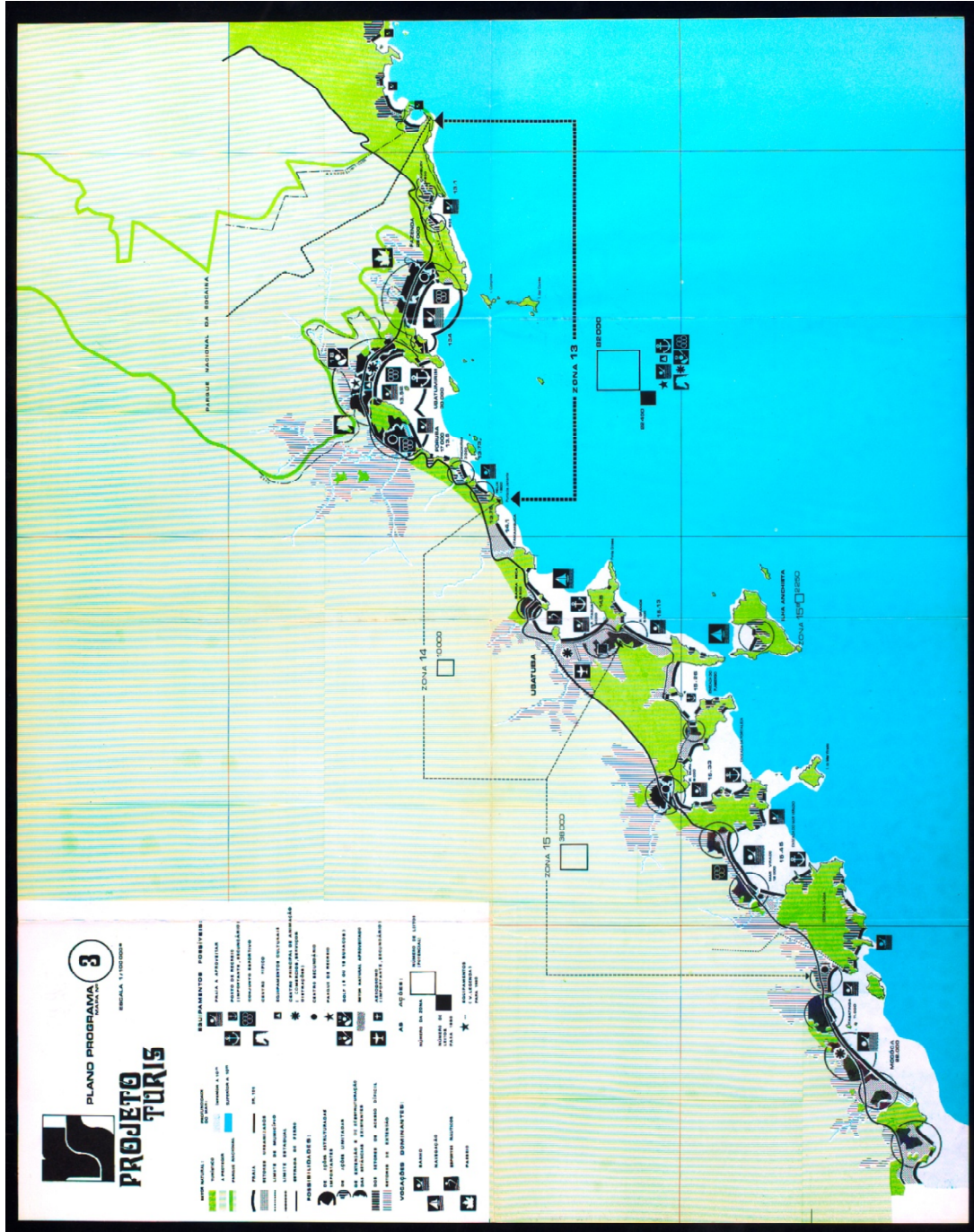
Ney Braga

Paulo Egydio Martins

Roberto Campos

Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.

ANEXO VI  
Mapa Projeto TURIS No. 3.

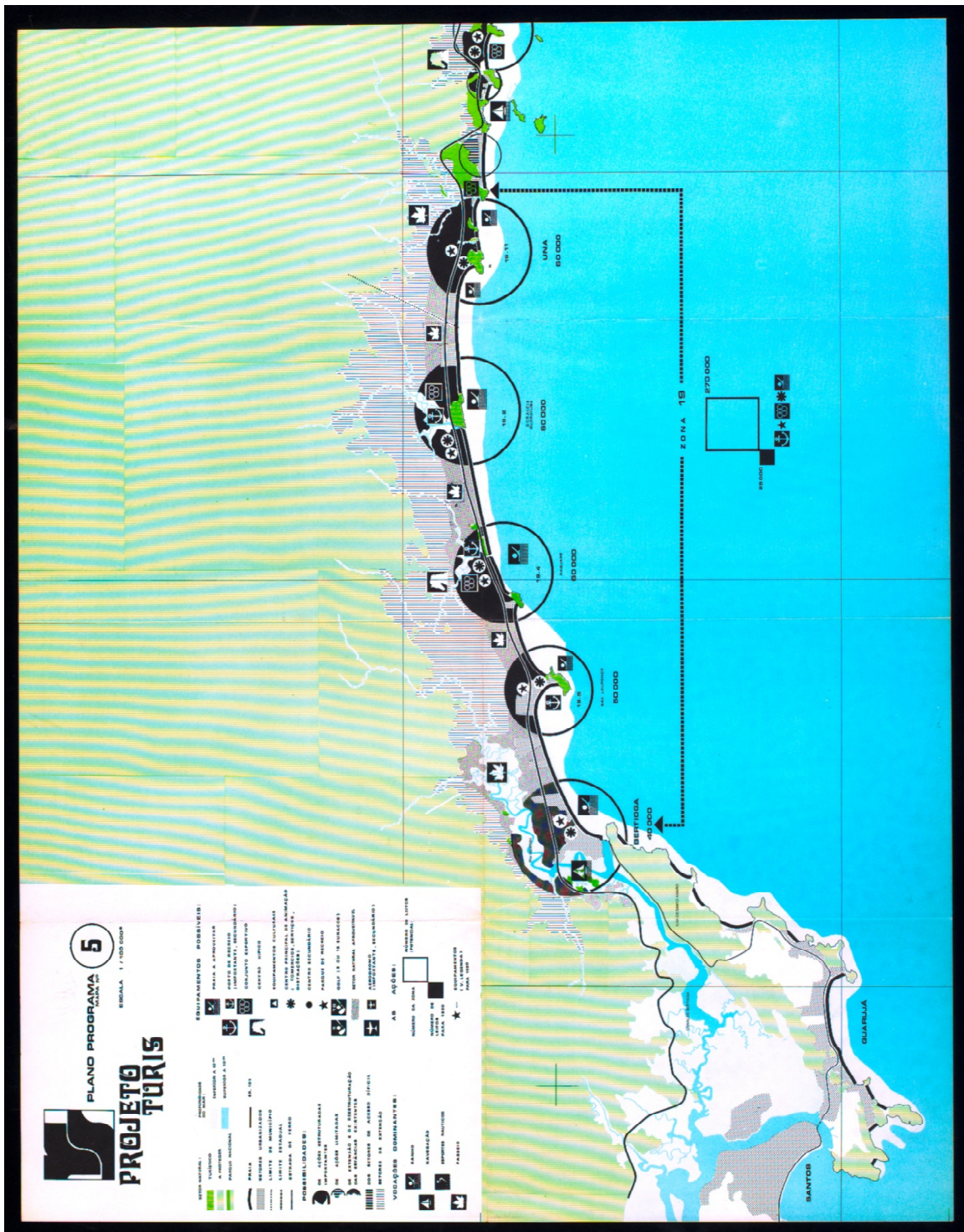


Fonte: EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília, Abril de 1975.





## Mapa Projeto TURIS No. 5



Fonte: EMBRATUR, Ministério da Indústria e do Comércio. *TURIS. Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília, Abril de 1975.

## ANEXO VII

Convênio que entre si celebraram a Prefeitura do município de Paraty e a Empresa Brasileira de Turismo com a assistência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CONSIDERANDO o disposto no Decreto No. 71.791, de 31 de janeiro de 1973, resolvem as entidades convenientes adotar por meio do presente instrumento, forma de atuação conjunta, na área tida por prioritária, nos termos da Resolução CBTUR No. 413, de 13 de fevereiro de 1973, que define a Zona Prioritária de Interesse Turístico e situada no território do Município:

- I. A Prefeitura do Município de Parati não efetivará a aprovação de quaisquer projetos de construção ou de utilização de áreas que se situem na Zona Prioritária de Interesse Turístico definida na Resolução CNTUR No. 413, sem prévia consulta a EMBRATUR quanto à sua destinação e aproveitamento
- II. A PREFEITURA ou a EMBRATUR, desde que tenham aprovado a implantação de qualquer projeto na referida zona, supervisionarão o desenvolvimento e a execução do mesmo.
- III. A EMBRATUR, nos termos dos Decretos 70. 986, de 16 de agosto de 1972, 71. 791, de 31 de janeiro de 1973 e do convênio celebrado com o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária – INCRA, que fica fazendo parte integrante do presente, solicitará a este, quando julgar necessário, exame e pronunciamento sobre títulos de propriedades referentes a áreas nas quais se pretenda a implantação de empreendimentos de que trata a Cláusula Primeira.
- IV. A PREFEITURA por solicitação da EMBRATUR tomará as medidas judiciais necessárias à desapropriação de aspectos paisagísticos, ecológicos e urbanísticos.
- V. A EMBRATUR por solicitação da PREFEITURA providenciará:  
Sempre que necessário, o concurso técnico do INCRA, nos termos do Convênio com este firmado para a boa execução e a complementação deste instrumento;  
As medidas necessárias para que todos os projetos e programas decorrentes deste Convênio tenham tratamento prioritário junto aos órgãos da administração Federal, nos termos do parágrafo único do artigo 2º. Do Decreto no. 71. 7191, de 31 janeiro de 1973.

- VI. Os órgãos convenientes comprometem-se a permutar informações e experiências sobre as atividades de que trata este convênio.
- VII. Todos os procedimentos oficiais, objeto deste convênio, serão efetivados com a participação conjunta das partes convenientes.
- VIII. Atendendo ao disposto no Convênio celebrado em 14 de junho de 1973 entre a EMBRATUR e o Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, passa a fazer parte deste instrumento, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na qualidade de assistente, o qual será ouvido em assuntos sob sua jurisdição, atendendo, em específico, ao disposto no Decreto No. 58. 077, de 24 de março de 1966.
- IX. Este convênio, vigorará por prazo indeterminado podendo ser alterado por acordo entre as partes convenientes, que elegem o Foro de Brasília para dirimir dúvidas ou questões decorrentes de sua execução.
- X. O presente Convênio entrará em vigor após sua publicação no diário Oficial da União.

Parati, 22 de setembro de 1973.

EDSON DIDIMO LACERDA

Prefeito Municipal

PAULO MANOEL LENZ CESAR PROTÁSIO

Presidente da EMBRATUR

RENATO DE AZEVEDO DUARTE SOEIRO

Diretor do IPHAN

Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro